

**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS –**  
**MESTRADO E DOUTORADO**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LEITURA:**  
**ESTUDOS LINGUÍSTICOS, LITERÁRIOS E MIDIÁTICOS**

Jaqueline Frantz de Lara Gomes

**A AUTORIDADE NARRATIVA**  
**NAS COLUNAS JORNALÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Santa Cruz do Sul

2022

Jaqueline Frantz de Lara Gomes

**A AUTORIDADE NARRATIVA  
NAS COLUNAS JORNALÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Leitura: Estudos Linguísticos, Literários e Midiáticos, Linha de Pesquisa: Estudos Literários e Midiáticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras.

Orientadora: Dra. Fabiana Quatrin Piccinin

Santa Cruz do Sul

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Gomes, Jaqueline Frantz de Lara

A autoridade narrativa nas colunas jornalísticas contemporâneas / Jaqueline Frantz de Lara Gomes. – 2022.  
280 f. ; 28 cm.

Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Fabiana Quatrin Piccinin.

1. Narrativas jornalísticas. 2. Subjetividades. 3. Gênero opinativo. 4. Eliane Brum. 5. Fabiana Moraes. I. Piccinin, Fabiana Quatrin. II. Título.

Jaqueline Frantz de Lara Gomes

**A AUTORIDADE NARRATIVA  
NAS COLUNAS JORNALÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS**

Esta tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Leitura: Estudos Linguísticos, Literários e Midiáticos, Linha de Pesquisa em Estudos Literários e Midiáticos, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras.

*Dr<sup>a</sup>. Cláudia de Albuquerque Thomé*  
Professora examinadora – UFJF

*Dr<sup>a</sup>. Stefanie Carlan da Silveira*  
Professora examinadora – UFSC

*Dr<sup>a</sup>. Cristiane Lindemann*  
Professora examinadora – UNISC

*Dr<sup>a</sup>. Ângela Cristina Trevisan Felippi*  
Professora examinadora - UNISC

*Dr<sup>a</sup>. Fabiana Quatrin Piccinin*  
Professora orientadora – UFSC/UNISC

Santa Cruz do Sul

2022

Dedico esta tese em homenagem ao colega e amigo Rodrigo Bartz (*in memoriam*), com quem dividi tantos trabalhos, alegrias e angústias nesta jornada acadêmica.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Rafael Gomes, eu agradeço pelo carinho, pela paciência e compreensão, pelo suporte e incentivo que permitiram a concretização desta tese. A você e aos nossos filhos, o Lucas, e o Leonardo que está a caminho, todo o meu amor!

Aos meus pais, José Elvino Alves de Lara e Elcida Frantz de Lara, eu agradeço pela vida, pelo exemplo que são, pelo incentivo aos meus estudos, pelo amor incondicional.

À minha orientadora, professora doutora Fabiana Piccinin, gratidão. Fabi, faltam palavras, mas eu agradeço por não soltar a minha mão, por ser entusiasta deste trabalho, pelo exemplo como professora e pesquisadora, uma incentivadora de conquistas. Na tua caminhada e parceria vejo que sempre é possível ajustar a jornada em busca dos sonhos e da felicidade.

Agradeço as professoras doutoras Cláudia de Albuquerque Thomé, Stefanie Carlan da Silveira, Ângela Cristina Trevisan Felippi e Cristiane Lindemann, por aceitarem participar da banca de defesa desta tese.

À FAPERGS/CAPES, agradeço pela concessão da bolsa para a realização do doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), eu agradeço a todos os professores, coordenação e equipe, com os quais aprendi muito.

Aos colegas e amigos que fiz nesta longa e desafiadora caminhada.

Por fim, eu agradeço a Deus por me permitir chegar até aqui com saúde, superando dificuldades, apostando no conhecimento e na ciência. Enfim, é mais um passo! Avante!

*“Transparência e verdade não são a mesma coisa. Essa última é uma negatividade enquanto se põe e impõe declarando as outras coisas como falsas. Mais informação ou uma acumulação de informação por si só não é nenhuma verdade.”*

*(Byung-Chul Han, filósofo, em Sociedade da Transparência)*

## RESUMO

Qual é a anatomia das colunas assinadas por jornalistas em portais de notícias online que no contemporâneo permite a resignificação da categoria e, por consequência, do gênero opinativo, como espaços de referência para os leitores? Essa é a pergunta que essa tese procura responder. A investigação se dá a partir de uma amostra de 22 colunas assinadas pelas jornalistas Eliane Brum, no portal *El País*, e Fabiana Moraes, no *The Intercept Brasil*, num período de seis meses. A pesquisa qualitativa se vale da análise crítica da narrativa (MOTTA, 2013) e de ferramentas desenvolvidas especialmente para essa tese, a partir de marcadores de interpretação das estratégias narrativas identificadas em excertos dos textos trazidos para discussão, acionando o levantamento bibliográfico que precedeu a etapa empírica. Em acordo com a diluição das fronteiras conceituais e da emergência das subjetividades nas narrativas próprias do contemporâneo, as contribuições do estudo indicam uma hibridização do colunismo, que se (re)legitima por meio da opinião em consonância com estratégias que evidenciam a autoridade e a identidade daquele que narra, pela interpretação e contextualização do narrado. O que aponta para o colunismo como lugar de filtro como referência para os leitores e a complexificação do perfil do jornalista colunista como intérprete de informações.

**Palavras-chave:** Narrativas jornalísticas. Subjetividades. Colunas. Gênero opinativo. Autoridade narrativa.



## ABSTRACT

What is the anatomy of the columns signed by journalists in online news portals that, in contemporary times, allow the redefinition of the category and, consequently, of the opinion genre, as spaces of reference for readers? This is the question that this thesis seeks to answer. The investigation is based on a sample of 22 columns signed by journalists Eliane Brum, on the *El País* portal, and Fabiana Moraes, on *The Intercept Brasil*, over a period of six months. The qualitative research makes use of the critical analysis of the narrative (MOTTA, 2013) and of tools developed especially for this thesis, based on markers of interpretation of the narrative strategies identified in excerpts of the texts brought for discussion, triggering the bibliographical survey that preceded the stage empirical. In accordance with the dilution of conceptual boundaries and the emergence of subjectivities in narratives, typical of contemporary times, the study's contributions indicate a hybridization of columnism, which is (re)legitimized through opinion in line with strategies that demonstrate authority and identity of the one who narrates, through the interpretation and contextualization of the narrated. Which points to columnism as a place of filter as a reference for readers and the complexification of the profile of the columnist journalist as an interpreter of information.

**Keywords:** Journalistic narratives. Subjectivities. Columns. Opinion genre. Narrative authority.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 CRISE DE NARRATIVAS-MESTRAS E EROSÃO DE FRONTEIRAS CONCEITUAIS.....</b>	<b>21</b>
2.1 Um novo paradigma: verdades fragilizadas e categorias insuficientes.....	25
2.2 Fragilização da autoridade do narrador e dos <i>experts</i> .....	28
2.3 Tecnologias de informação e comunicação e arquitetura midiática.....	40
2.4 A convergência midiática no campo do jornalismo.....	47
2.4.1 Novas práticas em um novo ecossistema jornalístico.....	51
2.5 Narrativas complexificadas: autorreferência e atorização.....	57
<b>3 INFORMAÇÃO <i>VERSUS</i> OPINIÃO E A QUESTÃO DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS.....</b>	<b>70</b>
3.1 Um retrospecto: o panorama objetivo consolida formatos específicos.....	72
3.1.1 De formação pedagógica e política à imparcial e objetivo.....	75
3.1.2 Um método para a objetividade: o <i>lead</i> e as tecnologias de informação....	83
3.1.3 Fronteiras: o ideal e o mito da objetividade.....	87
3.2 A noção de gênero e os gêneros jornalísticos.....	90
3.3 O gênero opinativo e seus formatos, o colunismo.....	98
3.4 O mito da objetividade e a diluição de fronteiras conceituais.....	106
3.5 Um desafio complexo-compreensivo.....	112
<b>4 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS: INTERNET, CONTEXTUALIZAÇÃO E PRODUÇÃO DE SENTIDOS.....</b>	<b>116</b>
4.1 Novas potencialidades no jornalismo digital.....	120
4.2 A contextualização no jornalismo.....	133
4.3 Jornalismo, contextualização e conhecimento.....	140
4.4 O sujeito que narra: poder de voz e intenções narrativas.....	146
4.4.1 Índícios para o rompimento de dicotomias e categorizações.....	152
<b>5 ESTRATÉGIAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COLUNISMO CONTEMPORÂNEO.....</b>	<b>158</b>
5.1 A subjetividade como método.....	160
5.2 O “eu” que narra: testemunho, retórica e ícone de verdade no jornalismo.....	165
5.3 Um caminho para a interpretação: o colunismo como objeto de estudo.....	169
5.3.1 Questões metodológicas.....	175
5.3.2 <i>Corpus</i> de análise: as jornalistas e as colunas.....	178
5.3.3 As colunas: procedimentos para a interpretação.....	184
5.4 Considerações interpretativas.....	187
5.4.1 Marcadores de subjetividade: atorização e autorreferência.....	188
5.4.2 Marcadores de objetividade: contextualização e interpretação.....	221
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>250</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>265</b>

## 1 INTRODUÇÃO

(...) o jornalismo ensina, professa: alumia, sobretudo; ele é o grande construidor do futuro; não é só o facto d'hoje que o prende – isso é o menos: é o facto que o futuro contém; ele vai das relações presentes às relações futuras e mostra a revolução lenta, serena, imensa, pela qual a humanidade transforma e refaz o seu destino no sentido de justiça.  
Eça de Queirós, 1876, em artigo no jornal Distrito de Évora

As últimas pesquisas do *Reuters Institute*<sup>1</sup> (Newman, 2022) nos dão indícios relevantes para a necessidade de reconsiderar o valor da credibilidade jornalística. O relatório mais recente documenta as maneiras pelas quais a conexão entre o jornalismo e o público pode estar desgastada, incluindo uma queda na confiança e no interesse pelas notícias e um aumento na evasão de notícias. O documento também analisa a polarização do público e explora como os jovens acessam as notícias. Segundo o principal autor, Nic Newman, o público mais jovem tem uma conexão mais fraca com as marcas de notícias e está acessando cada vez mais as notícias por meio de plataformas como o *TikTok*.

No caso do Brasil, o levantamento situa uma penetração da internet de 75% da população, considerando o total de 214 milhões de pessoas. Neste contexto, a forma de consumir as notícias diz muito a respeito da confiança que se estabelece com a atividade. De acordo com o *Reuters*, “quase dois terços dos brasileiros (64%) agora recebem suas notícias das redes sociais a cada semana usando uma ampla gama de redes. O próprio *Facebook* vem perdendo espaço, sendo superado pelo *YouTube* como a rede social mais popular para o consumo de notícias. Também houve um forte aumento no uso de novas redes visuais como *Instagram* (35%) e *TikTok* (12%) para notícias, enquanto os aplicativos de mensagens *WhatsApp* (41%) e *Telegram* (9%) continuam sendo importantes formas de discutir e compartilhar notícias”.

Segundo o estudo, “a confiança nas notícias sofreu um forte declínio, compensando a recuperação dos últimos dois anos. A confiança geral nas notícias caiu seis pontos percentuais, para 48%, em meio à expectativa de uma campanha presidencial altamente polarizada nas eleições de 2022. Com isso, o país caiu sete posições em relação ao ano passado e agora ocupa a 14ª posição entre os 46 mercados pesquisados”. Entre as considerações citadas para a queda na confiança nas notícias

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/digital-news-report/2022>

estão uma espécie de “fadiga das más notícias”<sup>2</sup>, a temática da pandemia em destaque e os constantes ataques à imprensa advindos, inclusive, do presidente Jair Bolsonaro.

Já em 2016, o *Oxford Dictionaries*<sup>3</sup> elegeu a “Pós-verdade” como sendo a palavra do ano e definiu seu significado como aquilo “que se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos tem menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (OXFORD, 2016). D’Ancona (2018), por sua vez, atenta para o fato de que o contemporâneo é oportuno para o crescimento da Pós-verdade devido a ruptura que a internet causou com os meios de comunicação tradicionais e as instituições governamentais e acadêmicas. O jornalista britânico avalia que a aversão ao pensamento científico também é um agravante, pois “no cerne dessa tendência global está um desmoronamento do valor da verdade, comparável ao colapso da moeda ou de uma ação” (D’ANCONA, 2018, p. 20).

Dunker (2017), por sua vez, observa que além de a informação não ser mais objeto exclusivo de manipulação pelos jornalistas, as mentiras e opiniões baseadas em emoções, se espalham de uma forma mais veloz do que informações e fatos verificados, oportunizando assim a formação de redes em que os seus integrantes confiam mais entre si do que em instituições oficiais. Nessa esteira, Feitosa (2017) argumenta que o termo mais adequado para tratar dessa era seja hiper ou ultra-verdade, uma vez que no contemporaneamente “todos se sentem no direito de dizer qualquer coisa, seja nos discursos políticos ou nas redes sociais, embasados em dados fictícios ou não (...)”. Assim, a subjetividade, na Pós-verdade, é abordada no sentido de que mentiras técnicas, retóricas e jurídicas (DUNKER, 2017) estão em voga. É nesse contexto que as redes sociais facultam de modo inédito teorias conspiratórias “diluídas em um novo estado da conversa em escala global” (DUNKER, 2017, p. 18).

O abalo em um sistema de instituições e regras, bem como de uma hierarquia de conhecimento e autoridade herdados do século XX se dá pelo desafio de “uma malha de redes vinculadas não por laços institucionais, mas pelo poder viral da mídia social, o ciberespaço e dos sites, que se deleitam em sua repugnância em relação à grande mídia” (D’ANCONA, 2018, p. 63). Desse modo, se por um lado ocorreu uma democratização da informação oportunizada pelo desenvolvimento e acesso facilitado às tecnologias de informação e comunicação em vista da ambiência da internet, por outro se deu a

---

<sup>2</sup> Fonte: <https://www.reuters.com/world/americas/brazil-2021-inflation-highest-since-2015-central-bank-vows-tighter-policy-2022-01-11/>

<sup>3</sup> Oxford Dictionaries. (2016). *The word of the year is...*. Disponível em: <https://en.oxforddictionaries.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>

elevação da quantidade de informações na rede, enfraquecendo os discursos, até mesmo os com embasamento científico. Para D’Ancona (2018) há, portanto, uma depreciação do discurso jornalístico que faz com que suas supostas “verdades neutras”, herança positivista, sejam colocadas em suspenso. Segundo Kakutani (2018), trata-se de um momento em que o discurso científico e seus especialistas vem progressivamente perdendo a legitimidade, autoridade e confiança.

Resulta disso a necessidade de referendar a credibilidade jornalística, pois

Se é pertinente tomar o jornalismo como um modo de conhecimento (...), então como este conhecimento se constitui? De que modo o jornalismo se torna um conhecimento? Como funciona este processo? A que elementos o sujeito precisa recorrer e o que deve ser acionado para que, ao final, se possa caracterizar o estatuto cognitivo e epistêmico do jornalismo? (...) o jornalismo deve cumprir três condições para se tornar um conhecimento: as condições da crença, da verdade e da justificação. Basicamente, o sujeito deve crer que o jornalismo diz a verdade, e esta verdade deve estar justificada em seu próprio discurso. (LISBOA, BENETTI, 2015, p. 11)

Ao passo que Lisboa (2012) propõe a distinção de dois aspectos do conceito de credibilidade: a credibilidade constituída, que diz respeito aos valores canônicos do *ethos* jornalístico, e a credibilidade percebida, esta que é atribuída pelo interlocutor. Por essa via, Lisboa e Benetti (2015, p. 12) destacam sobre a credibilidade que, se “(...) é por meio dela que se materializam a crença, a verdade e a justificação (...), como, então, o sujeito pode presumir que o jornalismo é credível? Pela confiança de que o discurso jornalístico diz a verdade”.

Com essa compreensão, nosso olhar de pesquisa incide sobre as narrativas jornalísticas impactadas no contemporâneo pelas transformações de ordem sócio-técnico-discursivas, bem como pelo contexto da Pós-verdade. Observamos que as narrativas da Pós-verdade, identificadas pelo seu investimento na simplificação do dizer e na contínua evidência à erosão dos limites entre o fático e o ficcional, resultam num terreno fértil, portanto, para a falta de clareza entre as notícias que estabelecem algum grau de correspondência com a verdade e as chamadas *Fake News*, entendidas como as notícias falsas (KAKUTANI, 2018). Por isso, cabe o alerta para o fato de que “(...) a sabedoria das multidões tomasse lugar do conhecimento legítimo, nublando perigosamente os limites entre fato e opinião, entre argumentação embasada em bravata especulativa” (KAKUTANI, 2018, p. 39).

Ainda mais, “ao rejeitar a possibilidade da realidade objetiva e substituir as noções de perspectiva e posicionamento pela ideia de verdade, o Pós-modernismo consagrou o princípio da subjetividade. A linguagem é vista como não confiável e instável (...)” (2018, p. 56). A este cenário acrescenta-se, então, as possibilidades de viralização dos conteúdos a partir da internet, especialmente pelas redes sociais, de modo que se estabelecem as condições ideais – ou seja, pela desconfiança em relação às instituições como o jornalismo e suas narrativas - para a recorrência das *Fake News* e de narrativas diversas em concorrência com a atividade jornalística profissional que se vê desautorizada diante de tudo o que já expusemos. Então, cabe indagar sobre o modo como o jornalismo como atividade de referência para auxiliar os cidadãos a se informarem e orientarem suas decisões acerca da realidade que o cerca pode se reafirmar em sua credibilidade e autoridade narrativa. Neste sentido, encaminhamos a discussão de pesquisa para a identificação de narrativas distintivas, incidindo na emergência de conteúdos que se reafirmam a partir da autoridade do narrador que aposta na sua credibilidade e capacidade de produzir impacto no seu dizer, lançando mão dos princípios deontológicos do jornalismo, mas ressignificados justamente por explorarem as subjetividades próprias do contemporâneo.

Isto posto, delimitamos nosso **tema de pesquisa** pelo **estudo da narrativa da coluna: o jornalista como intérprete de notícias em colunas assinadas em portais de conteúdo em ambiente digital e a reconfiguração do gênero opinativo, a partir da autoridade daquele que narra e de estratégias de personalização do relato e da aproximação com as audiências**. A partir das inúmeras narrativas – produzidas por especialistas ou não – que proliferam na rede e que tentam, dessa forma, ofertar interpretações da realidade na ambiência da internet, a proposta é mirar especificamente para as narrativas jornalísticas das colunas em portais de notícias, assinadas por jornalistas reconhecidos pelo prestígio e profissionalismo conquistado ao longo de anos de profissão.

A proposta se justifica pelo contexto aqui explicitado, pelas marcas de fronteiras e limites conceituais em erosão, dadas pela queda das grandes narrativas e relativização das verdades absolutas conservadas durante a Modernidade. Nesse sentido, propomos uma pesquisa que visa se debruçar na análise de reconfigurações oriundas de um campo fértil de transformações, no âmbito das narrativas jornalísticas nas colunas online, estas ainda em curso e das quais decorrem novas emergências de sentidos, gramáticas e estruturas narrativas.

No que tange às reconfigurações do fazer jornalístico marcadas ao longo dos anos por mudanças de caráter sócio-técnico-discursivo que permitem, através da internet, por exemplo, produzir e divulgar narrativas a qualquer tempo por profissionais e por cidadãos comuns, consideremos oportuno mapear e refletir sobre as diferenças que se estabelecem em um espaço tradicionalmente afeito à opinião. Se as subjetividades agora emergem nos diferentes formatos jornalísticos, rompendo com as categorizações de gênero devidamente separadas em um tempo em que a atividade informativa se consolidava como modelo de negócios, contemporaneamente a abertura para novos sentidos é que parece viabilizar a sobrevivência e relegitimação da atividade profissional. Então, cabe pensar como o colunismo jornalístico, justamente esta categoria sempre afeita a emitir posicionamentos, críticas e juízos de valor, se reconstitui com a oferta de novos sentidos já que concorre com a proliferação das subjetividades que era o seu diferencial.

É interessante, do ponto de vista acadêmico, estudar estruturas jornalísticas no contexto da erosão de limites conceituais, compreendendo, inclusive, fenômenos mercadológicos, como o caso das assinaturas digitais para acesso a informações. Em muitos portais de notícias online as colunas são liberadas somente para assinantes, numa oferta de conteúdos exclusivos. Trata-se, portanto, de um exercício retórico na percepção de narrativas que buscam revestir-se de sentidos de realidade amplificadas por meio de estratégias com evidência nas subjetividades imbricadas no fazer noticioso. Por extensão, abrange a importância do jornalista como narrador contemporâneo, este que dá a conhecer os fatos do cotidiano com olhar qualificado, perícia no fazer e que com frequência testemunha que experiencia os fatos narrados. Ainda que não seja mais o único mediador na sociedade, se reafirma ofertando conteúdos a partir da autoridade do narrador que aposta na sua credibilidade e capacidade de produzir impacto no seu dizer.

Essa dinâmica vem oportunizar, assim, o surgimento de uma prática jornalística embasada no reconhecido público de seus atores enquanto jornalistas de grandes empresas da área que passam a investir nesse papel de curadores e analistas dos fatos, desta vez no espaço das colunas – e não mais nas editorias específicas nas quais as redações se organizam –, numa perspectiva mais autoral. Constituem colunas nos periódicos, marcando o texto pela interpretação de fatos jornalísticos que ocupam a agenda pública ao mesmo tempo em que oportunizam à sua comunidade de leitores uma relação marcada pela proximidade e interatividade. Além de darem nome às colunas,

ofertando sentido de mediação reduzida (a audiência em contato com aquele que fala, com um sujeito que tem nome e não pelo filtro da empresa jornalística), estes jornalistas estão também presentes nas redes sociais, ondem compartilham dos conteúdos publicados e somam seguidores que comentam os conteúdos, com reações de aprovação ou crítica. Assim, estão aparentemente ainda mais próximos do leitor e em contato com os seus anseios.

Assim, buscamos observar a performance de jornalistas que reconfiguraram seu fazer jornalístico no contemporâneo, tendo a internet como instância norteadora para a ressignificação da identidade profissional. Jornalistas que após anos de carreira em grandes redações encontraram espaço de autoria, de identidade, de personalização das narrativas e de aproximação com a audiência através do espaço das colunas jornalísticas que, inclusive, levam seu nome dentro dos veículos da grande mídia parecem indicar uma mudança na anatomia da coluna, bem como uma função crescentemente mais importante. As colunas, portanto, ao integrarem o quadro das narrativas de referência com que lidam os sujeitos em suas cotidianidades e a partir das quais interpretam o mundo e pautam suas ações, adquirem legitimidade e aderência justamente por esse aspecto da identidade daquele que narra, independente da vinculação ou não com uma empresa jornalística. Inclusive, chegam a conquistar maior projeção em relação à instituição jornalística porque reconhecidos pela perícia no fazer e do dizer, dada a sua formação e anos de prática como jornalistas em grandes redações institucionalizadas.

Especificamente, identificamos a emergência de narrativas jornalísticas contemporâneas nas quais o espaço de opinião oportuniza a evidência da interpretação, aliada a um texto informativo, contextualizado e hipertextual nas colunas de portais de notícias, diferindo do colunismo conhecido ainda na Modernidade. Ademais, essas são questões relacionadas a estratégias narrativas que impactam também no formato, na estrutura tradicional das colunas. Quer dizer, além do suporte – as colunas são oriundas do jornalismo impresso – as estratégias daquele que narra, junto com o potencial técnico da nova ambiência, são determinantes para as reconfigurações na forma e anatomia. Essa diferenciação é que oportuniza o debate.

Observamos que, em geral, a questão da subjetividade no jornalismo aparece em estudos que remetem à relação entre jornalismo e literatura, mais especialmente no exercício da reportagem aprofundada, assim como nos livros de repórter. Desse modo, acreditamos que a relevância e o caráter original da proposta de pesquisa está em destacar as estratégias de evidência daquele que narra para uma possível ressignificação



do gênero opinativo no espaço das colunas. Quer dizer, por princípio as colunas sempre foram um espaço multifacetado, plurivocal e identitário, nas quais as categorizações de estilo textual em geral não se enquadram em estruturas pré-concebidas. Sendo assim, o que se pretende é compreender as transformações em curso e, com foco nesse espaço narrativo, identificar uma abertura possível de reconfiguração da atividade, do perfil profissional e de conceitos e teorias de compreensão de um espaço, mas que podem incidir sobre o campo como um todo, justamente pela dificuldade de identificação de formatos devido à erosão das categorias antes tão rígidas.

Do mesmo modo, perceber, através deste recorte, uma anatomia narrativa capaz de diferenciar a atividade jornalística, de modo específico no espaço das colunas, no contexto da Pós-verdade e da evidência das *Fake News*. É nestes termos que se insere a importância dos jornalistas colunistas como profissionais capazes de distinguir as narrativas a partir da densa interpretação dos fatos apurados. Trata-se da identificação da autoridade jornalística em evidência em uma narrativa humanizada e contextualizada, que destoa do formato canônico das colunas dentro do gênero opinativo, em contraponto aos discursos da Pós-verdade.

Conforme Castilho (2016), a Pós-verdade é um processo provocado principalmente pelo volume inédito de informações produzidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Ou seja, está relacionado às transformações que retiraram a centralidade e exclusividade dos jornalistas na mediação da sociedade. As tecnologias de comunicação possibilitaram que, a partir da ambiência da internet, qualquer pessoa possa produzir e fazer circular informações, além de interferir no fluxo comunicacional das instituições jornalísticas. Ao mesmo tempo em que são benéficas por facilitar o acesso à informação, as tecnologias impactaram no “mundo da produção” das notícias. Da mesma forma em que retiraram a exclusividade dos profissionais na produção e disseminação de notícias, fragilizaram o discurso dos especialistas que agora concorrem com narrativas inflacionadas por crenças pessoais e apelos à emoção. Sendo assim, nossa apreciação se dá para a compreensão das práticas de jornalistas em um contexto que podemos classificar de crescente virtualização e perda do referente, típicos da Pós-modernidade.

Destarte, sublinhamos que

A pós-verdade explora uma característica muito curiosa da internet que é sua relativa flutuação de autoridade, o que, considerado por outro ângulo, é um de seus aspectos mais democráticos. (...) Fica claro que a pós-verdade não pode ser pensada apenas como expressão e desdobramento de uma cultura

pós-moderna. Ela inverte as narrativas da cidade, da viagem e do corpo em uma disciplina personalista da vontade. Ela parasita a educação com valores regressivos ligados à família. Ela retorna à figura arcaica do pai-chefe administrador eficiente como forma de desviar-se da política. Em todos os casos, temos uma inversão sem contradição e, portanto, uma subjetividade que pensa com dificuldade sua própria temporalidade, interpretada como variações de humor ou sendo seu próprio processo de transmissão educativa percebido como manipulação e apossamento. (DUNKER, 2017, p. 40)

Resulta daí que a legitimidade daquele que dá a conhecer as notícias, bem a profundidade e análise das mesmas, passa dialeticamente a ser um valor neste contexto. Para não incorrer em afirmações determinantes, não queremos dizer que não há mais objetividade no jornalismo. Pelo contrário, é sempre um ideal a ser buscado com as rotinas e técnicas de apuração. Assim, abordamos a configuração e/ou anatomia das narrativas de jornalísticas que pautam sua prática atual tomando por ideia basilar a emergência da subjetividade agora não mais restrita a formatos ou gêneros específicos, ofertando-se a seus leitores enquanto um intérprete diferenciado porque qualificado, legítimo e autenticado pela sua experiência pregressa para análise e interpretação dos conteúdos. Assim, a coluna nos portais de notícias, além da credibilidade, oferece sentido de proximidade pela identificação e confiança do público por aquele que diz, assim como de credibilidade frente à exposição do jornalista – é o cidadão jornalista legitimado a apurar e conferir quem diz, como mais importante que o próprio suporte onde diz, distinguindo-se das demais narrativas em circulação. Por esse viés, justifica-se a relevância em também avançar na reconfiguração dos gêneros e das narrativas jornalísticas e na complexificação do perfil profissional desses jornalistas colunistas como intérpretes das informações e, curadores, filtros, diante da profusão de narrativas jornalísticas especialmente no ambiente digital.

Estas emergências de sentidos e estratégias foram observadas em caráter exploratório e, durante a pesquisa, elaboradas metodologicamente através de categorias de análise, no intuito de vislumbrar uma anatomia do colunismo contemporâneo. Dito isso, para responder à pergunta norteadora da investigação, qual seja, entender **qual é a anatomia das colunas assinadas por jornalistas em portais de notícias que no contemporâneo permite a ressignificação do formato e do gênero opinativo, sendo espaços de referência para os leitores**, realizamos um recorte específico.

Assim sendo, definimos pela análise das colunas das jornalistas Eliane Brum, junto ao *El País*, e Fabiana Moraes, no *The Intercept Brasil*. Entre os critérios explicitados na abordagem metodológica, está a seleção de extratos do colunismo pela

evidência do “eu que narra”, pela perspectiva do jornalista-colunista em cena, ou seja, também como parte do narrado, ao que atrelamos o conceito de atorização (FAUSTO NETO, 2006). Também consideramos, nesse sentido, a evidência de hibridismo no formato das colunas, detectada já em olhar exploratório, tanto no que diz respeito à estrutura como nas estratégias discursivas, além de serem fundamentais o fato de serem espaços em portais de notícias online vinculados às seções de opinião/colunas; a formação e experiência profissional das colunistas reconhecida por anos de atuação como repórteres, citando nessa trajetória o investimento em apurações em profundidade narrativa através do mercado editorial com livros de reportagem; o acesso das colunas aberto para os leitores (assinantes ou não assinantes); entre outros critérios explicitados no capítulo de abordagem metodológica.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio da qual iniciamos pela revisão bibliográfica em paralelo a um levantamento exploratório do colunismo em portais de notícias. A partir de então fizemos a seleção do *corpus* de análise, compreendido pelo total de colunas publicadas por Eliane Brum e Fabiana Moraes em um período de seis meses, entre dezembro de 2020 e maio de 2021, totalizando 22 colunas. A análise, com amparo na fundamentação teórica e em movimentos da análise pragmática da narrativa jornalística que tratam das estratégias comunicativas (MOTTA, 2013), se deu pela leitura interpretativa das colunas que possibilitou o apontamento de marcas discursivas, recorrências nos textos, que geraram marcadores de análise para novas leituras. Desenvolvemos, assim, um método próprio de observação e interpretação, trazendo excertos das narrativas para discussão na seção das considerações interpretativas. Com isso, as colunas foram dissecadas sob duas perspectivas: marcadores de subjetividade e de objetividade. As recorrências, portanto, levaram à indicação de diferenças em relação à classificação tradicional da categoria e ao reconhecimento de uma anatomia deste colunismo contemporâneo, conforme a reflexão que travamos ao longo do percurso de estudo.

Nesse percurso, tivemos em mente as seguintes hipóteses: 1) há uma reconfiguração de fronteiras conceituais tradicionais no que diz respeito à conformação de narrativas jornalísticas a estruturas pré-estabelecidas, 2) a emergência de narrativas em colunas que se distinguem para valorizar a evidência da subjetividade por meio de estratégias como a interpretação das notícias, a contextualização, a personalização e a atorização, 3) a complexificação do perfil do jornalista-colunista, 4) a valorização e reconhecimento dos jornalistas como colunistas a partir da evidência da autoria e da

identidade, 5) a construção de notícias pautadas pela aproximação com a audiência a partir da interpretação de informações e a exposição do sujeito que narra e é afetado pelos fatos como estratégia de credibilidade, 6) a complexificação do gênero opinativo por meio do espaço das colunas assinadas por jornalistas em portais na internet.

Resulta desse olhar o objetivo de **verificar como se (re)legitima e configura a anatomia narrativa jornalística (textual) em colunas assinadas por jornalistas por meio da opinião em consonância com estratégias de evidência da autoridade daquele que narra e da aproximação junto ao público**. Especificamente, buscamos identificar e refletir sobre as condições em que a emergência das subjetividades fragilizou o império da racionalidade técnica e positivista que firmou as bases das narrativas jornalísticas durante a Modernidade, assim como compreender os conceitos de atorização e autorreferência como característica das colunas assinadas por jornalistas; descrever e compreender como se deu a categorização de formatos e gêneros jornalísticos, segundo os preceitos da Modernidade e ainda utilizados no contemporâneo; relacionar e estudar as implicações da ambiência da internet para as narrativas jornalísticas; problematizar o gênero opinativo por meio do colunismo contemporâneo; relacionar as características/estratégias narrativas que diferem o colunismo praticado no contemporâneo como autenticadoras de credibilidade e autoridade jornalística; refletir sobre a identidade dos jornalistas que assinam e dão nome às colunas pela elevação do poder voz; e, por fim, verificar a complexificação do *ethos* profissional do jornalista-colunista.

Esta é uma aposta de pesquisa tanto pelas contribuições para o campo do jornalismo que, notadamente, é afetado pelas novas possibilidades de produção, circulação e consumo de notícias, bem como para o público que se vê bombardeado por informações a todo instante e já não tem mais filtros que o orientam no consumo das narrativas – posto que o jornalismo é legitimado como aquele que dá a conhecer a verdade - que podem o ajudar a compreender a realidade que o cerca. É uma investigação que consideramos importante num contexto de crescente perda do referente e virtualização e em que percebemos a busca pela narrativa confiável e legítima.

Para atender a esses objetivos, a tese foi estruturada em capítulos de abordagem teórica, tendo em vista a necessidade de uma revisão bibliográfica para conhecer o estado da arte, tendências e conceitos norteadores para a análise empírica que trazemos em capítulo específico. Sendo assim, temos seis capítulos, sendo esta introdução o primeiro deles.

O segundo capítulo é uma revisão acerca das transformações que incidem no contemporâneo a partir da crise de narrativas-mestras e da diluição de fronteiras conceituais. É um panorama sobre a mudança de paradigma associada à sociedade de consumo e ao advento de novas tecnologias de informação e comunicação, contexto que impactou nas narrativas jornalísticas então orientadas pelo positivismo, pela racionalidade técnica e pela objetividade. Dessa forma, a seção introduz o olhar sobre as subjetividades no jornalismo e novas formas de produção e circulação de informações.

No terceiro capítulo fazemos um retrospecto quando à separação da opinião e da informação nos jornais, de modo a adentrarmos na conformação dos gêneros jornalísticos segundo o ideário da Modernidade. Esse reconhecimento é importante para sustentar a identificação das diferenças que se estabelecem na prática contemporânea. Sendo assim, o trecho também abrange uma discussão reflexiva quanto aos fundamentos da objetividade tão perseguida na atividade noticiosa e a mirada para uma perspectiva complexa para o jornalismo.

Já no quarto capítulo exploramos o potencial e os desafios que a internet trouxe para a prática jornalística, de modo compreender as características do jornalismo digital. Assim, seguimos por abordar estratégias ancoradas nas potencialidades que a internet oferece às narrativas, e, a partir destas, a questão da contextualização no jornalismo e o poder de voz em acordo com as transformações no campo da produção das narrativas jornalísticas.

As questões metodológicas e o desenvolvimento da análise do corpus de pesquisa compõem o quinto capítulo. A seção abrange as observações emergentes da exploração do colunismo a partir dos marcadores de interpretação que elencamos, apresentando excertos das narrativas das colunistas.

Por fim, no sexto capítulo apresentamos as considerações finais, com as reflexões acionadas entre a teoria e a análise empírica. Relembramos o problema de pesquisa, hipóteses e objetivos, de modo a verificar o que foi alcançado no percurso científico, as contribuições e possibilidades futuras de encaminhamento.

## 2 CRISE DE NARRATIVAS-MESTRAS E EROSÃO DE FRONTEIRAS CONCEITUAIS

A Pós-modernidade<sup>4</sup> - ou contemporâneo, como adotamos denominar neste trabalho - surge diante da fragilização de ideologias mestras oriundas do projeto moderno. Nosso estudo, portanto, parte da compreensão dos pressupostos da racionalidade técnica e da objetividade e destes para a expressão da mudança social e cultural em curso a partir da segunda metade do século XX, especialmente concernentes ao mundo do jornalismo e a narrativa aí construída dos colunistas e jornalistas especializados. Trata-se da passagem que afeta tanto a vida cotidiana como os campos da política, da ciência, da tecnologia, da arte, da moral, da filosofia e da indústria cultural. Do mesmo modo, por extensão, portanto, estas reconfigurações de ordem sócio-técnico-discursivas impactam e se consolidam na mídia – e nas narrativas jornalísticas – ao longo dos tempos.

O que se segue, assim, é um panorama sobre a mudança de paradigma associada à sociedade de consumo e ao advento de novas tecnologias de informação e comunicação. No que diz respeito ao campo do jornalismo, é imperativo dar conta do contexto e das mudanças que ocorreram na estrutura da sociedade, uma vez que estas determinam as práticas produtivas, discursivas e as formas interativas junto ao público. Assim, a cada momento histórico, correspondem características específicas, tanto no que diz respeito à produção, como na circulação e no consumo das informações.

Nessa esteira de pensamento, inserimos nossa pesquisa acerca do gênero opinativo, mais especificamente a categoria do colunismo, uma vez que identificamos a partir de um olhar exploratório reconfigurações neste tipo de narrativa jornalística. Em acordo com a conceituação oriunda da Modernidade (MELO, 2009, SEIXAS, 2009a), o colunismo responde, entre outras características (como destacamos em capítulo específico) pelo espaço exclusivo nos jornais em que a opinião e as subjetividades são,

---

<sup>4</sup> Adiante, ao nos referirmos à Pós-modernidade, adotaremos a denominação de contemporâneo, devido a não existência de consenso teórico para designar o que se entende do tempo atual, este em que se dá a fragilização das narrativas-mestras que vigoraram na era moderna, quais sejam, a objetividade, a racionalização e o cientificismo. Em acordo com as influências em diferentes campos, termos como liquidez (BAUMAN, 2001), hipermodernidade (LIPOVETSKY, 2004), modernidade tardia ou alta modernidade (GIDDENS, 1991), pós-modernidade (FEATHERSTONE, 1995; LYOTARD, 2004), modernidade tardia (HALL, 2006), capitalismo tardio (JAMESON, 1997), entre outros, são correspondentes para referir o contexto Pós-moderno. Segundo Giddens, que recusa o termo Pós-moderno, o caráter ambíguo presente na realidade contemporânea – sensações de inquietude e ansiedade na experiência cotidiana que fragilizam as noções de auto identidade e, ao mesmo tempo, apropriação de novas possibilidades de ação.

por princípio, permitidas. Ao lançar olhar para colunas assinadas por jornalistas em portais de notícias online, estudar a crise das ideologias mestras na passagem para a Pós-modernidade abarca buscar compreender como as narrativas das colunas se legitimam, em importância e diferencial, nestes tempos em que 1) a subjetividade tende a não ser mais uma exclusividade do gênero opinativo e 2) a proliferação das mais diversas narrativas, oriundas de profissionais jornalistas bem como de cidadãos "comuns" na ambiência da rede, impele à perseguição pelos colunistas por diferenciais para que reafirmem esse lugar de produtores de dizeres referenciais.

Para os colunistas, esse lugar que pressiona para a conquista e disputa do leitor<sup>5</sup> é decorrente dos fatores apresentados que vêm se delineando em razão da emergência do contemporâneo e da fragilização de suas noções de verdade absoluta e de objetividade, e que tendem a ser relativizadas, oportunizando a erosão dos limites e fronteiras conceituais. O contemporâneo e sua liquidez (BAUMAN, 2001) vêm promover o esmaecimento das categorias tão definitivas da era moderna, resultando daí portanto, um fenômeno crescente no jornalismo contemporâneo que diz respeito à reconfiguração das suas narrativas, indicando que não cabem mais nos gêneros rigidamente determinados até então na organização das categorias jornalísticas modernas. Por oposição à cartilha moderna, os textos jornalísticos vêm ousando, em alguma medida, evidenciar o eu que narra, tomando essa manifestação que antes era um problema, como um atestado de verdade neste momento e problematizando o lugar do jornalismo opinativo. Quer dizer, o jornalismo contemporâneo é alicerçado na objetividade e em rituais específicos, contudo, proliferam nos diversos gêneros a emergência das subjetividade e é isto que nos interessa investigar. Segundo Figueiredo (2010), é sintoma de um tempo em que, cada vez mais, o texto se distancia das categorizações rígidas estabelecidas na Modernidade e passa a ser visto por suas conexões possíveis a outros textos e agentes.

De acordo com Gradim (2011), frente à linearidade do discurso então baseado na racionalidade moderna, com narrativas que se apresentavam identitariamente em formatos definidos e delimitados, emergem a multiplicidade de argumentos e jogos de linguagem. Dessa forma, aludindo Murray (2003), resultam expressões e discursos paralelos, simultâneos e multiformes. Ou seja, a erosão das verdades absolutas que

---

<sup>5</sup> O termo leitor corresponde à designação de consumidor de todas as mídias. O mesmo vale para as referências de audiência, público, espectador, plateia, usuário, entre outros, para referir os "receptores" dos conteúdos.

fundaram as classificações de gênero, no contemporâneo “os formatos e relações dinâmicas e flexibilizadas organizam novas condições que (...) também relativizam os lugares antes fixos de emissores e usuários”, contribui Piccinin (2019, p. 17).

Além do mais, as tecnologias e as mudanças em curso na sociedade, uma vez mais, afetam as práticas jornalísticas, ou seja, as mudanças no mundo do "consumo" reconfiguram o "mundo da produção”. Em nosso entender, o espaço das colunas vem adquirindo outras características, diferindo do paradigma moderno de transparência e objetividade que, dentro da delimitação dos gêneros, havia dado para as colunas, até então, o lugar exclusivo da opinião. Mais do que isso, ressignificam as subjetividades em consonância ao uso de estratégias narrativas que, originalmente, caracterizam outras categorias jornalísticas. Identificar e compreender quais são essas "outras" características do texto dos colunistas em razão do novo contexto sócio-tecnodiscursivo é o mote da investigação, tomando como premissa a ideia de que no contemporâneo a proliferação das mais diversas narrativas que inundam o ciberespaço<sup>6</sup>, tendem a fragilizar a autoridade e a expertise jornalística, num primeiro momento. Num segundo momento, por outro lado, e dialeticamente, parece advir justamente daí, desse lugar desafiado pelas outras tantas narrativas, que a coluna se incline a sua distinção e valorização, fazendo emergir colunistas que investem em seus nomes e carreiras de prestígio para tanto.

Nesse sentido, em acordo com o estudo de Seixas (2009a), no que diz respeito à classificação, "surtem novos formatos, se hibridizam, se embaralham os gêneros. As práticas discursivas passam a experimentar e produzir novos formatos, que podem se instituir ou não em novos gêneros" (2009a, p. 2). Dito isso, observamos em nível exploratório que o opinativo, dadas as reconfigurações contemporâneas, se complexifica, não cabendo mais na categorização originalmente proposta, nestes tempos

---

<sup>6</sup> Lévy (1999, p. 92 e 93) define “(...) o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de rede hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço. Esse novo meio tem a vocação de colocar em sinergia e interfacear todos os dispositivos de criação de informação, de gravação, de comunicação e de simulação. A perspectiva da digitalização geral das informações provavelmente tornará o ciberespaço o principal canal de comunicação e suporte de memória da humanidade a partir do próximo século. Segundo Lemos (2008), o ciberespaço pode ser entendido como um ambiente virtual (ou realidade virtual) que é aquele espaço em que nos encontramos no momento do acesso e também pela perspectiva de um conjunto de redes de computadores, interligadas ou não. Concepções estas de ciberespaço que caminham cada vez mais para uma interligação.



de relativização das classificações, dada a hibridização de formatos e estruturas narrativas. E o colunismo como categoria do gênero opinativo, dessa forma, surge como interesse de investigação tendo em vista que sempre foi o lugar destinado para a opinião, distinto do restante dos textos informativos dos jornais, responsável, portanto, por separar as notícias dos comentários, atendendo a classificações oriundas do ideário moderno quando da consolidação dos jornais como empresas. Contudo, no contemporâneo, especialmente devido à popularização e acesso às tecnologias de informação e comunicação, a possibilidade de expressar e fazer publicizar informação e opinião já não é mais competência exclusiva dos jornais, tampouco das colunas.

Conforme Sodré (2009, p. 100), com "as pressões das novas práticas informativas correntes na internet, dita "mídia instantânea", mas também "mídia pessoal", onde o antigo "público-receptor" constitui-se agora como fonte emissora", tudo isso tende a mudar. E mudou devido "às possibilidades técnicas de que se investe todo e qualquer indivíduo munido de um computador, modem, linha telefone ou banda larga" (SODRÉ, 2009, p. 100). Dado o avanço das tecnologias, que agora possibilitam a qualquer cidadão o acesso à internet na "palma da mão", reconfigura-se a escrita dos jornais no sentido de um papel mais ativo do leitor, que acaba influenciando a pauta e a narrativa jornalística. "Em outras palavras, o leitor se investe de chances de determinar o que é notícia", pontua Sodré (2009, p. 100), o que é determinante também para o colunismo que, diferente dos seus primórdios, também busca estar atento aos temas recorrentes na rede, bem como à qualificação do seu dizer na busca pela conquista dessa narrativa distintiva em relação a todas as outras postas para circular na rede.

Assim, propomos a investigação da anatomia e o circuito de produção e circulação das narrativas de coluna, visando entender como se configuram as estratégias de legitimidade, na medida em que narradas a partir de um profissional que se posiciona e oferece uma interpretação mais qualificada, diante da oferta abundante de informações na rede. Portanto, é imprescindível observar e entender as mudanças em curso na sociedade e como estas impactam nas narrativas jornalísticas contemporâneas, de modo a perceber, adiante, a complexificação do colunismo que conhecemos ainda na era moderna.

Feito esse aporte introdutório, o que segue neste capítulo é um panorama possível acerca das concepções da Pós-modernidade. Observamos como a relativização das grandes verdades, a erosão de fronteiras conceituais, as tecnologias e a emergência das subjetividades nas narrativas impactam nas mídias e no campo do jornalismo, assim

como no olhar sobre o gênero opinativo e nele a categoria das colunas. Ou seja, queremos perceber como tais reconfigurações impactam na produção jornalística que desde a Modernidade é concebida sob a égide da objetividade, da racionalidade, de métodos que visam a imparcialidade. O colunismo, por sua vez, abordamos de forma específica em um próximo capítulo, para a compreensão da estrutura classificada ainda na Modernidade e, posteriormente, o reconhecimento de uma anatomia narrativa complexificada no contemporâneo.

A partir da identificação de práticas distintas, tanto na estrutura como na linguagem, a abordagem se dá em torno das colunas assinadas em portais de notícias online pelas jornalistas Eliane Brum e Fabiana Moraes, estas legitimadas pela formação e por anos de carreira na qualidade de colunistas e que trazem, a partir de um olhar exploratório inicial, reconfigurações no seu dizer em direção a esse lugar de intérprete distintivo e autenticado. Com vistas à discussão sobre o circuito de produção e circulação da coluna, visamos a anatomia destas narrativas e como elas se distinguem das demais pela autoridade narrativa, pelas estratégias de aproximação com a audiência adotadas, pelas promessas do seu dizer em direção à conquista da credibilidade e pelas subjetividades evidenciadas na atorialidade nesse narrar.

## **2.1 Um novo paradigma: verdades fragilizadas e categorias insuficientes**

Para Jameson (1997) existe uma condição Pós-moderna determinada, não como uma mudança de época, mas como determinante cultural da etapa do capitalismo (capitalismo tardio) iniciado após a segunda Guerra Mundial. Dessa maneira, entende que é a transformação do próprio capitalismo que possibilita o surgimento de uma nova dinâmica cultural. Por sua vez, Lyotard (2004) argumenta que o que ocorre é um redobramento do capitalismo que, no lugar de um projeto coletivo, valorizou a fruição individual de bens e serviços e a afirmação do livre mercado. Não por acaso, o período recebe de diferentes autores outras denominações que não a de “Pós-modernidade”. Então, considerada como uma fase, consequência do moderno ou como ruptura em relação ao momento anterior, é evidente que provocou inquestionáveis transformações a partir de meados do século XX. Essas modificações, seja no cenário cultural, econômico ou social, são sentidas até hoje, posto que tornam o universo Pós-moderno um mundo no qual a imagem, as tecnologias de informação e de comunicação, o mercado e o consumo têm papel *sine qua non*.

Em consonância, Barbosa (2004, p. VIII) afirma que a Pós-Modernidade traz como principal característica o seu aspecto cibernético-informático e informacional, com estudos voltados principalmente sobre a linguagem e a inteligência artificial, “com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática”. No que diz respeito aos estudos da inteligência artificial, o objetivo é entender “sua estrutura e o funcionamento do cérebro bem como o mecanismo da vida”. Também vigoram “os esforços (científicos, tecnológicos e políticos) no sentido de informatizar a sociedade”. Ou seja, todos os avanços tecnológicos se dão em vista de se tornarem a principal força de produção da sociedade, inclusive a transformação do saber como mercadoria.

Então, se na Modernidade a ciência era considerada uma atividade “nobre”, com o intuito de romper com o mundo do senso comum, das crenças tradicionais – o mundo das “trevas” – na era Pós-moderna a sua vocação é o saber chamado informático e informacional. Assim, a ciência começa a ser vista como um conjunto de mensagens que pode ser traduzido em “quantidade” (*bits*) de informação, pois toda pesquisa científica se tornou condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática. Veja-se então que

O que se impõe com o tratamento informático da “mensagem” científica é na verdade uma concepção operacional da ciência. Nesse contexto a pesquisa passa a ser condicionada pelas possibilidades técnicas da máquina informática, e o que escapa ou transcende tais possibilidades passa a não ser operacional, já que não pode ser traduzido em bits. (BARBOSA, 2004, p. X)

O que ocorreu a partir dessa nova concepção foi a imposição da ideia de ciência como valor de troca, como algo desvinculado do sujeito que a produz e do consumidor, uma vez que “é uma prática submetida ao capital e ao Estado, atuando como essa particular mercadoria chamada força de produção” (BARBOSA, 2004, p. X). Daí decorre que “esse processo, fruto da corrosão dos dispositivos modernos de explicação da ciência, é muito apropriadamente designado por Lyotard (2004) pela expressão ‘deslegitimação’” bem expressada na fragilização dos discursos dos especialistas no contemporâneo e que pode ser observado, conforme propõe a pesquisa, no que diz respeito à autoridade e perícia de quem produz as narrativas jornalísticas.

Para tratar da Pós-Modernidade, Giddens (1991) aponta para as mudanças desde a Modernidade e seus processos de transição:

(...) “modernidade” refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que posteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência. Isto associa a modernidade a um período de tempo e a uma localização geográfica inicial, mas por enquanto deixa suas características principais guardadas em segurança numa caixa preta. Hoje, no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, a qual as ciências sociais devem responder e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação” ou a “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial”, e assim por diante). Alguns dos debates sobre estas questões se concentram principalmente sobre transformações institucionais, particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação. (GIDDENS, 1991, p. 8).

Para o autor, trata-se de uma era de descontinuidade, na qual tudo está em constante movimentação e alteração. Tudo é efêmero. Assim, “(...) as instituições sociais modernas são, sob alguns aspectos, únicas – diferentes em forma de todos os tipos de ordem tradicional” (GIDDENS, 1991, p. 9-10).

Do mesmo modo, Eagleton (1996, p. 7) resume alguns dos atributos distintivos dos períodos moderno e pós-moderno, quando diz:

Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a idéia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação. (...) vê o mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas, em relação às idiosincrasias e à coerência de identidades.

Nesse sentido, observamos que na Modernidade o princípio da racionalização, a partir de uma lógica objetivista, pragmática e fundada no cálculo de resultados e rapidez de operação, ditou as regras nos segmentos da sociedade e, inclusive, na mídia. Embora seus postulados tenham sido criticados, não foram negados, ao ponto de incorporarem, segundo Weber (1982), a divisão social do trabalho e a especialização das funções na sociedade moderna, esta regida por ideais objetivistas a orientar o cumprimento das tarefas segundo regras calculáveis e impessoais.

O jornalismo moderno, portanto, assume neste contexto de sociedade, a responsabilidade pela mediação dos saberes e informações que podem interessar à coletividade, ajudando, por isso, a demarcar as instâncias da esfera pública e privada.

Por sua vez, a partir da necessidade da imposição de uma razão iluminadora, segundo Marcondes Filho (2002), o fazer jornalismo se reveste de práticas nas quais assume o compromisso com a transparência, com a constituição de saberes das grandes narrativas e a valorização da ciência.

A partir da emergência de um novo paradigma, especialmente observado em meados do século XX, identifica-se também a exaustão do princípio organizador da sociedade moderna, a partir do que se convencionou chamar de crise da razão e da consequente deslegitimação dos seus ideais e epistemologias. Portanto, na seção a seguir veremos como este contexto de erosão de narrativas-mestras impactou na autoridade e legitimidade do narrador e dos especialistas, entre os quais estão os jornalistas.

## **2.2 Fragilização da autoridade do narrador e dos *experts***

A Pós-modernidade, assim, vai se caracterizando pela descrença nos metadiscursos vigentes na era moderna, de forma que os grandes mitos justificadores do projeto moderno vão perdendo a credibilidade. Dentre essas narrativas que começam a erodir, estão, conforme Lyotard (2004), o progresso iluminista - que acreditava que a razão, o progresso científico e a tecnologia, levariam o homem à felicidade, emancipando a humanidade dos dogmas, mitos e superstições dos povos primitivos; a redenção cristã, a unidade romântica, o racismo nazista e, acima de tudo, o socialismo clássico e o comunismo - para os marxistas, a história era impulsionada pelo confronto entre duas classes contraditórias, a burguesia e o proletariado, que resultaria, ao fim da revolução do proletariado, numa sociedade sem classes, de plena liberdade e igualdade. A história, porém, mostrou que, na prática, tais teorias não funcionaram conforme o previsto. Por esta razão, criou-se um clima de desconfiança em relação a qualquer discurso que proponha formar consensos universais, ou seja, projetos coletivos.

Nos dizeres do filósofo francês, “a palavra pós-moderna designa a cultura após as transformações ocorridas em relação à crise dos grandes relatos e que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes no final do século XIX” (LYOTARD, 2004, p. 5). A descrença nos metadiscursos não significou, por outro lado, a ausência de narrativas-mestras. Antes foi um rompimento com a tradição para refletir sobre a valorização das pequenas narrativas o que, inclusive, impacta nos modos de viver no contemporâneo. Esta quebra ante os discursos totalizantes configurou também

uma crise do intelectual nas sociedades ocidentais, como veremos na sequência, ou seja, a técnica e a especialidade em nome do método, do resultado objetivo, do cientificismo, perdeu espaço diante da multiplicidade de possibilidades que se abriu ao sujeito pós-moderno, agora único responsável por suas decisões e atitudes.

Em acordo com a mudança de paradigma, Featherstone (1995) observa que Pós-modernidade sugere a mudança, uma interrupção de uma época para outra. Diante da perda de referências balizadoras, a autoridade e legitimidade daquele que narra, então, são fragilizadas pela profusão de narrativas, advindas inclusive de não especialistas nos mais diversos campos, entre os quais o do jornalismo. No caso das colunas, como as que analisamos, vislumbramos uma possibilidade de âncora, de sustento e construção de uma relação de confiança com os sujeitos, leitores, uma vez mais pelas diferenças que estas narrativas ofertam. Desde o princípio baseadas nas subjetividades, agora se apresentam reforçadas pela exposição, pela identidade e autoridade dos jornalistas colunistas que conquistaram reconhecimento público pelos anos de prática como repórteres, pela ética e compromisso com a verdade. Em acordo com esta visada, tomamos a reflexão de Marocco (2019, p. 94), sobre autoralidade e “práticas de resistência que se desviam do *ethos* profissional” como propícias também para o olhar sobre o colunismo contemporâneo:

Concretamente, em sua autonomia de sujeito, que se desloca do modo de objetivação jornalística dos acontecimentos, o repórter demonstra que é possível agir às margens do jornalismo dominante; abre mão da clássica posição de distanciamento obtida com a “objetividade jornalística”, herdada do cientificismo, apresentando-se como um corpo que se coloca no lugar de emergência do acontecimento.

Todavia, não se trata de dizer que não há mais jornalismo objetivo. Aliás, a atividade não pode abrir mão da técnica, da verificação em busca da objetividade dos fatos. Entretanto, o que enfatizamos é uma abertura e, por que não dizer, uma valorização para a evidência das subjetividades que distinguem as narrativas contemporâneas. Estas, por sua vez, encontram solo fértil no colunismo, dentro do gênero opinativo do jornalismo, em acordo com a complexificação da sociedade contemporânea que, por sua vez, descortina possibilidades na emergência do “eu”. Bem em acordo com o que identificamos no colunismo, em que a identidade, a expertise e a evidência do “eu” que narra propiciam a emergência de novos sentidos neste formato jornalístico (e a outros também).

Destarte, essa nova ordem social apresenta mudanças, principalmente concernentes à cultura contemporânea: mudanças nos campos artístico, intelectual e acadêmico; na esfera cultural que abarca os modos de produção, consumo e circulação de bens simbólicos e nas práticas e experiências de grupos envoltos em novos meios de orientação e estruturas de identidade. Desse modo, o novo momento em relação à era moderna enfatiza o cultivo das potencialidades individuais, oferecendo ao indivíduo uma identidade mutável. Segundo teoriza Giddens (1991), é nesse sentido que o "eu" é um projeto reflexivo, uma vez que sem a referência da tradição há o descortinar de possibilidades abertas, de escolhas para o indivíduo. O mesmo já havia postulado Touraine (1994) em sua abordagem sobre o processo de subjetivação. Para o teórico, ao considerar a subjetividade, a individualidade, o momento cada vez mais é uma referência a um sujeito libertado, que coloca como princípio do bem o controle que exerce sobre suas ações e comportamentos.

Por outro lado, ao considerar essa faceta do mundo Pós-moderno, não há como não tratar da ambiguidade deste contexto. Se a reflexividade confere maior liberdade aos indivíduos, significa também que eles são responsáveis pela (re)invenção permanente da política e da sociedade e seus resultados incertos:

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (...) Em todas as culturas, as práticas sociais são rotineiramente alteradas à luz de descobertas sucessivas que passam a informá-las. (GIDDENS, 1991, p. 45)

O que ocorre, como podemos compreender, é uma alteração das práticas em vista de informação renovada. Há o surgimento de uma nova ordem ou de forças que não estão à mostra: a sociedade do conhecimento. Giddens (1991) observa que o rompimento, ainda que parcial, com uma ordem tradicional, ao mesmo tempo em que promove autonomia, retira a sensação de apoio e certeza das coisas. Se, na ausência de uma autoridade definitiva, é o indivíduo que precisa escolher e decidir em que acreditar, então este “novo sujeito” pode ser considerado ansioso. A fonte de ansiedade desse projeto reflexivo diz respeito a um mundo cada vez mais constituído de informação, em que o indivíduo se sente obrigado a fazer escolhas e buscar referências que ofereçam insumos para a construção de seu quadro interpretativo sobre os temas do mundo.

Nestes termos, é importante tratar da autoridade de quem narra no jornalismo. Ao mesmo tempo em que, no contemporâneo, a proliferação das mais diversas narrativas fragiliza a autoridade e o embasamento em torno da expertise jornalística, tratamos da emergência de narrativas distintas por estratégias diversas na oferta de sentidos de realidade e de credibilidade, entre as quais, as colunas assinadas por jornalistas. Ou seja, é oportuna a alusão à questão da autoridade jornalística, necessária para auxiliar a sociedade no entendimento dos fatos e acontecimentos da realidade, a qual neste estudo observamos que se distingue pelas estratégias narrativas ofertadas por jornalistas e colunistas.

Vejamos, primeiro, que o jornalismo é, entre outras definições possíveis, um discurso. Conforme os estudos de Benetti (2008, p. 13) acerca de problemas conceituais em torno da inscrição epistemológica do autor, “esse discurso só se constitui na moldura de um gênero particular”. Assim, observa (2008, p. 14), segundo os dizeres de Maingueneau (2007, p. 141), que é habitual conferir ao gênero “um estatuto essencialmente formal, o de um conjunto de propriedades estilísticas, ao passo que o gênero define também as condições de utilização dos textos que pertencem a ele”. E mais, citando Charaudeau (2004), lembra que, “nos campos da Análise do Discurso, da Semiótica e da Análise Textual, há pelo menos quatro pontos de vista de onde se podem compreender os gêneros: funcional, enunciativo, textual e comunicacional” (2008, p. 14), sendo que

De modo geral, a discussão tem misturado dois pontos de vista no jornalismo: o funcional — quando define, por exemplo, os gêneros informativo e opinativo — e o textual — quando emoldura os gêneros, subgêneros ou formatos de notícia, reportagem, entrevista, crítica e editorial, entre outros textos possíveis. (BENETTI, 2008, p. 15)<sup>7</sup>

De outra parte, ao tratar do jornalismo enquanto discurso, é preciso considerar que ele só acontece na relação entre sujeitos. Assim, seguindo Maingueneau, o discurso se modifica ao longo do tempo e reflete as características da própria sociedade que o

---

<sup>7</sup> Sobre os gêneros jornalísticos, são reconhecidos os estudos de Beltrão (1976, 1980), Casasús e Ladezéve (1991), Gargurevich (1982), Jorge (1997), Laurindo (2003), Melo (2003), Teixeira (2004) e Vargas (1999), entre outros. Também a mídia digital merece destaque, com estudos como os de Machado (2002), Ribas (2006) e Seixas (2004). Esses trabalhos buscam sistematizar o jornalismo a partir da finalidade, dos modos textuais ou do suporte, eventualmente operando uma combinação entre esses pontos de vista. (BENETTI, 2008, p. 15). Em nossa pesquisa, como segue o capítulo acerca dos gêneros jornalísticos logo na sequência, trabalhamos com as categorizações de Melo e os estudos de Seixas.



torna possível<sup>8</sup>. Portanto, entendemos que o discurso se faz na escolha de determinadas estratégias de construção de sentidos. Como pontua Benetti (2008, p. 18),

Não é possível enunciar sem construir, pela linguagem, uma arquitetura complexa que articule a percepção da realidade, a interpretação do que se percebe e se quer enunciar e a escolha de estratégias que permitam propor significados. (...) No jornalismo não é diferente. Como pontua Cornu (1999, p. 352), o jornalista situa-se “(...) desde logo numa cadeia hermenêutica. Tem de reconstruir a realidade para a compreender”. Para ele, a interpretação é uma das três ordens da informação que circunscrevem a discussão sobre a verdade no jornalismo e relaciona-se diretamente ao respeito aos fatos: “Existem (...) fundamentalmente várias reconstruções possíveis da realidade, cuja legitimidade está suspensa ao respeito pela verdade de fato. Para existir, o fato precisa da interpretação, mas a interpretação não pode, por seu lado, dispensar os fatos” (CORNU, 1999, p. 340).

Reconhecendo, portanto, a relação entre a objetividade dos fatos e necessária interpretação, citamos mais uma vez Benetti (2008, p. 19), para retomar a alusão à questão da autoridade de quem narra no jornalismo:

O jornalista que enuncia tem uma imagem sobre si, seu papel e sua identidade. Essa imagem está alicerçada tanto em ideais como verdade e credibilidade quanto na consciência (às vezes nem tão consciente assim, pois internalizada) sobre as condições de produção do discurso. O jornalista também tem uma imagem sobre seu leitor.

Além do mais, os jornalistas, incluindo os colunistas, estão inseridos em uma estrutura social que os determina, da qual, em tese, decorre o valor de credibilidade do jornalismo.

A credibilidade deriva da compreensão (social) de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar a realidade. Essa autoridade emerge de um percurso histórico desse modo de conhecimento, inscrito na trajetória da sociedade moderna, fundado em sua missão pública e em princípios relativamente consensuais na comunidade dos jornalistas — fundado no que Berger e Luckmann (2008) chamam de sedimentações coletivas objetivadas e acumulação de conhecimento. (BENETTI, 2008, p. 22)

Entretanto, temos a percepção de que no contemporâneo as narrativas advindas dos colunistas de portais de notícias online têm uma certa sobreposição ao ponto de vista institucional, justamente pela identidade profissional e pelas estratégias narrativas que se distinguem pelas subjetividades aliadas à ressignificação da interpretação no colunismo, como procuramos demonstrar nos capítulos seguintes. Não quer dizer que se

---

<sup>8</sup> Benetti (2008) traz à tona reflexões em torno da relação dialógica do discurso, citando, entre outros, Pêcheux (1988), Foucault (1995), Bakhtin (1996), Orlandi (1998).

abra mão da apuração, mas de estratégias, independente do gênero ou formato jornalístico, para a captura de atenção do leitor frente à abundância de narrativas oriundas, inclusive, de não profissionais na atividade. Ou seja,

Sendo o jornalista responsável pela verdade, a objetividade, como intenção na ordem dos fatos, não pode ser simplesmente expulsa a favor de uma honestidade definida muito vagamente. Se tivéssemos de exprimir a sua exigência por meio de um só critério prático, esse critério seria o do *rigor no método*. O rigor é ir ao fundo das investigações materialmente realizáveis, no tempo dado para essas pesquisas. É a recolha de todos os fatos confirmados disponíveis. É tudo que se opõe à falsificação, à deformação, à mentira. O rigor é um caminho banalizado, no qual a jurisprudência dos tribunais reconhece a necessária *diligência* jornalística. Perante o objeto fugaz que é o acontecimento, apanhado ‘no som e na fúria’ da história, o jornalista não está dispensado de recorrer aos instrumentos elementares de sua deontologia, a fim de garantir uma correta *descrição dos fatos*: publicar unicamente informações cuja origem conhece, ou senão acompanhá-las das reservas necessárias; não suprimir informações essenciais; não alterar nem textos, nem documentos; retificar uma informação publicada que se revele inexata. (CORNU, 1999, p. 391, grifos do autor)

Nestes termos, aludimos ao necessário ritual estratégico (TUCHMAN, 1999) utilizado pelos jornalistas, em vista da objetividade. Contudo, os métodos de apuração amparados na ciência, o cruzamento de fontes, a pluralidade de versões, assim como a especialização de quem fala, têm encontrado formas que destoam das categorizações originais, justamente pela evidência e ressignificação das subjetividades, tais quais vislumbramos nas narrativas do colunismo contemporâneo. A partir do que, novamente, retomamos a questão da autoridade de quem narra no jornalismo, igualmente citada nas pesquisas de Seixas (2009a; 2009b), especialmente no que se refere aos estudos no ambiente digital. Segundo a pesquisadora, “a classificação das práticas discursivas representa uma compreensão produtiva da prática jornalística, dos seus objetos de realidade, das suas lógicas enunciativas, das suas competências” (2009a, p. 4), com o que, incluímos, o fazer profissional do jornalista – técnica, procedimentos e estilo - deve estar alinhado.

De acordo com Seixas (2009b), os estudos quanto à divisão dos gêneros jornalísticos estiveram, ao longo dos anos, definidos por um critério-chave, o da função/finalidade. Diz que, entretanto, são diversas as finalidades, quais sejam: relatar ou informar, comentar ou opinar, orientar, divertir. Estas, conforme Seixas (2009b), variam quanto à concepção do lugar da interpretação nas narrativas. Nesse sentido, a percepção está em acordo com nossa proposta de estudo das colunas, quando refere que a estas estão atreladas competências que constituem o que Ericson, Baranek e Chan

(1987, apud Traquina, 2005) sistematizam como os saberes principais da atividade jornalística: “saber de reconhecimento” (leitura da realidade, decisão do que é publicável), “saber de procedimento” (apuração, verificação) e “saber de narração” (lógicas enunciativas, conceitos e estratégias).

A estes saberes, Seixas (2009a, 2009b) acrescenta a competência de “domínio”, que seria própria dos colunistas, pois esta se refere ao “saber especializado sobre outra formação discursiva”.

A competência de domínio é própria dos colunistas, dotados de um saber aprofundado sobre objetos, parâmetros, conceitos de outro campo social em frequente diálogo com o campo jornalístico. A competência de procedimento, associada ao que se entende por apuração, não é empregada na produção de muitas composições discursivas. Algum valor-notícia, entretanto, pauta todas as composições publicadas num veículo de jornalismo de atualidade, assim como a organização jornalística participa em certo nível da publicação (seleção ou edição) ou disponibilização de todas as composições discursivas. (SEIXAS, 2009b, p. 74)

Mais do que opinião, os jornalistas colunistas revelam autoridade narrativa por meio da competência de domínio, o que está vinculado à mescla da interpretação aprofundada com informações checadas, exposição de dados, entrevistas, entre outras estratégias narrativas. Neste sentido, propomos perceber no colunismo contemporâneo como se configuram as lógicas enunciativas em função de dadas finalidades reconhecidas ou, como sugere o estudo de Seixas (2009a, p. 4), observar “que jogos se desenrolam com as dimensões do estatuto numa composição discursiva”, assim como, por meio da compreensão do gênero, relacionar “quais as competências mais frequentemente empregadas em determinadas composições discursivas”.

A autoridade narrativa dos colunistas também deriva da fundamentação do jornalismo no conceito de credibilidade, recentemente citado. Tobias Peucer, considerado o progenitor da teoria do jornalismo (SOUZA, 2004), destacou a credibilidade das coisas narradas associada à questão do autor (no caso do seu estudo, o relato das notícias e o relato histórico). Defendeu, dessa forma, que credibilidade e amor à verdade são características inerentes a quem escreve em periódicos. Ou seja, no que diz respeito às colunas, o modo de narrar e a estrutura das colunas indica um dizer filiado à verdade e autenticado por sujeitos que emprestam nome e identidade aos espaços que assinam, assim como se autenticam pela autoridade legitimada pela formação técnica e por anos de trabalho em redações de veículos de comunicação.

Por sua vez, Hall (2006) observa que há a produção de um sujeito pós-moderno caracterizado pela inexistência de uma identidade fixa, uma vez que esta torna-se uma “celebração móvel”. Ou seja, a identidade é formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais os cidadãos são representados ou interpelados nos sistemas culturais que os rodeiam. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos e essas identidades não são unificadas em um “eu” coerente. Para Hall, um aspecto da modernidade tardia relacionado à questão da identidade é o processo de mudança dessa nova era, conhecida como globalização e que afeta o campo da identidade cultural. Podemos dizer que nesse contexto líquido, lembrando Bauman (2001) o “sujeito ansioso” tende a buscar vozes de referência para o lugar das metanarrativas em erosão, as quais podem ser encontradas - no que diz respeito à mídia - nas colunas como as que propomos analisar. Desse modo, mudam também os elementos que vão autenticar a autoridade desse narrar, agora associada à experiência vivida pelo narrador.

As sociedades Pós-modernas são marcadas por mudanças constantes e rápidas, nas quais as pequenas narrativas ganham espaço com a relativização das verdades absolutas oriundas do projeto moderno. Esta é a principal distinção entre as sociedades “tradicionais” e as “modernas”. Neste cenário, identificamos narrativas de colunas assinadas por jornalistas que, por meio de diferentes estratégias, buscam se relacionar com esse “sujeito ansioso”, inseguro diante de tantas mudanças, visando uma aproximação. Assim, buscam se valer de estratégias nesse narrar que tendem a simular uma relação de igualdade entre mídia e audiência ao informarem e, mais do que darem seu ponto de vista na interpretação dos fatos e acontecimentos, contarem suas próprias experiências. Uma oferta de sentido de realidade, portanto, que coloca as narrativas especializadas diante do leitor como as mais qualificadas entre as diversas acessíveis a todo momento, construindo uma relação de confiança e credibilidade que derivam da autoridade daquele que narra – jornalistas reconhecidos e que por isso se identificam inclusive dando nome às colunas - e de estratégias de aproximação como o narrar de suas próprias experiências, revelação de bastidores, olhar para temas e sujeitos (personagens) ordinários e não apenas para grandes pautas, entre outras.

Giddens (1991) reforça que

Nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou

experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. (...) A modernidade, em contraste, não é definida apenas como a experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, na qual: as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações recebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter. (GIDDENS, 1991, p. 37-38)

Observamos, uma vez mais, a (re)configuração de uma sociedade com base na reflexividade dos sujeitos, assim como nas constantes mudanças, especialmente em decorrência das tecnologias de comunicação e informação. Conforme Lyotard (2004), a Pós-modernidade está relacionada à ascensão de uma sociedade pós-industrial, marcada pelo pluralismo, não mais vista como um “todo orgânico”, mas como uma “rede de comunicações linguísticas”. É nesses termos que a produção de narrativas jornalísticas passa a tensionar-se. Neste sentido, as categorias jornalísticas tendem a ser insuficientes, pois a mescla de estruturas e linguagens já não se enquadram a formas pré-estabelecidas ainda na Modernidade.

Bem próprio destes tempos, embora crivada de críticas, a objetividade permaneça como traço da narrativa jornalística, como ideal ou meta apresentada (COSTA, 2009), vêm à tona uma série de relatos jornalísticos em primeira pessoa, como resultantes da guinada subjetiva que, principalmente a partir da década de 1970, deu a voz, por meio do testemunho, àqueles até então excluídos dos discursos majoritários. Zizek (2008, p. 8) assinala que para “a visão pós-moderna não existe realidade objetiva: nossa realidade consiste em múltiplas histórias que nós contamos sobre nós mesmos”, o que constrói um “labirinto” de narrativas “concorrentes”. Sendo assim, no que diz respeito ao colunismo, segundo sua classificação no gênero opinativo, pressupomos que este já não é mais o lugar específico das subjetividades no contemporâneo e, portanto, sua anatomia se hibridiza e complexifica em busca de se estabelecer como lugar de referência e distintivo entre as tantas narrativas disponíveis especialmente na ambiência da internet, advindas também de cidadãos comuns.

Lemos (2002, p. 64) já destaca o entendimento de Lyotard, segundo o qual o “homem pós-moderno obedece às enunciações de várias ordens através de jogos de linguagem, escapando das formas totalitárias da razão instrumental moderna”. Nestes termos, refere que a ciência contemporânea, com a teoria do caos, as lógicas não-denotativas, o paradigma cibernético-informacional, a teoria dos jogos, revela o heterogêneo e a diferença. Lyotard, assim, mostra que o conhecimento científico entra

em crise (eficiência, consenso, determinismo) na Pós-modernidade. Ao dizer que não se trata mais “de conhecer o que é o adversário (a natureza), mas de saber qual jogo ela joga”, Lyotard (2004) sugere que o modelo de legitimação já não é mais o da melhor performance, mas o da diferença. Quer dizer, a ambiência em rede oportuniza novos textos, o que interfere no circuito de produção e circulação das colunas que agora podem se valer das diferenças para se estabelecerem como lugar de referência e credibilidade. Os formatos flexibilizados também relativizam os lugares antes fixos de emissores e usuários – jornalistas (colunistas) e leitores. A autoridade de quem narra, nesse sentido, está implicada.

Nessa mesma esteira de pensamento, Baudrillard (1995) afirma que a meta não é mais a política do universal, mas o abalo do ideário moderno impõe a política das minorias, das massas que desaparecem em sua indiferença fazendo emergir os temas mais cotidianos e mais ordinários que os vinculam de forma mais efetiva com as audiências. Na temática das colunas, mesmo os grandes temas são trazidos para a proximidade do leitor, seja pela experiência do jornalista como personagem ou pelas minúcias do cidadão anônimo como fonte e personagem para autenticar dados por meio de exemplos associados à realidade de quem lê as colunas. Diferente da mídia moderna, as narrativas contemporâneas propõem proximidade e vínculos muito estreitos com seu leitor.

Impera a (fruição) “conquista do presente” (MAFFESOLI, 1984). O sujeito do imediato, do presenteísmo, deseja proximidade com as mídias até então distante, até mesmo porque até então quase não havia possibilidades de *feedback*, de interferência da audiência na circulação e no mundo da produção. Desse modo, observamos que também os colunistas se inserem na ideia do “aqui e agora”, da proximidade. A dimensão estética e hedonista impregna a vida contemporânea:

Se o ano 2000 era “o” futuro para a geração do começo deste século, o “aqui e agora” é a única saída para a geração do século que começa. Aqui vivemos a globalização do local e a localização do global. (...) A realidade social torna-se produto dos processos de desmaterialização e de simulação do mundo (Baudrillard), impulsionados pelo desenvolvimento de máquinas de informação (os computadores). Conforme afirma Rouanet, o homem histórico-paranóico moderno morreu, dando lugar ao homem esquizo-conformista (Baudrillard) ou esquizo-anarquista (Deleuze e Guatarri), habitando um mundo de imagens hiper-reais: a sociedade do espetáculo. (LEMOS, 2002, p. 64)

A “sociedade do espetáculo” é uma conceituação de Debord (1997) para o período contemporâneo, calcada na perda de credibilidade dos mitos da Modernidade e sucedidos pelo niilismo da sociedade. O conceito diz respeito à crítica teórica sobre consumo, sociedade e capitalismo. O autor define o espetáculo como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens, estas, por sua vez, vinculadas com as relações de produção e consumo de mercadorias.

Para Debord (1997), a onipresença dos meios de comunicação e suas encenações ampliavam a coisificação e a reificação. Posteriormente, Baudrillard (1992, 1997) adicionou a ideia de que a "produção de realidade", a partir de narrativas midiáticas, criava um mundo de "simulacro" que dispensava a experiência vivida. Tais caracterizações dizem respeito à produção da sociedade da imagem e da sociedade do conhecimento, onde a mídia tem um papel fundamental na produção de narrativas que criam um universo de ilusão ou o "hiper-real", segundo a expressão de Baudrillard (1997). Há a proliferação de cópias, onde o referente vivido pelos homens desapareceu. Tudo vira espetáculo, tanto os conflitos afetivos, como os familiares e de vizinhança. Portanto, dizemos que o espetáculo é paradoxalmente o que produz no sujeito essa vontade de vínculo, porque a virtualização exagerada pode acabar por produzir o distanciamento.

Assim como a industrialização e a urbanização mudaram o ritmo e as feições da vida no século XIX, as linguagens midiáticas alteraram decisivamente os modos de vida atuais. Ganham importância, de tal modo, as narrativas - e nelas as jornalísticas. Neste sentido, o colunismo, que nos propomos a analisar, nesse cenário, caminha para uma reconfiguração associada ainda à ideia de espaço de referência, em conformidade com o propósito moderno, mas sob novos delineamentos que levem sobretudo à construção de identidade e valor de intérprete qualificado de seu tempo, distintivo das demais e inúmeras narrativas. Diante de tantas informações ao dispor a todo momento, especialmente na ambiência da internet, produzidas e disseminadas, inclusive por não profissionais, a autoridade de um jornalista reconhecido pela competência e prestígio ao longo de um extenso tempo de vida profissional tende a se constituir, nas colunas, portanto, como um guia para o leitor. O colunista caminha para um modelo de curadoria de informação, a partir da qual reúne, interpreta e contextualiza aquilo que merece atenção da audiência, auxiliando na formação de opinião e tomada de decisões.

Segundo os dizeres de Lyotard (2004), ressaltamos que, dadas as grandes verdades relativizadas, o que se viu foi uma multiplicação e fragmentação dos relatos,

os quais competem entre si. De tal modo, nas palavras de Hutcheon (1999), as instituições passam a ser submetidas à investigação, desde os meios de comunicação até a universidade, dos museus aos teatros. Esta nova sociedade precisou rever suas alternativas e neste contexto de erosão de valores a função de intermediação e regulação se deslocou de administradores para autômatos, fazendo surgir entre os indivíduos todo tipo de *experts*.

O “redesdobramento” econômico na fase atual do capitalismo, auxiliado pela mutação das técnicas e das tecnologias segue em paralelo, já se disse, com uma mudança de função dos Estados: a partir desta síndrome forma-se uma imagem da sociedade que obriga a revisar seriamente os enfoques apresentados como alternativa. Digamos sumariamente que as funções de regulação e, portanto, de reprodução, são e serão cada vez mais retiradas dos administradores e confiadas a autômatos. A grande questão vem a ser e será a de dispor das informações que estes deverão ter na memória a fim de que boas decisões sejam tomadas. O acesso às informações é e será da alçada dos *experts* de todos os tipos. (LYOTARD, 2018, p. 27)

Seguindo o pensamento de Lyotard, as metanarrativas possuem a função de legitimação dos enunciados, cujo caráter de verdade é conferido pelo tanto da sua vinculação ao consenso dos especialistas. Contudo, o surgimento de tais *experts* está ligado à prosperidade capitalista e do desenvolvimento avassalador e desconcertante das técnicas e das tecnologias. Essa velocidade mexe com o estatuto do saber, e sobretudo, da verdade. Com o avanço tecnológico, percebe-se uma desvalorização dos discursos legitimadores universais em detrimento à melhor eficácia e eficiência, ligada aos interesses do dinheiro. Ainda, conforme Lyotard (2018), esta crise das grandes narrativas deixa o homem sem suas referências que o possibilitariam viver mais seguro no meio da coletividade. Vislumbramos o espaço oportuno para a emergência das narrativas de colunas agora mais próximas do público e calcadas na experiência ordinária, narradas por sujeitos com autoridade e reconhecimento do público.

Do mesmo modo, o saber científico é afetado pela corrosão do princípio legitimador do saber. Abrindo mão das delimitações das disciplinas, surge uma nova necessidade de busca de saber, agora calcada na interdisciplinaridade (Lyotard, 2018). As fronteiras se deslocam, se problematizam, se entrecruzam na produção de verdades. O mesmo se dá na relação com a mídia e as narrativas jornalísticas, já não mais as mediadoras exclusivas da sociedade, podendo fundar essa busca do jornalista colunista em se estabelecer como um lugar distintivo entre as narrativas em circulação e de referência para o leitor, esse sujeito ansioso do qual já falamos.



Como se vê, o componente comunicacional ganha evidência na sociedade pós-industrial<sup>9</sup>. Nessa nova sociedade, a função de intermediação e regulação se desloca de administradores para autômatos (da sociedade ou sistema para os indivíduos), conforme pontua Lyotard (2004). É por isso que, segundo autor, essa sociedade pós-industrial – também chamada de sociedade do consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica – é marcada por uma heterogeneidade de elementos, especialmente pelo elemento comunicacional. O que permite pensar as narrativas jornalísticas das colunas como possíveis espaços de referência pela qualidade do dizer e autoridade daquele que narra diante da profusão de narrativas oportunizadas pela emergência das tecnologias de informação e comunicação.

Feita essa base em torno da mudança de paradigma da tradição para a abertura de possibilidades e escolhas aos indivíduos, o que se deu por meio da erosão de narrativas-mestras totalizantes, orientadoras da compreensão e do agir no mundo, na próxima seção destacamos a importância dos componentes tecnológico e informacional e da comunicação no estabelecimento da sociedade Pós-moderna.

### **2.3 Tecnologias de informação e comunicação e a arquitetura midiática**

As transformações em curso na Pós-Modernidade também deram a conhecer um momento próprio da sociedade pós-industrial ou sociedade da informação. A transformação da ideia hegemônica da razão e dos princípios iluministas foi capitaneada pela lógica econômica, com o triunfo do capitalismo e de um modelo de desenvolvimento que tem na base a mobilidade e a interligação dos indivíduos pelo planeta através das novas tecnologias. Entre as feições do período estão o processo globalizatório, as comunicações eletrônicas enquanto face tecnológica, bem como a mobilidade, a flexibilidade e a fluidez que oportunizam novos rumos tanto ao dinheiro como às ideias.

Estão, portanto, submetidos a esta lógica da relativização, os pequenos relatos, a fragmentação, resultando nas rupturas de fronteiras e barreiras, e oportunizando as fusões, encurtando o tempo, o curto prazo, impondo o imediatismo, a descentralização e extraterritorialidade do poder, a imprevisibilidade e o consumo. Bem aos moldes da

---

<sup>9</sup> Sociedade pós-industrial é equivalente às denominações de sociedade do consumo, sociedade das mídias, sociedade da informação, sociedade eletrônica. Fonte: Bell, Daniel. O Advento da Sociedade Pós-Industrial. São Paulo. Cultrix. 1974.

metáfora da liquidez expressa por Bauman (2001), visto que, como as narrativas, os líquidos vão tomando a forma dos espaços que ocupam. Também Eagleton (1996, p. 7) chama atenção para a erosão dos limites e fronteiras conceituais, de modo que “vê mundo como contingente, gratuito, diverso, instável, imprevisível, um conjunto de culturas ou interpretações desunificadas gerando um certo grau de ceticismo em relação à objetividade da verdade, da história e das normas”. Estas são marcas da deslegitimação dos ideais da Modernidade. Em outras palavras, significa dizer da crise das metanarrativas, abalo dos princípios do nacionalismo e do industrialismo. É nesses termos que a produção de narrativas jornalísticas está tensionada.

Mudanças que reconfiguraram a arquitetura midiática, bem como as práticas de produção, circulação e consumo de narrativas jornalísticas. Se na Modernidade o fluxo comunicacional não possibilitava ou dava poucas chances de intervenção do leitor no processo, a passagem para o contemporâneo mudou consideravelmente a relação entre emissores e receptores. Merece destaque o fato de que as audiências produzem e ofertam informações a qualquer tempo, tornando-as públicas em plataformas digitais e promovendo a erosão das fronteiras conceituais até então vigentes, contexto que é fundamental para o recorte da presente pesquisa. Mais do que dar devolutivas no processo entre emissão e recepção, os leitores também têm poder para produzir e colocar informações em circulação.

De cada momento histórico, então, correspondem características específicas, tanto no que diz respeito à produção, como na circulação e no consumo das informações. Para melhor compreender as transformações sócio-técnico-discursivas no que diz respeito ao impacto dessas na arquitetura midiática e nas narrativas jornalísticas, cabe trazer à tona a categorização das fases do jornalismo, segundo a classificação de Marcondes Filho (2002). O teórico divide o jornalismo em quatro fases distintas, subsequentes à pré-história do jornalismo, pontuada entre 1631 e 1789, com produção artesanal e forma semelhante ao livro, quais sejam:

- 1) a primeira fase, ainda artesanal, de 1789 a 1830, foi a época da ebulição político-literário, com texto crítico, economia deficitária e impressos comandados por escritores, políticos e intelectuais;
- 2) o segundo jornalismo, a partir da segunda metade do século XIX, é caracterizado pela empresa capitalista. É chamado de imprensa de massa, marca o início da profissionalização dos jornalistas, da produção de manchetes, da incorporação do *lead* e da incorporação da publicidade. É o início da consolidação da economia das empresas.

3) a partir de 1900 até 1960, com o desenvolvimento de tecnologias, definiu-se o chamado terceiro jornalismo, cuja atividade noticiosa teve cunho monopolista, com grandes tiragens e grandes grupos editoriais monopolizando o mercado;

4) por fim, a quarta fase, delineada por volta de 1960 em diante, é caracterizada pela velocidade na transmissão de informações, de forma eletrônica e interativa, mudança nas funções dos jornalistas, além da valorização visual e da crise na imprensa escrita.

Pelo exposto, vivenciamos o quarto e último jornalismo, o do fim do século XX, marcado pela era tecnológica e pela intensificação e velocidade das mudanças. O autor destaca o acoplamento de dois processos nesse contexto: de um lado, “a consciência no plano das estratégias de comunicação e persuasão dentro do noticiário e da informação” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 30) e, de outro lado, a “substituição do agente humano jornalista pelos sistemas de comunicação eletrônica, pelas redes, pelas formas interativas de criação, fornecimento e difusão de informações” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 30).

Seguindo essa reflexão, o olhar para o gênero opinativo e nele o colonismo recai para a identificação espaços de referência para ajudar os leitores na compreensão dos fatos e acontecimentos do mundo que o cerca num contexto de proliferação de narrativas advindas, inclusive, de não profissionais. No cenário de fragilização das grandes verdades e da autoridade dos especialistas, inclusive os jornalistas, trata-se de um olhar para estruturas as quais vislumbramos que, pelas diferenças que estabelecem no bojo da diluição das fronteiras conceituais, podem encontrar solo fértil para se (re)afirmarem pela expertise e autoridade daquele que narra, o jornalista colonista.

A quarta fase surgiu para transformar o cenário com possibilidades de informação eletrônica e interativa, marcado pela velocidade na transmissão de informações, valorização visual e crise na imprensa escrita. No fim do século XX, as novas tecnologias virtualizaram o trabalho jornalístico e interferiram radicalmente nos conteúdos. É o reconhecimento do fenômeno da globalização que, pautado pelas mudanças econômicas e sociais que possibilitaram a interligação em rede, pode ser definido pela intensificação das relações em escala mundial (GIDDENS, 1991). Ou seja, é a conversão do que MacLuhan (1964) já denominava de aldeia global.

A conexão em rede facilitada pelas tecnologias de informação e comunicação é determinante para um novo modelo de vida em estabelecimento no contemporâneo. No mesmo tempo em que as bases fundacionais tecnológicas da internet se organizavam (entre 1960 a 1990), um movimento cultural próprio desse domínio se formava: a

cibercultura. Lemos (2013) explica que a cibercultura é melhor entendida como os efeitos da informática na sociedade e na cultura. Observa que “(...) a cultura contemporânea, associada a tecnologias digitais (ciberespaço, simulação, tempo real, processos de virtualização, etc.) vai criar uma nova relação entre a técnica e a vida social que chamaremos de cibercultura” (LEMOS, 2013, p. 15). Por outras palavras, podemos dizer da noção ampliada de cultura, esta diretamente ligada à tecnologia, mais especificamente à internet. Uma evolução natural da cultura produzida pelas sociedades, mas no âmbito digital, devido aos dados estarem armazenados em um mesmo lugar, desterritorializado, acessível e possível de ser socializado por meio de recursos técnicos na ambiência da rede.

As noções de cibercultura, bem caracterizadas pela diversidade, se ampliam na medida em que cresce o uso, o acesso e a eficiência das tecnologias de comunicação e de informação, como o caso dos smartphones. Por sua vez, Lévy (1999, p. 17) trata a cibercultura como um fenômeno, visto que é “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Nestes termos, podemos dizer que a compreensão deste fenômeno abarca uma cultura computacional emergente que requer novas linguagens, o que incide na demanda de reestruturação do trabalho e das relações sociais, no qual figuram as “telas” e cidadãos que precisam deter o conhecimento quanto à informática e os recursos em rede.

Por assim dizer, mencionamos ainda uma quinta fase do jornalismo, além das citadas por Marcondes Filho (2002), período contemporâneo e que pode ser entendido como decorrência dos desdobramentos do fenômeno descrito pelo teórico. O quinto momento, na visão de Soster (2009) e outros pesquisadores, é o do jornalismo midiaticizado. Embora não nos interesse entrar nas peculiaridades acerca da midiaticização, é importante a compreensão desta na reconfiguração das narrativas, pois estas são estabelecidas em relação com o seu contexto sócio-técnico-discursivo, como interpretações. No dizer de Scholes e Kellog (1977, p. 47), “toda época e cultura têm suas formas narrativas”.

Ou seja, o fenômeno da midiaticização olha para a mídia a partir de uma nova lógica em que os dispositivos de comunicação desempenham um papel para além do conceito original de mediadores à atividade humana para compor uma nova ambiência, perceptível, sobretudo, pela emergência de novas lógicas operacionais e discursivas (SOSTER, 2008, 2009). (PICCININ, SOSTER, 2012, p. 119)

Ainda, como aponta Fausto Neto (2008, p. 93)

As mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais. A expansão da midiatização como um ambiente, com tecnologias elegendo novas formas de vida, com as interações sendo afetadas e/ou configuradas por novas estratégias e modos de organização, colocaria todos – produtores e consumidores – em uma mesma realidade, aquela de fluxos e que permitiria conhecer e reconhecer, ao mesmo tempo. Nada estaria fora das fronteiras da sua constituição, uma vez que não haveria nenhum objeto a ser representado, pois tudo estaria contido nas múltiplas relações e co-determinações, a se manifestarem no modo de existência deste ambiente de fluxos e de envio/re-envios.

Trata-se, assim, de refletir sobre o que muda nessa reconfiguração das narrativas jornalísticas e, em específico, o que há de influência para o colunismo contemporâneo, uma vez que a midiatização oportuniza aos produtos do jornalismo uma fuga do lugar específico de mediador dos fatos para um “dizer de si”. Sendo assim,

Soster (2012b) sugere que a midiatização do jornalismo pode ser observada como tal por meio de quatro movimentos identificados, (...), que se verificam no âmbito da circulação dos meios e de seus conteúdos, quais sejam: a autorreferencialidade, a correferencialidade, a descentralização e a dialogia. E é neste lugar em movimento – o da circularidade – de natureza sociotecnodiscursiva que se estabelecem, no espectro da midiatização, possibilidades de “(...) novas interações nas práticas jornalísticas com o mundo do leitorado” (FAUSTO NETO, 2012, p. 55). (PICCININ, SOSTER, 2012, p. 121)

Em acordo com tal reconhecimento, a midiatização está implícita em nossa pesquisa. Com efeito, interessa sobremaneira a autorreferencialidade, característica primeira do fenômeno da midiatização do jornalismo, compreendida como a condição da mídia contemporânea de referenciar continuamente suas próprias operações. A autorreferencialidade, nos dizeres de Piccinin e Soster (2012), personifica-se, por exemplo, quando o dispositivo faz referência a si próprio em suas ofertas de sentido, seja por meio da explicitação de suas operações seja pelo uso de marcas textuais como estratégia, entre outras, de oferta de credibilidade (FAUSTO NETO, 2006), como o que procuramos verificar no colunismo.

Também, a correferência decorrente deste momento de jornalismo midiatizado incide na oferta de novos sentidos, de repercussões que incidem sobre o contrato de leitura:

Nesse caso, a correferencialidade é também fruto da ambiência de profunda imersão tecnomidiática experienciada na contemporaneidade, e que diz respeito ao fato de que a instituição jornalística vale-se de seus pares para referenciar o jornalismo feito por si e pelos outros. Assim, pautas, reportagens, grandes coberturas partem da instância jornal impresso, rádio, TV, ou web e alcançam os outros dispositivos midiáticos, criando uma circularidade contínua de retornos discursivos dentro do sistema. Ou seja, se diante das múltiplas narrativas midiáticas contemporâneas, o jornalismo (...) busca referendar-se pela autorreferencialidade que empresta, sobretudo, credibilidade a si mesmo, também o processo horizontal com seus pares, por assim dizer, opera em sentido semelhante, ainda que com propósito ligeiramente distinto. (PICCININ, SOSTER, 2012, p. 124)

Destarte, esse conjunto de transformações dadas pelo avanço das novas tecnológicas vem produzir mudanças bastantes consideráveis no circuito comunicacional, devido às novas gramáticas oportunizadas pelo mundo da emissão em direção à recepção. Neste sentido, a interatividade<sup>10</sup> funda em boa parte esse novo circuito, na medida em que permite às narrativas jornalísticas oferecerem-se em temática e em condições de consumo mais próximas dos sujeitos. Quer dizer, a partir do advento e da facilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação, como o caso dos dispositivos móbile, uma relação de troca é oportunizada entre emissão e recepção através dos canais ofertados na rede (sites e redes sociais, por exemplo, com comentários, reações e compartilhamentos). No caso das colunas assinadas por jornalistas, podemos mencionar o lugar de referência destes profissionais por meio da autoridade narrativa e, ao mesmo tempo, mais acessíveis da audiência, posto que embasam suas narrativas nas próprias experiências e outras estratégias de aproximação. Trata-se de dizer, segundo Fausto Neto (2018, p. 30-31), da circulação que

(...) vai além de uma “zona de passagem”, sendo o lugar de acoplamentos de dois conjuntos de relações – produção/reconhecimento – que são colocados em contato segundo manifestações de *feedbacks* complexos, como possibilidade de acesso às regras de materialização dos sentidos. Lugar de produção e de trânsito de discursos, onde sentidos são ao mesmo tempo engendrados e disputados, ele é fonte de complexidade ao explicitar

---

<sup>10</sup> Segundo Silva (1998), o conceito de interatividade é recente, posterior ao conceito de interação, que vem da física, tendo sido incorporado por outros campos do saber. O conceito de interatividade vem da *pop art*, caracterizada pela fusão sujeito-objeto, como por exemplo os parangolés de Hélio Oiticica, onde o espectador interfere, modifica e co-cria a obra com o artista. Nesse sentido, o conceito de interatividade vai para além do conceito de interação, onde existe uma separação entre quem emite e quem recebe a mensagem. O conceito de interatividade transcende o conceito de interação, pois não há uma separação em pólo emissor e pólo receptor. A proposta de estudo de Primo (2000) para o conceito de interatividade está baseada na diferenciação que estabelece entre o que é interativo e o que é reativo. Um sistema interativo trabalha com a autonomia, enquanto um sistema reativo trabalha com um grupo de possibilidades de escolhas. No caso de um sistema interativo, pode-se dizer que existe um diálogo, a comunicação está fundada na troca. Assim, uma relação reativa não pode ser entendida como interativa.

atravessamentos de lógicas diversas, sejam aquelas que apontam para regulações, mas também de potencialização de sentidos.

Observamos que a publicação online nas plataformas dos veículos de comunicação (ou compartilhamento nas redes sociais dos jornalistas), por sua vez, também permite a interação com os leitores pelos comentários, o que dificilmente ocorria no colunismo até então, tanto pela postura dos colunistas como pela ausência das ferramentas de interação. Desse modo, o conceito de circulação<sup>11</sup> ajuda a compreender que “entre as consequências dos complexos *feedbacks* produzidos pela midiatização crescente, aponta-se a transformação da estrutura (tecnodiscursiva) da circulação complexificando as condições de produção (e da própria circulação), dos discursos e dos sentidos” (FAUSTO NETO, 2018, p. 30). Sendo assim, os sentidos das narrativas das colunas também são tecidos a partir das estratégias dos jornalistas colunistas na relação com a audiência.

Podemos referir os dizeres de Martin-Barbero (2005), ao tratar da questão das mediações, sobre a influência das novas mediações tecnológicas:

O mundo atravessa hoje uma situação cultural bem peculiar, com crescente consciência do valor da diferença, do pluralismo e no plano das civilizações e das culturas étnicas, das culturas locais e de gênero, enfrentando um poderoso movimento de uniformização dos imaginários cotidianos nos modos de vestir e nos gostos musicais, nos modelos de corpo e nas expectativas de êxito social, nas narrativas com maior público no cinema e na televisão, como nos videogames. (MARTIN-BARBERO, 2005, p. 5)

A técnica se apresenta cada vez mais na vida contemporânea e a expansão do uso da internet figura como recurso tecnológico importante no contexto da diversidade pelas possibilidades advindas das novas sociabilidades no âmbito da rede. Sendo assim, a cibercultura dialoga com a Pós-modernidade na medida em que autores como Lemos (2013) esclarecem que a internet e seus usos sócio-técnico-discursivos se instituem a

---

<sup>11</sup> A circulação é concebida como “região” na qual os sentidos não apenas transitam, mas também são tecidos. Os efeitos da midiatização permitem que o modo de observá-la passam a reconhecê-la e a conceituá-la como um fenômeno complexo. Entendido como uma região que não é passiva, mas dotada de um status engendrante, pelo menos, por duas razões. A primeira, porque sentidos produzidos em produção e recepção sofrem também as injunções da circulação, na medida em que ela se constitui em “zona” que os prepara, uma vez situada na articulação das instâncias de produção e de recepção. E, em segundo lugar, porque sentidos não podem ali trafegar sem interferências ou imunes às diferenças e lógicas dos seus nichos produtivos, bem como da sua dinâmica da circulação. A circulação não é uma zona de recepção e de trânsito dos sentidos, mas *locus* de engendramentos de macro e microprocessos comunicacionais, na medida em que tem também, como referência, as transformações dos fenômenos sociotécnicos –como a internet – como o principal marco do funcionamento transversal do atual estágio da midiatização, em processo.

partir de uma nova relação espaço-temporal. O que aconteceu especialmente no âmbito da arquitetura midiática, catalisado pelo barateamento dos custos de produção que levou à digitalização e convergência de seus processos.

Para Jenkins (2008) as novas interações e sociabilidades promovidas pelos processos digitais e convergentes intervêm nas relações de mediação que ocorrem nas trocas simbólicas entre emissor e receptor e entre indústria e sociedade. O processo de convergência que está atrelado a uma “transformação cultural” vai incidir, inclusive, nas categorizações propostas pela Modernidade, na medida em que atendiam a protocolos baseados na perspectiva fordista de organização societária que pressupunha divisões bastante rígidas e firmemente determinadas. No caso específico do jornalismo, a convergência e a digitalização associam-se à ideia de liquidez e de navegação dos discursos por formatos que se recombinaem e se hibridizam. Desse modo, a coluna que detinha a exclusividade na evidência do discurso opinativo, bem como a licença para em alguma medida o jornalista manifestar sua subjetividade em contraponto aos pressupostos da objetividade e imparcialidade, – não se sustenta mais frente a essas transformações.

Assim, no contexto da cibercultura evidenciam-se dinâmicas baseadas na complexidade e na simulação computacional que modificam o estatuto da experiência na cultura contemporânea (ACCIOLY, 2010). Esse contexto aparece de modo claro pela emergência da “web 4.0”, onde se tensiona a transformação de todos os elementos da rede em canais, ferramentas ou mídias sociais, de hipervisibilidade e contínua conexão e atualização. As redes sociais, portanto, são frutos dessa lógica nascida a partir do ano 2000 e que, cada vez mais se expandem através das possibilidades advindas dos dispositivos móveis e portáteis, e da conexão. Falamos, nesse sentido, da transformação da experiência humana em termos sociais e pessoais.

## **2.4 A convergência midiática no campo do jornalismo**

Vimos que as possibilidades de informação eletrônica e interativa, marcadas pela velocidade na transmissão de informações, incidiram diretamente nas narrativas jornalísticas, para além da crise na imprensa escrita, no fim do século XX. As novas tecnologias virtualizaram o trabalho jornalístico impresso e interferiram radicalmente



nos conteúdos. Trata-se de uma insurreição tecnológica que diz respeito à digitalização<sup>12</sup>.

Em relação aos conteúdos, as tecnologias interferem nos mesmos, favorecendo certas linguagens e depreciando outras. A visibilidade técnica (a qualidade da imagem) impõe-se como modelo estético, inicialmente na televisão mas também no cinema, nos painéis publicitários e em todas as mensagens virtuais. O fascínio da imagem, (...) passa a ditar a hierarquia da comunicação: primeiro, uma cena tecnicamente perfeita; depois, um texto, uma narrativa, uma notícia. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 31)

Ao aplicar o conceito de convergência de Jenkins (2008) ao jornalismo, a concepção pode ser comparada aos dizeres de Barbosa (2009, p. 36), que define convergência jornalística como “um processo sujeito a gradações e evolução contínua”, que inclui o fator tecnológico e outras cinco dimensões: empresas, profissionais, editorial (conteúdos), meios e audiência. No âmbito profissional, tanto em uma redação unificada como em redações independentes há meios trabalhando em cooperação para elaborar conteúdos e produtos para mais de um suporte. Constam, ainda, com relação ao conteúdo, o uso da linguagem multimídia e, quanto à audiência, a interação com o público.

Conforme Silva (2009), mais do que uma consequência das evoluções tecnológicas e de um sistema capitalista, a convergência reestruturou o ‘fazer jornalístico’. Salaverría (2008) completa ainda que a convergência acabou por provocar uma integração de ferramentas, espaços de métodos de trabalho e de linguagens anteriormente dispersos. Esse movimento resultou em produção de conteúdos distribuídos por meio de múltiplas plataformas, utilizando-se a linguagem própria de cada uma. A convergência é, para Silva (2009), determinante para a sobrevivência das empresas de comunicação tradicionais, pois essas são redefinições que afetam toda a cadeia produtiva, desde as funções jornalísticas até a distribuição da notícia para a audiência.

E se a convergência é fator consumado para as empresas de comunicação, pressupõe-se que o jornalista como profissional precisa adaptar-se às mudanças. Esse, então, é o jornalista multimídia, ou ainda, como define Concha Edo (2000), a conversão dos jornalistas em fornecedores de conteúdo, que escrevem para a internet, com suas correspondentes atualizações, e contam a notícia nos meios audiovisuais,

---

<sup>12</sup> Digitalização é o processo pelo qual uma imagem ou sinal analógico é transformado em código digital. Fonte: CASTELLS, 2002.

compartilhando toda a informação e renunciando aos exclusivos e às reportagens. É no trabalho de enunciação, hoje, com os recursos disponíveis, possível de ser feito em qualquer lugar e em qualquer tempo, que os jornalistas produzem os discursos, que, submetidos a uma série de operações e pressões sociais, constituem o que o senso comum das redações chama de notícia. O jornal – e o próprio jornalismo – ingressa em uma era de transformações em todas as suas dimensões, independente do seu grau de convergência com os outros meios no ambiente da internet.

(...) a informação produzida e circulante nas redes incide adicionalmente sobre o papel histórico do jornalista como um “contador de histórias” (repórter), mas também como um “explicador do mundo” (analista/comentarista). Essas funções, hoje em dia prejudicadas com o desencanto e a crise dos metarrelatos, puseram em descrédito todos aqueles que outrora batalhavam por revelar uma verdade, uma explicação, a “chave” dos acontecimentos. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 29)

Por tudo isso, para Jenkins (2008), na cultura da convergência não são apenas as relações entre as tecnologias existentes que se alteram, mas também as relações entre indústrias, mercados, gêneros, audiências e consumo dos meios. Como postula Jenkins (2008), a convergência é um processo, não o decreto de um ponto final, pois altera a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual os consumidores processam a notícia e o entretenimento.

Por outras palavras, cabe compreender que as tecnologias que mudaram os modos de produzir e distribuir informações também alteraram as lógicas de consumo, aproximando os campos da emissão e da recepção. Ou seja, a audiência ganhou possibilidades de interferir no processo, dando devolutivas aos fatos publicados e até mesmo se tornando fonte. Esse contexto também impacta nas “novas” formas de produzir as narrativas jornalísticas em vista da captura do público e de estratégias mercadológicas, alterando por fim a narrativa das colunas assinadas por jornalistas.

Como bem observa Marcondes Filho (2002, p. 30), “são várias fontes igualmente tecnológicas, que recolhem material de todos os lados e produzem notícias”. É neste ponto que reside a importância da reflexão que ensejamos provocar com a presente pesquisa, uma vez que o papel de dar a conhecer as informações, de mediação da sociedade, não é mais exclusividade dos jornalistas. Para além disso, as reconfigurações de ordem técnica incidem sobre as narrativas jornalísticas, aos moldes da quarta fase do jornalismo citada por Marcondes Filho (2002) ou, mais contemporaneamente, do jornalismo midiaticizado.

Primo (2011, p. 130) já se propunha a investigar “como o jornalismo em rede tem transformado a produção e circulação de notícias (...) a partir da ação interdependente de pessoas comuns, jornalistas, organizações e tecnologias digitais (como blogs, *Twitter*, *Facebook* e *Flipboard*)”.

Hoje, com o barateamento e simplificação das formas de publicação na Internet, a informação se desgarra do imperativo industrial. É através da potencialização da comunicação, dos afetos, do trabalho voluntário, dos movimentos de colaboração e das interações em redes que o jornalismo vai se transformando no contexto da cibercultura. Esse é o percurso que constituirá o jornalismo em rede (...). (PRIMO, 2011, p. 132)

Por assim dizer, o jornalismo se reinventa a partir da possibilidade facilitada de interação e de colaboração da audiência, seja por estratégias de incorporar institucionalmente os discursos que lhe escapam e são advindos da própria audiência, ou buscando se distinguir entre as incontáveis narrativas disponíveis a todo momento na ambiência da internet. Estas, oriundas de profissionais ou de cidadãos comuns. Seguimos com o que diz o pesquisador, ao lembrar “(...) as práticas jornalísticas de hoje envolvem um número maior de produtores e distribuidores de notícias, sendo que uma importante parcela destes não faz parte de organizações jornalísticas” (p. 132). Heinrich (2011) refere que cada um desses participantes é “(...) um nó em uma densa rede de informações”, de forma que “a conexão interativa entre esses nós é o que a autora chama de “jornalismo em rede”. É, mais uma vez, o contexto oportuno para citar a insuficiência das categorias existentes para a compreensão das narrativas jornalísticas, entre as quais a complexificação do colunismo. É neste ponto que a autoridade jornalística se coloca como diferencial entre as narrativas que proliferam em rede. Mais especificamente, destacamos as estratégias de evidência da subjetividade nas narrativas jornalísticas como fator de distinção, como o caso da valorização das marcas do eu que narra como fator de credibilidade, posto que presenciou ou é parte do narrado.

Conforme Primo (2011), as redes sociais que permitiram a ampla participação da população no consumo e também disseminação de notícias, neste sentido, têm papel importante nos critérios de agendamento e seleção de notícias. Destaca que, “como aponta Shirky (2008), o que ocorre não é uma simples mudança de uma instituição para outra (de organizações jornalísticas para coletivos, por exemplo), mas a própria redefinição do que é notícia” (PRIMO, 2011, p. 133).

A partir disso, entendemos que a autoridade das narrativas jornalísticas, feitas por sujeitos legitimados na profissão, vem ofertar conteúdos que se apresentam como mais confiáveis e ou como a versão mais qualificada da verdade dos fatos, frente à possibilidade de produção e disseminação de notícias a partir da ambiência na internet. O olhar para aquele que escreve (narra) no contemporâneo, parte da reconfiguração dos critérios de edição e seleção de notícias com a maior participação do público, no processo que antes (Modernidade) era massivo e quase sem possibilidades de interferência no circuito de emissão e recepção. Sendo assim, a postura daquele que narra diz respeito à busca pela diferença na oferta de narrativas qualificadas à audiência frente à abundância de conteúdos disponíveis, revestidas de sentidos de autenticação e atorização mediante a exploração, inclusive, do prestígio daquele que narra.

Desse modo, o jornalista/repórter – o jornalista colunista - enquanto sujeito que narra, não cabe em uma classificação única se pensarmos nos jogos de poder de voz, como proposto por Motta (2013), e na medida em que rompe fronteiras na adoção de estratégias que podem o diferenciar. Dessa maneira, faz valer a experiência do olhar - e as subjetividades decorrentes - conforme Santiago (1984), por se tratar de um narrador que soma a suas afetações enquanto alguém que experimenta, conta histórias das quais muitas vezes participa. Portanto, o olhar para as complexificações das narrativas jornalísticas, como o caso do colunismo, pode indicar espaços de referência e de reafirmação da autoridade narrativa, considerando a maior participação da audiência na construção dos sentidos.

#### **2.4.1 Novas práticas em um novo ecossistema jornalístico**

É notável que a internet oportunizou uma nova ambiência comunicacional em rede, a qual vem transformando as esferas da vida em sociedade, entre as quais está o jornalismo. Para usar os termos de Anderson, Bell e Shirky (2013, p. 73), “A chegada da internet não trouxe um novo ator para o ecossistema jornalístico. Trouxe um novo ecossistema”, no qual tanto jornalistas e instituições jornalísticas, como a sociedade em geral foram impactadas. Neste cenário, as possibilidades de interação que emergiram com a internet trouxeram desafios e necessidade de adaptação ao campo da atividade noticiosa agora inserida no sistema da Sociedade em Rede, segundo os termos descritos por Castells (2002). Heinrich (2011), por sua vez, descreve dois aspectos principais

sobre o “jornalismo em rede”: de um lado a descentralização da produção e distribuição das notícias e, de outro, os fluxos não-lineares pelos quais elas transitam.

Por esse viés, contemporaneamente, nos interessa compreender como o dito “excesso informativo”, citando Turkle (2011), ecoou na retirada da exclusividade do jornalismo em dar a conhecer as informações. De forma mais específica, trata-se de perceber como as narrativas jornalísticas se transformam e se ressignificam diante da oferta abundante de conteúdos na ambiência em rede, advindos, inclusive, de cidadãos comuns. Ou seja, novos atores, além dos jornalistas profissionais e das instituições jornalísticas, passam a ter espaço nessa estrutura permeável.

Como já observamos, os avanços de ordem tecnológica e estrutural são determinantes para a definição da anatomia na indústria jornalística. Segundo Castells (2002), a sociedade em rede propicia que a atividade envolva um número cada vez maior de produtores e disseminadores de notícias, sendo que muitos destes não fazem parte das organizações jornalísticas (PRIMO, 2011). Essa conectividade em rede, ao mesmo tempo em que fez emergir potencialidades para a atividade profissional, também desestabilizou o controle do fluxo de notícias relativamente estável que caracterizou a produção jornalística em seus diversos suportes entre os séculos XIX e XX. Por assim dizer, “o jornalismo em rede, portanto, pode ser entendido como o paradigma para uma estrutura dinâmica da esfera jornalística global que suplantou o sistema midiático tradicional” (HEINRICH, 2011, p. 61).

Assim, notamos que no que diz respeito às narrativas jornalísticas do colunismo, dentro do gênero opinativo, têm se mostrado ressignificadas, diferindo do padrão categorizado segundo os termos da Modernidade. Cabe, então, em nosso estudo uma tentativa de perceber quais são as reconfigurações em vista de se ofertarem como mais atrativas frente às possibilidades em circulação.

Neste sentido, observa-se que as práticas colaborativas de notícias vão influenciar e promover a emergência de narrativas jornalísticas de forma abundante em diferentes dispositivos midiáticos. Críveis ou não, capazes de capturar a atenção das audiências ou não. Resulta daí que a legitimidade daquele que dá a conhecer as notícias, bem como a profundidade e análise das mesmas, passa a ser um valor neste contexto, na medida em que este profissional vai assumindo, neste papel de intérprete da conjuntura, o lugar também de curador e obedecendo, neste sentido, estratégias de aproximação, diminuindo a clivagem até então existente entre produtores e receptores, mídias e audiências. Essa dinâmica vem oportunizar, assim, o surgimento de uma prática

jornalística embasada no reconhecido público de seus atores enquanto jornalistas de empresas de comunicação que passam a investir nesse papel de intérpretes e analistas dos fatos, como é o caso das colunas em portais de notícias.

Dessa maneira, o olhar parte do entendimento de que, com a abundância informativa e a colaboração da audiência, o jornalista tem papel fundamental no direcionamento e reconstrução das narrativas, assim como entende Bruns (2014), ao citar Bardoel e Deuze:

(...) com o aumento explosivo das informações em uma escala mundial, a necessidade de oferecer informações e mais informações se tornou uma adição crucial às habilidades e tarefas do jornalismo [...]. Isto redefine o papel do jornalista como um papel de anotador ou de orientador, uma mudança do cão de guarda para o “cão guia” (BARDOEL; DEUZE, 2001, p. 94).

A ideia do jornalista como “cão guia” das informações vem se alinhar com o conceito de *gatewatching*, modelo fundamentado no compartilhamento virtual de conhecimentos e debates. A definição da prática de seleção de notícias decorre do período em que a mídia online, e nelas as redes sociais, possibilitaram que a audiência passe pela mediação das notícias para se conectar diretamente com as organizações, instituições e indivíduos que mais lhe interessam (BRUNS, 2014). É daí que o pesquisador (2008) sugere a emergência do internauta interessado em participar da elaboração de conteúdo na Web: os *producers*, neologismo criado a partir das palavras *producers* (produtores) e *users* (usuários).

A lógica destes esforços colaborativos e distribuídos não é mais da produção das notícias, mas de produsage, como também ocorre em projetos tão diversos como a Wikipedia e o desenvolvimento de fontes abertas: a premissa dentro da comunidade de produsage é que quanto mais participantes puderem examinar, avaliar e expandir as contribuições dos seus predecessores, mais provável será um resultado de qualidade forte e crescente (uma extensão do lema das fontes abertas, “com globos oculares suficientes, todos os defeitos são superficiais”). (BRUNS, 2008, p. 24)

Os *producers* assim têm a função de observar o fluxo de informações em circulação e de selecionar as notícias que consideram mais relevantes, passando o consumidor passivo a participante ativo dos processos de seleção, produção e transmissão de notícias (BRUNS, 2008, p. 7).

Nesse sentido, observamos que

A maior horizontalização presente no jornalismo em rede mudou a face do processo de produção de notícias, tipicamente verticalizado. Para Heinrich (2011), os veículos noticiosos tradicionais perderam o controle total sobre o conteúdo, sendo hoje apenas mais uma voz entre tantas no jornalismo em rede. Por outro lado, a autora adverte que esse fato não significa que as organizações midiáticas perderam por completo sua função de *gatekeeping*, como alguns chegam a defender. Há uma complexificação de todo o sistema e o que emerge são modos mais dinâmicos, flexíveis e diversificados de *gatekeeping*. (PRIMO, 2011, p. 133)

Estas atividades de *gatewatching*, na verdade, não são novas aos jornalistas e neles, os colunistas, mas estão em novo contexto. Em decorrência disso, para Primo (2011), é que se dá convivência dos dois modelos de “porteiro” dos fluxos de informação, o *gatekeeping* e o *gatewatching*, posto que as redações (ainda) não sucumbiram aos formatos múltiplos de narrativas jornalísticas produzidas e disseminadas nas plataformas com ambiência na internet. Para Heinrich (2011), os veículos noticiosos perderam o controle sobre o conteúdo, mas, por outro lado, não perderam por completo a hierarquia então dominante. Sendo assim, são mais uma voz no jornalismo em rede. O que não se refere somente ao jornalismo online, digital, visto que jornais e revistas impressos, rádio e televisão também estão sofrendo a influência da “sociedade em rede” em seus fazeres.

Primo (2011) cita Bruns ao referendar a convivência dos dois modelos, como mencionamos acima:

Diferentemente da seleção profissional de quais acontecimentos cobrir e publicar na mídia de referência, em um cenário de abundância de informações e canais de expressão as pessoas passam a participar da filtragem do que interessa a suas comunidades de interesse. Além da seleção das notícias disponíveis em outros lugares, que podem ser passadas adiante em sites de redes sociais, os próprios voluntários podem oferecer seus comentários em seus blogs e perfis no Twitter e Facebook. (BRUNS, 2006, p. 15-16)

Trata-se da reconfiguração do papel do jornalista, legitimado por anos de atuação nas redações, como *gatewatching*, na medida em que como um guia tem a função também de fazer destacar ao leitor aquelas narrativas que seriam a versão mais qualificada dos fatos, e não uma supressão de sua atuação diante das possibilidades múltiplas de produção e circulação de informações. Heinrich (2011) e Kovach e Rosenstiel (2010; 2014) concordam com a perspectiva de que não se trata do desaparecimento do papel do *gatekeeper* ou que a seleção noticiosa feita pela instituição jornalística não seja mais relevante. Ao contrário, essa tarefa é ainda mais importante no direcionamento do que realmente importa considerar no entre as narrativas em

circulação oriundas tanto de profissionais como na divisão deste papel com o próprio público e com novos agentes produtores que não necessariamente atuam nos veículos tradicionais.

Visto de uma maneira mais detalhada, podemos distinguir o *gatekeeping* do emergente *gatewatching* pela ótica da curadoria. O *gatewatching* não se preocupa com a seleção dos temas para a publicação imediata, pelo caráter da novidade, mas atende ao trabalho de curadoria, pela republicação, interpretação e contextualização dos temas considerados mais importantes (BRUNS, 2011). É o que vislumbramos no caso das colunas assinadas por jornalistas, em que a oferta de narrativas que merecem atenção diante de todas aquelas disponíveis, é apresentada e reinterpretada, numa mescla de informação e opinião com interpretação aprofundada e contextualizada, como destacamos no capítulo de análise de uma amostra de colunas jornalísticas em portais de notícias online. Também a forma de lidar e apresentar esses conteúdos em vista da conquista dos leitores - a partir de estratégias discursivas, especialmente a atorização – ou seja, a inserção do jornalista também como produtor de significação, para além do fato narrado (FAUSTO NETO, 2015) -, estão consideradas em nosso olhar sobre a complexificação do papel do jornalista colunista em acordo com a teorização do *gatewatching*.

Kovach e Rosenstiel (2014) lembram que, embora os parâmetros classicamente associados ao modelo empresarial do jornalismo venham sofrendo transformações, o resultado do trabalho jornalístico conserva suas características elementares para proporcionar aos cidadãos as informações necessárias para sua tomada de decisões, sua orientação frente às demandas do cotidiano. Quer dizer, embora as rotinas do jornalismo tenham mudado, especialmente em função das novas tecnologias e do convívio com atores não profissionais na atividade, seus princípios fundamentais se mantêm, entre os quais estão a obrigação com a verdade e a disciplina da verificação.

Neveu (2010), por sua vez, argumenta que o jornalismo profissional está em vantagem em relação aos novos participantes do ambiente informacional, justamente por conservar os marcos definidores da atividade. O autor destaca que o jornalismo é uma “ordem de discurso”, segundo a qual tem uma retórica específica que diferencia a linguagem jornalística das demais linguagens. Outro aspecto distintivo citado por Neveu (2010) está no fato de que a prática não apenas produz um discurso, mas de maneira crítica colhe, seleciona e organiza os fatos os quais transforma em notícia. Neste



sentido, procede outra característica, que é a autoridade para produzir seus discursos em nome do interesse público, para relatar com objetividade e guardar a democracia.

Embora contemporaneamente o ambiente midiático seja de uma disputa de espaço com outros narradores e da notória precarização das redações e das condições de trabalho, é imperativo sublinhar, em acordo com Neveu (2010), que o jornalista ainda detém vantagem pelas competências técnicas na verificação dos fatos e interpretações em profundidade, tal qual vislumbramos ao propor a análise do colunismo contemporâneo como narrativa distintiva, ressignificada e atenta aos princípios elementares da atividade porque oriundas de profissionais qualificados e aptos para tal ofício.

A precarização e a perda de nitidez de fronteiras entre o jornalismo amador e profissional, aspectos com os quais a atividade precisa lidar e se readaptar, dado que o novo ecossistema midiático permite a qualquer cidadão a possibilidade de publicar os mais variados conteúdos na ambiência da internet. Assim,

Neste novo “mar de narradores”, nem sempre é fácil conseguir a resposta para perguntas muito simples tais como Quem fala (uma mídia, uma empresa, um lobby?), Quem escreve (um jornalista, um relações públicas ou um torcedor ou um ativista?) e Para que (informar, pleitear, criticar?) Pode se interpretar estas mudanças que estamos presenciando como o triunfo do jornalismo? O uso da ordem jornalística de discurso, seu molde e suas aptidões é definitivamente a condição para falar na nova esfera pública. Todos os jornalistas: eis o triunfo da profissão! Tal interpretação não combina com muitos fatos. Muitos dos princípios básicos e regulamentos da profissão estão esquecidos. A simples regra de verificar os fatos não é mais central; o funcionamento básico de muitos sites se baseia em recortar e colar notícias produzidas por outros; o sequestro do trabalho dos verdadeiros jornalistas, ou lavando e passando como “notícias” o comunicado de fontes institucionais ou interesses organizados são alguns exemplos (NEVEU, 2010, p. 40).

Frente a tal cenário, reiteramos a necessidade de reconhecer narrativas (mais) qualificadas diante do “mar de narradores” no contemporâneo. Desse modo, apontamos que o colunismo tem se complexificado tanto em sua estrutura como nas estratégias narrativas em busca de se diferenciar e capturar a atenção da audiência. Assim, procuramos observar como isso se dá, em vista da emergência de sentidos de mais credibilidade e qualidade interpretativa.

Além do mais, interessa também a compreensão de que o campo do jornalismo, impactado pela crise da representação, uma vez que o abalo das orientações de inspiração positivista atinge as narrativas jornalísticas (FIGUEIREDO, 2012), também

sofre influências no contexto da Pós-verdade (DUNKER, 2017), entendida como o momento em que fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais.

Segundo essa perspectiva, o que propomos é pensar o que acontece com as colunas jornalísticas, considerando que a legitimidade daquele que dá a conhecer as notícias, bem como a profundidade e análise das mesmas, passa dialeticamente a ser um valor neste contexto. Partimos do entendimento de que essa dinâmica propicia o surgimento de uma prática jornalística embasada no reconhecido público de seus atores enquanto jornalistas de grandes empresas da área que passam a investir nesse papel de curadores e analistas dos fatos, desta vez no espaço das colunas – e não mais nas editoriais específicas nas quais as redações se organizam -, numa perspectiva mais autoral. Isso a partir da constituição de colunas nos periódicos, marcando o texto pela interpretação de fatos jornalísticos que ocupam a agenda pública ao mesmo tempo em que oportunizam a sua comunidade de leitores uma relação marcada pela proximidade e pela interatividade possível também pela presença dos colunistas nas redes sociais com a divulgação dos conteúdos das colunas.

Trata-se da identificação da autoridade jornalística em evidência em uma narrativa humanizada – especialmente pela emergência do “eu” que narra - e contextualizada, que destoa do formato canônico das colunas dentro do gênero opinativo. A partir do exposto, o próximo passo é o debate acerca da complexificação das narrativas jornalísticas, considerando tanto o contexto do abalo das fronteiras conceituais oriundo da Pós-modernidade, assim como a reconfiguração da arquitetura midiática e a produção convergente.

## **2.5 Narrativas complexificadas: autorreferência e atorização**

Na vida em sociedade e na mídia – nas narrativas e na atividade jornalística - as transformações sócio-técnico-discursivas no contemporâneo não encontram pontos estáveis de orientação. Bauman (2001) lembra que a vida na Modernidade era norteadada pela busca de um Estado de perfeição a ser atingido a partir de um projeto coletivo para uma sociedade melhor, mais justa e sem conflitos. Em contraponto, na nova era o que nos move é a impossibilidade de atingir a satisfação. A fluidez (ou liquefação) dos padrões de dependência e interação é o princípio dessa nova sociedade. Assim, enquanto na Modernidade vigorava a tendência à homogeneização, à uniformização e

ao totalitarismo, a civilização pós-moderna se vê diante de uma tolerância pluralística e de opções superabundantes. E essas possibilidades, ao mesmo tempo, acabam por deixar os indivíduos carentes de uma orientação, de pontos estáveis, o que interfere também nas narrativas jornalísticas.

De modo específico, parece fazer sentido analisar o gênero opinativo e nele o colunismo, posto que essa liquefação conceitual atinge em cheio uma categoria que até então tinha como elemento diferencial as subjetividades, estas separadas das demais notícias. No contemporâneo, embora a objetividade ainda seja uma premissa como “ritual estratégico” (TUCHMANN, 1999) que reveste a prática de sentidos de verdade e oferta de credibilidade, as heterogeneidades e subjetividades proliferam nas narrativas, o que impacta no colunismo, que agora dá indícios de uma complexificação conceitual e em sua anatomia. Tal reconfiguração aponta para a identificação das colunas assinadas por jornalistas nos portais de notícias – profissionais estes legitimados por anos de prática, assim como pelo reconhecimento da identidade destes e da autoridade narrativa – como espaços de orientação, pontos estáveis frente à fluidez mencionada por Bauman (2001). De semelhante modo, esses jornalistas colunistas também reconfiguram seu fazer, agora multifacetados, impelidos pelas mudanças trazidas no bojo da nova arquitetura e convergência midiática.

Se a nova ordem Pós-moderna deu condições para os indivíduos assumirem as consequências de seus próprios atos, tendo mais oportunidades de escolha e participação na vida em sociedade, esse mesmo contexto modificou a estrutura e as relações com as mídias. Se durante a vigência do ideário moderno quase não havia espaço para a emergência de sentidos na circulação (especialmente pela ausência do aparato tecnológico), no contemporâneo as novas possibilidades retiraram da mídia tradicional a exclusividade da mediação da sociedade, o que exigiu uma reestruturação das práticas. Ou seja, o mundo da produção, da enunciação, se reconfiguram a partir da emergência da circulação dita por Fausto Neto (2018), numa sucessão da convergência midiática. Nessa reconfiguração da mídia e das narrativas jornalísticas, incluindo o gênero opinativo e nele as colunas – é que vislumbramos a diluição das fronteiras conceituais advindas da Pós-modernidade.

Castells (1999), também versa sobre a nova configuração mundial, com destaque para as interações sociais em rede. De acordo com sua análise, dessa estrutura derivam novas lógicas na economia e na cultura.

Um novo mundo está tomando forma (...) na coincidência histórica de três processos independentes: revolução da tecnologia da informação; crise econômica do capitalismo e do estatismo e a consequente reestruturação de ambos; e apogeu de movimentos sociais culturais, tais como libertarismo, direitos humanos, feminismo e ambientalismo. A interação entre esses processos e as reações por eles desencadeadas fizeram surgir uma nova estrutura social dominante, a sociedade em rede; uma nova economia, a economia informacional/global; e uma nova cultura, a cultura da virtualidade real. (CASTELLS, 1999, p. 412)

Neste ponto, relembro o que já referimos segundo as concepções de Lyotard (2004), na sociedade do conhecimento, ocorrem processos regulares de perda e reapropriação de habilidades e de conhecimento, assim como a possibilidade de correção permanente das afirmações dos especialistas. Ou seja, podemos referir a carência no reconhecimento de narrativas de referência no que diz respeito ao campo das narrativas jornalísticas, as quais podem ser encontradas em estruturas que se distinguem, como o caso das colunas, complexificadas no contemporâneo. Por assim dizer, o jornalismo profissional e qualificado persiste, contudo, encontra concorrência e descrédito em seu fazer com a entrada de outros narradores no novo ecossistema midiático.

Por tal aspecto, Giddens supõe a erosão das autoridades últimas e um pluralismo originário da discussão entre os especialistas que permite um discurso público que carrega a conjunção entre a crítica e o universalismo. Nesse sentido, pontua que

Viver em um mundo de autoridades múltiplas, uma circunstância às vezes erroneamente referida como pós-modernidade, teve muitas consequências para todas as tentativas de confinar o risco à concepção estreita já mencionada, seja com respeito ao curso de vida do indivíduo, seja em relação às tentativas coletivas de colonizar o futuro. Como não há superespecialistas a quem recorrer, a margem de risco tem de incluir o risco de quais especialistas consultar, ou cuja autoridade deve ser considerada como unificadora. O debate sobre o aquecimento global é um entre uma variedade infinita de exemplos que poderiam ser citados. O próprio ceticismo, que é a força propulsora do conhecimento especializado, pode conduzir, em alguns contextos — ou em alguns grupos — a um desencantamento em relação a todos os especialistas; esta é uma das linhas de tensão entre especialidade e tradição (também entre hábito e compulsão). (GIDDENS, 1991, p. 108-109)

As questões apontadas por Giddens (1991) indicam que as narrativas midiáticas sofrem com a deslegitimação da autoridade dos especialistas, já que não são mais exclusivas mediadoras da sociedade. São consequências da reflexividade, característica fundamental da Pós-modernidade. Como já discurremos, é um caráter ambíguo: liberador e inegavelmente assustador para os sujeitos que, na erosão das grandes

narrativas totalizantes, passam a responder por seus próprios atos e seu estar no mundo. O que faz pensar, portanto, em que medida as colunas jornalísticas no contemporâneo apresentam estruturas narrativas que tendem a responder sobre os temas da vida cotidiana, na medida em que são assinadas por jornalistas especialistas, falando de um modo mais próximo com as suas audiências, tanto em conteúdo como na forma.

Neste ponto, aludimos às concepções que dizem respeito à aproximação do palco à plateia, oriunda do teatro de Brecht, segundo as observações de Figueiredo (2009, p. 142):

Para Benjamin e Brecht, a abolição da distância entre palco e plateia tinha efeitos democratizadores, mas, por outro lado, era necessário estabelecer – através de procedimentos de montagem que levariam o público a refletir e tomar posição – uma outra espécie de distância, que impedisse as emoções fáceis do teatro burguês. Na contemporaneidade, embora a suspensão de fronteiras não chegue a promover a democratização dos meios de produção dos bens culturais, recursos disponibilizados pelas tecnologias da comunicação têm afetado as compartimentalizações: a interatividade e a imersão, por exemplo, em certa medida, dissolvem a linha divisória entre palco e plateia, podendo ser lidas como antídoto à passividade do espectador.

A suspensão de fronteiras advinda da ideia de aproximação do palco à plateia nos permite relacionar o posicionamento das narrativas jornalísticas e da coluna no contemporâneo. Para Figueiredo (2010), o modelo narrativo do autor presente, como citamos no colunismo contemporâneo, vem ganhando força, evidenciando que “aquilo que mais se aproxima do real, ou o que leva a chancela do real, como tudo que é raridade, passa a ser extremamente valorizado” (FIGUEIREDO, 2010, p. 77). No caso das reportagens jornalísticas, despontam estratégias em que, para além de trazer personagens que tenham passado pela situação noticiada, o próprio jornalista entra em cena, expondo suas afetações e situações vivenciadas. Neste sentido, segundo Sodré (2009, p. 48), a credibilidade “(...) decorre muito provavelmente do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre a cena do acontecimento e a sociedade global: o lugar da testemunha”.

Seja pela interatividade agora possível ou pelas estratégias de aproximação com a audiência, as narrativas se complexificam. Algumas estruturas, como no caso do colunismo que pretendemos expor na análise, se diferem do que conhecemos na Modernidade, apresentando o jornalista que se insere como produtor de sentidos (atorização, segundo Fausto Neto (2015)), entre outras subjetividades, assim como na tematização do cotidiano, referência dos bastidores da produção, entre outras

características distintas da classificação moderna. Isso em busca da relação de confiança escassa nestes tempos.

Em acordo, temos a observação comentada por Featherstone (1995):

Dentre as características centrais associadas ao pós-modernismo nas artes estão: a abolição da fronteira entre arte e vida cotidiana; a derrocada da distinção hierárquica entre alta cultura e cultura de massa/popular; uma promiscuidade estilística, favorecendo o ecletismo e a mistura de códigos; paródia, pastiche, ironia, diversão e a celebração da ‘ausência da profundidade’ da cultura; o declínio da originalidade/generalidade do produtor artístico e a suposição de que a arte também pode ser somente repetição. (FEATHERSTONE, 1995, p. 25)

A heterogeneidade do contemporâneo citada por meio da arte, segundo Featherstone (1995), permite pensar também na estrutura das narrativas jornalísticas que deixam de se dedicar exclusivamente às grandes questões para dar voz e espaço aos pequenos acontecimentos e a personagens comuns no que diz respeito aos temas tratados, além da questão da aproximação com a audiência pelo viés da interatividade. No colunismo, a descrição também se encaixa, inclusive pelo jornalista colunista que, reconhecido pelo público, deixa de ser uma “personalidade” distante para se mostrar mais próximo da audiência.

A mídia toma por estratégia a autorreferência. Por Soster (2015, p. 25), “a autorreferência se produz quando algo no ambiente, ou nos demais sistemas, “chama atenção” do sistema – em nosso caso, jornalístico. Ao fazê-lo, é absorvido pelo sistema sob a forma de informação”. O pesquisador esclarece que esse “chamar atenção” na nomenclatura dos sistemas de Luhmann significa “irritação”. Por outras palavras, quer dizer que a mídia, irritada pelas reconfigurações próprias destes tempos, busca se reafirmar por meio da autorreferência e produz narrativas de si mesma, metanarrativas, com o objetivo de se mostrar mais credível, transparente, mais próxima da audiência, tanto por estratégias mercadológicas de sobrevivência como pela captura da audiência.

Significa, em palavras mais simples, que o objetivo primeiro de todo sistema é sua própria manutenção, o que se dá por meio da geração de diferenças que gerem diferenças. Essa geração de diferenças é o que permite, ao sistema, ser reconhecido como tal. (SOSTER, 2015, p. 25)

Tal bricolagem, para referir Jameson (2002), também pode ser associada à coluna, na medida em que as metanarrativas são visíveis. A coluna e o jornalista usam-se para falar de si mesmo, das experiências do jornalista como personagem e dos processos de apuração/bastidores. E entender como se estrutura, se legitima, é o

objetivo que leva a apresentar esse tipo de construção. São aspectos centrais para esse olhar o entendimento de uma sociedade carente de autoridade, embora passível de múltiplas escolhas; o valor de mercadoria atribuído ao conhecimento; e o aparato tecnológico-informacional transformando não apenas o mundo do consumo como as relações sociais. E, a partir destes, para a compreensão da complexificação da narrativa das colunas (assinadas por jornalistas em portais de comunicação na internet) no contexto contemporâneo.

A narrativa jornalística ancora-se especialmente na produção do vínculo entre a experiência de existir e a garantia da condição de verdade do fato. Segundo Resende (2007), o estudo acadêmico do jornalismo se concentra, principalmente, na questão da técnica de produção de conteúdo e nas técnicas de discurso. Contudo, contemporaneamente, o estudo da narrativa passou a também abranger a compreensão do jornalismo como prática discursiva, que contribui no entendimento das práticas jornalísticas como formas de contar histórias.

Como vimos, durante a Modernidade o jornalismo incorporou a ideia de que a razão está atrelada à acuidade e precisão dos procedimentos, por isso se deu a instauração da objetividade como premissa na narração jornalística. Do mesmo modo, o distanciamento do narrado, evitando as marcas subjetivas e a assepsia daquele que narra, significava garantia de qualidade jornalística como a melhor versão dos fatos. Conforme Barros Filho (2002), entre as questões que incidem neste aspecto está a formação profissional. No caso dos jornalistas, a técnica no fazer decorre da aquisição de disposições para reproduzir espontaneamente um modo operacional desse universo, do qual resultam as narrativas. A posição do agente na estrutura do espaço profissional gera um *habitus* que contribui para a reprodução do sistema de relação de forças dentro desse espaço, o que é a matriz comum das práticas de todos os agentes que vivem e viveram nas mesmas condições sociais de existência profissional. O que também, além da formação, é interiorizado ao longo das trajetórias de atuação, sendo reproduzido sem a necessidade de cálculo. Cabe aqui destacar que não se trata de reduzir a prática ao automatismo, mas do revestimento de ações que buscam ofertar sentidos de credibilidade, isenção e objetividade. No caso do colunismo, há práticas reconhecidas e classificadas segundo os parâmetros do gênero opinativo e derivadas da Modernidade. Estas conformam uma estrutura, uma forma reconhecida como modelo. Contudo, no contemporâneo, outras estratégias oriundas de um saber prático e da autoridade narrativa buscam ofertar sentidos de verdade, de credibilidade e de confiança. O *habitus*

é, portanto, um tipo de saber prático, de conhecimento voltado para a ação, para a práxis.

“O ato de narrar, assim, deriva da premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive” (RESENDE, 2009, p. 4). É também por esse olhar que Resende (2009) entende que as pesquisas no campo do jornalismo estejam atentas às formas de narrar o mundo. Segundo observa, trata-se não de enxergar apenas o conteúdo, mas as dimensões éticas e estéticas que oferecem possibilidades de existência ao reposicionarem os campos e os atores sociais. De igual modo, entendemos que a narrativa, entre as quais a jornalística, a partir da emergência da subjetividade e as oportunidades de sentido que oferta, é uma representação coletiva que contribui, na sociedade midiaticizada, para o alargamento dos horizontes de experiência.

Então, se na Modernidade o valor era a objetividade e separação da opinião e das manifestações daquele que narra do fato narrado, no contemporâneo a perspectiva é a emergência das subjetividades nas narrativas também no campo do jornalismo de maneira mais generalizada. Ou seja, observa-se que há uma tendência para que a dissimulação do eu que narra não seja tão mais categórica, admitindo-se emergências de subjetividade sem estratégias narrativas de disfarces.

Ao se referir ao narrador pós-moderno, Santiago (2002) sublinha que a falta da experiência vivida dá lugar à experiência do olhar. Dessa forma, aquele que é observado ganha evidência na narrativa midiática, pois “o narrador que olha é a contradição e a redenção da palavra na era da imagem. Ele olha para que seu olhar se recubra de palavra, constituindo uma narrativa.” (SANTIAGO, 2002, p. 59).

De outra parte, tendo como referência a perspectiva do narrador que busca na experiência a sua “fonte” narrativa, o narrador jornalista tem se voltado para o que Benjamin (1987) postula da experiência humana como fonte para a legitimidade dos narradores. Para isso, como sugere Resende (2009), o jornalista troca o posto de interlocutor objetivo da verdade pelo de observador e narrador dos fatos. De acordo com Motta (2009), isso ocorre no dia a dia do jornalismo, em constante recorrência, identificação ou confrontação com o senso comum:

A narrativa jornalística se constrói simultaneamente às ações que narra. Sua singularidade é configurar-se sempre no tempo presente. Torna-se, por essa razão, uma narração dinâmica, sujeita a intervenções de narradores plurais, suas estratégias discursivas projetam marcas subjetivas no enunciado, na perspectiva e enquadramento. Narrador e autor se confundem, são entidades



menos fictícias, sujeitos aos procedimentos técnicos e comerciais da comunicação jornalística, protagonistas ativos da narração que se entrelaçam com o histórico. Outras vezes, personagens assumem o papel de narradores dentro da história. O ato narrativo jornalístico é, na verdade, lugar de disputa pela voz, onde os antagonismos se enfrentam por versões consistentes que persuadem os destinatários. (MOTTA, 2009, p. 12)

Assim, de cada momento histórico – e forma – decorrem estratégias diferenciadas. Razão pela qual observamos como os cânones do narrar jornalístico vem se alterando ao longo do tempo.

No novo momento da prática jornalística, observa-se que a transparência permanece como valor, mas sua oferta se dá pela construção de um movimento inverso ao que se tem proposto até então. E que trata agora de deixar vir à explicitude quem conta, bem como de bem acolher suas experiências vividas a partir da cobertura de determinado evento, entendidos como sinônimos de credibilidade e qualidade do dizer. Além das alterações tecnológicas, estas dinâmicas têm sido geradas a partir do debate trazido no contemporâneo no tocante à problemática da narrativa e sua impossibilidade do registro objetivo do real. (PICCININ; ETGES, 2014, p. 4)

O olhar daquele que narra passa a ser garantia de qualidade e credibilidade. Trata-se da legitimidade de um discurso que une a história contada a quem conta, pressupondo sua participação com elemento qualitativo e diferencial desse narrar. No jornalismo, essa explicitude tem a ver com o jornalista, ao contar sua própria experiência, relatar as questões ordinárias ou se aproximar do leitor por meio de fontes/personagens que são cidadãos “comuns” – mostra-se como um igual refém do das vicissitudes cotidianas. A observação está em acordo com o que propõe Santiago (1984, p. 40), quando diz que “(...) o narrador pós-moderno é aquele que quer extrair a si da ação narrada, em atitude semelhante à de um repórter ou de um espectador”.

Sendo assim, é possível observar de inúmeras formas a oferta de sentidos de realidade a partir da subjetividade, seja pela evidência daquele que diz ou pela apresentação dos bastidores da produção das notícias que, até então, não eram permitidos (ou deveriam ser evitados) nas narrativas jornalísticas em vista da perseguição do ideal da objetividade e da imparcialidade.

Ao assumir o protagonismo testemunhal, o jornalista desempenha o que Fausto Neto (2015) chama de atorização. Trata-se de dizer da inserção do jornalista também como produtor de significação, para além do fato narrado, conceituação que vai ao encontro da proposta de análise da narrativa das colunas assinadas por jornalistas e, mais do que isso, apostam na identidade e no reconhecimento do público:

Ou seja, o jornalista ingressa na circulação, não com o acontecimento, mas com o próprio corpo, onde ele é fonte, é objeto, ele é recepção também. Com esses deslocamentos ele vira receptor em algum momento. Essa atorização tem a ver com uma fase que desloca a aura do jornalista, na perspectiva de Walter Benjamin, a aura de um narrador, instalado num lugar onde fazia a mediação de um lugar para outro, para ser alguém que exercita o problema do seu ingresso no nicho das celebridades. Essa individuação do processo da produção jornalística, passando por essa singularização e essa performance do corpo, mostra que é o corpo-significante do jornalista quem singulariza esses processos. Mas isso também tem a ver com pesquisas que são feitas sobre relação entre jornalistas e leitores, quando estes últimos sinalizam como identificam o trabalho deste tipo de profissional. (FAUSTO NETO, 2015, p. 186)

Como já referimos, portanto, no contexto de um novo ecossistema midiático está a (re)elaboração do *ethos* profissional. No caso do nosso estudo, mais especificamente, as estratégias mobilizadas para o estabelecimento da credibilidade e dos laços de confiança do jornalista-colunista com os leitores, visto que esse tipo de narrativa, entre as demais categorias jornalísticas, sempre foi o espaço em que as subjetividades estiveram permitidas. Agora, no entanto, parecem estar ressignificadas, tanto no formato quanto nas estratégias discursivas. Para tanto, buscamos lastro especialmente nos conceitos de atorização e de autorreferencialidade, que despontam no contexto da midiatização<sup>13</sup>.

Como viemos apontando, há mudanças de paradigma em curso no contemporâneo, em acordo com o contexto social e técnico na sociedade, no que diz respeito ao “lugar de fala” do jornalismo. Seria, segundo Fausto Neto (2008, p. 110) uma passagem da “sociedade dos meios” para a “sociedade midiatizada”, de forma que na primeira, o campo jornalístico, através de suas práticas discursivas, representa uma espécie de “fala intermediária”. Nesta, a instituição jornalística era mediadora e articuladora das atividades discursivas dos outros campos, extraindo, hierarquizando e tematizando os temas de acordo com valores-notícia e rotinas produtivas. Nesse lugar representacional, as estratégias discursivas não deviam tornar evidentes as marcas de suas operações (FAUSTO NETO, 2008, p. 110-111):

---

<sup>13</sup> Portanto, o conceito se insere, assim como nossa pesquisa, no campo do jornalismo midiatizado, que tem como características a atorização, bem como a dialogia, auto-referência, co-referência e descentralização. Dessa forma, com base em Véron (1995), está implícito compreender a geração de sentidos na perspectiva da midiatização, ou seja, as afetações dentro do sistema midiático-comunicacional. Como já adiantamos, e aqui reiteramos, não é objetivo entrar na teoria da midiatização e seus conceitos, mas entendê-la como parte do processo em que o campo e nosso objeto de estudo estão inseridos, especialmente buscando fundamentação nos conceitos de atorização e autorreferencialidade.

(...) sua condição de “fala intermediária” lhe impunha, dentre outras coisas, o compromisso da objetividade. Ainda que, na prática, pudessem vir a se constituir numa questão – como foi e continua sendo central para o jornalismo – as marcas do seu “ato de fala” deveriam ser apagadas, ou então, se manter opacas.

Contemporaneamente, na sociedade midiaticizada, Fausto Neto (2008, p. 112) afirma que “os processos midiáticos ampliam sua importância por meio de várias plataformas produtivas e de circulação de mensagens e sentidos”, o que emerge diretamente das convergências tecnológicas. Dessa forma,

Os processos de midiaticização repercutem, ao mesmo tempo, a própria organização do campo das mídias, dos demais campos e dos atores sociais, reestruturando os modos de conexão destas três instâncias – campos sociais, mídias e atores sociais segundo operações junto aos âmbitos de produção e recepção de mensagens, instalando novos modos de interação social. Mas a centralidade de lógicas das mídias empresta às práticas jornalísticas um novo regime de autonomia, não mais fundada numa ‘vocação representacional’, mas em um novo lugar, em termos sociotécnico-simbólicos. (FAUSTO NETO, 2008, p. 111)

Fausto Neto (2011) explica que neste novo contexto midiático o lugar dos corpos e das falas dos locutores e repórteres (jornalistas) vem se modificando, tornando-se flexível, de modo que vem ocupando as cenas dos acontecimentos enquanto “atores” e delas podem prestar testemunho. Tal relação testemunhal também pode ser estendida ao espectador, enquanto convocado pela atuação desses corpos em cena, uma vez que esses processos “tratam de presentificar os fatos segundo construções que envolvem além da produção da cena, um ‘mostrar-se em cena’, por parte dos jornalistas” (FAUSTO NETO, 2011, p. 18).

Importante salientar que nessa atorialidade o jornalista não deixa seu lugar de mediador dos acontecimentos. Antes, investe nessa posição justamente pela autenticidade da narrativa. Quer dizer, entendemos que o efeito de verdade - ou estratégia de aproximação e de oferta de sentido de confiança no narrado por meio da exposição das práticas narrativas e afetações daquele que narra – é reforçado pela presença atuante do profissional qualificado – e, portanto, com autoridade narrativa - na cena dos acontecimentos.

Dentro dessa realidade, o lugar de fala é estabelecido por um novo modelo de contrato da mídia<sup>14</sup> com o público, no qual o estatuto representacional da sociedade dos

---

<sup>14</sup> Fausto Neto (2007) chama de contrato entre mídia e público ou de contrato de leitura as operações construídas que visam estabelecer o “modo de dizer” de um veículo de comunicação e que se explicitam nas mensagens endereçadas ao público, instituindo vínculos veículo-público e criando, também, espaços interacionais. O conceito “contrato de leitura” é de Eliseo Verón (2004).

meios é substituído por “uma postura enunciativa autorreferencial – a natureza do seu próprio lugar, passando a chamar atenção para o que diz, sobretudo para sobre as operações que faz para nomear realidades” (FAUSTO NETO, 2008, p. 112-113). Assim, o repórter/jornalista nessa condição evidencia ao público, através da sua narrativa, os processos produtivos da notícia:

(...) seja no campo da arte ou do entretenimento, privilegiam-se os processos, os bastidores, o inacabado e também a proximidade, o cotidiano, as relações intersubjetivas, em detrimento da racionalidade crítica e da distância por ela instaurada entre sujeito e objetivo. (FIGUEIREDO, p.111, 2012).

A retórica em busca da oferta de uma sensação de realidade pode, portanto, trazer à tona impressões e até mesmo dividir dilemas da profissão (PICCININ, ETGES, 2016).

Trata-se de propor o desvelamento da produção das narrativas jornalísticas e autenticá-las a partir de regimes de visibilidade marcados pela naturalidade e espontaneidade dos dizeres em que os jornalistas testemunham, experienciam, mostram e comentam a notícia e os procedimentos deste fazer. E assim, ao explicitar essas dinâmicas, transformam em conteúdo publicizável o que antes era omitido, alterando os critérios editoriais que norteiam os limites do público e do privado. (ETGES; PICCININ, 2014, p. 3)

Piccinin (2014, p. 86) indica que a busca pela transparência dos processos “aponta para os bastidores que ganham destaque porque autenticam/garantem a veracidade dos fatos e a informalidade da linguagem na medida em que os telejornais passam a tornar as práticas produtivas também cenário do programa”. Nesse sentido, para Fausto Neto (2006), o “rosto” dos atores envolvidos – os jornalistas – ajuda a criar os vínculos necessários nesses novos contratos, elaborando e reforçando sentidos de credibilidade e confiança.

Este novo esforço pedagógico com que a enunciação jornalística se estrutura, necessita explicitar o rosto do seu processo, para não dizer dos seus atores. Tece o processo de produção/recepção, através de uma ‘economia do contato’ no qual se instala a ligação da confiança, através de operações que o lugar da produção faz para, além de validar o seu trabalho de enunciação, oferecer as bases e referências simbólicas sobre as quais se fundará a crença. (FAUSTO NETO, 2006, p. 12-13)

Observamos que a partir dessa estratégia a confiança do público passa a se estabelecer, segundo o pesquisador, não necessariamente no que o discurso revela, mas principalmente na performance jornalística. Temos, assim, no processo de construção

jornalística da realidade, a valorização das qualidades morais, humanas e profissionais do repórter em serviço, com destaque para a sua sensibilidade.

Tais padrões de confiança passam também pelos próprios perfis dos jornalistas. São transformados em atores, celebridades, moeda de atribuição à credibilidade ao trabalho feito por eles. Não basta exaltar as virtudes dos talentos, mas dar-lhes um modo de existência na rotina produtiva, explicitando os seus fazeres, suas competências. (FAUSTO NETO, 2006, p. 10)

É o que relacionamos com o espaço do colunismo jornalístico no contemporâneo, em que a identidade e a autoridade narrativa dos jornalistas-colunistas emprestam novos sentidos ao discurso que produzem. Estes, aliados à complexificação da estrutura narrativa das colunas, especialmente as sediadas em portais de notícias online, conforme procuramos explorar na análise empírica.

Retomamos, portanto, que a prática jornalística agora impactada pela abertura de oportunidades de disseminar informações não mais como exclusividade dos jornalistas, onde as subjetividades de igual modo são evidentes, se dá no contexto sócio-técnico-discursivo. Sendo assim, a facilidade de produção e disseminação de informações, possibilitadas pela democratização do acesso a tecnologias de comunicação, propiciaram uma crise de confiança ante ao surgimento de todo o tipo de *experts*, como já mencionado segundo Lyotard (2004), inclusive na atividade jornalística.

Do mesmo modo que Lyotard (2004) questiona onde encontrar legitimidade após a corrosão dos metarrelatos, indagamos como determinadas narrativas jornalísticas se apresentam como as mais qualificadas diante da profusão de informações disseminadas no âmbito da internet a todo momento em decorrência dessas reconfigurações. E o que disto decorre em termos do gênero opinativo que, por princípio, sempre foi legítimo para explicitar as subjetividades do dito.

A partir das inúmeras narrativas – produzidas por especialistas ou não – que proliferam na rede e que tentam, dessa forma, ofertar interpretações da realidade na ambiência da internet, a proposta é olhar especificamente para as narrativas jornalísticas das colunas, assinadas por jornalistas reconhecidos pelo prestígio e profissionalismo conquistado ao longo de anos de profissão. Ao emprestarem nome e identidade às colunas em veículos de comunicação, queremos observar que tipo de narrativa os jornalistas constroem, buscando conferir distinção aos textos pela qualidade interpretativa dos fatos analisados por meio da subjetividade da narrativa e as estratégias

decorrentes em novas bases de trocas interacionais. De modo específico, visamos analisar como a atividade jornalística é afetada pelo conjunto de transformações oportunizadas pelo contemporâneo, incidindo na emergência de conteúdos que se reafirmam a partir da autoridade do narrador que aposta na sua credibilidade e capacidade de produzir impacto no seu dizer.

É na esteira desse pensamento que buscamos investigar a anatomia e o circuito de produção e circulação das narrativas de coluna, buscando entender como se configuram as estratégias de legitimidade. A escolha está em acordo com o olhar exploratório que permite indicar haver ali uma resignificação do gênero, a partir da estrutura narrativa assentada em uma gramática especialmente preocupada em produzir distinção pela sofisticação e autoridade do dizer.

Para compreender, então, como o colunismo se estabelece no contemporâneo, no próximo capítulo adentramos no estudo da configuração das narrativas jornalísticas e a conformação destas em acordo com gêneros e formatos específicos a partir, especialmente, da classificação gerada pelo jornalismo da era moderna. Já adiantamos que a categorização dos gêneros jornalístico, conforme Marques de Melo (2009), dá conta da separação das práticas de acordo com sua finalidade (gêneros informativo, interpretativo, diversional, utilitário e opinativo), cabendo ao opinativo os formatos em que a opinião e suas estratégias narrativas estão em evidência. Nestes termos, cabe pensar que lugar ocupa o colunismo contemporâneo dentro do gênero opinativo, que já não detém a exclusividade da opinião nos jornais e nos demais espaços que proliferam informações na ambiência da internet.

### 3 INFORMAÇÃO *VERSUS* OPINIÃO E A QUESTÃO DOS GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Compreender os gêneros jornalísticos significa “estabelecer comparações, buscar identidades, indagar procedências” (MARQUES DE MELO, 2006, p. 68). Por esse viés inserimos nossa pesquisa acerca do colunismo, pertencente ao gênero opinativo do jornalismo, buscando observar o que ocorre com tais narrativas no contemporâneo, tendo em vista a diluição de fronteiras conceituais e a perda da exclusividade do gênero em ser o espaço da manifestação da opinião e das subjetividades, assim como as narrativas jornalísticas perdem a prerrogativa da mediação da sociedade tal como vigorava na Modernidade.

Reconhecemos, portanto, que a prática jornalística vem sendo marcada por reconfigurações de ordem sócio-técnico-discursivas desde os seus primórdios. Assim, a cada momento histórico, correspondem características específicas, tanto no que diz respeito à produção, como na circulação e no consumo das informações. Trata-se aqui, desta forma, de constituir um marco referencial para a pesquisa empírica, destacando a provisoriedade e a efemeridade de alguns conceitos e influências que conformaram o jornalismo profissional praticado no Brasil.

A partir de traços identitários que deram origem à classificação dos gêneros ainda na era moderna e do olhar para modelos e subjetividades entrecortadas nos fazeres, pretendemos distinguir como se configura o colunismo nestes tempos de excesso informativo<sup>15</sup> e como este se reafirma no contemporâneo pela qualidade do dizer como referência de informação para a formação da sociedade, ou seja, as narrativas jornalísticas e nelas as oriundas do colunismo para o conhecimento da realidade e, por consequência, a tomada de decisões dos cidadãos.

Como ponto de partida, destacamos as raízes europeias do jornalismo. Contudo, no caso brasileiro, sua identidade é “entrecortada por múltiplas diretrizes, algumas convivendo contraditoriamente” (MARQUES DE MELO, 2006, p. 68), perfazendo uma estrutura criativa que absorveu “com seletividade os modelos que se nos insinuaram ou impuseram, adquirindo feições diferenciadas” (p. 69). Como bem destaca o pesquisador,

---

<sup>15</sup> Há uma diluição da hierarquia da produção e disseminação de informações, antes controlada pelos veículos de comunicação. No contemporâneo, a diversidade de narrativas disponíveis aos leitores, tanto advinda de profissionais em redações institucionalizadas, como pelos cidadãos comuns, acaba por provocar efeitos como os chamados “excesso informativo”, “ansiedade da informação” e “dieta informativa” (TURKLE, 2011; PARISIER, 2011; JOHNSON, 2012), expressões estas que começaram a surgir por volta de 1970.

o maior impacto trazido para o jornalismo brasileiro é oriundo das práticas norte-americanas, embora tenha assumido peculiaridades próprias em relação ao praticado pelos ingleses. Ao longo do século XX,

(...) o contato com o jornalismo norte-americano, decorrência evidente da hegemonia conquistada pela jovem potência capitalista, faz-se por intermédio da ousada atuação das suas agências noticiosas (que disputam o nosso mercado com as agências europeias, especialmente a agência estatal francesa) e se consolida pela importação da tecnologia, cavalo de Tróia que possui um adensado ventre, capaz de acumular técnicas de codificação, sistemas gerenciais, estruturas simbólicas. (MARQUES DE MELO, 2006, p. 68-69)

Ainda nas palavras de Marques de Melo (2006), as características contidas no jornalismo brasileiro mesclam as influências portuguesas, francesas e norte-americanas. O pesquisador aponta que um exemplo de que as feições das narrativas jornalísticas no Brasil nem por isso se parecem cópia dos outros modelos é a relação entre informação e opinião. Vejamos que a fronteira entre estes gêneros, que não se deu de forma sistemática nos jornais brasileiros, foi implantada no jornalismo inglês e reiterada no modelo norte-americano.

Dito isso, a visada inicial neste capítulo é um retrospecto sócio-histórico para a conformação da imprensa brasileira, tomando como base o ideário moderno que, igualmente, foi basilar para a definição dos gêneros jornalísticos tal como os conhecemos no contemporâneo. A retrospectiva, reafirmamos, é importante para a identificação, adiante, das semelhanças e diferenças que se estabelecem no colonismo atual, com ênfase para a reafirmação destas narrativas como norteadoras de um debate qualificado e oferta de conhecimento da realidade de mundo que cerca os cidadãos diante da oferta abundante de conteúdo no contexto da Pós-verdade<sup>16</sup>.

Como observamos em caráter introdutório no capítulo anterior, o estudo leva em consideração a fluidez e o embaralhamento das noções de fronteiras conceituais, especialmente pela percepção das novas mídias que experimentam a produção de novos formatos (SEIXAS, 2009a). Em nosso caso, trata de olhar para as colunas jornalísticas em portais de notícias, as quais têm potencial técnico da ambiência online possível de ser explorado, o que também contribui para a fragilização conceitual da categoria

---

<sup>16</sup> A Pós-verdade é entendida como este tempo contemporâneo em que opiniões e crenças têm mais importância do que fatos comprovados, ou seja, uma narrativa inflacionada de subjetividade, mas sem nenhum sujeito. As mentiras e opiniões baseadas em emoções se espalham de uma forma mais veloz do que informações e fatos verificados, oportunizando assim a formação de redes em que os seus integrantes confiam mais entre si do que em instituições oficiais. A informação não é mais objeto exclusivo de manipulação pelos jornalistas. (DUNKER, 2017)



narrativa tal qual conhecemos oriunda do jornalismo impresso. Assim, propomos uma visada que, de um lado, observa a origem da classificação e, de outro, os desafios e potencialidades do contemporâneo no que diz respeito às capacidades técnicas e estratégias narrativas decorrentes.

### **3.1 Um retrospecto: o panorama objetivo consolida formatos específicos**

Os padrões que influenciaram as relações sociais, culturais e econômicas na Modernidade delinearão o campo do jornalismo. Marcondes Filho (2002, p. 9) argumenta que o “jornalismo é a síntese do espírito moderno”. A partir da racionalidade e da técnica instauradas na sociedade, o ideal da objetividade ditou as regras no que diz respeito à imprensa e ao jornalismo que se consolidava no Brasil para se credenciar diante do público como o porta-voz da informação.

O ideal da objetividade se instaurou no jornalismo como um legado do período moderno quando a atividade - que, embora já existisse há anos mais como uma ferramenta de disseminação das ideias da Igreja e da Monarquia - se profissionalizou e passou a mediar a informação em circulação para o público, a burguesia em ascensão. Não por acaso, os jornais se tornaram empresas em consonância com o capitalismo em desenvolvimento. À imprensa, então, coube o papel de dar a conhecer aquilo que antes era restrito da Igreja, das Universidades e do Estado. O método, a tecnologia e a razão passaram a predominar também nas narrativas jornalísticas, como expomos em seguida.

A objetividade foi um rompimento com padrões de política e opinião que se misturavam na imprensa até então<sup>17</sup>. É importante fazer o retrospecto na relação com os pressupostos da Modernidade instaurada na sociedade e seus reflexos nas relações sociais, culturais e também econômicas. Destacamos, assim, que a informação passou a ser vista com valor de mercadoria e, notadamente, a especialização no jornalismo como aquele que dá a conhecer o “saber acumulado e reservado aos sábios (...) Surge daí uma prática eminentemente sua, o mito da transparência, filho direto da ideologia das Luzes” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10-11).

---

<sup>17</sup> Em nossa dissertação de Mestrado já fizemos um retrospecto sócio-histórico onde apontamos as fases evolutivas do jornalismo, e a partir disso, evidenciamos, partindo dos *folhetins*, a sua relação com a literatura e a subjetividade em diferentes momentos da atividade jornalística, entre as quais o jornalismo literário e o *New Journalism*. Dissertação “Narrativas jornalísticas contemporâneas e as vozes que narram em *O olho da rua*, de Eliane Brum”, cujo acesso está disponível em <http://hdl.handle.net/11624/1669>.

Segundo Marcondes Filho (2002, p. 10) “o jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa”, quando desmoronam os ideais da Idade Média, e o controle do saber e da informação que serviam como forma de dominação, de manutenção da autoridade e do poder, entram em colapso e rompem com o “monopólio do segredo”. A expansão do jornalismo se deu a partir “da luta pelos direitos humanos, nesta que foi a “revolução símbolo” da destituição da aristocracia, do fim das monarquias e de todo o sistema absolutista herdado da Idade Média, assim como da afirmação do espírito burguês” (Idem, p. 10). Como prossegue o autor, o jornalismo está associado à “desconstrução” do poder até então mantido pela Igreja e pela Universidade. Daí a relação da atividade com o desmoronar de narrativas-mestras e a instituição da Modernidade baseada na iluminação, na razão, no método, na ciência, no que é exposto e provado.

Assim, todo o saber acumulado e reservado aos sábios passou agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado; sua atividade será a de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10-11)

Da base dessas ideias surge a mítica do compromisso do jornalismo com a transparência. O jornalismo, então, aparece na associação com a era moderna no que diz respeito ao capitalismo, pelas técnicas, a modernização e a transformação da atividade em negócio. De outra parte, a relação direta das narrativas jornalísticas com o ideário moderno está evidente pela assimilação do método e da razão que se instauram nas práticas para dar conta da “iluminação” e da objetividade para se credenciar junto ao público ao mediar a informação antes restrita a poucos.

O jornalismo se constituiu, portanto, como uma nova esfera pública em que o significado de “autoridade pública” começa a mudar. A nova estruturação política da Europa Moderna, associada à emergência e desenvolvimento do capitalismo mercantil, fez emergir um novo modo organizativo da sociedade que pressupunha, além da conquista dos direitos do cidadão, o direito à informação e à cobrança dos atos de governo. Neste sentido, Thompson (2005) pontua a força considerável da imprensa ao reportar os fatos e que desempenhou um papel importante na evolução do estado constitucional moderno:

Os jornais críticos e os semanários morais que começaram a aparecer na Europa em fins do século XVII e ao longo do século XVIII produziram um novo fórum de debate público. Embora estas publicações muitas vezes tenham surgido como jornais dedicados à crítica literária e cultural, elas logo se interessaram por questões de importância mais social e política. Além disso, novos centros de socialização apareceram nos principais centros urbanos da Europa moderna, incluindo salões e cafés que, a partir de meados do século XVII, se tornaram lugar de discussão e ambientes sociais onde as elites instruídas podiam integrar entre si e com a nobreza em posição mais ou menos de igualdade. (THOMPSON, 2005, p. 68)

É preciso esclarecer que não há consenso sobre as origens e etapas demarcatórias do jornalismo<sup>18</sup>, de forma que trabalhamos com uma sistematização da história da comunicação para compreender como a objetividade se instaurou nas narrativas dos jornais e da imprensa em geral (televisão, rádio), especialmente no que Marcondes Filho (2002) classifica como a fase do segundo jornalismo entre as quatro categorias que cita subsequentes à pré-história do jornalismo, pontuada entre 1631 e 1789. Além disso, como já pontuamos no capítulo anterior, há que se levar em conta uma quinta fase, a do jornalismo midiaticizado. A partir destas classificações, aludimos contemporaneamente à diluição de fronteiras conceituais, contexto em que está inserido nosso objeto de estudo, as narrativas do colunismo jornalístico em portais de notícias online. O retrospecto assim se fundamenta para a compreensão de cada etapa e o reconhecimento das diferenças e semelhanças que se estabelecem diante do rompimento dos padrões precedentes.

A história da imprensa se revela, portanto, na relação com o desenvolvimento da sociedade capitalista, conforme pontua Sodré (1983), especialmente quando diz que os jornais são a representação de um momento histórico que fortaleceu os ideais capitalistas na sociedade urbana da Europa a partir do século XVI. A tecnologia e as técnicas de produção foram molas propulsoras para o estabelecimento das empresas jornalísticas, além da ascensão da burguesia e, com ela, a consolidação de um modelo de vida urbano e da existência de um público leitor, como já mencionado. Nesse contexto é que se dá a classificação dos gêneros jornalísticos que, particularmente interessa na discussão. Adiante, vemos como, então, as transformações da era moderna

---

<sup>18</sup> Thompson (2005) diz que a origem do que mais tarde vai se reconhecer como atividade jornalística se dá a partir do século XV, com os tipos móveis de Gutenberg. A partir deles, Gutenberg desenvolve técnicas de impressão que se espalham pelos centros urbanos da Europa. Estas técnicas foram exploradas pelas oficinas de impressão montadas, em sua maioria, como empresas comerciais. Dessa forma, as publicações periódicas de notícias e informações começaram a aparecer na segunda metade do século XVI, culminando com a transformação em jornais nas primeiras duas décadas do século XVII, quando periódicos regulares de notícias começaram a aparecer semanalmente com certo grau de confiabilidade. Fonte: THOMPSON, John B. A Mídia e a Modernidade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

se dão no campo das narrativas jornalísticas – e que são relativizadas no contemporâneo - e como estas se estabelecem nas relações de poder.

### **3.1.1 De formação pedagógica e política à imparcial e objetivo**

Segundo Pena (2010, p. 27), “junto com o papiro e o papel, a grande revolução na propagação da cultura escrita foi a invenção da imprensa<sup>19</sup>”. Com a prensa de Gutenberg, a partir da impressão da Bíblia, em 1456, constituiu-se a indústria do livro e também a imprensa periódica, pois, apesar da difusão de informações manuscritas, a impressão foi a grande responsável pela revolução da história do jornalismo que passou a ocupar o espaço público, este que também calhou por uma série de transformações.

Como vimos, o saber, o acesso aos documentos e o direito à pesquisa estiveram nas mãos da Igreja, mas a invenção da imprensa e a consolidação da burguesia inverteram esse processo. Os tipos móveis de Gutenberg serviram de base para a consolidação dos ideais da Modernidade.

As primeiras publicações começaram a multiplicar o número daqueles a quem era dado conhecer os textos reservados, secretos ou sagrados. O saber se espalha e começa a arruinar as bases da unidade religiosa. Martinho Lutero e o protestantismo serão a primeira consequência dessa abertura. (...) E a Revolução Francesa, símbolo da queda dos regimes monárquicos e do poder aristocrático, foi também, ao mesmo tempo, a conquista dos direito à informação. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 10)

A informação passou a ser mediada pela imprensa:

(...) apesar da razoável difusão quantitativa das notícias manuscritas, a impressão é realmente a verdadeira revolução da história do jornalismo. Na onda emergente da indústria do livro, surge uma nova, que cresce entre os restos de papel e as folhas soltas que dão origem a pequenas publicações periódicas. Nasce a imprensa, mas não basta que ela seja constituída pelo calor industrial dos tipos móveis. É preciso saber que espaço ela vai ocupar. (PENA, 2010, p. 28)

Por outras palavras, quer dizer que o jornalismo não se resume às suas tecnologias e técnicas de produção, mas inclui fatores associados à existência de um

---

<sup>19</sup> Apesar da fama de Gutenberg, os verdadeiros criadores da imprensa foram os chineses. O primeiro livro impresso conhecido é do na de 868 e a invenção do tipo móvel foi aproximadamente em 1040. Ambos em território chinês. Gutenberg, por sua vez, ficou conhecido no mundo ocidental como revolucionário da impressão porque uma de suas primeiras obras impressas foi a Bíblia, no ano de 1456. Com a rápida difusão do prelo de Gutenberg pela Europa, foram consolidadas as línguas nacionais, difundiu-se a Reforma Protestante e a Contra-Reforma. (PENA, 2010, p. 28)

público letrado e interessado em consumir notícias periódicas, ou seja, como indica Arnt (2001) a atividade jornalística nasceu da exigência da sociedade por informação<sup>20</sup> e, também, como citam Briggs e Burke (2004), na relação com a Revolução Francesa e o Iluminismo no fim do século XVIII contribuiu para o debate público e a derrubada do Antigo Regime.

Desse modo, adotamos em nossa pesquisa a perspectiva do jornalismo como uma forma de conhecimento, como proposto por Meditsch (1998, p. 28), pois

O Jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de que ocorra uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a sua simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do Jornalismo no processo de cognição social.

Retomando a retrospectiva, os primeiros jornais apareceram com regularidade na Alemanha, por volta de 1609. Depois os impressos foram encontrados na Holanda, na França, na Inglaterra e na Itália. Conforme Kunczik (2001, p. 22), os primeiros jornalistas foram correspondentes dos príncipes governantes, das cidades-imperiais e das cidades-estados da Europa central.

No Brasil, com anos de atraso, o advento do jornalismo se deu com a chegada da Corte portuguesa, em 1808. Contudo, com a Independência, em 1822, é marcado o início da história da imprensa no país porque o uso efetivo de instrumentos de impressão tipográfica (os prelos) dependeu desse evento histórico. No período colonial, anterior a 1808, a impressão de qualquer texto escrito no Brasil deveria ser feita na Europa ou permanecer manuscrito. Até então, no país, a arte gráfica era clandestina.

Segundo Lustosa (2000), elevado à categoria de Reino em 1815, o Brasil evoluiu também em termos intelectuais e econômicos. Estes são aspectos que fizeram com que a imprensa tivesse papel importante na pré-independência, seja pelo modelo oficial da *Gazeta do Rio de Janeiro* ou pelo tipo de jornalismo mais crítico, porém distante, do *Correio Braziliense*. Soma-se a estes tipos uma imprensa opinativa, cujo gênero

---

<sup>20</sup> Os antecessores do jornal seriam, então, os *Avvise* do século XII com as informações oficiais e as folhas manuscritas que relatavam acontecimentos comuns, atos políticos e informes comerciais. Em seguida: “O constrangimento ao livre exercício da opinião, nos primórdios da imprensa, no século XVII, levou editores a “encontrar meios clandestinos de se exprimir ou se fazer ouvir” (Beer, 1934, p. XVI), introduzindo outros assuntos, tais como literatura, moral e *fait divers*, e, posteriormente, alargando seu campo para variedades, finanças, esporte. Molda-se, assim, o jornal informativo e objetivo, que chegou até os nossos dias” (ARNT, 2001, p. 15).

dominante era o artigo, mais próxima dos acontecimentos e que também contribuiu para formação de uma opinião pública.

Sodré (1998) aponta que a imprensa política era hegemônica. Porém, em 1821, surgiu o *Diário do Rio de Janeiro*, considerado o primeiro jornal informativo do país, uma vez que publicava informações variadas como notícias sobre crimes, espetáculos, leilões, anúncios sobre escravos fugidos, reclamações, entre outras, além de publicidade gratuita. O saber e a informação passaram a circular de maneira menos restrita, pois até então o conhecimento era para poucos letrados das academias e da Igreja. Com a ascensão da burguesia houve o interesse de um público leitor pelas informações postas em circulação para a sociedade. Contudo, essa mesma classe burguesa fez com que pequenos grupos passassem a controlar a informação, agora feita por jornalistas para abastecer o mercado.

De acordo com Marcondes Filho (2002), este foi o período do “primeiro jornalismo”, uma época em que os impressos foram marcados pelo jornalismo político-literário, no qual as páginas foram ressonâncias das plataformas políticas:

(...) Época também em que o jornal se profissionaliza: surge a redação como um setor específico, o diretor torna-se uma instância diferente da do editor, impõem-se o artigo de fundo e a autonomia redacional. Com o tempo, o jornalismo vai deixando de ser um instrumento dos políticos para ser uma força política autônoma. Mas ainda prevalecem os jornais eruditos, as revistas moralistas, em que escritores e políticos escrevem em suas páginas. Nessa época do jornalismo literário, os fins econômicos vão para segundo plano. Os jornais são escritos com fins pedagógicos e de formação política. É também característica do período a imprensa partidária, na qual os próprios jornalistas eram políticos e o jornal, seu porta-voz. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 11-12)

A imprensa brasileira “nasceu com o capitalismo e acompanhou o seu desenvolvimento” (SODRÉ, 1999, p. X). Para Sodré, o surgimento e o desenvolvimento da imprensa resultaram da “necessidade social” da burguesia mercantil em possuir dispositivos técnicos de disseminação ideológica, crescentemente potentes e aprimorados, que facultassem a sua “ascensão” à categoria de classe dominante e a prevalência indefinida do seu domínio (SODRÉ, 1999, p. 2-3, 5-6 *et passim*). A história da imprensa brasileira, assim, pode ser lida como uma narrativa particular da luta de classes no Brasil:

(...) a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista. O controle dos meios de difusão de ideias e de informações – que se verifica ao longo do desenvolvimento da imprensa,

como reflexo do desenvolvimento capitalista (...) – é uma luta em que aparecem organizações e pessoas da mais diversa situação social, cultural e política, correspondendo a diferenças de interesses e aspirações. Ao lado dessas diferenças, e correspondendo ainda à luta pelo referido controle, evolui a legislação reguladora da actividade da imprensa. (SODRÉ, 1999, p. 1)

Nessa época do jornalismo de ebulição político-literária, os jornais que serviam a ideais de formação política, foram transformando-se e se profissionalizando com o surgimento das redações como setores específicos. A imprensa passou a adquirir novas perspectivas, em que os fins econômicos como a venda de espaço para a publicidade tornam-se prioridade em relação à parte noticiosa, conforme Marcondes Filho (2002). É a partir desse ponto que a Modernidade instaurada na sociedade reflete na mídia, em especial nas narrativas jornalísticas. Como pontua Giddens (2002, p. 29),

(...) a modernidade é inseparável de sua “própria” mídia: os textos impressos e, em seguida, o sinal eletrônico. O desenvolvimento e expansão das instituições modernas está diretamente envolvido com o imenso aumento na mediação da experiência que essas formas de comunicação propiciaram.

A partir da segunda metade do século XIX, com os primeiros indícios por volta de 1830, o jornal se tornou uma empresa capitalista. Retomamos aqui a elaboração do capítulo anterior, segundo as fases do jornalismo descritas por Marcondes Filho (2002). A chamada segunda fase do jornalismo, como vimos, também é marcada pelas inovações tecnológicas que acompanharam a mudança de “perfil” das narrativas jornalísticas, em acordo com os padrões sócio-técnico-discursivos em voga na sociedade moderna. Junto com o estabelecimento de rotinas produtivas baseadas num modelo racional e objetivo das narrativas, os processos produtivos também foram estruturados com a divisão de funções de trabalho nas redações, como por exemplo, o estabelecimento de editorias específicas e de atividades para os trabalhadores das empresas (repórteres, editores, revisores, fotógrafos, entre outros). Mais tarde, contemporaneamente, todas essas fronteiras viram-se diluídas, isso também devido à incorporação de novas tecnologias e modos de vida na sociedade. Da separação de funções para as multitarefas, o jornalismo multimídia, como abordamos num próximo momento da investigação teórica, rompe com o ideário instaurado na Modernidade e segue com ressonâncias nas práticas jornalísticas, as quais buscamos investigar na categoria do columnismo contemporâneo. Sem nos alongarmos nestas considerações, já discutidas na seção anterior e com repercussões que citamos na sequência, tratamos de

seguir aqui por delinear as principais transformações ocorridas a um tempo histórico e que incidiram na consolidação de modos de fazer e de formatos específicos para as narrativas jornalísticas, estas que contemporaneamente se vêem transformadas.

Na segunda metade do século XIX, a partir da inovação tecnológica nos processos de produção, os jornais se transformaram em grandes empresas capitalistas. Thompson (2005) e Briggs e Burke (2004) lembram que a industrialização e os processos em linha de produção do período moderno naturalmente se estenderam às notícias. Segundo Thompson (2005):

A Revolução Industrial da segunda metade do século XVIII e primeira do século XIX aconteceu dentro do contexto de um sistema econômico capitalista que já existia na Europa e em outros lugares há muitos séculos. Ao introduzir uma série de métodos de produção – incluindo o uso das máquinas e a ramificada divisão de trabalho dentro das fábricas, etc. – a Revolução Industrial aumentou grandemente e a capacidade produtiva das empresas, anunciando a era do processo industrial em grande escala. (THOMPSON, 2002, p. 50)

Também Thompson (2005) pontua que as inovações técnicas, como a prensa rotativa, aumentaram grandemente a capacidade reprodutiva da indústria gráfica. Vejamos, então, que

Elas permitiram a produção de jornais e outros materiais impressos dentro de um conjunto de processos modernos que incluíam o uso de maquinaria elétrica, a divisão ramificada do trabalho dentro do sistema industrial, etc. – que estavam revolucionando outras esferas da produção de mercadorias. Ao mesmo tempo, muitas sociedades ocidentais experimentaram um substancial crescimento na população urbana e, durante a segunda metade do século XIX, um declínio significativo nas taxas de analfabetismo, de modo a favorecer uma constante expansão do mercado impresso. (THOMPSON, 2002, p. 73)

O desenvolvimento industrial, portanto, trouxe aceleração do comércio das notícias e da circulação dos jornais, especialmente na Europa e nos Estados Unidos. No século XX, no Brasil, começaram a predominar, nas estruturas narrativas jornalísticas, a composição norte-americana, na qual é empregada a maior objetividade possível na redação dos fatos, deixando de lado a influência francesa baseada nos comentários. Na verdade, trata-se da separação da informação e da opinião nas páginas dos jornais. Nessa esteira, ocorre também a instituição do modelo do *lead*, como destacaremos em seção específica, cuja estrutura norte-americana contempla a relação com as tecnologias de informação e comunicação, como o telégrafo e as agências de notícias, por exemplo. O *lead*, assim, contempla a principal parte da notícia logo no primeiro parágrafo ou



início do texto, de forma que se a comunicação por telégrafo fosse perdida, as informações principais estariam captadas. O mesmo no caso das agências de notícias, caso fosse necessário suprimir alguma parte do texto por conta da entrada de publicidade nas páginas.

Além do mais, o jornalista devia redigir a notícia com uma linguagem clara, objetiva, conciliar o registro formal e o coloquial; ser impessoal, etc. (LAGE, 1985). Este é um dos principais marcos do segundo jornalismo, em acordo com Marcondes Filho (2002).

Na imprensa,

A atividade que se iniciara com as discussões político-literárias aquecidas, emocionais, relativamente anárquicas, começava agora a constituir-se como grande empresa capitalista: todo o romantismo da primeira fase será substituído por uma máquina de produção de notícias e de lucros com jornais populares e sensacionalistas. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13)

Pois bem, se de um lado a transformação tecnológica, dada a modernização das máquinas e das técnicas de produção, imprimiu mudanças a ponto de fazer dos periódicos um modelo de empresa capitalista, de outro isso exigiu dos negócios a capacidade financeira de autossustentação. Assim, para além das mudanças nas redações com a separação das atividades – direção, edição, comercial – as narrativas refletiram o modo capitalista de administrar a atividade.

A gradual implantação da imprensa como negócio, iniciada em 1830 na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, impõe-se plenamente por volta de 1875. A grande mudança que se realiza nesse tipo de atividade noticiosa é a inversão da importância e da preocupação quanto ao caráter de sua mercadoria: seu valor de troca – a venda de espaços publicitários para assegurar a sustentação e a sobrevivência econômica – passa a ser prioritário em relação ao seu valor de uso, a parte puramente redacional-noticiosa dos jornais. A tendência – como se verá até o final do século 20 – é fazer do jornal progressivamente um amontoado de comunicações publicitárias permeado de notícias. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13-14)

A inserção publicitária cresceu juntamente com a industrialização do setor. Thompson (2005) lembra que, ao mesmo tempo, a formação da classe assalariada da população permitiu que a produção do jornal para “todos” quase não encontrasse obstáculos, oportunizando o desenvolvimento da mídia de massa. Ainda, segundo Marcondes Filho:

E é essa nova imprensa, como objeto de alto investimento de capital, que manterá as características originais da atividade jornalística: a busca da notícia, o “furo”, o caráter de atualidade, a aparência de neutralidade, em suma, o “caráter libertário e independente”. É a imprensa de massa, objeto de uma troca singular mas não muito rara nem muito estranha na história da imprensa: desaparece a liberdade em contrapartida se obtém mais entretenimento. Este será o substituto funcional que os donos dos jornais encontrarão para preencher a lacuna criada com a supressão da liberdade de imprensa. Não obstante, também as funções “políticas” dentro do jornal serão abaladas. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 14)

É oportuno mencionar que, a partir daí, além das questões econômicas, a exploração do negócio do jornalismo também foi impactada pelos interesses políticos e militares, especialmente porque, na relação com o desenvolvimento da tecnologia, dissociaram as informações de seu transporte físico e tornaram possível a constituição de redes globais de comunicação (THOMPSON, 2002). Havemos de citar, nesse caso, os recursos de captação de informações à distância como telégrafo, telefone e comunicação por rádio que deram mais agilidade à produção e transmissão das notícias.

Neste contexto, voltamos a mencionar Thompson (2005) para explicar como o movimento de interligação mundial se dá na relação direta com os meios de comunicação e com as novas possibilidades tecnológicas. Ao falar sobre uma teoria social da mídia, o autor diz que a globalização surge quando as atividades que aconteciam localmente passaram a tomar dimensões mundiais. Além disso, lembra que atividades locais, situadas em diferentes locais passaram a ter algum grau de reciprocidade e interdependência. Isto posto, no que diz respeito às tecnologias de transmissão e captação de informações à distância, veremos, adiante, com mais ênfase, como o modelo do *lead* (parágrafo introdutório do texto jornalístico que responde a questões objetivas como: o que, quem, quando, onde e por quê), seguiu atrelado ao método da objetividade, e sua relação com esses recursos, o surgimento das agências de notícias e o modelo da “pirâmide invertida” na redação das notícias.

Como se vê, era preciso cativar o público leitor que se formava. Desse cenário decorre também uma diversificação das publicações, em função dos diferentes públicos com jornais e revistas especializados, ao mesmo tempo em que surgiram páginas especiais nos periódicos com vistas a atender diferentes públicos.

O segredo da imprensa consistia, à medida que o capitalismo avançava, na rapidez com que chegava aos leitores e na possibilidade de contá-los aos milhões. Era necessário, por isso, que a produção atendesse à multiplicação de exemplares. (SODRÉ, 1998, p. 5)

De acordo com Lima (1969), as técnicas americanas impuseram ao jornalismo noticioso no Brasil restrições formais à linguagem e à estruturação do texto, em meado do século XX. Assim, as regras de redação pretendiam, supostamente, retirar do jornalismo noticioso qualquer caráter emotivo e participante. O que garante a impessoalidade e o ocultamento do sujeito da enunciação. Se, antes, o jornalismo havia sido o lugar do comentário sobre as questões sociais, da polêmica, das críticas mundanas e da produção literária, “agora” passou a ser o retrato da realidade. Seguindo o ideário da Modernidade, a técnica e a racionalidade se aliaram ao sistema capitalista na construção das narrativas jornalísticas por meio da imposição dos critérios da objetividade e da imparcialidade.

Aguiar (2008) lembra que, ao relatar os fatos com precisão e imparcialidade, o apartidarismo do jornal não afastava nenhum público nem anunciantes. Assim, também ampliava o público que buscava nos impressos as notícias do cotidiano, até então ausentes dos periódicos. Nesse momento, criou-se a divisão entre os departamentos da empresa, ou seja, financeiro, gestão e redação são setores distintos.

(...) o antigo paradigma do jornal como instrumento de luta política e ideológica cede lugar ao paradigma da informação como mercadoria. O jornalista deixa de ser um ativista político, autor de textos opinativos, para se tornar um mediador neutro e imparcial que observa a realidade social e produz um relato com base no método da objetividade. (AGUIAR, 2008, p. 18)

Além disso, a necessidade de ampliação do público levou os jornais a utilizarem seus espaços de forma mais racional e com maior variedade de assuntos. Assim, junto com a implementação do *lead*, Traquina (2005) pontua que surgiram as entrevistas e as reportagens descritivas valorizando as testemunhas oculares das notícias, bem como a implantação da primeira página como capa com interesse mercadológico de vender as notícias.

A atividade redacional já tinha, sob a pressão da transmissão de notícias de modo tecnicamente mais avançado, se especializando de uma atividade literária para uma atividade jornalística: a seleção do material se torna mais importante do que o artigo de fundo; a elaboração e a avaliação das notícias, a sua revisão e preparação se torna prioritária em relação à obediência efetiva, do ponto de vista literário, de uma “linha”. (HABERMAS, 2003, p. 18)

Trata-se, como apontamos de início, da instauração de pilares da atividade jornalística a se credenciar diante do público como o porta-voz da verdade. Assim, a

partir do ideal da objetividade - o mito da transparência e da aparente neutralidade - Pereira Júnior (2010) também pontua a construção da credibilidade diante da audiência para a sobrevivência da imprensa no modelo industrial e massivo.

O desenvolvimento do jornalismo evidencia a credibilidade como condição de indústria. Para não afastar leitores, jornais tendem a atenuar posições, mascarar preferências, criar parâmetros equilibrados de julgamento, torna-se confiáveis testemunhas dos fatos. A objetividade começa a virar bem valioso a negociar. É então que a indústria assume o que se poderia chamar de estratégia de sobrevivência conceitual. Instaura características de objetividade que virariam pilares da imprensa. (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 53)

Traquina (2002), por sua vez, relembra que a emergência da objetividade no jornalismo, depois de ter abandonado sua condição de representação política, está em consonância com a crença nos valores positivistas da época. Estes enxergavam a necessidade desse distanciamento de valores e crença em todas as relações, desde a ciência até os relatos de fatos nos jornais. Ao assumir a condição de negócio de grandes corporações, junto com a ideia da racionalidade como valor da época e dos pressupostos liberais da economia, os conceitos de objetividade e de liberdade de imprensa foram oportunos para construir a imagem de isenção necessária das empresas jornalísticas, bem como de atender um público cada vez maior e mais heterogêneo que as grandes tiragens passaram a alcançar. Nessas condições, o tratamento objetivo dos fatos resulta em um novo estilo de produção de notícias. É o que passaremos a destacar de forma mais detalhada a seguir.

### **3.1.2 Um método para a objetividade: o *lead* e as tecnologias da informação**

Conforme visto na categorização de Marcondes Filho (2002), o jornalismo dito objetivo ganhou força e expandiu-se a partir da segunda metade do século XIX na Europa e Estados Unidos, chegando ao Brasil por volta dos anos 1950. Neste modelo, as operações discursivas na produção da notícia buscam inscrevê-la, prioritariamente, na ordem da verdade, sob a influência do positivismo, ou seja, a crença naquilo que é verificável, calculável. É desse modo que se incorporava a visão de que o repórter deveria manter distanciamento dos fatos, ouvindo todos os lados e deixando para o leitor a interpretação ou conclusão acerca da notícia. Habermas (2003, p. 218) também

fala desse movimento que levou os jornais a utilizarem de forma mais “racional” os seus espaços:

A atividade redacional já tinha, sob a pressão da transmissão de notícias de um modo tecnicamente mais avançado, se especializado de uma atividade literária para uma atividade jornalística: a seleção do material se torna mais importante do que o artigo de fundo; a elaboração e a avaliação das notícias, a sua revisão e preparação se torna prioritária em relação à obediência efetiva, do ponto de vista literário, de uma “linha”.

Para Tuchmann (1999, p. 74) trata-se de um “ritual estratégico”, que reveste a prática do jornalismo de uma espécie de proteção. Trata-se da adoção de técnicas e princípios que passaram a ser norteadores do exercício da atividade. Como antecipamos, uma das estratégias oriundas da transformação do jornal em empresa e em consonância com os valores da Modernidade, especialmente o emprego de métodos e da racionalidade, é a utilização do *lead*.

O *lead* é, portanto, um método de redação das informações que, de acordo com Pena (2010, p. 43), exerce uma série de funções no relato: apontar a singularidade da história; informar o que se sabe de mais novo sobre o acontecimento; apresentar lugares e pessoas de importância para o entendimento dos fatos; oferecer o contexto; provocar no leitor o desejo de continuar a leitura da notícia; resumir a história sem perder a articulação. Assim, “o *lead* (lide) nada mais é do que o relato sintético do acontecimento logo no começo do texto, respondendo às perguntas básicas do leitor: o quê, quem, como, onde, quando e por quê” (PENA, 2010, p. 42).

No Brasil, o método foi implantado pela primeira vez na redação do jornal *Diário Carioca*. Acredita-se que foi pelo chefe de redação Pompeu de Souza, mas, segundo Nelson Werneck Sodré (1998, p. 395), “a reforma foi devida a Luís Paulistano, chefe da reportagem”, em 1951. Pena (2010) relata que, nesse caso, Pompeu de Souza teria introduzido o conceito de *lead* já utilizado pela imprensa americana para trazer objetividade ao jornalismo no Brasil na época em que dois veículos travavam uma briga política: de um lado, a *Tribuna da Imprensa* criticava o governo de Getúlio Vargas, de outro, o jornal *Última Hora* o defendia ferozmente, isso porque o presidente brasileiro era o seu principal financiador.

De outro lado, é preciso destacar a importância que a tecnologia, mais especificamente as técnicas de transmissão da informação, tiveram na relação do *lead* com a objetividade jornalística. Aliás, além do *lead*, também a pirâmide invertida.

Nesse contexto estão as agências de notícias que passaram a integrar as redes globais de comunicações, reafirmando, sobretudo, a utilização do *lead* como unidade central no primeiro parágrafo.

As agências aceleraram a chegada de informações vindas de lugares distantes, de modo que a objetividade se firmou também nesse processo de transmissão de notícias. De acordo com Sodré (1999), as agências surgiram em meados do século XIX, com a fundação da primeira agência, a *Havas*, por Charles-Louis Havas, em 1835. Sediada em Paris, enviava as principais informações e notícias do exterior por telegramas para os jornais, que pagavam por esse serviço. Mais tarde, em 1851, um sócio de Havas, deixou a empresa para fundar uma nova agência em Londres, a *Reuters*. Em 1849, foi fundada a *Wolff*, que se tornaria a agência principal da Alemanha. A *Reuters* existe até hoje, enquanto a *Havas* acabou se tornando a *atual Agence France-Presse* (AFP) e a *Wolff* deu origem a *Deutsche Presse-Agentur* (DPA). No Brasil, a pioneira das agências foi a *Agência Brasileira de Notícias* (ABN).

É importante destacar que junto com o *lead*, o modelo da pirâmide invertida também se consolidou nas narrativas junto com a chegada das agências de notícias. Trata-se de uma estrutura de redação que consiste na sequência cronológica em ordem de decrescente de apresentação das informações. Ou seja, o texto deve começar pelos elementos de maior importância e a hierarquia seguir com aqueles de menor apelo. Devido a necessidade técnica, a forma e o conteúdo do trabalho relegaram o valor estético e literário para segundo plano (Sodré, 1998).

Essa prática padronizou a produção dando conta do, então, mercado muito mais amplo. Além do mercado em dimensões mundiais, é preciso ressaltar também os problemas com o uso do telégrafo (1852) - o uso de cabos submarinos para a transmissão de mensagens telegráficas (1874) e, na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do sistema de correios - nas transmissões internacionais que colaboraram com a nova forma de escrever. Os sistemas, apesar de possibilitarem a comunicação e a transmissão de informações à distância, ainda se constituía de linhas instáveis e as mensagens, muitas vezes, chegavam truncadas. Por isso, editores e os gerentes da produção jornalística nas agências passaram a dar prioridade para os dados importantes na transmissão. Dessa maneira, o texto deveria ser estruturado em ordem decrescente de relevância, originando a pirâmide invertida.

Genro Filho (1987) salienta, além da deficiência técnica, que o modelo ao mesmo tempo contemplou o comodismo dos leitores e o interesse dos jornais em

suprimir os parágrafos finais quando chegava um anúncio de última hora e era preciso cortar textos para dar lugar às publicações. Assim, com o *lead* respondendo as principais perguntas logo no início da notícia e as demais questões redigidas por prioridade de importância, era fácil suprimir os parágrafos finais da matéria sem prejudicar o entendimento da informação.

Contudo, Genro Filho (1987) enfatiza que o *lead* e, por consequência, a pirâmide invertida, não se resumem apenas na questão de redigir as informações por ordem de prioridade, mas sua eficácia está no fato de reproduzir uma visão individual acerca dos acontecimentos. Ou seja, ele aproxima o leitor de sua vivência cotidiana na compreensão dos fatos.

O *lead*, assim,

(...) é uma importante conquista da informação jornalística, pois representa a reprodução sintética da singularidade da experiência individual (...) além disso, o caráter pontual do *lead*, sintetizando algumas informações básicas quase sempre no início da notícia, visa à reprodução do fenômeno em sua manifestação empírica, fornecendo um epicentro para a compreensão do conjunto. (1987, p. 197)

Ademais, o mito da imparcialidade veio arraigado ao modelo do *lead*. Chaparro (2007) indica o jornal inglês *The Daily Courant*, criado em 1702, através do diretor Samuel Buckley, como o primeiro periódico a trazer uma inovação na linguagem. A estratégia influenciou o jornalismo mundial, separando notícias dos artigos, para que os leitores refletissem por eles mesmos a partir das informações sem comentários. Como veículo diário, propôs o relato cotidiano de fatos, o que pressupôs também a apuração dos acontecimentos, com rigor na escolha das fontes, para se diferenciar dos demais jornais. Tratava-se da introdução do conceito da objetividade, por meio do qual o jornalista deve preocupar-se com o relato conciso dos fatos.

Os procedimentos noticiosos exemplificados como atributos formais das notícias e jornais são, efetivamente, estratégias através das quais os jornalistas se protegem dos críticos e reivindicam, de forma profissional, a objetividade. (TUCHMAN, 1993, p. 89)

Lage (2001), assim, resume que a objetividade, em jornalismo, é meta que se traduz numa série de técnicas de apuração, redação e edição; na busca de enunciados intimamente adequados à realidade e em sua tradução para diferentes públicos e veículos. De tal modo, o novo jornalismo de informação reverberou no chamado “quarto poder”:

A expansão da imprensa, que implicou o desenvolvimento do capitalismo, a alfabetização de cidadãos, a constituição de centros urbanos, a emergência de um novo sistema de governo, e uma constante luta em prol da liberdade e de autonomia, tornou possível o aumento do número de pessoas que se dedicavam integralmente à atividade jornalística, que por sua vez, se orientava por novos valores, em consonância com as enormes responsabilidades sociais que o novo sistema de governo – a democracia – definia para o poder emergente, o novo designado “Quarto Poder”. (TRAQUINA, 2005, p. 74)

Assim, os efeitos da industrialização radicalizaram o jornalismo como mercadoria que, por sua vez, estabeleceu seus princípios de validade diante do ideário da Modernidade. Além do mais, apesar de atender a interesses capitalistas, a partir do exposto é possível perceber que, pelo menos em parte, o modelo dito objetivo e imparcial atendeu ao papel de “filho direto da ideologia das Luzes”.

A partir de tais transformações em curso no período, fronteiras foram estabelecidas. Nos interessa a partir deste ponto, particularmente, discutir como o ideal da objetividade consolidou formatos específicos para as narrativas jornalísticas. Entendemos que é fundamental compreender como se deu a classificação dos gêneros jornalísticos para, na sequência, observar a diluição conceitual que se dá no contemporâneo, principalmente no que diz respeito ao colunismo, dentro do gênero opinativo.

### **3.1.3 Fronteiras: o ideal e o mito da objetividade**

Feito esse aporte em torno da busca pelo ideal da objetividade, partimos para a configuração das narrativas jornalísticas e a conformação destas em acordo com gêneros e formatos específicos. Observamos, então, que o jornalismo, como instituição responsável por “romper os silêncios” do obscurantismo medieval (MARCONDES FILHO, 2002), assumiu em seu discurso a razão, a verdade e a transparência como balizas legitimadoras.

Ordem que, no que se refere à produção jornalística, significou normatização e compactação dos textos. Acreditava-se que o jornal ofereceria aos leitores – vale lembrar que a idéia de massa ganha sentido nesse período – o necessário para acompanhar a evolução do mundo: era o caráter informativo que se adequava à frenética corrida contra o tempo e impunha, além de legitimar, o discurso que se pretende dessubjetivado. Todo esse imaginário, é preciso ressaltar, interferiu – e ainda hoje é marcante – no estabelecimento da práxis jornalística; ou seja, no que se diz sobre o jornalismo (no processo de



construção de conhecimento acerca deste campo) e na maneira que se faz jornalismo (na sua prática). (RESENDE, 2004, p. 4)

Assim sendo, a busca por ser um espelho do real, retratando os fatos como “eles são” e, portanto, com isenção e imparcialidade, esteve durante muito tempo atrelada à competência e perícia do fazer jornalístico. Era preciso dissimular as marcas daquele que narra, estabelecendo, por parte dos seus agentes – os jornalistas – um distanciamento e assepsia do fato narrado. Essa vigilância esteve, em grande parte, relacionada à falta de separação entre gêneros, fatos e ficção, nas páginas dos periódicos, o que vigorou na imprensa especialmente até os séculos XVIII e XIX. Pela categorização de Marcondes Filho (2002), a característica condiz com o período do jornalismo político-literário, marcado pela venda de ideias e posicionamentos nas páginas dos jornais, além do uso livre de recursos literários nos textos, o que resultava na ausência de limites claros entre os fatos e a ficcionalização destes.

A crise das ideologias do século 20, contudo, desmoronou as bases filosóficas desse debate: não havendo mais projetos políticos por que se bater (...) jornalistas ficaram apenas com seu esqueleto instrumental: a busca da transparência em si, como valor único, ‘valor de verdade’. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 111)

Dessa forma, em uma nova fase, repercutindo em seu fazer as mudanças econômicas e sociais em voga no mundo, o jornal se constituiu como empresa capitalista e, portanto, precisou “vender muito para se autofinanciar” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 13), além de abrir mais espaço para a publicidade. Essas mudanças levaram à adoção de práticas que primeiro se consolidaram nos Estados Unidos e depois foram adotadas nas redações pelo mundo todo, de forma a credenciar a atividade jornalística como reflexo da verdade.

Estabeleceu-se que a informação jornalística deveria reproduzir os dados obtidos com as fontes; que os testemunhos de um fato deveriam ser confrontados uns com os outros para que se obtivesse a versão mais próxima possível da realidade. (LAGE, 2001, p. 18)

Daí observamos a sedimentação do jornalismo centrado nos “fatos”, pelo qual as ideias de objetividade e de imparcialidade instituíram o mito da “transparência”, segundo Marcondes Filho (2002), como herdeiro do Iluminismo. Portanto, o jornalismo e sua legitimidade seriam indissociáveis da verdade dos fatos, haja visto que o jornalismo produz um “discurso acreditado como verídico” (BARBOSA, 2004, p. 4). E

para transmitir essa verdade, a prática se revestiu de um método, como discorreremos há pouco, na forma de apresentar o seu discurso evidenciado pelo esforço em dissimular as marcas da voz de quem narra, imprimindo a crença do *ethos* jornalístico a partir da construção da credibilidade da narrativa. De outro lado, para narrar além dos fatos, com ênfase nas subjetividades e na evidência de sentidos por aquele que narra, está a constituição do gênero opinativo, onde se insere o colunismo (entre outros formatos específicos sobre os quais vamos detalhar na sequência). Aliás, a classificação dos gêneros jornalísticos está em acordo com o ideário moderno, no qual se consolidaram as empresas jornalísticas com vistas a um negócio rentável e, igualmente, se estabeleceu uma estrutura organizacional e divisão de tarefas numa espécie de linha de produção amparada em rituais estratégicos e valores-notícia.

Para Temer (2009, p. 100-101),

Os gêneros estão na confluência de vários saberes da produção midiática e sua análise fornece instrumentos para investigar a comunicação, possibilitando uma leitura crítica dos meios. Em uma perspectiva metodológica, os gêneros fundamentam investigações de caráter concreto, possibilitando o entendimento dos processos comunicativos a partir da realidade e do uso racional dos meios e dos processos produtivos que envolvem as atividades dos profissionais de comunicação.

Do mesmo modo em que destaca a importância do estudo dos gêneros, a pesquisadora aponta para as transformações que interferem nas classificações e formatos conhecidos. Temer (2009) cita que assim como a sociedade é móvel, também os gêneros se reestruturam, tanto no conteúdo interno, com a incorporação de novos formatos e conteúdos, quanto na forma de produção. Dessa maneira, destaca que

Os gêneros se reestruturam também a partir de processos de hibridização – ou seja, práticas e conteúdos estruturados e consolidados que funcionam de forma separada combinam-se para dar origem a novas práticas e/ou estruturas. Ou, ainda, novos gêneros surgem a partir da somatória de elementos de gêneros já existentes ou a partir da inclusão de elementos típicos de outros gêneros. (TEMER, 2009, p. 100)

Com tal percepção, partimos para a distinção das propostas de classificação e o reconhecimento das características que definem os gêneros jornalísticos e, especificamente, do colunismo dentro do gênero opinativo. Visamos, nesse sentido, conhecer a sua gênese para, a partir de semelhanças e diferenças, estabelecer como o opinativo e nele a categoria da coluna se configura no contemporâneo, com atenção para a credibilidade do narrado e a autoridade jornalística.

### 3.2 A noção de gênero e os gêneros jornalísticos

A partir do olhar para as transformações no contexto da sociedade e que incidem sobre as narrativas jornalísticas, nos deparamos com a questão dos formatos, das formas de dizer. Segundo Seixas (2009a), o conceito de gênero aceito pela maioria dos pesquisadores brasileiros em comunicação é aquele desenvolvido por Bakhtin, em acordo com tipos relativamente estáveis de enunciados.

Os estudos de Bakhtin (1997, p. 279) dão corpo à discussão sobre a questão dos gêneros, segundo o qual todas as esferas da atividade humana estão atravessadas e se relacionam ao uso da língua por meio da formulação de enunciados. Contudo, é preciso levar em conta que a noção de gênero vem desde a Grécia antiga com a classificação dos conteúdos teatrais em drama e comédia, por Platão, e também Aristóteles.

Para Bakhtin, os gêneros são “tipos relativamente estáveis de expressões linguísticas desenvolvidas em situações comunicacionais específicas que se refletem na forma, no conteúdo e na estrutura” (1997, p. 60). Seguindo esta linha de pensamento, Temer (2009, p. 100) observa que cada esfera de utilização da língua estrutura tipos relativamente estáveis de enunciados, que se consolidam como gêneros do discurso, assim

Os gêneros se constituem a partir de múltiplos fatores, entre eles a definição de conteúdos, condições específicas e as finalidades referentes à sua produção, estratégia de linguagem ou de comunicabilidade e até mesmo uma estética própria. Dessa forma, um gênero representa, a um mesmo tempo, uma intenção do emissor e uma possibilidade de decodificação do receptor, em uma espécie de contrato não formalizado em que ambas as partes entendem e aceitam as delimitações dos conteúdos.

As esferas da atividade humana apresentam relação com a linguística através de enunciados (sendo orais ou escritos), as quais são refletidas por uma determinada estrutura e composição em seus enunciados que

(...) são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana. (BAKHTIN, 2003, p. 261-262)

Podemos entender, então, segundo as ideias de Bakhtin (1997, 2003), o conhecimento dos gêneros também determina uma boa fala ou escrita, basta o enunciador lançar mão das estratégias conforme o objeto a que está ligado. Desta forma, adentramos de modo específico na questão dos gêneros jornalísticos<sup>21</sup>.

Marques de Melo (2003a, p. 64) afirma que gênero consiste em

(...) um conjunto das circunstâncias que determinam o relato que a instituição jornalística difunde para o seu público. Um relato que, pela dinâmica própria do jornalismo, se vincula às especificidades regionais, mas incorpora contribuições dos intercâmbios transnacionais e interculturais. É a articulação que existe do ponto de vista processual entre os acontecimentos (real), sua expressão jornalística (relato) e a apreensão pela coletividade (leitura).

Segundo Marques de Melo e Assis (2013), os gêneros jornalísticos fazem parte de uma “constelação”, a dos gêneros midiáticos, determinados por suportes tecnológicos (meios de comunicação). Assim, gênero jornalístico pode ser compreendido como

(...) a classe de unidades da comunicação massiva periódica que agrupa diferentes formas e respectivas espécies de transmissão e recuperação oportuna de informações de atualidade, por meio de suportes mecânicos ou eletrônicos (aqui referidos como mídia), potencialmente habilitados para atingir audiências anônimas, vastas e dispersas. (MARQUES DE MELO E ASSIS, 2013, p. 30)

Ainda, de acordo com Marques de Melo (2013, p. 28), os gêneros jornalísticos se dividem em diferentes formatos, em suporte impresso, eletrônico ou virtual, que são o “instrumento” “que emissores adotam pra se manifestar e para fazer circular conteúdos elaborados em harmonia com circunstâncias distintas”. Marques de Melo e Assis explicam que os gêneros jornalísticos

(...) só têm sentido se forem inseridos no ambiente que lhes é peculiar, ou seja, os suportes tecnológicos e as engrenagens produtivas que permitem o fluxo das mensagens concebidas, produzidas e difundidas pela corporação jornalística, o que inclui, evidentemente os mecanismos de interação com o público-alvo – leitores, radiouvintes, telespectadores, internautas, etc. (MELO; ASSIS, 2013, p. 21)

---

<sup>21</sup> No Brasil, o pioneiro a falar sobre gêneros jornalísticos foi Luiz Beltrão, que em três livros publicados abordou três gêneros, o informativo, o interpretativo e o opinativo. Em seguida, baseado em Beltrão, José Marques de Melo defendeu uma outra divisão, a qual utilizamos em nossa pesquisa. Há também pesquisas de Manuel Chaparro, que foi aluno de Melo e estabeleceu divisões diferentes da proposta do seu ex-professor. Amplamente citadas nas pesquisas acerca da temática, Lia Seixas e Daniela Bertocchi amparam suas ideias nos estudos de Marques de Melo, contudo, ampliam o olhar para a temática com a abordagem dos gêneros jornalísticos na internet.

Quando iniciou suas pesquisas, nos anos 80, Marques de Melo identificou apenas dois gêneros jornalísticos, o informativo e o opinativo. Após anos de estudos, passou a defender a existência de cinco gêneros: informativo, opinativo, interpretativo, diversional e utilitário.

Marques de Melo (2013, p. 32) explica que o significado do termo formato no jornalismo trata sobre “o feitio de construção da informação transmitida pela mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional”. A esse respeito, Seixas (2009a, p.63) faz uma comparação entre os postulados de Beltrão e Marques de Melo, visto que “no Brasil, Luiz Beltrão falava de função, enquanto José Marques de Melo classificou os textos produzidos pela indústria jornalística por intencionalidade dos relatos, e natureza estrutural dos relatos”.

Seixas também faz uma ressalva quanto a diferença do jornalismo opinativo defendido por Marques de Melo e por Beltrão, relacionada com a função. Segundo a pesquisadora, para Marques de Melo a função do jornalismo opinativo é de opinar e, para Beltrão, é de orientar. Não há um consenso, portanto, o que corrobora nosso olhar de pesquisa acerca do colunismo contemporâneo, impactado pelo contexto sócio-técnico-discursivo.

Como nosso objeto de estudo abarca as colunas publicadas em portais de notícias online, também é pertinente trazer à tona outra discussão aberta por Seixas (2009b) ao refletir se a classificação se deve ao domínio ou à mídia. Conforme a pesquisadora,

As características das mídias devem ser relacionadas às condições de realização da ação comunicativa para que se possa dizer, por exemplo, que a entrevista veiculada no impresso e no site jornalístico da rede é um mesmo gênero da indústria jornalística. (SEIXAS, 2009, p.71)

Bertocchi (2010, p. 321) elabora, com amparo nos pesquisadores estudados, que os gêneros jornalísticos “são um pacto elaborado entre seus interlocutores para facilitar o processo comunicativo”, de forma que autores e audiência identifiquem as diversas espécies de gêneros. Assim, os leitores, de forma consciente ou intuitiva, possam saber o que esperar de cada um deles: “opinião, informação, entretenimento, etc.”. Seriam os gêneros jornalísticos, então, um “horizonte de expectativa”. Entretanto, os gêneros são maleáveis e, portanto, têm a capacidade de “regeneração e de-generação” (BERTOCCHI, 2010), uma vez que o ciberespaço

(...) está a sofrer o impacto de diversas forças, tais como: a de mercado (empresas jornalísticas com negócios em meios digitais, que buscam processos comunicativos eficazes e lucrativos), a da audiência (pressão por participantes dos “usuários-produtores”), a acadêmica (para a formação de ciberjornalistas críticos). Os gêneros de texto ciberjornalístico fazem parte deste sistema e absorvem os reflexos deste conjunto da mesma forma que sofrem o impacto da resistência psicológica dos profissionais diante de um novo meio e também dos entraves tecnológicos e de ordem econômica (vide crise das empresas de comunicação). (BERTOCCHI, 2010, p. 322-323)

Com vistas às transformações em curso, a pesquisadora contribui para o debate teórico, ao afirmar que os gêneros ciberjornalísticos derivam dos gêneros tradicionais, mas “são modelos *re(de)gerados* de outros” e “carentes de uma atualização classificatória” (BERTOCCHI, 2010, p. 324). Dessa forma, cita que há um processo de convergência que redefine e dá origem a outros subgêneros que por sua vez também sofrem modificação. De acordo com Bertocchi, os gêneros no ambiente virtual são tridimensionais (hipertextuais) com características peculiares como a hipertextualidade, a interatividade e a multimídia.

De tal modo, é importante também considerar que os gêneros ciberjornalísticos atendem a um novo tipo de autor e um novo tipo de leitor, estes impactados pelas características da ambiência da internet, conforme discutimos em capítulo posterior. Por enquanto, feitas estas considerações, cabe explorar as características dos gêneros jornalísticos segundo a classificação oriunda do ideário moderno para, nos próximos passos, identificar as diferenças, no que diz respeito ao jornalismo de forma específica, que se estabelecem no contemporâneo.

Para tanto, adotamos aqui a perspectiva de classificação proposta por Marques de Melo (2003a, p. 21), que considera “evidente a natureza eminentemente política que o jornalismo assume desde o seu nascimento como processo social”. Entretanto, com a consolidação da atividade como empresa, padrões e métodos foram estabelecidos no intuito de conferir legitimidade à prática como aquela que traduz a realidade dos fatos e acontecimentos para o público. Conforme diz Marques de Melo (2003a, p. 22), “o autêntico jornalismo – processos regulares, contínuos e livres de informação sobre a atualidade e de opinião sobre a conjuntura – só emerge com a ascensão da burguesia ao poder e a abolição da censura prévia”.

Observamos, assim, duas principais vertentes que determinaram padrões de expressão simbólica. Uma oriunda do jornalismo francês, com o vigor opinativo e outra do jornalismo inglês, com a tendência informativa, retraindo-se do combate. No Brasil,

com formação da grande indústria da informação, fase em que o símbolo da atividade foram as agências de notícia e as cadeias jornalísticas, a profissionalização do ofício de jornalista foi uma exigência (MEDINA, 1988). Nesta, a imposição da objetividade, advinda dos ideais positivistas e iluministas em voga, com a separação entre notícia e comentário, rendeu aumento das vendas e do faturamento dos jornais, como destaca Amaral (1996, p. 35):

Até um certo ponto, os jornais se tornaram menos parciais, mais verazes e credíveis e, portanto, de mais fácil comercialização. Estava aberto o caminho para o surgimento de grandes e sólidas empresas, dos enormes conglomerados que constituem, hoje em dia, os impérios jornalísticos.

Essa separação se deu em vista de que os textos noticiosos, muitas vezes, se confundiam com a literatura presente nos periódicos. Aliás, era comum o trabalho de literatos nas redações. Entretanto, neste cenário de mudanças no contexto da prática jornalística e da transformação dos periódicos em empresas capitalistas a profissionalização do ofício de jornalista fez emergir a aparente confrontação entre os conceitos de objetividade e de subjetividade no campo.

O que queremos apontar com as referidas explicações é que, se a objetividade e a imparcialidade nas narrativas jornalísticas é que conferiu caráter legítimo às notícias como tradução da realidade, o que se passa de forma mais evidente a partir do quarto jornalismo (MARCONDES FILHO, 2002), há redefinições impostas na transição dos valores da Pós-modernidade. Lembramos que é o colunismo o nosso mote de pesquisa, este que já na Modernidade era o espaço em que distintivamente a opinião era permitida e, agora, no contemporâneo, tem sua narrativa complexificada. Trata-se da emergência da subjetividade nos relatos, como já discutimos, e que afetam também as concepções de gênero. Ademais, neste caso, não significa transgressão do caráter legítimo das notícias. Antes o contrário, pois confere validade ao narrado pelas estratégias empregadas na oferta do real nos relatos, entre as quais o aspecto testemunhal e de conhecimento profundo dos fatos.

Não podemos negar, conforme indica Pereira Júnior (2010), que a estratégia da objetividade é advinda da busca da relação de confiança entre o jornal e o leitor, posto que o repórter passou a ser visto como testemunha dos fatos pela apuração e checagem. Cabe referir que a confiança agora parece se estabelecer pela subjetividade (opinião) ancorada nos fatos e interpretações, subjetividade esta que antes era o fator de

credibilidade e atribuída especificamente ao gênero opinativo e, por consequência, ao colunismo. Acreditamos se tratar de um aprofundamento, de contextualização dos fatos e acontecimentos em que as subjetividades agregam sentidos de verdade à narrativa e à construção da relação de confiança com o público. Desse modo, o “texto” das colunas tende a não caber em categorizações existentes, como o caso do gênero opinativo (assim como outros parecem se complexificar no contemporâneo, como o informativo e o interpretativo).

O emprego do ritual estratégico em torno da objetividade, portanto, é um exercício retórico de oferta de sentido de verdade por aquele que narra. O que se passa com a evidência da subjetividade, por sua vez, é a oferta de um relato dito com mais qualidade e fidedigno ao real por alguém que se mostra, posto que está mais perto, presenciou o fato ou é fonte. Sendo assim, uma versão mais autêntica do narrado e que, tradicionalmente, só era concebida nos formatos oriundos do opinativo. No entanto, no caso da coluna, a opinião parece desempenhar a função de indicador de credibilidade quando consorciada à informação objetiva e contextualizada. Do mesmo modo, a confiança emerge da interpretação que parte do olhar de um jornalista colunista habilitado para tal, de reconhecimento e prestígio público, características que dão as bases para a sua autoridade no dizer e credibilidade e confiança na relação com a audiência.

A partir desse entendimento, partimos para a questão dos formatos propriamente ditos - não com o objetivo de simplesmente dispor sobre categorias e enquadrar as narrativas nos formatos que as distinguem, mas de abordar a problemática da profusão de narrativas que já não se conformam a gêneros canônicos -, sendo que o que mais nos interessa em vista do objeto empírico é a coluna, dentro do gênero opinativo no jornalismo.

Seguindo com as teorizações de Marques de Melo, observamos que duas características básicas definem um gênero: sua aptidão para agrupar diferentes formatos – todos com caracteres comuns, embora diferentes entre si – e sua função social. Eles consistem, mais do que em classificações, “em motores da indústria jornalística, que a movimentam segundo as expectativas dos consumidores de informação sobre a atualidade” (MARQUES DE MELO, ASSIS, 2016, p. 49). E mais ainda, “os gêneros jornalísticos correspondem a um sistema de organização do trabalho cotidiano de codificação das mensagens de atualidade, a partir das formas de expressão adotadas nas



empresas e refletindo em certo sentido o consenso corporativo” (MARQUES DE MELO, 2003b, p.11).

Referindo Beltrão (2006), Marques de Melo e Assis (2016) indicam que esses papéis e formatos estão dispostos para suprir a “necessidade social” em que se constitui o jornalismo.

Atender às finalidades condensadas nessas cinco vertentes é a razão de ser do trabalho da imprensa, que foi se construindo ao passo do próprio desenvolvimento da sociedade. Se observarmos a evolução dessas classes, a começar pelos gêneros hegemônicos – o informativo (surgido no século 17) e o opinativo (século 18) –, e a eles acrescentando os complementares – interpretativo, diversional e utilitário, que se legitimaram no século 20 –, veremos que seu surgimento e/ou sua consolidação são sempre respostas às demandas sociais, muitas das quais evidenciadas em momentos históricos datados, especialmente em períodos de crise ou de profundas transformações (ASSIS, 2010). Jornalismo e sociedade passam por processos evolutivos concomitantes. (MARQUES DE MELO, ASSIS, 2016, p. 50)

Sendo assim, é a partir da identificação dos gêneros, enquanto gramáticas de contato, que o público se orienta para suas ações cotidianas ou, mesmo, para o exercício da cidadania. Quer dizer, corresponde à demanda de interpretação densa e contextualizada dos fatos e acontecimentos, uma vez que todo tipo de informação está em circulação na ambiência da internet, em volume incontável e qualidade, inclusive, duvidosa. A relação contemporânea de produção e consumo de informação carece de filtros e de orientação quanto à finalidade dos conteúdos.

Temos, então, segundo a classificação Marques de Melo (2009, p. 35), a distribuição em cinco gêneros:

- 1) gênero informativo, no qual estão os formatos de nota, notícia, reportagem e entrevista;
- 2) gênero opinativo, no qual figuram editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, carta e crônica;
- 3) interpretativo, com análise, perfil, enquete, cronologia e dossiê;
- 4) gênero diversional, no qual se inserem as histórias de interesse humano e colorida;
- 5) e, o gênero utilitário, com os formatos de indicador, cotação, roteiro e serviço.

A categorização vem a atender, desse modo, também a interesses mercadológicos das empresas, de forma a separar informação de opinião e de ficção, facilitando o entendimento do público leitor quanto aos conteúdos, assim como na relação com os anunciantes diante de uma suposta “isenção” de opinião, política ou ideológica da instituição jornalística.

A partir daqui, antes de adentrar especificamente no gênero opinativo e, por sua vez, na classificação do colunismo jornalístico, é necessário referir sobre os formatos em que, em acordo com a indicação de Marques de Melo, também figuram as subjetividades. Está claro que é no opinativo que elas despontam como espaço em que originalmente estão permitidas, contudo, há outros em que emergem (mais) sentidos das práticas que destoam da construção noticiosa embasada puramente em atender ao *lead*. Figuram, assim, os gêneros interpretativo e diversional.

Segundo Marques de Melo (2003a, p. 29), a autonomia das categorias interpretativa e diversional pode ser questionada, uma vez que “as duas funções que preenchem podem corresponder em certo sentido a expressões já existentes no jornalismo informativo e no jornalismo opinativo”. No entanto, por meio de um “esforço analítico e documental que procurou situar mais precisamente o cidadão diante dos acontecimentos” (2003, p. 47), o desenvolvimento da reportagem aponta uma alteração no gênero interpretativo, como “modo de aprofundar a informação”. Assim, o gênero interpretativo é tradicionalmente associado à reportagem<sup>22</sup>, no sentido de relacionar a informação da atualidade em seu contexto temporal e espacial.

Já o gênero diversional está associado ao *New Journalism*<sup>23</sup> americano, que no Brasil é mais conhecido como jornalismo literário em que se busca uma narrativa informativa mais sedutora, com apelos a recursos da narrativa de ficção. Pelo viés do jornalismo literário, temos então uma classificação que dá conta de uma modalidade de

---

<sup>22</sup> A esta compreensão podemos relacionar as investigações de Cremilda Medina, Mônica Martinez, Beatriz Marocco, entre outros pesquisadores, acerca do potencial da reportagem - e da arte de narrar - e as imbricações entre gêneros. Em diálogo com as técnicas objetivas de apuração e as subjetividades envolvidas no processo de construção noticiosa, encontramos nos estudos das teóricas referidas conceitos importantes como a humanização do relato, marcas de autoria, críticas das práticas, corporalidade, entre outros. Embora nosso estudo tenha lastro nos conceitos de atorização e autorreferencialidade, devido a necessidade de um recorte para o aprofundamento da investigação, consideramos a pertinência de reconhecer as mutações e hibridizações dos gêneros e, visto isso, também a possibilidade da identificação destes outros conceitos nos desdobramentos da análise do colunismo contemporâneo.

<sup>23</sup> Tom Wolfe, um dos principais expoentes do fenômeno denominado *New Journalism* - ou novo jornalismo -, lançou em 1973 o seu *The New Journalism*, no qual uma coletânea de ensaios acabou por ordenar uma teoria acerca do movimento e uma distinção de outras categorias de não ficção. Dentro os textos escolhidos, a maioria foram publicados antes nas revistas *New Yorker* e *Esquire*, que, desde o início da década de 1960, dedicavam espaço de suas edições a um tratamento mais “literário” de assuntos que, geralmente, ocupavam edições dominicais ou suplementos de cultura. O *New Journalism* é a renovação do jornalismo literário nas décadas de 1960 e 1970 nos Estados Unidos. Wolfe (1973) indica que é caracterizado pela introdução de novas técnicas narrativas, como o fluxo de consciência e ponto de vista autobiográfico, grande exposição pública e qualidade literária. Nessa perspectiva, no Novo Jornalismo há a valorização da fala, a humanização, as descrições detalhadas de pessoas e lugares. Em Medina (1988), temos a afirmação de que no Brasil a década de 1960 foi a época de maior apropriação de recursos literários pelo jornalismo, por meio da humanização da personagem como possibilidade de interpretação da realidade, alicerçados nas técnicas do *New Journalism*. No Brasil, exemplos foram vistos nas reportagens da revista *Realidade* (1966-1970), publicação considerada um expoente brasileiro do movimento americano *New Journalism*.

prática de reportagem em profundidade, com recursos de observação e redação inspirados na literatura, permitindo ao repórter uma imersão na realidade, voz autoral, estilo e humanização do relato junto da precisão das informações. Marques de Melo (2003a) destaca que o jornalismo diversional engloba os textos que, fincados no real, dão aparência romanesca aos fatos e personagens captados pelo repórter. O pesquisador também alude a Mário Erbolato, para tratar da aproximação desta categoria com o Novo Jornalismo norte-americano, segundo o qual trata-se de uma “narrativa jornalística que exige sensibilidade, envolvimento afetivo e profunda observação dos protagonistas das notícias e dos ambientes em que atuam” (2003a, p. 33). Desta forma, a prática do jornalismo diversional demanda tempo, técnica e estilo.

Como se vê, não é fácil o consenso na classificação dos formatos que, desde o princípio, mostra hibridismos. Além do mais, fica claro que mesmo nas categorias em que as subjetividades estão presentes, como o caso do diversional e o interpretativo, não é possível abrir mão da técnica e da busca pela objetividade dos fatos. Feitas as ponderações, e já tendo elaborado sobre a noção da definição de gênero e uma síntese sobre a consolidação dos gêneros jornalísticos no Brasil, seguimos de forma específica para as concepções quanto à categorização do opinativo e, nele, o formato do colunismo.

### **3.3 O gênero opinativo e seus formatos, o colunismo**

O jornalismo brasileiro nasceu com a dicotomia entre a informação e a opinião. De um lado, o pioneirismo de Hipólito da Costa, com o *Correio Braziliense*, encampava a opinião e, mesmo sendo impresso do outro lado do Atlântico, debatia a vida política e os destinos da colônia portuguesa. De outro lado, a *Gazeta do Rio de Janeiro* dava conta das poucas notícias de uma imprensa “áulica” e de divulgar atos oficiais do governo com um caráter mais informativo. Entretanto, diferente dos primórdios, em que “o monolitismo opinativo<sup>24</sup> caracterizou a vida dos primeiros jornais e revistas, que eram de uma só pessoa (...) as condições de produção do jornalismo atual exigem a

---

<sup>24</sup> Lembramos, no Brasil, que o *Correio Braziliense*, cuja unidade opinativa foi produzida solitariamente por Hipólito da Costa, na Inglaterra. Marques de Melo (2003a, p. 101) cita que fenômeno semelhante ocorreu com muitas publicações brasileiras na sequência à época: as *Sentinelas*, de Cipriano Barata, O *Censor Maranhense*, de Garcia de Abranches, A *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, O *Carapuceiro*, de Padre Lopes da Gama, O *Observador Constitucional*, de Líbero Badaró, *Idade D’Ouro do Brasil*, inicialmente de Gonçalo Vicente Portela e depois de Inácio José de Macedo.

participação de equipes numerosas, donde a impossibilidade de controle total do que se vai divulgar” (MARQUES DE MELO, 2003a, p.101). Dessa forma, destaca que

Desde o momento em que a imprensa deixou de ser empreendimento individual e se tornou instituição, assumindo o caráter de organização complexa, que conta com equipes de assalariados e colaboradores, a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes. Isso é uma decorrência do processo de produção industrial, pois a realidade captada e relatada condiciona-se à perspectiva de observação de diferentes núcleos emissores.

(...)

De qualquer maneira, a estrutura do jornalismo industrial comporta, até mesmo por razões mercadológicas, diferenças de perspectiva na apreensão e valoração da realidade. Talvez não se possa falar de pluralismo, porque toda instituição jornalística possui sua linha editorial que, através da seleção de informações (pauta, cobertura, copidesque) entrelaça o fluxo noticioso e lhe dá um mesmo sentido. Mas existe uma abertura para que a valoração das notícias possa ensejar a circulação de diferentes pontos de vista. (MARQUES DE MELO, 2003a, p.102)

Portanto, não é de hoje e segue atual a discussão sobre a dicotomia, a divisão entre jornalismo opinativo e informativo. Diz (MORETZSOHN, 2007, p. 126) que “a separação clara entre informação e opinião resulta num equívoco que oculta não apenas o caráter ideológico inerente a todo discurso, como o próprio processo de mediação necessário para que os fatos se tornem notícia”.

Contudo, seguindo a tendência capitalista de quando se deu a consolidação das empresas jornalísticas, a separação permitiu uma identificação clara e legitimada (ainda que o processo de interpretação da realidade resulte em critérios, mesmo que subjetivos de seleção). Para Beltrão (1980, p. 18), a opinião é para o jornalista um direito e um dever, pois cabe a ele captar sobre o que é importante dizer e sobre o que a sociedade exige uma definição. Segundo o autor, o jornalismo comporta três categorias de expressão opinativa: a do editor – que se manifesta no editorial e na linha de expressão do jornal; a do jornalista – que firma seu juízo acerca dos fatos narrados sobre os quais informa e comenta em seções específicas; e a do leitor – por meio de entrevistas e cartas à redação. Mais recentemente, o ecossistema midiático permite ao leitor a sua expressão de forma mais ativa, por meio de comentários nas publicações e, mais do que dar devolutivas, têm ampliadas as possibilidades de emitir, sem mediações, a sua manifestação que pode virar objeto de notícia. Marques de Melo (2003, p. 102) ainda cita uma quarta categoria de expressão opinativa, a do colaborador (junto com o jornal, o jornalista e o leitor), que se dá na forma dos artigos.

Marques de Melo (2003a) esclarece que não pretendia estabelecer uma fronteira metodológica entre jornalismo informativo e opinativo, visto que não queria reduzir a expressão opinativa, entendida como direção ideológica, aos chamados gêneros do jornalismo opinativo. Para o autor, os “veículos se movem na direção que lhes é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias que existem” (2003a, p. 73). Sendo assim,

Todavia, a expressão da opinião, não tomada naquele sentido de categorização das mensagens que pretendem explicitamente atribuir valor aos fatos, mas compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, corporifica-se nos processos jornalísticos através da seleção das incidências observadas no organismo social e que atendem às características de atual e de novo. Materializa-se através da filtragem que sofrem no processo de difusão, seja através da omissão, seja através da projeção ou redução que experimentam na emissão. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 74-15)

Além disso, Marques de Melo (2003a) atenta para a visão dos mecanismos de expressão de “leituras do real”, para além das mensagens codificadas nos gêneros. Quer dizer, trata dos modos de controle, na escolha dos temas e estrutura da redação, bem como na definição e na angulação das pautas, a variedade de fontes, a disposição gráfica das notícias e especificidades relacionadas na construção dos títulos e manchetes, por exemplo. Tudo isso reflete numa expressão opinativa.

Quanto aos formatos, como já adiantamos na seção anterior, Marques de Melo (2003) identifica oito categorias opinativas dentro do gênero: editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, crônica, caricatura e carta. Vejamos, de forma específica, uma definição e características dos formatos opinativos dentro dos jornais, segundo a classificação de Marques de Melo:

- 1) Editorial: expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento, sendo que manifesta a opinião das forças que mantêm a instituição jornalística, mas o controle do editorial recai sobre o editor. É por isso considerado um espaço de direção ideológica;
- 2) Comentário: explica as notícias, suas circunstâncias e consequências, nem sempre com opinião explícita. O julgamento dos fatos é percebido pelo raciocínio do comentarista. E sua característica inerente é a continuidade, articulando-se com matérias anteriores e subsequentes. Como forma de equilibrar a questão do editorial, Marques de Melo (2003a, p. 113) observa que o comentário ficava a cargo de repórteres destacados, e não dos redatores, de modo que eram reconhecidos e valorizados, devido sua bagagem

cultural, estando por isso aptos a emitir opinião. Dessa forma, o conteúdo trabalhado e toda a responsabilidade sobre tal recai sobre o comentarista;

3) Artigo: espaço em que o conteúdo pode ser desenvolvido por jornalistas e cidadãos (especialistas em diversos campos, pensadores), com apresentação de ideias e opiniões que não traduzem, necessariamente, a opinião do jornal;

4) Resenha: é destinada a apreciação de obras de arte ou de produtos culturais. Com o intuito de orientar a fruição dos consumidores, não visa julgamento estético, por isso tem função utilitária. Pode ser elaborada por jornalistas ou críticos;

5) Crônica: o gênero passa da história e da literatura para o jornalismo, ocupando as colunas da imprensa diária e periódica. Trata de temas da atualidade, com um relato poético do real, por jornalistas ou escritores, com o objetivo de transmitir ao leitor seu juízo sobre fatos, ideias e estados psicológicos pessoais e coletivos, a partir da observação do próprio narrador ou tomando como referência fontes requisitadas como testemunhas oculares ou protagonistas;

6) Caricatura e charge: forma de ilustração com sentido opinativo, corresponde também a satirizar, ridicularizar, criticar. Pode ser exercitada também sob a forma de texto humorístico. Marques de Melo (2003a) identifica no gênero diversas espécies: a caricatura propriamente dita: retrato humano; charge: crítica humorística do fato; *cartoon*: anedota gráfica, crítica mordaz; *comic*: histórias em quadrinhos. Nos jornais aparecem de forma seriada;

7) Carta: espaço direcionado para a expressão dos cidadãos, os leitores, para manifestação de seus pontos de vista, opiniões e reivindicações, sendo vedado o anonimato. Constituiu o primeiro formato, ainda no século XIX, a possibilitar a expressão da audiência;

8) Coluna: mosaico estruturado por unidades curtas de informação e de opinião, caracterizado pela agilidade e pela abrangência. Também, caracteriza-se por ter o espaço privilegiado dos bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não foram expressadas ou exercendo um trabalho sutil de orientação da opinião pública. Tem caráter informativo, mas é uma seção que emite juízos de valor, sutilmente ou de modo ostensivo.

Conhecidos os formatos do gênero opinativo e tendo o colunismo contemporâneo como nosso objeto de estudo, passamos agora a descrever com mais ênfase sobre a classificação original das colunas. Marques de Melo (2003a, p. 139) indica que o colunismo brasileiro dá margem para ambiguidades, pois “há uma

tendência geral para chamar de coluna toda seção fixa. Assim sendo, a coluna abrange, segundo essa noção, o comentário, a crônica e até mesmo a resenha”. Por outro lado, historicamente a classificação dá conta da antiga diagramação vertical dos jornais impressos, o que já não supre mais o formato em vista da sua presença também nos espaços online, com navegação em camadas e *links* e onde o espaço não sofre os mesmos constrangimentos do papel. Por isso, é comum o uso da palavra seção para denominar a coluna. Em razão disso, coluna também pode ser entendida como uma seção especializada de um veículo de informação, desde que publicada com regularidade e assinada.

Observamos, assim, um mosaico de interpretações acerca do colunismo, este que é originário da imprensa norte-americana, em meados do século XIX, quando os jornais assumiram feição informativa. Marques de Melo (2003a, p. 140) observa, nestes termos, que o público começou a desejar matérias com mais personalidade, que saíssem do anonimato, trazendo bastidores das notícias, descobrindo fatos e pinçando opiniões que ainda não foram expressas. Originalmente, essa demanda deu espaço para o aparecimento de seções sob a responsabilidade de jornalistas conhecidos, no sentido da construção de um jornalismo de referência, por profissionais com perícia e técnica no fazer, dada a formação e a experiência na carreira. Neste contexto, Marques de Melo (2003a, p. 141) cita quatro formatos da coluna no jornalismo norte-americano: coluna padrão, coluna miscelânea, coluna de mexericos e coluna de bastidores da política.

A coluna corresponde à emergência de um tipo de jornalismo pessoal, intimamente ligado à personalidade do seu redator. Talvez possa ser identificado como uma sobrevivência, no jornalismo industrial, daquele padrão de jornalismo amador e eclético que caracterizou as primeiras publicações periódicas. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 140)

Seguindo a definição, ainda de acordo com a classificação da era moderna, do ponto de vista estrutural, a coluna dá conta de um mosaico de fatos relatados com brevidade, em tópicos, comentários rápidos sobre situações emergentes, “com unidades informativas e opinativas que se articulam” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 142). Mantêm um título ou cabeçalho constante, e são diagramadas geralmente numa posição fixa e sempre na mesma página, o que facilita a sua localização pelos leitores. Originalmente, sua extensão não ultrapassa mil palavras, o que coincide com a medida da coluna do jornal standard.

O colunismo floresce no Brasil na década de 50. É verdade que, antes disso, os jornais sempre tiveram suas seções dedicadas à vida social – ao ambiente da alta sociedade – mas sem o dinamismo e a importância que assumiria depois. A figura dinamizadora do colunismo social brasileiro foi sem dúvida Ibrahim Sued, que atualizou a cobertura da vida mundana, dando-lhe uma certa sofisticação. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 146)

Ibrahim Sued firmou sua prática com base no modelo que buscou no colunismo norte-americano. Fez escola e influencia seguidores nos pequenos e grandes jornais brasileiros. Segundo pontua Marques de Melo (2003a, p. 147), “o assunto ameno – mulher, moda, sociedade, artes, literatura, política – é o que mais agrada os leitores”. Assim como no jornalismo norte-americano, em que os colunistas adquiriram status elevado e notoriedade – inclusive deixando de serem assalariados para constituírem seus próprios escritórios de informação –, no Brasil os colunistas também extrapolaram a sua atuação profissional como jornalistas. Ele “deixa de ser um mero observador da realidade para valorá-la, assumindo o papel de promotor social” (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 146). Além disso, o pesquisador aponta que os colunistas passaram a aproveitar o prestígio da coluna e o relacionamento que obtiveram nos ambientes que frequentam para também promover eventos, premiações, concursos e, desta forma, informação e comercialização passaram a ter envolvimento.

Ademais, se no princípio se restringia aos ambientes da alta sociedade, não demorou para o colunismo se alastrar para todas as áreas cobertas pelo jornalismo diário. Nesses termos, os tipos de coluna mais comuns na imprensa brasileira são: coluna social, coluna esportiva, coluna política, coluna econômica, coluna policial, coluna de livros, de cinema, de televisão, de música. Estas divisões tendem especialmente agora a caminhar para uma dinâmica menos categorizada e mais definidas justamente em termos de identidade por um certo hibridismo e pela convergência de influências que podem ajudar a compreender que narrativa resulta no colunismo contemporâneo.

O hibridismo das colunas é ressaltado por Marques de Melo, especialmente quando abrange os setores culturais, de modo a não ser confundida com o formato da resenha. Consoante, observa que as duas categorias coexistem no mesmo espaço jornalístico. Todavia, enquanto a resenha faz a análise das obras em circulação, a coluna trata de movimentar o setor divulgando a programação, citando nomes, sugerindo opções, ou seja, criando o clima em torno daquele segmento da indústria cultural citado. Nas palavras do pesquisador, ressaltamos



A coluna tem na sua identidade esse hibridismo que advém da convivência com os gêneros mais próximos. Wilson Nunes Coutinho apreendeu esse seu caráter ambíguo. “Inserida geralmente na parte que os jornais destinam aos eventos culturais, a coluna social habita este espaço sob o signo da ambiguidade. De um lado é um gênero literário como a crônica e, de outro, como noticiário, vive da dispersão, no caso frívola, dos acontecimentos. Evidentemente, é um gênero literário. Tem sua economia textual, suas inovações formais: é o folhetim do cotidiano burguês (...)”. (MARQUES DE MELO, 2003a, p. 147-148)

Ambiguidades e hibridismo, desde o princípio, cercam o colunismo. Ao que Chaparro (2008) pondera que os conceitos de opinião e informação perderam a eficácia, após a evolução das classificações da produção jornalística. Segundo o autor, que faz um trabalho pioneiro do jornalismo comparado, observando as produções jornalísticas no Brasil e em Portugal, “o Relato Jornalístico acolhe cada vez mais a elucidação opinativa, e que o Comentário da atualidade exige cada vez mais sustentação de informações de qualidade” (2008, p. 160). Em sua compreensão, o grau de interações que o jornalismo viabiliza no contemporâneo já não permite explicar e entender a ação discursiva do jornalismo pela dicotomia entre a opinião e a informação.

Qualquer leitura de jornal ou revista de grande circulação deixa evidente que as fronteiras entre Opinião e Informação são destruídas pela inevitabilidade da valoração jornalística, por sua vez influenciada pela interferência interessada e legítima dos vários sujeitos do processo – tanto no Relato quanto no Comentário da atualidade. (CHAPARRO, 2008, p. 160)

Podemos, então, considerar o que Chaparro (2008) observa quanto às novas características do jornalismo que, como mencionamos em nosso estudo, cada vez mais são aparentes no contemporâneo, diluindo fronteiras conceituais<sup>25</sup>. Para o autor, isso decorre do dinamismo próprio dos tempos, de forma de essas novas características que incidem nas narrativas jornalísticas buscam atender aos requisitos da sociedade ávida por informações e cada vez mais dinâmica. Pois “a complexidade da sociedade moderna, assentada em redes crescentemente interativas de trocas de interesses e internacionalidades, projeta-se inevitavelmente na dinâmica dos processos de criação e produção jornalística” (CHAPARRO, 2008, p. 170).

---

<sup>25</sup> Consideramos, portanto, uma escolha de abordagem quanto às classificações, em acordo com Marques de Melo, para conhecimento das definições dos gêneros quando das categorizações oriundas de acordo com o ideário moderno e que ainda amparam estudos contemporâneos. Contudo, como já referimos, admitimos a existência de outras classificações de referência e, para além disso, novos estudos que, igualmente considerando as transformações em curso e as ambiguidades presentes desde sempre, apontam para o surgimento de outros gêneros e formatos jornalísticos.

Destarte, o colunismo contemporâneo indica um movimento de colocar-se como lugar de referência entre as narrativas, (re)legitimando a prática jornalística impactada no contexto da Pós-verdade. A partir do olhar empírico exploratório, é possível dizer que destoa da estrutura convencional, conforme acabamos de discorrer, e se complexifica. Além do mais, a categoria não é mais exclusividade do jornalismo impresso, passando a circular e explorar as potencialidades da ambiência online.

Assim, dando margem para ambiguidades devido ao hibridismo, mas de “valor informativo e de vigor pessoal”, Marques de Melo (2003a, p. 143-144) atenta para o fato de que a coluna é uma seção especializada do jornal ou revista, com estilo mais livre e pessoal do que o noticiário e, além disso, subdivide o colunismo em três partes:

(...) 1) o colunismo atende a uma necessidade substitutiva existente no público leitor; 2) o colunismo tem a função de “balão de ensaio”: insinua fatos, lança ideias sugere situações, com a finalidade de avaliar as repercussões; 3) alimentando a vaidade de pessoas importantes, o colunismo oferece modelos de comportamento, estimulando o modismo. Dessa forma, o colunismo participou, e continua vivo, na imprensa brasileira, como um mecanismo de reprodução social e de controle político da sociedade.

A partir da identidade daquele que narra (o jornalista-colunista) – como, aliás, se deu já na consolidação do formato do colunismo no Brasil – percebemos que a ressignificação do colunismo no contemporâneo se dá pela aproximação com o leitor, além da personalização da narrativa, entendimento oportuno para o momento que vive o jornalismo e as afetações entre o “mundo da produção” e o do “consumo” de informações. Como procuramos demonstrar na análise empírica em capítulo posterior, o reconhecimento e o prestígio daquele que narra podem atuar neste sentido como indutores da legitimidade do dito num contexto em que todos, em tese, podem emitir opinião. A isto, somamos as estratégias narrativas que destoam do formato canônico das colunas, visto que encontramos no colunismo dos portais de notícias narrativas extensas, não mais em tópicos, em que a interpretação das informações embasa o viés opinativo.

Vale ressaltar que, como sugerem pesquisas contemporâneas amparadas nos estudos de Marques de Melo, o gênero opinativo e, nele, o colunismo, é consolidado, mas sofre atualmente um processo evolutivo sobretudo pelas práticas nos suportes online, em que opinião e informação advindas dos profissionais jornalistas se fundem e às quais são agregados os comentários dos cidadãos que, aliás, também podem ser a fonte originária de informação e opinião. Sendo assim, na sequência voltamos a

mencionar a diluição de fronteiras conceituais no contemporâneo. Se na Modernidade as categorizações foram amparadas no viés racional e na objetividade, contemporaneamente assumimos o mito da objetividade para abordar as transformações, inclusive de ordem técnica, que incidem sobre as narrativas jornalísticas e, em específico, o formato das colunas nos portais de notícias online.

### **3.4 O mito da objetividade e a diluição de fronteiras conceituais**

Como vimos, do século XIX até boa parte do século XX as concepções acerca da representação da realidade estavam marcadas pela ideia do espelhamento, ou seja, da objetividade como tradução da realidade. Entretanto, Santaella (2007) observa questões que desde sempre escapam à metáfora do espelho no que diz respeito à verdade jornalística. Vejamos:

É também a metáfora do espelho que está por detrás da ideia de verdade jornalística, pautada na convicção de que a verdade está nos fatos, como se estes não fossem inalienavelmente filtrados pelas percepções e molduras da visão e do pensamento impostas pelo tempo, espaço e posição nas relações sociais que ocupamos, ou seja, pela ideologia, no sentido que lhe deu Bakhtin, quando afirmou que todo signo é ideológico, pois, ao refletir a realidade, a linguagem necessariamente a refrata. (SANTAELLA, 2007, p. 211-212)

Assim, destacamos a impossibilidade de isenção total daquele que narra as notícias porque, além da linguagem, questões subjetivas estão implícitas mesmo quando o que se persegue é o método em busca da objetividade. Como diz Barros Filho (2002), a prática de produção de uma reportagem ou notícia está sedimentada em um caminho repetido inconscientemente, que é aprendido no processo de socialização das redações e determinado pelas rotinas produtivas. De modo que essas formas de ação

São justificadas, nos manuais, por permitirem, ou até determinarem "maior isenção", "um relato mais impessoal", ou até mesmo uma "ruptura" com o repertório do jornalista. Essas técnicas encontram sua primeira fundamentação no cogito cartesiano e, posteriormente, no positivismo filosófico da segunda metade do século XIX. Auto-definindo-se como "escravos dos fatos", os jornalistas sustentam implicitamente a tese de que a verdade independe do sujeito que contempla, prevalece absolutamente, atinge sua realidade a cada instante. Nesta reflexão, a verdade é autônoma em relação a qualquer processo de observação, verificação e posterior relato, jornalístico ou não. (BARROS FILHO, 2002, p. 158)

Nessa esteira, a competência e perícia do fazer jornalístico estiveram até pouco tempo legitimadas pelo profissional capaz de manter distanciamento e assepsia do fato narrado. Era preciso dissimular sempre as marcas do “eu” daquele que narra a história, de modo que

(...) De um lado ficava, assim, a subjetividade do escritor, e do outro, a objetividade jornalística, que consiste no fundo em uma estratégia retórica, destinada a garantir ao discurso do jornalista um reconhecimento de neutralidade ou isenção frente à realidade descrita. (SODRÉ, 2009, p. 143)

Não podemos negar, conforme indica Pereira Júnior (2010), que a estratégia da objetividade decorre da busca da relação de confiança entre o jornal e o leitor, posto que o repórter passou a ser visto como testemunha dos fatos pela apuração e checagem. E, como tal, entende-se que o jornalista traduz tal realidade em suas narrativas. Como sublinha Amaral (1996, p. 18), “a questão é saber se é possível, e em que grau, o ser humano descrever as coisas como elas realmente são. Independentemente da relação que temos com elas. É saber se, de fato, a objetividade é um caminho para a verdade e a realidade”. Tais considerações são importantes para pensar se é possível uma total isenção na construção noticiosa, uma vez que “o ser humano vê o mundo por uma espécie de filtro e com base nessa apreciação constrói a sua realidade” (AMARAL, 1996, p. 18).

Assim, em consonância com Resende (2009) e Motta (2009), os jornalistas ofertam relatos numa construção da realidade, tendo em vista que o próprio exercício de apuração e checagem é de natureza subjetiva, pois trata-se de “encontrar evidências soterradas em camadas de versões, procurar certezas em situações de incerteza” (PEREIRA JÚNIOR, 2010, p. 71). Ou seja, são diferentes versões encadeadas em uma construção a partir de relatos, entrevistas, documentos.

Alsina (2009), por sua vez, defende que a notícia é uma reconstrução da realidade, pois a realidade primeira, original, só é possível de vivenciar pela presença no momento determinado, de modo que

Qualquer tentativa de narrativa sobre algo que aconteceu é uma reconstrução, pois se trata de um possível a partir daquilo que se soube da realidade original. A partir dos relatos das fontes, o repórter reconstrói aquela realidade vivida. O jornalista tem como matéria-prima do seu trabalho a construção da realidade social que as fontes da informação criaram. Quando alguém se torna, por exemplo, testemunha de um acontecimento, confere sentido ao que percebe. Constrói, portanto, uma realidade social, objetiva o fenômeno observado. (ALSINA, 2009, p. 228-229)

Para o estudioso, enquanto construção social da realidade, cabe ao repórter não se limitar à primeira objetivação do fato que se apresenta. Há técnicas e procedimentos a serem perseguidos, mas é preciso considerar sempre ouvir outras fontes, recorrer a outras versões para buscar o sentido mais fidedigno do relato, de modo que

A especificidade da construção social da realidade da mídia baseia-se no reobjetivar, no re-definir, no re-construir, em função da dimensão pública e coletiva da informação de massas de uma determinada realidade que se apresenta já objetiva, definida e construída de modo individual, privado, grupal e coletivamente (ALSINA, 2009, p .232)

Portanto, o jornalista vai construir um “mundo possível” a partir da verificação de um “mundo real” que é aquele no qual o fato narrado aconteceu e “do mundo de referência”, no qual está sua bagagem de vida cotidiana, ou seja, suas subjetividades.

O mundo possível é o mundo narrativo construído pelo sujeito enunciatador, a partir dos outros dois mundos citados. Se no mundo “real” era produzida a verificação e no mundo de referência era determinada a verossimilhança, no mundo possível se desenvolve a veracidade. O enunciatador deve fazer com que pareça verdade o mundo possível que ele mesmo constrói. E para isso lança mão das marcas de veracidade que lhe permitem criar uma ilusão de referência, que é a condição necessária para a virtualidade do discurso (ALSINA, 2009, p. 310)

Segundo Resende (2009) é inviável o isolamento por parte do jornalista em sua produção, pois “o ato de narrar, assim, deriva da premência de se estabelecerem modos de compreensão e entendimento do mundo em que se vive” (RESENDE, 2009, p. 4). Motta (2009, p. 12) reforça a ideia da narrativa jornalística como construção da realidade, posto que oferece ao leitor marcas subjetivas no texto e, desta forma, uma construção de “verdades” em vez de “verdade absoluta” pregada pela objetividade. “Não é possível à mente humana escolher ou determinar ‘o mais importante’ sem o exercício subjetivo da valorização dos fatos a narrar”, contribui Chaparro (2007, p. 12).

Por esse viés, Motta (2009, p. 9) nos lembra, uma vez mais, que a “narrativa continua sendo uma forma importante (se não a principal) de experimentação do mundo”. Nesse caso, a “narrativa jornalística é um caso exemplar de experimentação da realidade porque permite apreender rapidamente a complexidade do mundo e configurá-la em enredos coerentes” (MOTTA, 2009, p. 9). Isso ocorre no dia a dia do jornalismo,

segundo o pesquisador, em constante recorrência, identificação ou confrontação com o senso comum. O autor avança na importância e no dinamismo da narrativa jornalística:

A narrativa jornalística se constrói simultaneamente às ações que narra. Sua singularidade é configurar-se sempre no tempo presente. Torna-se, por essa razão, uma narração dinâmica, sujeita a intervenções de narradores plurais, suas estratégias discursivas projetam marcas subjetivas no enunciado, na perspectiva e enquadramento. Narrador e autor se confundem, são entidades menos fictícias, sujeitos aos procedimentos técnicos e comerciais da comunicação jornalística, protagonistas ativos da narração que se entrelaçam com o histórico. Outras vezes, personagens assumem o papel de narradores dentro da história. O ato narrativo jornalístico é, na verdade, lugar de disputa pela voz, onde os antagonismos se enfrentam por versões consistentes que persuadem os destinatários. (MOTTA, 2009, p. 12)

É também por esse olhar que Resende (2009) destaca a importância de que as pesquisas no campo do jornalismo estejam atentas às formas de narrar o mundo. Segundo observa, trata-se não de enxergar apenas o conteúdo, mas as dimensões éticas e estéticas que oferecem possibilidades de existência ao reposicionarem os campos e os atores sociais. De igual modo, entendemos que a narrativa, entre as quais a jornalística, a partir da emergência da subjetividade e as oportunidades de sentido que oferta, é uma representação coletiva que contribui, na sociedade midiaticizada, para o alargamento dos horizontes de experiência.

O emprego do “ritual estratégico” (TUCHMAN, 199) em torno da objetividade, portanto, é um exercício retórico de oferta de sentido de verdade por aquele que narra. O que se passa com a evidência da subjetividade, por sua vez, é a oferta que se dá na emergência de sentidos de um relato dito com mais qualidade e fidedigno ao real por alguém que se mostra, posto que está mais perto, presenciou o fato ou é fonte. Sendo assim, uma versão mais autêntica do narrado e que, tradicionalmente, só era concebida nos formatos oriundos do opinativo. Dito isso, o reconhecimento do mito da objetividade contribui neste trabalho no sentido de compreender as subjetividades, não em oposição à transparência e credibilidade das narrativas. Antes o contrário, visto que as subjetividades, como discorremos, são dissimuladas por procedimentos oriundos do pensamento moderno e que, no contemporâneo, tem seus conceitos esmaecidos.

Vejamos que nesse contexto, em acordo com as definições da Modernidade, cabia ao gênero opinativo a expressão da opinião, sendo reservado ao formato das colunas a evidência das subjetividades junto ao relato informativo. Contudo, vale destacar que essa prática não tem se verificado uma constante inabalável e que, uma vez observada como submetida a resignificação, vem justamente embasar a pesquisa. Há

reconfigurações na estrutura da linguagem jornalística que vigoraram por mais de 300 anos, e que vão promover novas gramáticas narrativas ao jornalismo. Por outras palavras, é dizer que o contemporâneo e sua liquidez (BAUMAN, 2001) vem promover o esmaecimento das categorias tão definitivas da era moderna, de modo que as narrativas passam a ser dessa forma,

(...) menos comprometidas com gêneros, classificações e contratos interacionais fixos. Apresentam-se por meio de reciclagens das intrigas ficcionais, agora recriadas para circular por várias e diferentes plataformas midiáticas e mediante novas condições interativas. A força da hibridação da narrativa e dos papéis de seus atores como expressão do pós-moderno põe em evidência a racionalização imaginária, como diz Ruiz (2003), combinando elementos do passado mais remoto, místico e nostálgico com as influências racionais modernas. (PICCININ, 2019, p. 17)

Disto resulta, portanto, um fenômeno crescente no jornalismo contemporâneo que diz respeito à relativização do cumprimento dos pressupostos da objetividade e da imparcialidade de maneira geral no jornalismo. O que tem permitido aos textos jornalísticos, por oposição à cartilha moderna, evidenciarem por exemplo, o "eu" que narra, tomando essa manifestação que antes era um problema, como atestado de verdade neste momento. Essa marca do jornalismo "dos fatos", narrado por meio da evidência daquele que narra, tem promovido uma reorganização dos próprios gêneros jornalísticos de maneira geral, gerando a complexificação da narrativa da coluna agora presente também na internet. Ou seja, observa-se que há uma tendência para que a dissimulação do "eu" que narra não seja tão mais categórica, admitindo-se emergências de subjetividade sem estratégias narrativas de disfarces. Além do mais, a prática jornalística também é impactada pela abertura de oportunidades de disseminar informações não mais como exclusividade dos jornalistas, onde as subjetividades de igual modo são evidentes.

Destarte, as facilidades de produção e disseminação de informações, possibilitadas pela democratização do acesso a tecnologias de comunicação, propiciaram uma crise de confiança ante ao surgimento de todo o tipo de experts (LYOTARD, 2004), inclusive na atividade jornalística. Assim, do mesmo modo que Lyotard (2004) questiona sobre onde encontrar legitimidade após a corrosão dos metarrelatos, indagamos sobre como determinadas narrativas jornalísticas se apresentam como as mais qualificadas diante da profusão de informações disseminadas no âmbito da internet a todo momento em decorrência dessas transformações. E o que disto

decorre em termos do gênero opinativo que, por princípio, sempre foi legítimo para explicitar as subjetividades do dito.

Trata-se, então, de observar como as narrativas jornalísticas, antes reconhecidas como legítimas “escavadoras” da verdade dos fatos, agora impactadas pela crise dos ideais modernos, se reconfiguram, dando olhar especial para o gênero opinativo, e nele as colunas, que deixam de ser o lugar exclusivo para a manifestação da opinião. De modo particular, verificar como o colunismo se distingue das outras narrativas também reconfiguradas pela valorização das subjetividades, sendo capaz de se afirmar como narrativa de referência - especialmente pela evidência do “eu” que narra, (re)legitimando a prática jornalística em vista do relato qualificado da realidade dos fatos e acontecimentos - frente à oferta abundante de informações, advindas de especialistas ou não especialistas.

Conforme Sodré (2009, p. 100), "as pressões das novas práticas informativas correntes na internet, dita "mídia instantânea", mas também "mídia pessoal", onde o antigo "público-receptor" constitui-se agora como fonte emissora", tudo isso tende a mudar. E mudou devido "às possibilidades técnicas de que se investe todo e qualquer indivíduo munido de um computador, modem, linha telefone ou banda larga". Dado o avanço das tecnologias, que agora possibilitam a qualquer cidadão o acesso à internet na "palma da mão", reconfigura-se a escrita dos jornais no sentido de um papel mais ativo do leitor, que acaba influenciando a pauta jornalística. "Em outras palavras, o leitor se investe de chances de determinar o que é notícia", pontua Sodré (p. 100), o que é determinante também para o colunismo.

Tal cenário de protagonismo da audiência fragiliza a legitimidade dos jornalistas enquanto profissionais qualificados e autorizados a narrar, construir a realidade. Dadas as interações mais pronunciadas, ou seja, a supervisão e a própria possibilidade de emissão de informações e opiniões por parte de quem antes praticamente só consumia as notícias, e que redundam em processos colaborativos no contemporâneo, as instituições jornalísticas e seus profissionais são impelidos a se ressignificarem em suas práticas, tanto pela sobrevivência da atividade quanto pela capacidade de sedução de suas narrativas diante da oferta abundante em circulação, especialmente na ambiência da internet. Tudo isso incide também no formato do colunismo que precisa buscar seu diferencial, uma vez que as subjetividades e o vigor pessoal não são mais suas exclusividades.



Posto isso, reiteramos que as tecnologias e as mudanças em curso na sociedade uma vez mais afetam as práticas jornalísticas, ou seja, as mudanças no mundo do "consumo" reconfiguram o "mundo da produção". Dessa forma, consideramos no contemporâneo a proliferação das mais diversas narrativas ao mesmo tempo em que se fragiliza a autoridade, a expertise jornalística. É necessário considerar, portanto, a complexificação do lugar do colunismo e, de modo mais específico, as narrativas decorrentes nos portais de notícias na internet.

Como próximo ponto de reflexão, buscamos uma aproximação com a teoria da complexidade na narrativa, considerando, de modo específico, as transformações que observamos no colunismo contemporâneo, manifestadas pela ambiência online. Para tal, reconhecemos as práticas jornalísticas ancoradas na objetividade, mas complexificadas pelo viés subjetivo e o alinhamento com a construção social da realidade pelo jornalismo, agora impactadas pelo horizonte de experimentação proporcionado pela ambiência e pelo formato das colunas. Tratamos, com isso, de explorar a autoridade narrativa a partir de uma escrita mais aprofundada e articulada com estratégias narrativas capazes de diferenciá-las entre as tantas disponíveis. A reflexão está alicerçada nas investigações teóricas de Dimas Künsch, estas fundamentadas em autores como Edgar Morin, Muniz Sodré, Cremilda Medina, entre outros. É um olhar possível diante das novas demandas interpretativas do contemporâneo, cuja chave de pensamento tem na sua origem latina de *complexere*: abraçar.

### **3.5 Um desafio complexo-compreensivo**

Associamos o nosso estudo à perspectiva da complexidade porque entendemos que ela pode enriquecer a *práxis* jornalística. Buscando sentidos na origem da teoria, tal qual assinala Künsch (2016), há que se pensar na superação dos modelos reducionista e tecnicistas, dos paradigmas clássicos, que se impuseram ao conhecimento e as influências sobre os modos da sociedade de estar no mundo, no que se inclui o jornalismo. Assim, diante da propagada crise de legitimidade da atividade jornalística, a perspectiva da complexidade pode "(...) ajudar a construir uma narrativa que realmente dê conta das demandas da sociedade contemporânea", "valorizar as probabilidades de conexões", "perceber a realidade com suas diversas formas e múltiplos sentidos" (KÜNSCH, 2010, p. 204).

Por Morin (2007, p. 15) temos que a noção da complexidade, aqui relacionada numa perspectiva complexo-compreensiva para a prática jornalística, se volta a sensibilizar para a patologia do pensamento contemporâneo residente na “hipersimplificação” que não permite ver a complexidade do real, pelo doutrinário que encerra a teoria nela mesma. O sociólogo aponta, neste sentido, que “(...) patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável (MORIN, 2007, p.15).

Numa crítica ao pensamento ocidental, o conceito de complexidade aponta para a necessidade de uma teoria aberta voltada a articulações entre os campos disciplinares, visando reconectar os domínios separados pelo conhecimento fragmentado. Nas palavras de Morin (2002, p. 06), “(...) o pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional”, pois,

É um pensamento da solidariedade entre tudo o que constitui nossa realidade; que tenta dar conta do que significa originariamente o termo *complexus*: ‘o que tece em conjunto’, e responde ao apelo do verbo latino *complexere*: ‘abraçar’. O pensamento complexo é um pensamento que pratica o abraço. Ele se prolonga na ética da solidariedade. (MORIN, 2002, p. 07)

Abib (2017) já promoveu a aproximação da perspectiva complexo-compreensiva ao estudo em torno do Jornalismo de Desacontecimentos, a partir da dinâmica produtiva de Eliane Brum. Acreditamos que a mirada em vista do exercício de entrelaçar característico ao pensamento complexo também é possível no que diz respeito ao jornalismo contemporâneo, impactado e transformado pelo rompimento com o viés tradicional afeito ao gênero opinativo. Aludindo a Medina (2016), Abib (2017) aponta que a complexidade abre caminho para narrativas jornalísticas abertas às múltiplas vozes e sentidos, pois estimula a “escuta e dialogia, à sensibilidade cultural e das identidades, à ação social interativa” (MEDINA, 2016, p. 21), de modo que aos jornalistas uma passagem da técnica pura “(...) para a assinatura de um autor compreensivo da complexidade social e das particularidades culturais no exercício das mediações coletivas” (MEDINA, 2016, p. 23).

Por esse olhar, a ideia da compreensão de Künsch (2014) está entrelaçada a um gesto de vinculação, de enxergar o outro e a multiplicidade de sentidos, de interpretações possíveis. Ao que aludimos ao jornalismo que, afeito a técnicas objetivas

e rotinas produtivas, não é mero reproduzidor – a ideia do espelhamento, como já referimos - mas construtor da realidade narrada.

O pensamento compreensivo, operacionalizado em termos metodológicos, pauta-se na abertura para tentar ver o que o outro está vendo, conhecer o mundo pelo conhecimento do outro – não apenas no resultado de entender os meandros de uma “visão de mundo” no sentido estritamente weberiano, mas de compreender o modo como se chega a uma determinada visão, de entender os andaimes do pensamento, ao mesmo tempo em que se revelam os fatores de construção do próprio pensamento. (KÜNSCH, 2014, p. 24)

Por sua vez, Abib (2017, p. 137) sustenta que

A epistemologia complexo-compreensiva estende-se ao saber comunicacional, fundamentada em uma ética cognitiva capaz de valorizar o múltiplo e fomentar o signo da relação interpessoal. Quando o comunicador rompe com a objetividade e a racionalidade positivista, atesta sua renúncia ao discurso doutrinário que sufoca as ideias: abre-se à pluralidade, às multicausas e dimensões do humano. Com uma postura complexo-compreensiva, abandona a visão estreita, a tendência à explicação, o condicionamento à padronização: lança-se ao risco de ligar diferentes abordagens de mundo para consolidar um fazer transformador. A articulação entre tal proposta teórica e o jornalismo revela a expectativa de testemunhar, e fazer parte, de narrativas alicerçadas sob a integração do singular e do coletivo, da inteligência e da emoção, das experiências em dialogia e da poesia dos detalhes.

A linha de pensamento, sobre a qual encontramos aderência para nossa investigação, segue indícios de que a prática noticiosa convencional já não dá conta da sustentação do modelo de negócio e do ponto de vista das narrativas que produz. Sendo assim, “uma epistemologia complexo-compreensiva valoriza probabilidades de conexões. Percebe a realidade com suas diversas formas e múltiplos sentidos. Entende que o pensamento das monocausalidades não ajuda a construir uma narrativa que realmente dê conta das demandas da sociedade contemporânea” (KÜNSCH, 2010, p. 204).

E então – pergunta-se -, nessa viagem arriscada pelos territórios que levam da conceitualização/explicação a noções mais arejadas e aptas ao ato compreensivo; do determinismo de causas e efeitos mecanicistas, de fórmulas padronizadas de aprisionamento do real, à ideia de uma multiplicidade de causas na configuração de fatos e fenômenos avessos a uma reprodução objetiva de si mesmo no nível da linguagem escrita e falar; do pensamento redutor ao pensamento complexo; do racionalismo científico ao pluralismo de formas de conhecimento e sabedoria (saberes plurais), quo vadis, jornalismo? (KÜNSCH, 2000, p. 96)

Reportamos, portanto, o entendimento quanto a necessidade do realinhamento da postura narrativa jornalística, acompanhando as tendências do contemporâneo, tirando proveito do potencial técnico, sem abrir mão da técnica e dos saberes voltados à autoridade narrativa. Nos voltamos à percepção de que, tal qual foram concebidos na Modernidade, os saberes de reconhecimento, de procedimento e de narração (SEIXAS, 2009ab), anteriormente mencionados, já não respondem às demandas da sociedade atual. Assim, acreditamos que alinhado à perspectiva da complexidade, um novo modo de compreensão e apreensão da realidade pode ser percebido no jornalismo contemporâneo. Ou seja, a identificação de narrativas jornalísticas de referência que se constroem “juntando e tecendo vozes e sentidos plurais, tentando perseguir as múltiplas causas e forças que regem os fatos da contemporaneidade”, de maneira a contribuir para uma compreensão “mais humana e complexa do mundo, da sociedade e da história” (KÜNSCH, 2010, p. 24), numa renúncia ao legado racionalizador da Modernidade. As narrativas complexo-compreensivas, neste sentido, “vão ao encontro das vivências cotidianas não para colhê-las com metodologia explicativa, no atacado, e sim, com os afetos e simpatias da compreensão” (KÜNSCH, 2014, p. 49).

Enfim, diante das mudanças paradigmáticas e de caráter tecnológico em contexto que incidem sobre os modos de vida da sociedade e, portanto, das narrativas – e nelas as jornalísticas – entendemos ser possível a interface de nossa investigação com o exercício complexo-compreensivo. Com o aporte teórico-conceitual em torno do estabelecimento de categorizações e da erosão de fronteiras conceituais no contemporâneo, e entendendo como incidem no campo do jornalismo, o próximo passo da investigação é uma visada sobre o potencial técnico que a ambiência da internet trouxe para as narrativas jornalísticas ao mesmo tempo em que fragilizou a noção de autoridade no campo ao permitir a entrada de novos atores não profissionais na atividade e potenciais emissores de informação e opinião. Também, vislumbrando esse cenário ambíguo, destacamos conceitos-chave para a reafirmação da legitimidade e credibilidade das narrativas jornalísticas, entendidas como uma forma específica de conhecimento, no contemporâneo.

#### 4 NARRATIVAS JORNALÍSTICAS CONTEMPORÂNEAS: INTERNET, CONTEXTUALIZAÇÃO E PODER DE VOZ

Vimos no capítulo anterior sobre a discussão entre a pretensa objetividade nas narrativas jornalísticas e a conformação dos gêneros jornalísticos e suas respectivas categorias, conforme a finalidade dos conteúdos referentes a sua produção. Cenário este definido em acordo com os ideais da Modernidade. É importante este reconhecimento para abordar as mudanças na prática ao longo dos tempos e que, no contemporâneo, vão ao encontro da metáfora da liquidez. Os leitores, agora com poder de emitir opinião e, mais do que isso, fazê-las circular e também produzir e disseminar informações, são fundamentais para a configuração de um novo contexto da atividade jornalística. Aliás, é principalmente a partir das novas possibilidades na relação com o consumo das informações que se dão as transformações nas rotinas e estratégias narrativas no campo do jornalismo.

O início do século XXI é marcado por questões como a interligação da sociedade em redes de comunicação e, não só as rotinas diárias, como o jornalismo, passaram por transformações, de modo que nos últimos anos pesquisadores têm se preocupado em entender as modificações na forma de produzir e distribuir informações por conta da popularização da internet<sup>26</sup> e das tecnologias de comunicação. Castilho

---

<sup>26</sup> Durante a Guerra Fria, a primeira conexão entre computadores – base estrutural da Internet, a rede das redes – foi criada em setembro de 1969 pela Arpa (Advanced Research Projects Agency), uma agência controlada pelo Departamento de Defesa que visava o estabelecimento da liderança norte-americana em ciência e tecnologia na área militar. Em 1975, a Arpanet passou a ser controlada pela Agência de Comunicações e Defesa. O tráfego de dados passou a crescer e ao mesmo tempo surgiram outras redes utilizadas por universidades e organizações de pesquisa dos EUA. Em 1986, a NSF (National Science Foundation) desenvolveu uma rede que conectava os pesquisadores de todo o país; na década de 1990 esta rede interligava mais de oitenta países. Com a interconexão das diversas redes espalhadas pelo mundo acontecendo no final da década de 1980, começaram as negociações para o início da Internet no Brasil, inicialmente monopolizada pela Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações). O processo de conexão de redes foi acontecendo em todo o planeta até formar a rede mundial de computadores. A partir de 1989, com desenvolvimento do ambiente gráfico *World Wide Web* (WWW), a Internet começou a alavancar. A história da internet pode ser dividida em quatro fases (com pequenas variações segundo postulados de diferentes teóricos):

*Web 1.0* – corresponde à implantação e popularização da rede em si; o conteúdo dos sites é estático, sem interferência dos leitores;

*Web 2.0* ou *Web Social* – o internauta ganha uma posição mais ativa no processo de comunicação, passa a poder interagir e, inclusive, produzir conteúdo através de blogs e sites como o Wikipedia e o YouTube; também corresponde à fase de ascensão de sites de busca como o Google e de sites de relacionamento social;

*Web 3.0* ou *Web Semântica* - ocorre a organização e o uso de maneira mais inteligente de todo o conhecimento já disponível na Internet, com o aperfeiçoamento das ferramentas de busca, rápida disseminação das informações e estabelecimento do comércio eletrônico;

*Web 4.0* ou *Web Inteligente* – é a era da inteligência artificial, considerada fase contemporânea da *web*, em que somam-se a estas evoluções a mobilidade e a ubiquidade. (FERRARI, 2009).

(2008, prefácio), afirma que “podemos ressuscitar uma expressão já meio gasta, mas que cai como uma luva no processo em curso: uma reinvenção do jornalismo”.

Nessa reinvenção, para acompanhar as evoluções tecnológicas, foi necessário o desenvolvimento de uma nova linguagem para esta plataforma que tem, entre suas características, a convergência midiática<sup>27</sup>. Na esteira de tais reconfigurações, os limites conceituais dos gêneros jornalísticos são esboroados e, mesmo os textos escritos, como o caso das colunas que têm um formato tradicional<sup>28</sup> reconhecido, encontram novos contornos narrativos oferecidos também nos portais de notícias. Como vamos apontar na análise de uma amostra de colunas em capítulo posterior, as estratégias empregadas são uma busca de adensamento interpretativo para uma oferta de conteúdos que se apresentem como mais qualificados diante da circulação abundante de conteúdos de forma online para os leitores. Essa proliferação de narrativas que buscam capturar a audiência se dá nos diferentes formatos jornalísticos e estão presentes no jornalismo contemporâneo como vamos destacar posteriormente. Desta forma, precisamos entender as reconfigurações que se deram ao longo dos anos, como fizemos no capítulo anterior ao discorrermos sobre a questão dos gêneros e da ainda atual discussão sobre o ideal da objetividade jornalística, bem como o que pretendemos na presente seção, com ênfase nas características que a ambiência da internet permite ao texto jornalístico e as escolhas enunciativas que derivam da tentativa de captura da audiência agora imersa em ofertas narrativas diversas oriundas tanto de profissionais como de cidadãos comuns na circulação em rede.

Aliás, tal cenário exige muito dos profissionais da comunicação. Machado (2002, p. 4) observa que “a estrutura descentralizada do ciberespaço complica o trabalho

---

<sup>27</sup> O conceito de convergência é utilizado para compreender a emergência de uma forma ativa de consumir cultura possibilitada pelas tecnologias digitais. São, portanto, duas noções de convergência: uma ligada ao aparato técnico e outra ligada ao comportamento do consumidor. Na cultura da convergência “novas” e “velhas” mídias coexistem e dialogam. “Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. (...) Meu argumento aqui será contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas

funções dentro dos mesmos aparelhos. A convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos (JENKINS, 2008, p. 29).

<sup>28</sup> As colunas, categoria do gênero opinativo, são oriundas dos jornais impressos. Em seu formato, constam de uma diagramação vertical, com texto escrito e estrutura subdividida em tópicos rápidos. Podem ser temáticas ou de assuntos diversos, produzidas por profissionais reconhecidos (MELO, 2003). Contemporaneamente, na ambiência online, o jornalismo opinativo extrapola a estrutura oriunda da Modernidade e se apresenta, inclusive, em outros formatos, como o caso de vídeos e áudios, conforme expusemos no capítulo anterior.

de apuração dos jornalistas nas redes devido à multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento de notícias, espalhadas agora em escala mundial”. E incluímos que mais do que fontes para os profissionais da área, os cidadãos adquirem status de produtores de conteúdo, competindo com os especialistas e as instituições jornalísticas. Em estudos apresentados em 2002, na Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação, ao abordar o jornalismo de precisão, conceito elaborado no começo dos anos 70 para definir o trabalho jornalístico no cenário das sociedades complexas, o pesquisador já alertava:

Não é de surpreender-se, pois, que a crítica ao jornalismo de precisão ocorra no momento da expansão do processo de produção, circulação e consumo de conteúdos jornalísticos nas redes telemáticas, que indica a ascensão, dentro da ecologia do campo comunicacional, de um novo tipo de jornalismo formatado para o ciberespaço. O jornalismo digital inclui todo produto discursivo que reproduz a realidade pela singularidade dos fatos, tem como suporte de circulação as redes telemáticas ou qualquer outro tipo de tecnologia que transmita sinais numéricos e que incorpora a interação com os usuários no processo produtivo. É, considerando o fato que o suporte digital possibilita tanto a reconversão da natureza do ofício, quanto a alteração de todas as etapas da produção jornalística, que a consolidação do jornalismo digital depende da superação do modelo conceitual contemplado no jornalismo de precisão ou na reportagem assistida por computador, que caracteriza a tecnologia como ferramenta auxiliar no trabalho jornalístico. (MACHADO, 2002, p. 3)

Quer dizer, tanto as tecnologias de produção como de circulação e consumo de informações online não são meras ferramentas, mas são integrantes da atividade jornalística em todas as suas etapas. Bem em acordo com os apontamentos de Lage (1996, 2007), ao discutir as mudanças na profissão dos jornalistas, para a necessidade permanente da reciclagem, obrigando profissionais ao desenvolvimento de habilidades para o manuseio de sistemas informatizados, acumulação de funções e conhecimento de processos telemáticos, afora, é claro, uma percepção mais aguda do cotidiano. Nessa esteira de pensamento, nosso olhar leva em consideração a necessária expertise profissional dos jornalistas e o desenvolvimento de estratégias e valorização de qualidades narrativas advindas dos profissionais para o enfrentamento dos desafios que emergem do contexto contemporâneo, pois a arquitetura descentralizada do jornalismo digital

(...) altera a relação de forças entre os diversos tipos de fontes porque concede a todos os usuários o status de fontes potenciais para os jornalistas. Se cada indivíduo ou instituição, desde que munido das condições técnicas adequadas, pode inserir conteúdos no ciberespaço devido a facilidade de

domínio de áreas cada vez mais vastas, fica evidenciada tanto uma certa diluição do papel do jornalista como único intermediário para filtrar as mensagens autorizadas a entrar na esfera pública, quanto das fontes profissionais como detentoras do quase monopólio do acesso aos jornalistas. A possibilidade de dispensa de intermediários entre as fontes e usuários implode com a lógica do predomínio das fontes profissionais porque transforma os próprios usuários em fontes não menos importantes. (MACHADO, 2002, p. 6)

O estabelecimento dessa relação possível sem intermediários considera a importância de um conhecimento jornalístico próprio – localizado entre o senso comum e o científico, o singular<sup>29</sup> – que leva à reflexão sobre as questões da autoridade narrativa e da perícia técnica daquele que narra no jornalismo. Por outras palavras, faz pensar sobre o que Bahia (1990) menciona a respeito da especialização jornalística, pois seja qual for a seção do veículo jornalístico, quem deve realizar a “literatura técnica do produto a ser comunicado” é um “especialista treinado em notícias”.

No contemporâneo, a afirmativa soa ainda mais atual, uma vez que a internet permite (e exige) habilidades e competências jornalísticas diante da profusão de informações disseminadas de forma online, inclusive por não profissionais (jornalistas ou especialistas de outros campos do conhecimento). Assim, o jornalista precisa estar preparado com informações e perícia no trato destas, com conhecimento técnico, experiência e domínio das possibilidades ofertadas na circulação de notícias em plataformas online, como o caso das colunas nos portais de notícias a que nos propusemos analisar. Baldessar (2004), por sua vez, corrobora essa concepção ao indicar que a internet permite ao jornalista contextualizar cotidianos e fatos através de instrumentais específicos e de como o receptor pode interagir com essa nova notícia, pois

(...) Na Internet, além das imagens atualizadas e até do som se for o caso, o receptor conta com várias "camadas" de texto que formam o hiperlink, possibilitando acesso a todo tipo de detalhe, a edições anteriores, a bancos de dados, a pesquisas de todo tipo, inclusive em outras línguas, de modo a poder confrontar a informação recebida da mesma maneira que o bom jornalista confronta, isto é, "checa" a informação recebida de suas fontes. (BALDESSAR, 2004, n.p)

Sendo assim, a proposta que vamos seguir a partir das elaborações deste capítulo é abordar estratégias jornalísticas ancoradas, primeiro, nas potencialidades que

---

<sup>29</sup> Apenas para esclarecimento, vamos explorar essas categorias em uma seção específica deste capítulo que trata do jornalismo como forma de conhecimento, segundo postulados de Park (1940), Genro Filho (2012) e Meditsch (1992, 1997, 1998, 2008, 2010).



a internet oferece às narrativas, e, a partir destas, relacionar como habilidades e táticas advindas do profissional jornalista têm se apresentado como capazes de construir (mais) sentidos de credibilidade, confiança e qualidade narrativa. A literatura e estudos em torno destas questões é vasta, de modo que escolhas metodológicas (e devido ao limite de tempo da pesquisa) são necessárias. De tal forma, como nossa proposta de análise dá conta de conteúdos (colunas) publicados em portais de notícias online, devemos ter em mente que muitas características<sup>30</sup> das narrativas tais quais as conhecemos são ressignificadas e/ou complexificadas pelas potencialidades da ambiência online possibilitadas pela internet e, mais recentemente, promovidas pelo acesso facilitado às tecnologias de comunicação e informação dos dispositivos móveis.

Por isso, partimos de uma revisão acerca das características e/ou potencialidades do jornalismo digital<sup>31</sup> (CANAVILHAS, 2001, 2014; MACHADO, PALÁCIOS, 2002; MIELNICZUK, 2003; PALACIOS, LEMOS, 2001; PALACIOS 2003; PAVLIK, 2001, 2014). A reflexão segue para a argumentação da contextualização como fundamento da prática noticiosa (LÜCKMAN, 2020; PAVLIK, 2001; ZAMITH, 2011) e parte para o alinhamento aos postulados do jornalismo como forma específica de conhecimento (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1997, 2008), em acordo com o viés da complexidade já exposto no capítulo anterior. Por fim, a revisão se concentra no sujeito que narra (MOTTA, 2013; RESENDE, 2009), pois é da postura enunciativa dos jornalistas enquanto narradores que decorrem as estratégias narrativas das quais, contemporaneamente, emergem as subjetividades. Apontamos, então, para um próximo caminho que é a identificação dos indícios do rompimento da relação dicotômica entre objetividade e subjetividade no jornalismo.

#### **4.1 Novas potencialidades no jornalismo digital**

Se, tradicionalmente, a rotina jornalística obedece a uma hierarquia, um *modus operandi*, segundo a qual os conteúdos são organizados e dispostos em formatos ou categorias específicas, de acordo com a sua finalidade, no jornalismo digital essa lógica passa por reconfigurações. A este ponto indicamos que não é nosso objetivo traçar um

---

<sup>30</sup> A questão dos formatos/gêneros jornalísticos é oriunda da Modernidade e parte do olhar para o jornalismo impresso que se consolidava como empresa.

<sup>31</sup> Optamos por utilizar tal terminologia para caracterizar a modalidade de jornalismo, também denominada como jornalismo online (HALL, 2001), webjornalismo (CANAVILHAS, 2001; MIELNICZUK, 2003), ciberjornalismo (SALAVERRÍA, 2005), jornalismo contextualizado (PAVLIK, 2001; 2005).

panorama histórico do jornalismo digital e das fases da convergência nas redações. Contudo, um breve retrospecto é importante para a compreensão das potencialidades da ambiência online para a atividade no contemporâneo e também de como a popularização da internet deu início a “um sistema midiático para uma grande massa de usuários não-especialistas no sistema, ou seja, usuários comuns” (NICOLA, 2004, p. 27), o que interferiu nas rotinas e na credibilidade do jornalismo como instituição. Trata-se, portanto, de entender que a convergência de meios é decorrente da mudança de hábitos de consumo da notícia possibilitada pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Com a popularização da internet o jornalismo digital ganhou espaço no Brasil em 1995, desde então passou por várias transformações de forma pouco linear, dos estágios transpositivo, ao perceptivo e ao hipermediático, em acordo com as tecnologias que a internet comporta. Conforme Silva (2009), primeiro os jornais impressos realizaram somente uma transposição do conteúdo para a ambiência online e mais tarde, com a percepção de que a *web* crescia e apresentava potencial para o desenvolvimento de características próprias, as empresas criaram seus sites online com o investimento em redações específicas para o trabalho nos portais de notícias, explorando os recursos disponíveis no ambiente online. De forma mais específica, conforme citam Machado e Palácios (2002) e Mielniczuk (2003), sob a nomenclatura de *webjornalismo*, o jornalismo digital pode ser dividido em três fases distintas (outros teóricos citam até cinco estágios, conforme a incorporação de elementos específicos da internet na atividade jornalística, os quais vamos conhecer na sequência). Aliás, diversos autores apresentam as características do jornalismo digital, mas é preciso lembrar que:

(...) não se trata de uma divisão estanque no tempo e tais categorias também não são excludentes entre si, ou seja, em um mesmo período de tempo, podemos encontrar publicações jornalísticas para a *web* que se enquadram em diferentes gerações e, em uma mesma publicação, podemos encontrar aspectos que remetem a gerações distintas. (MIELNICZUK, 2003, p. 45)

Segundo Mielniczuck (2003), a primeira geração do jornalismo digital se caracteriza pela mera transposição de conteúdo dos veículos tradicionais para a *web*. Nesta classificação, o formato permanece o mesmo, geralmente com duas ou três matérias disponibilizadas em .PDF, mas o usuário tem a possibilidade de acessá-lo por meio da internet. Ainda, este material era atualizado a cada 24 horas ou de acordo com o

fechamento das edições do impresso. É possível descrever a primeira geração ainda como uma tentativa inicial de ocupar um espaço na internet, além da mídia tradicional. Na segunda geração, na qual ainda não há conteúdo produzido especificamente para a *web*, começaram a aparecer *layouts* próprios, além da inclusão de *links* nos textos. Assim sendo, para Mielniczuck (2003) “começam a ocorrer experiências de explorar as características específicas oferecidas pela rede.” Não existe *deadline*<sup>32</sup> neste tipo de seção nos sites de segunda geração, pois as informações vão sendo publicadas à medida que são apuradas. Por isso, trata-se o momento também como estágio perceptivo do jornalismo digital.

De acordo com Machado e Palácios (2002),

O cenário começa a modificar-se com o surgimento de iniciativas tanto empresariais quanto editoriais destinadas exclusivamente à Internet. São sites jornalísticos que extrapolam a ideia de uma versão para a *web* de um jornal impresso, constituindo, assim, o webjornalismo. Um dos primeiros e, talvez, principal exemplo desta situação seja a fusão entre a Microsoft e a NBC, uma empresa de informática e uma empresa jornalística de televisão, firmada em 1996 (Estado, 1997). O [www.msnbc.com](http://www.msnbc.com) é um site de jornalismo, mas que não surgiu como decorrência da tradição e da experiência do jornalismo impresso. (MACHADO, PALACIOS, 2002, p. 3)

Percebendo a potencialidade e facilidades de negócios proporcionadas pela mídia, nasce a terceira geração do jornalismo digital ou período hipermidiático que, segundo Palacios (2002), seria a fase contemporânea da atividade. Mielniczuck (2003) afirma que, nesta geração, é possível que um portal apresente conteúdo jornalístico sem, necessariamente, ter algum vínculo com um jornal. É caracterizada pelo grande uso das ferramentas propiciadas pela internet, como maior interação com o usuário e o conteúdo, apuração própria e específica para a internet, diversas formas para além de textos, fotos e *links*.

Nos produtos jornalísticos desta geração, é possível observar tentativas de efetivamente explorar e aplicar as potencialidades oferecidas pela *web* para fins jornalísticos. Neste estágio, entre outras possibilidades, os produtos jornalísticos apresentam: - recursos em multimídia, como sons e animações, que enriquecem a narrativa jornalística; - recursos de interatividade, como *chats* com a participação de personalidades públicas, enquetes, fóruns de discussão; - opções para a configuração do produto de acordo com interesses pessoais de cada leitor/usuário; - a utilização do hipertexto não apenas como um recurso de organização das informações da edição, mas também como uma possibilidade na narrativa jornalística de fatos; - atualização contínua no webjornal e não apenas na seção 'últimas notícias' (MIELNICZUK, 2003, p. 50).

---

<sup>32</sup> Em jornalismo, *deadline* é a forma como se chama o prazo final para a entrega de uma matéria.

Em especial, na terceira geração há o reconhecimento de um novo meio de comunicação. “A *web* passa a ser vista como uma possibilidade para a distribuição de informações jornalísticas” (PAVLIK, 2001, p. 43). Por outro lado, em um sistema automatizado de produção, o controle do processo parece residir na elaboração da arquitetura da informação, já que nas demais etapas há a possibilidade de incorporação do usuário. O desenvolvimento colaborativo que as ferramentas da internet propiciaram aos usuários da rede, para além de especialistas como o caso dos profissionais das empresas jornalísticas, cedeu espaço para a perda do controle do processo de produção de informações no ciberespaço.

O que é relevante ressaltar neste ponto é que o jornalismo digital altera não apenas a relação dos profissionais com o produto, mas também a relação do leitor com o jornalismo. E nos parece que é justamente essa reconfiguração na relação entre emissão e recepção de conteúdos que faz emergir o emprego de formas jornalísticas diversas em vista da reafirmação da autoridade narrativa advinda do jornalismo como instituição.

Nesse contexto, é importante considerar as funcionalidades incorporadas à prática, tomando por base o fato de que “o jornalismo digital é a modalidade na qual as novas tecnologias já não são consideradas apenas como ferramentas, mas, sim, como constitutivas dessa prática jornalística” (BARBOSA, 2006, p. 2). Sendo assim, entendemos que as estratégias narrativas derivam dessas potencialidades, independente do gênero jornalístico, o que contribui para a diluição das fronteiras conceituais próprias do contemporâneo e que atingem também o colunismo, nosso *corpus* de análise, com vistas a observar a reconfiguração do formato para além da emissão da opinião, característica própria do gênero opinativo.

Antes de partir para a análise das características do jornalismo digital, cabe abordar a questão da atualização contínua, da qual entendemos que por muito tempo derivou a noção de valorização do jornalismo para a internet, assim como da incorporação de múltiplas atribuições aos jornalistas nas redações convergentes. Essa concepção é decorrente da compreensão da necessidade de “(...) manter convenções a fim de que o público – leitores/usuários – reconheça e se identifique com o produto jornalístico, também é preciso que rupturas aconteçam para que os webjornais se firmem como uma opção singular e com atrativos diferenciados” (MIELNICZUK, 2004, p. 4).

Ou ainda como diz Bertocchi (2013), ao apresentar o modelo de redação em concha, que prevê a apresentação dos conteúdos a partir de perspectiva “*non-stop*”, ou de atualização contínua, tem-se o fim do *deadline* convencional, e neste processo os conteúdos noticiosos seriam atualizados inclusive pela dinâmica colaborativa dos usuários, sem eventualmente a checagem necessária. Essa perspectiva aponta igualmente para a ditada agilidade e fluxo contínuo esperados, de modo que um mesmo jornalista produz conteúdos para diferentes produtos midiáticos, bem como assumia mais tarefas ao longo da apuração.

É daí que num primeiro momento a possibilidade de fluxo contínuo de informação a ser disponibilizado em tempo real foi um dos elementos norteadores do jornalismo digital, sendo que “a maior investida, realizada com relação à característica da atualização contínua, ocorre no espaço denominado ‘últimas notícias’. Trata-se de pequenas notas que vão sendo acrescentadas, sendo usual ter o registro do horário de disponibilização da informação” (MIELNICZUK, 2004, p. 13). Essa instantaneidade nos primórdios do jornalismo digital era vista como diferencial no sentido de novidade, de dar a informação antes que os outros veículos de comunicação. Assim, bastava um tópico para uma notícia ganhar circulação nos portais. Por conta disso, Mielniczuk classifica a instantaneidade como uma característica que veio a assumir uma dimensão outra na internet, diferente do rádio e da televisão só possíveis a cada intervenção ao vivo. Por sua vez, o debate sobre convergência tecnológica tomou conta das redações brasileiras a partir de 2008, com um processo de fusão entre redações de mídia impressa e online. Maia e Agnez (2015, p. 219-220) destacam que, com a convergência jornalística, “um dos maiores impactos foi relativo ao ritmo imposto pelo ‘tempo real’ e à submissão cada vez maior à necessidade de agilidade”.

A noção de tempo no jornalismo está vinculada ao aspecto novidade que as notícias carregam. Para Traquina (2005, p. 118), a relação entre jornalistas e tempo é estrutural: “Controlados pelo relógio, dedicados ao conceito de atualidade, obcecados pela novidade, os jornalistas estão permanentemente envolvidos numa luta (aparentemente perdida) de reagir aos (últimos) acontecimentos”. Por sua vez, Alsina (2009) explica que as rotinas de informação têm papel importante no trabalho jornalístico diante de acontecimentos de última hora. Essa pressão se acentua com a consolidação do jornalismo digital, trazendo novas atribuições para a cultura profissional dos jornalistas e novas tensões à organização do trabalho e dos processos de produção.

Embora a ideia de “tempo real” já existisse na atividade, com o jornalismo digital essa noção adquire maior relevância pelo critério de instantaneidade, da qual trata Bradshaw (2014). Para Borges (2009, p. 21), o “tempo real” presume uma “obrigatória redução máxima do tempo entre o acontecido e a publicação”. Quando falamos na adoção da seção de “últimas notícias” pelos sites dos jornais, essa noção de “tempo real” também é entendida como a prática em que os repórteres cobrem acontecimentos no momento da ocorrência e enviam matérias imediatamente para a redação, numa pressão por vencer a concorrência em tempo, ineditismo e quantidade de material produzido. A esse momento em que há o desaparecimento do *deadline* e o rápido envelhecimento das notícias publicadas, Moretzsohn (2002) chama de “fetiche da velocidade”.

Destarte, no contemporâneo, mais do que informar primeiro ou da possibilidade de acrescentar informações a qualquer momento nas “últimas notícias”<sup>33</sup>, a atualização contínua deixa de ser valorizada pela mera instantaneidade para adquirir relevância por meio do aproveitamento das potencialidades da internet. Disto, então, que se percebe a utilização de elementos específicos do jornalismo desenvolvido na internet, características das quais compreendemos que derivam estratégias narrativas que contribuem para a qualidade interpretativa dos conteúdos. Pavlik (2001), inclusive conceitua essa prática de jornalismo digital como jornalismo contextualizado<sup>34</sup>, pela possibilidade resultante da atividade jornalística que explora as potencialidades da internet. Antes de prosseguirmos, esclarecemos que não vamos tratar destes elementos no intuito de um histórico de gerações do jornalismo digital, mas para compreensão em

---

<sup>33</sup> Cabe aqui observar que esses textos curtos e informativos por muito tempo levaram a sustentar um senso comum de que a internet não era espaço para conteúdos noticiosos longos, de interpretação e contextualização. Observamos que o advento da internet provocou uma potencialização do fenômeno da presentificação no jornalismo e, na ambiência da rede, os processos jornalísticos sofreram como rápido envelhecimento das notícias, uma vez que as próprias sinalizações de horários de publicação de matérias funcionam como um relógio que mostra há quanto tempo o veículo de *web* não publica nada. Assim, esse modelo de “últimas notícias” ou de “atualizado” em determinado horário acabaram por pressionar ainda mais pelo novo dentro de um intervalo de tempo muito curto, resultando em um primeiro momento em publicações curtas e passíveis de serem atualizadas a qualquer momento. Tal qual o recém citado “fetiche da velocidade” (MORETZSOHN, 2002), assim como a noção de “tempo real” (BORGES, 2009; BRADSHAW, 2014), tendo, de um lado o público sedento por novidades; de outro, veículos interessados em ultrapassar a concorrência e, no meio, o profissional pressionado em suas tarefas. Contudo, veremos que essa noção de velocidade e necessária atualização contínua deu lugar ao aproveitamento de outras características do jornalismo digital, como o caso do da contextualização das notícias.

<sup>34</sup> Destacaremos numa próxima seção os estudos de Pavlik (2001) do jornalismo contextualizado devido sua importância para a qualidade interpretativa dos conteúdos jornalísticos, entre os quais estão inseridas as colunas.

acordo com a sua utilização contemporaneamente nas narrativas jornalísticas. Assim sendo, são sete os aspectos os quais passamos a abordar.

Palacios (2004) classificou seis características do jornalismo digital: multimídia/ convergência, interatividade, hipertextualidade, customização do conteúdo/ personalização, memória e instantaneidade/ atualização contínua. Pavlik (2014, p. 160) acrescentou a ubiquidade, que significa “ser encontrado em todo lugar”. Segundo Canavilhas (2014), cada um desses aspectos diferencia o jornalismo digital<sup>35</sup> do jornalismo em outros meios. Vejamos uma descrição de cada uma dessas características, as quais entendemos que refletem também na prática narrativa cada vez mais informativa e interpretativa do jornalismo contemporâneo nos portais de notícias, rompendo fronteiras da sistematização da categoria de opinativo.

A multimídia e convergência derivam de uma linguagem própria do jornalismo digital, seguindo a tendência de leitura não-linear com a incorporação de recursos de texto, áudio, vídeo e imagens às narrativas. Correa (2008) pondera que o termo convergência é abordado por uma diversidade de pontos de vista, pertinente, associado a equipamentos e sistemas de acesso às redes digitais, a estruturas organizacionais, a diferentes níveis de processos de produção do conteúdo midiático, às políticas públicas de uso e acesso às tecnologias de informação e de comunicação, bem como aos modelos de negócios. Quando referido a uma característica do jornalismo digital, Palacios (2003), por sua vez, afirma que a convergência deriva do processo de digitalização da informação e sua distribuição em múltiplas plataformas e suportes. Já a multimídia diz respeito à agregação de imagem e som às narrativas textuais. Para

---

<sup>35</sup> Pesquisadores do campo do jornalismo em base de dados destacam também o conceito de resolução semântica. Como observa Barbosa (2006, p. 10), “resolução semântica é uma concepção que se mostra adequada à ideia de bases de dados como formato e metáfora (Machado, 2004a; Machado, 2004b; Barbosa, 2004a), pois compreende desde as características da interatividade, hipertextualidade, atualização contínua, memória, multimídia e personalização (Palacios, 2002, 2004; Zamora, 2002; Mielniczuk, 2003; Salaverría, 2005)”. Por sua vez, aplicado ao jornalismo digital, Fidalgo (2004, p. 03) explica: “Uma primeira notícia sobre um acontecimento, que à partida surge com um determinado sentido, pode ser complementada, alterada, corrigida, à medida que outras notícias sobre o mesmo acontecimento se lhe seguem. O que, de início, tinha contornos indefinidos, deixando múltiplas hipóteses em aberto, vai ganhando sucessivamente formas cada vez mais definidas (...) À medida que forem chegando notícias subsequentes, a notícia do que ocorreu vai ganhando forma, ou seja, aumenta a sua resolução semântica”. Por outras palavras, a partir da atualização contínua possível na ambiência da internet (inclusive pela participação dos leitores com comentários e sugestões), a apuração e a contextualização do acontecimento ampliam progressivamente a densidade semântica de um conteúdo. A resolução semântica também é assegurada pelo arquivamento, uma vez que disponibilizadas, as informações podem ser lidas de modo simultâneo ou não, dado ao “contexto policrônico ou multitemporal que caracteriza o ciberespaço” (Salaverría, 2005, p.23). Do mesmo modo, as co-relações entre as notícias inseridas numa base de dados vislumbrando a oferta de conteúdos mais dinâmicos e contextualizados, as possibilidades de fluxo de leitura e as combinações possíveis permitem extrair novas ofertas de sentido que, por sua vez, vão gerar mais conhecimento, mais contexto, sobre os eventos narrados.

Lévy (1999, p. 63), o correto emprego do termo multimídia<sup>36</sup> remete ao uso de distintas mídias como forma de promover uma mesma informação, de modo a termos uma “informação multimodal”, pois afeta mais de um sentido humano. Essa forma híbrida de notícia oportuniza um conjunto compreensível e interativo para narrar fatos.

Dessa forma, a multimidialidade tem uma característica própria como efeito da não-linearidade da narrativa. Recém citado, Canavilhas considera que os elementos multimídia provocam no receptor a sensação de participação na produção das informações, uma vez que exigem maior concentração do leitor. Seria este um dos objetivos do jornalismo digital, um “jornalismo participado” por via da interação entre emissor e receptor por meio das escolhas (não-linearidade) de navegação/leitura da notícia. Essa mesma característica, segundo nosso olhar, pode ser entendida no nível de personalização da leitura.

Já a característica da interatividade estreita a relação entre os campos da produção e do consumo das notícias no jornalismo digital. Há um processo multi-interativo que se dá na relação do leitor/usuário com a própria publicação, ou com o jornalista, ou ainda com outros leitores. Segundo Primo (2009), cabe esclarecer as formas em que essa interação acontece e seus efeitos no fenômeno comunicacional estabelecido na internet:

Para simplificar, e evitar uma imensa lista com dezenas de tipos e sub-tipos, pude observar dois grandes grupos de processos interativos mediados por computador. O primeiro, que chamei de interação reativa, caracteriza-se pelas trocas mais automatizadas, processos de simples ação e reação. (...) Ora, as trocas encontram-se previstas. Mas existem intercâmbios nos quais pouco ou nada está definido a priori. Um bate-papo entre amigos no MSN, uma negociação comercial via Skype e até mesmo uma discussão via SMS emergem no momento, são criadas pelos próprios interagentes durante o encontro. Mesmo que os negociadores do exemplo anterior tenham objetivos a cumprir, apenas durante a reunião online que as decisões serão confirmadas. É muito diferente, portanto, da interação com um software, onde as reações do programa precisam ser determinadas a priori para que possam ser desempenhadas conforme o projeto. O segundo tipo, baseado na construção cooperativa da relação, cuja evolução repercute nos eventos futuros, eu chamo de interação mútua. (PRIMO, 2009, p. 21)

---

<sup>36</sup> Lévy ainda esclarece que o termo multimídia pode levar a uma confusão de interpretações: “Mas se desejarmos designar de maneira clara a confluência de mídias separadas em direção à mesma rede digital integrada, deveríamos usar de preferência a palavra “unimídia”. O termo multimídia pode induzir ao erro, já que parece indicar uma variedade de suportes ou canais, ao passo que a tendência de fundo vai, ao contrário, rumo à interconexão e à integração” (LÉVY, 1999, p. 65).



Temos, assim, uma interatividade pela exploração do uso da hipertextualidade (característica que vemos a seguir) na narrativa multi-sequencial do fato jornalístico, isso no âmbito da experiência do leitor que navega por um texto fragmentado e, de outro lado, as possibilidades decorrentes da interação entre usuários (MIELNICZUK, 2004). Podemos dizer então que as os leitores estão envolvidos em duas dimensões da interatividade: a recepção e reação de informações e a produção de novos conteúdos que perpassa o ambiente dos portais de notícias e abrange também as redes sociais na internet. Daí emerge também a questão da colaboração<sup>37</sup> dos leitores na apuração dos fatos noticiosos, na produção de material que pode ser integrado “aos bancos de dados do *webjournal*, através de cartas, depoimentos ou participação em *chats*” (MIELNICZUK, 2004, p. 12).

A hipertextualidade se dá através de uma estrutura em rede de conteúdos navegáveis eficazes. Entendida como a possibilidade de interconectar conteúdos (textos digitais, sejam eles escritos, sons, vídeos, fotografias, gráficos), tem como elemento base o hiperlink. São os *links* hipertextuais que estruturam, organizam e apresentam o grande volume de informações que pode integrar a narrativa jornalística. De modo que, para além de recursos multimídias, a hipertextualidade dos conteúdos se dá nas associações a outros textos já publicados, bem como a opiniões e complementações agregadas através das opções de interatividade para os leitores/usuários.

Hipertexto então é um documento de escritura não linear e não sequencial, que se bifurca. Permite que o leitor “navegue” pelas informações, de modo que este se torna também um redator<sup>38</sup> ao escolher entre os caminhos que lhe são disponibilizados já que

---

<sup>37</sup> Contemporaneamente, essa participação dos leitores extrapola o nível da colaboração. Com acesso facilitado a tecnologias de informação e comunicação, os leitores, leia-se os cidadãos não especialistas em narrativas jornalísticas, têm possibilidade de também produzir e disseminar informações para além da contribuição até então mediada e limitada pelas empresas jornalísticas em seus veículos de comunicação. Por essa perspectiva, as práticas colaborativas já foram mencionadas no capítulo que abre a tese, destacando as transformações que a Pós-modernidade imprimiu nas narrativas, entre as quais as jornalísticas. Para deixar mais claro, apenas destacamos os dizeres de Primo (2011) e de Heinrich (2011), sobre os movimentos de colaboração e das interações em rede que destoam o imperativo industrial das notícias e vão transformando o contexto da cibercultura, seja por estratégias de incorporar institucionalmente os discursos que lhe escapam ou por formas de se distinguir em qualidade entre as narrativas disponíveis na internet. É daí que novas teorias tentam explicar o que se passa no jornalismo, como o caso do *gatewatching*, que também já abordamos no primeiro capítulo. Ainda, cabe dizer que nosso olhar se dá para as narrativas das colunas jornalísticas publicadas em portais de notícias, mas também há possibilidades de análise de reconfigurações em outros formatos narrativos, inclusive no impresso, que igualmente buscam se reinventar e se oferecer como mais qualificadas e credíveis enquanto advindas de especialistas.

<sup>38</sup> É preciso ponderar que o texto jornalístico é construído pelas técnicas de apuração e redação próprias do campo, levando em conta uma organização linear e hierarquizada das informações em acordo com valores-notícia. Por sua vez, o hipertexto permite a co-criação de uma informação pelo leitor por meio da

a interface sugere um trajeto de fruição ou criar seu próprio caminho de leitura. Consoante, o hipertexto possibilita o acesso a um número praticamente ilimitado de outros textos a partir de escolhas locais e sucessivas, em tempo real. “Os cortes e remissões, os caminhos de sentidos originais que o leitor inventa podem ser incorporados à própria estrutura do corpus. Com o hipertexto, toda leitura é uma escrita potencial” (LÉVY, 1999, p. 64), pois ao permitir vários níveis de tratamento de um tema, oferece acesso a diferentes gamas de profundidade simultaneamente, assim como liga textos não necessariamente correlacionados.

Palacios (2003) observa que a hipertextualidade permite a conexão entre conteúdos, ligados por meio dos *links* dentro da matéria ou externos e ainda a indexação com *tags*. Exemplos como “saiba mais” e “leia mais” são geralmente encontrados nas publicações. Desta forma, os hiperlinks permitem uma maior oferta de informações e contextualização e, ao mesmo tempo, possibilitam aos consumidores do conteúdo a escolha de um percurso de leitura não linear, de acordo com suas prioridades dentro da estrutura hipertextual de navegação.

Neste contexto se dá a customização ou personalização do conteúdo, característica diretamente relacionada com a possibilidade de acessar informações de acordo com os interesses específicos de cada leitor/usuário. De forma prática, a personalização se dá pela possibilidade da seleção de temas segundo a hierarquia determinada pelo usuário e dos formatos escolhidos de apresentação da notícia (PALACIOS, 2005).

Isso se deve primordialmente à característica arquitetura da rede e de seus sistemas de *software* e *hardware* permitirem tanto o armazenamento sem limites da quantidade de informação, como também a possibilidade de oferecimento de conteúdos seguindo lógicas de justaposição distintas para cada usuário. Em outras palavras, o mesmo conteúdo base pode ser moldado para diferentes usuários da informação jornalística segundo as preferências e/ou históricos pertinentes a cada um deles. (SILVA JR., 2000, p. 64)

De olho nas chances de atender a interesses individuais dos leitores, conteúdos podem ser potencializados ou desativados de acordo com a recepção. Adaptadas a essas necessidades, as plataformas utilizam a computação (algoritmos e cookies) que fornece recomendações aos usuários a partir de um banco de dados, ou seja, reagindo ao comportamento dos usuários. A personalização também se dá com recomendações de

---

liberdade de escolher a sequência de sua leitura, usando ligações de estruturas em rede, através de links. O leitor tem assim uma postura participativa no direcionamento de sua leitura.

conteúdo, adaptação de interface ao navegador e filtragem e, de forma específica, a customização ocorre quando o leitor indica preferência e/ou modifica interface ou conteúdo (mudança de cores, tamanho de fonte, faz cadastro para receber conteúdos específicos, assim como e-mails, newsletter), segundo apontam Schmitt e Oliveira (2009).

As características citadas podem ser consideradas como uma continuidade em relação ao jornalismo praticado fora do ambiente digital. Contudo, são potencializadas pela internet, segundo observa Palacios (2002):

A Multimídia do Jornalismo na Web é certamente uma Continuidade se considerarmos que na TV já ocorre uma conjugação de formatos midiáticos (imagem, som e texto). No entanto, é igualmente evidente que a Web, pela facilidade de conjugação dos diferentes formatos, potencializa essa característica. O mesmo pode ser dito da Hipertextualidade, que pode ser encontrada não apenas em suportes digitais anteriores, como o CD-ROM, mas igualmente, e *avant-la-léttre*, num objecto impresso tão antigo quanto uma enciclopédia. A personalização é altamente potencializada na Web, mas já está presente em suportes anteriores, através da segmentação de audiência (públicos-alvos). No jornalismo impresso isso ocorre, por exemplo, através da produção de cadernos e suplementos especiais (cultural, infantil, feminino, rural, automobilístico, turístico, etc); no rádio e na TV a personalização tem lugar através da diversificação e especialização das grades de programação e até mesmo das emissoras (...).

Por outro lado, acompanhando o raciocínio do autor, a característica da memória no jornalismo digital ganha evidência em relação a outras mídias, pois a memória dos conteúdos publicados representa “uma ruptura dessa modalidade jornalística em relação às formas tradicionais por ser ao mesmo tempo múltipla, instantânea e cumulativa e não possuir limites de tempo e de espaço” (PALACIOS, 2002; 2004). A ruptura, então, está atrelada à potencialização do uso desta característica, acarretando em uma mudança de funções ou geração de novas possibilidades na ambiência da internet:

A conjugação de Memória com Instantaneidade, Hipertextualidade e Interatividade, bem como a inexistência de limitações de armazenamento de informação, potencializam de tal forma a Memória que cremos ser legítimo afirmar-se que temos nessa combinação de características e circunstâncias uma Ruptura com relação aos suportes midiáticos anteriores. Voltamos a insistir que ao fazermos esse tipo de afirmação, estamos a nos referir a possibilidades que se abrem tanto para os Produtores quanto para os Utentes da Informação Jornalística. A realidade da prática jornalística na Web aproxima-se ou distancia -se de tais possibilidades abertas, conforme os contextos e produtos concretos disponíveis hoje na Internet. (PALACIOS, 2002)

Ou seja, a própria hipertextualidade possibilita a formação de um banco de dados de tudo o que é produzido pelos sites de notícias e bancos de dados disponível para consulta a qualquer tempo, formando-se uma memória coletiva (PALACIOS, 2003). Além disso, não há limites de espaço, pois o meio permite a inserção de grande volume de informações e atualização contínua, bem como permite a vinculação de conteúdos uns aos outros por meios de *links* e *tags* facilmente encontrados a partir de buscadores na internet.

Em consonância com as características anteriores, Palacios (2003) cita a atualização contínua e a instantaneidade proporcionadas às narrativas pela tecnologia na qual está inserido o jornalismo digital. Especificamente, o produtor de conteúdos ou o jornalista pode inserir novas informações em uma publicação a qualquer momento, à medida em que novas questões são apuradas ou verificadas. Exemplos comuns são os espaços das “últimas notícias” nos portais de veículos de comunicação. Inicialmente, com tópicos curtos (MIELNICZUK, 2004), a característica tem novos contornos pela oferta de notícias contextualizadas em textos mais longos a partir da inserção do horário de atualização do conteúdo. Além disso, podemos incluir que é verificada também em grandes coberturas, com atualização contínua e instantânea de um fato ou evento, inclusive sob a denominação de cobertura especial. Afinal, como afirma Bradshaw (2014, p. 111), “A velocidade foi sempre algo intrínseco ao jornalismo – a notícia é, afinal, algo novo para alguém – e isto significa ser o primeiro a contar o fato ocorrido à audiência”, tal qual a noção de “tempo real” ou “fetiche da velocidade” de que trata Moretzsohn (2002). Assim, qualquer usuário que tem acesso à internet, e principalmente, que tem um dispositivo móvel, pode estar atualizado de diversas informações a qualquer momento.

Em oposição a essa lógica de produção surge e ganha força o movimento chamado de “*slow journalism*” (GREENBERG, 2007), questionando a falta de investimentos dos veículos de imprensa em narrativas longas de não-ficção. De lá para cá, estudos vem sendo feitos, inclusive no Brasil, buscando conceituações e características. Nickel e Fonseca (2019, p. 18) destacam que “O que é relevante nas discussões levantadas pelo movimento é sua associação a questões éticas emprestadas dos demais movimentos slow”. Tem um caráter político de resistência frente às exigências de produção e consumo veloz, sugerindo um jornalismo não submetido às pressões de publicação contínua e de tempo real.

Por fim, aludimos à característica da ubiquidade, citada por Pavlik (2014). Mais do que o advento da internet, a sua popularização (banda larga, wireless, tecnologia móvel) permitiu uma ubiquidade sem precedentes. Vejamos que para Pavlik (2014, p.160), “a ubiquidade significa ser encontrado em todo lugar”, e no contexto da mídia, significa dizer que “qualquer um, em qualquer lugar, tem acesso potencial a uma rede de comunicação interativa em tempo real”.

A rede estreita a relação entre os cidadãos e os profissionais de mídia, além de ampliar o acesso à informação. E o teórico vai além, citando também que a ubiquidade que todos possam não apenas acessar conteúdos, mas participar e produzir conteúdos com alcance global. Além disso, o conteúdo noticioso emana de uma variedade de fontes cada vez mais ubíquas, incluindo “câmeras de segurança ou vigilância bem como sensores de muitos tipos e formatos, frequentemente ligados à internet” (PAVLIK, 2014, p. 160). Em acordo, ainda cita quatro consequências da ubiquidade para o jornalismo: a emergência do jornalismo cidadão, conteúdo geolocalizado e narrativa imersiva, jornalismo orientado por dados e o declínio da privacidade.

Feito este levantamento teórico em torno das características do jornalismo digital, cabe dizer que tais considerações são importantes para a compreensão de formas de dizer empregadas para atrair a atenção do público diante da oferta abundante de conteúdos em consonância com as possibilidades da rede. Sobretudo, ao explorar nossa observação de que o colunismo contemporâneo tem sido um horizonte de experimentações – e de complexidade na narrativa jornalística digital, seja pela ausência de limites de extensão dos conteúdos ou pelas possibilidades de integração da rede - que rompem com o cânone da categoria dentro do gênero opinativo, nosso *corpus* de análise, como aportamos no capítulo a seguir, dá conta da ressignificação das subjetividades no jornalismo ancoradas na apuração própria do campo e agora densamente contextualizadas nas colunas de opinião de portais de notícia online. Destacamos, ainda, que as publicações analisadas dão conta de um universo conceitual de valores e de movimentos que diferem da prática da mídia hegemônica, apropriando-se, em grande parte, de fatos não-marcados, ou seja, “fatos não imediatamente relevantes para o cânone da cultura jornalística, normalmente desconsiderados pela marcação (pauta) da grande mídia” (SODRÉ, 2009, p. 76), o que direciona os colunistas

a empregarem recursos e uma forma quase que própria de narrar<sup>39</sup> para despertar a atenção dos leitores.

Todavia, antes de adentrar na explicitação de diferentes estratégias narrativas ancoradas nas subjetividades, nos interessa abarcar a importância da contextualização para o jornalismo contemporâneo. Acreditamos que tais artifícios são oriundos de um esforço tanto de conteúdos que se ofertam como mais qualificados, quanto para a captura da atenção da audiência que encontra fartura de informações no ambiente digital, inclusive advindos de não profissionais do campo, como já mencionamos outras vezes, e que igualmente se valem das potencialidades da internet.

#### **4.2 A contextualização no jornalismo**

A contextualização no jornalismo é a tônica das reflexões teóricas a partir deste ponto. Como observamos na seção anterior, é notável que as sete características relacionadas ao jornalismo digital abrem caminho para narrativas cada vez mais articuladas, no sentido da oferta de conteúdos mais extensos, atualizados continuamente e interconectados, de modo que a contextualização ganha evidência nas publicações. O “jornalismo contextualizado” de que Pavlik (2001) trata é aquele que aproveita as potencialidades da internet (hipertextualidade, interatividade, multimídia, instantaneidade/atualização contínua, ubiquidade, memória e personalização). Contudo, a contextualização é um conceito que precede a prática do jornalismo digital, motivo pelo qual entendemos ser necessária uma melhor compreensão acerca do tema para o campo.

Ademais, já adiantando um pouco sobre a reflexão do capítulo do *corpus* de estudo, seja como conceito ou como novo gênero de jornalismo, o contexto/contextualização está presente em extratos do jornalismo contemporâneo, de modo que emergem sentidos de interpretação, técnica de apuração e de mais credibilidade narrativa, entre outras noções que extrapolam as fronteiras do gênero opinativo no qual se inserem as colunas jornalísticas. Sendo assim, cabe um olhar mais

---

<sup>39</sup> A associação de uma escrita mais aprofundada e articulada no jornalismo de Eliane Brum ao *El País* tem sido investigada também, entre outros pesquisadores, pelo viés dispositivos conceituais da epistemologia complexo-compreensiva, sob as vias da argumentação (VIVAR, ABIB, 2018), pois “muito mais do que dialogar com o campo da comunicação, a perspectiva da complexidade pode enriquecer a práxis jornalística “ao ajudar a construir uma narrativa que realmente dê conta das demandas da sociedade contemporânea”, “valorizar as probabilidades de conexões”, “perceber a realidade com suas diversas formas e múltiplos sentidos” (KÜNSCH, 2010, p. 204).

apurado para além do que se entende por “jornalismo contextualizado” do qual Pavlik trata, uma vez que as colunas que integram a presente pesquisa foram publicadas em portais de notícias online, para a importância da contextualização como um dos fundamentos do jornalismo, seja aquele praticado nos suportes online ou em outros formatos.

Diferentes pesquisadores têm se empenhado em verificar e destacar expressões jornalísticas que reforçam a importância da atividade profissional no contemporâneo, como forma de combater a desordem informacional que orbita a era da Pós-verdade. Seja reiterando a guinada em torno das subjetividades, realçando os sentidos de credibilidade que emergem do caráter interpretativo das grandes reportagens (ARAÚJO, 2019; NOBRE, 2018; PERES, 2017), ou argumentando sobre o contexto a contextualização como princípios da atividade jornalística (LÜCKMAN, 2020; ZAMITH, 2011), para citar alguns exemplos com os quais encontramos identificação, a defesa da interpretação em detrimento de conteúdos meramente informativos é notória, tal qual a perspectiva que assumimos em nossa pesquisa.

Por esse viés, entendemos que os limites que definiram as categorias jornalísticas como conhecemos, oriundas ainda da Modernidade, quando o paradigma que vigia era o da racionalidade técnica e da objetividade, se rompem e até se fundem. Isso em busca de narrativas capazes de aproximação e identificação com as audiências que, ao mesmo tempo em que se investem de poder de escolha (e também de dar a conhecer os fatos) se encontram sedentas por filtros capazes de direcionar sua atenção para o que realmente mais importa no “mar” narrativo disponível a todo momento e facilmente ao alcance. É daí que concentramos nossa atenção na compreensão de conceitos fundamentais para a atividade como instituição profissional, os quais nos levam a assumir a perspectiva do jornalismo como uma forma de conhecimento e, desta, para a importância da contextualização nas narrativas jornalísticas, por meio das quais também pontuamos a emergência de estratégias que evidenciam o sujeito que narra como um quesito autenticador de credibilidade e confiança.

A partir de agora, então, passamos a uma revisão teórica em torno do que se entende por notícia, acontecimento, conhecimento, contextualização, entre outros, conceitos tão caros à atividade noticiosa. Lückman (2020), inclusive, fez amplo levantamento em sua tese de doutoramento, que ganhou versão em livro. Todavia, pela importância destas noções internalizadas na prática jornalística, mas muitas vezes subestimadas em seus sentidos nas rotinas de produção, entendemos por bem um

apanhado sintético de autores tradicionalmente difundidos nos estudos científicos e na formação acadêmica de jornalismo.

Para Lage (2012, p. 45) a notícia é o modo mais comum de transmissão da experiência, configura-se assim em uma “(...) articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou”. Sob sua ótica, a construção narrativa se dá a partir do fato mais importante, ressaltando o aspecto mais relevante dos relatos. Entretanto, observa que as notícias se tornaram também, em “(...) artigos de consumo, sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de marketing”.

Genro Filho (2012) indica a notícia como uma categoria jornalística, sendo os fatos a serem relatados o objeto da notícia. Importante considerar que o autor diz que o jornalismo, como uma forma de conhecimento, tem maneiras próprias de perceber e relatar os fatos e acontecimentos, percebendo neste fazer fundamentos e técnicas objetivas, mas também determinações subjetivas, pelas categorias do singular, particular e universal. Este referencial, de certa forma, critica a estrutura da chamada “pirâmide invertida”, a qual considera uma mera operação hierárquica de organização das informações no texto. Enquanto Sodré (2009) ressalta o aspecto da interpretação singularizante do fato jornalístico, que na construção da notícia parte do “fato em bruto” e o transforma em acontecimento.

A noção de interpretação é perceptível em Charaudeau (2013, p. 132), que cita notícia como um “(...) conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado”. Traquina (2002; 2005), por sua vez, indica que as notícias são resultado da conjunção de acontecimentos e textos, na qual há uma participação ativa do jornalista pela observação e construção da realidade. Desta conjunção de acontecimentos e da compreensão de construção da realidade, notamos a interpretação como parte do trabalho jornalístico, no qual pertencem ainda contexto e contextualização. Embora não mais permaneça a noção trazida por Traquina de que a “mídia noticiosa” determine os acontecimentos que terão “direito a existência pública”, é fato que segue tendo importância crucial na sociedade porque as notícias (a mídia noticiosa como instituição/empresa jornalística) interpretam e auxiliam na compreensão dos acontecimentos relevantes para serem discutidos, investigando também os valores-notícia ou segundo critérios de noticiabilidade.

Como aponta Lückman (2020), uma série de conceitos complementares gravita em torno da noção de jornalismo, entretanto, contexto e contextualização parecem



subentendidos nas teorias, sendo que o uso dos termos é naturalizado. A pesquisadora considera que há uma interpretação simplificada da contextualização do acontecimento jornalístico a partir da relação entre o fato central e outros relacionados. Alsina (2009, p. 182), por exemplo, ao enumerar as fases do trabalho jornalístico na construção da notícia, define a contextualização como o estabelecimento de “relações com outros acontecimentos”, etapa esta que, segundo o autor, ocorre junto da “preparação das comunicações finais sobre acontecimentos selecionados”. Junto da contextualização, essa preparação eventualmente também envolve “explicações ou interpretações” e “discussão dos valores de verdade”.

Lückman (2020), por sua vez, problematiza:

Mesmo em trabalhos bastante consistentes e referenciados lançados na última década – como o de Anderson, Bell e Shirky (2013), que descreve o novo “ecossistema jornalístico” e situa entre as novas atribuições do jornalista profissional a tarefa de contextualizar as informações noticiadas em primeira mão por outros agentes –, não há uma descrição minimamente rigorosa do que está implicado na contextualização ou do que se entende como contexto. Também Kovach e Rosenstiel (2010; 2014) destacam a contextualização como missão importante do jornalismo na era da sobrecarga de informação; Fink e Schudson (2014) chegam a identificar uma tendência crescente em jornais norte-americanos de publicar matérias contextualizadas, propondo inclusive que isso justificaria o estabelecimento de um novo gênero jornalístico, o “jornalismo contextual”. O sentido atribuído à ideia de contexto parece consensual e naturalizado, mas, dada a crescente importância que vem recebendo, merece ser abordado de forma mais rigorosa. Não há, entre esses ou outros autores, uma resposta objetiva e pragmática para as perguntas: o que é contexto para o jornalismo? Como o jornalismo contextualiza os acontecimentos? (LÜCKMAN, 2021, p. 14-15)

A crítica merece atenção, especialmente no cenário em que a internet faz proliferar todo tipo de conteúdos, com a entrada de outros atores que não os jornalistas profissionais e das instituições jornalísticas nessa estrutura permeável de produção e disseminação de informações. Além do mais, as características da rede online ao mesmo tempo em que abrem possibilidades de narrativas mais embasadas, também permitem o seu contrário, num fluxo carente de verificações ainda em nome da velocidade (consideramos produtos midiáticos superficiais, bem como sites e blogs mantidos por cidadãos comuns, além da circulação de informações pelas redes sociais igualmente superficial). Sendo assim, vale seguir com os pressupostos e problematizações em torno do que as teorias apontam para a noção de contextualização no jornalismo.

De maneira geral, vimos que a contextualização é conceito naturalizado na prática, embora carente de aprofundamento como um dos princípios do campo. Com o jornalismo digital, o conceito ganha contornos dadas as características da ambiência em

que se situa. Entre as pesquisas realizadas em torno da nomenclatura, trazemos Zamith (2011) que, em sua tese sobre a “contextualização no ciberjornalismo<sup>40</sup>”, destaca que a principal diferença em relação à ideia de jornalismo contextualizado lançada por Pavlik em 2001 é que a contextualização está necessariamente ligada às potencialidades trazidas pelo ambiente hipermediático.

Pavlik (2001) aponta que o jornalismo contextualizado emerge com as potencialidades da internet aplicadas à prática da atividade informativa considerando, portanto, cinco dimensões básicas: alcance de modalidades comunicacionais (utilização simultânea e complementar de diferentes linguagens midiáticas como texto, áudio, vídeo, fotografia, animações, infográficos e outras); linguagem hipermediática; interatividade (potencialização do envolvimento/participação da audiência); conteúdo dinâmico (possibilidade de memória e de atualização constante); e personalização (possibilidade dos usuários configurarem preferências de acesso aos conteúdos). Para o autor, em seu conjunto estas características estão a promover o que, ao nosso ver, podemos chamar de uma complexificação da natureza das narrativas jornalísticas.

O que está a começar a emergir é um novo tipo de narrativa que ultrapassa o romântico, mas inalcançável objetivo da pura objetividade no jornalismo. Este novo estilo oferecerá à audiência uma complexa mistura de perspectivas nas histórias e acontecimentos que será muito mais completa do que qualquer único ponto de vista poderia alcançar. (PAVLIK, 2001, p. 24)

Em acordo, o pesquisador Zamith (2011) defende que o contexto pode adquirir maior importância que a informação inicial que deu origem ao texto (notícia), pois

De nada adianta relatar um facto com esmerada minúcia se o receptor não tiver condições de perceber em que contexto se deu esse facto. Se os constrangimentos de tempo e espaço dos media tradicionais limitam a ação do jornalista no esforço de fornecer ou possibilitar uma adequada, correta e profunda contextualização dos factos, as características únicas da Internet impedem que aquelas limitações funcionem como “desculpa” para o ciberjornalista. Seria de esperar, por isso, que o ciberjornalismo fosse bem mais contextualizado do que o jornalismo tradicional. (ZAMITH, 2011, p. 14)

Canavilhas (2001; 2006, 2014) também associa a contextualização no jornalismo às particularidades da internet as quais, em sua perspectiva, permitem uma nova arquitetura de construção das mensagens. Para o teórico, as rotinas produtivas que embasaram o jornalismo dito “tradicional” através da organização das informações pelo

---

<sup>40</sup> Utilizamos aqui a mesma definição aplicada pelo autor: ciberjornalismo. Em nossa pesquisa, já referimos usar a definição de jornalismo digital para citar a prática na ambiência da internet.

*lead* e pela pirâmide invertida não se aplicam ao jornalismo digital, pois não é pressionado pelas limitações de tempo (pode haver atualização) e de espaço<sup>41</sup>. De outra parte, também argumenta que a heterogeneidade do público não condiz com os critérios de hierarquização das informações por uma ordem de importância que contemple a todos. De modo que a linguagem hipermidiática abre caminhos para a contextualização no jornalismo digital, por meio de uma nova arquitetura de redação e de apresentação dos conteúdos. “No webjornalismo, a quantidade (e variedade) de informação disponibilizada é a variável de referência, com a notícia a desenvolver-se de um nível com menos informação para sucessivos níveis de informação mais aprofundados e variados sobre o tema em análise” (CANAVILHAS, 2006, p. 13)”. E o autor vai além, destacando que “a possibilidade de separar a informação em blocos informativos unidos através de hiperligações abre uma diversidade de itinerários de leitura tão vasta quanto o número de arranjos e combinações possíveis” (CANAVILHAS, 2014, p. 9).

Tomando as palavras de Zamith (2008, p. 33), “em bom rigor, não há jornalismo sem contextualização”. Nos anos de 1980, Tuchman (1986) já alertava para a importância da contextualização, sem a qual a interpretação dos acontecimentos corre o risco de ser deturpada.

Apesar da reprodução reflexiva de notícias, os relatos são apresentados com frequência de maneira indicativa, divorciada do contexto da sua produção. Este aspeto da notícia fica captado pela objetivação dos factos. Um repórter pode citar uma fonte sem indicar como determinada pergunta sugere a resposta da fonte (...). Um informador pode identificar um facto sem explicar que esse facto foi produzido como um pormenor não problemático ou ‘particular’”. “(...) a indicatividade da notícia fica envolta quer pela sua a-historicidade como pela sua lógica do concreto, pela insistente recusa dos informadores a apresentar os relatos no seu contexto situacional em curso: a analisar a relação entre ontem, hoje e amanhã. (TUCHMAN, 1986, p. 8)

Consoante, observamos que essa compreensão deve ser anterior ao exercício de aplicação dos recursos hipermidiáticos:

---

<sup>41</sup> Canavilhas (2014) faz contraponto à metáfora da pirâmide invertida sugerindo, para o jornalismo digital, um modelo em que as informações sejam organizadas numa estrutura que remete a uma pirâmide de lado, ou “pirâmide deitada”. Neste formato, as informações partem de um nível essencial, passando pelos níveis de explicação e de contextualização para, por fim, atingir o nível de exploração. Tudo isso possibilitado pela atualização através dos hiperlinks. Segundo sintetiza Lückman (2020, p. 163), segundo essa proposição, “no primeiro nível de leitura apresenta-se a síntese do acontecimento, respondendo às questões mais essenciais relacionadas a ele: o quê?, quem?, quando? e onde?; no segundo, que é o nível da explicação, ampliam-se as informações para complementos que respondam às questões como? e por quê?, em um único hiperlink interno; já no nível de contextualização, múltiplos hiperlinks abordam outras informações adicionais sobre cada um dos aspectos fundamentais da notícia, seja em formato de texto, vídeo, som, infografia; e no nível de exploração, links externos são fornecidos para que a audiência acesse fontes originais, bancos de dados ou outros tipos de informações complementares”.

Porém, é preciso ressaltar que a compreensão do significado de contextualização, a percepção do que é o contexto no qual o jornalista insere o acontecimento e a clareza da relação entre a contextualização e o processo de construção do conhecimento são passos que devem ser anteriores ao exercício das técnicas de utilização dos recursos de hipermídia. Ou seja, de nada adiantará o jornalista dominar com precisão todas as possibilidades tecnológicas disponíveis para a elaboração de uma matéria em meio digital se ele não tiver a real dimensão da importância do acontecimento que vai reportar, das perguntas que emergem desse acontecimento para além daquelas mais básicas, do que esse acontecimento pode impactar socialmente e de que questões ainda poderão permanecer para serem respondidas em matérias futuras. (LÜCKMAN, 2020, p. 165)

Visto isso, cabe trazer a proposta conceitual elaborada por Lückman (2020) a partir da reflexão dos autores aqui abordados e de outros em sua pesquisa:

Entendo como contexto o recorte da realidade relacionado ao acontecimento jornalístico que será representado simbolicamente como notícia. A depender das escolhas do sujeito jornalista, esse recorte pode ser mais amplo ou menos amplo; essa variação pode depender também de seus referenciais epistêmicos e ideológicos, das peculiaridades do meio onde a notícia será publicada ou das possibilidades empíricas de alcance do fragmento a ser recortado. Já a contextualização é o processo de articulação complexa de elementos que, na construção da notícia, busca situar o acontecimento jornalístico dentro do recorte da realidade à qual pertence, com o estabelecimento do maior número possível de conexões entre esse acontecimento e os elementos relevantes a ele relacionados, partindo dos aspectos singulares e identificando informações conexas, pertinentes e consistentes que contribuam para ampliar a compreensão crítica do tema, possibilitando, assim, a produção de conhecimento. (LÜCKMAN, 2020, p. 193)

Seja como organização do fluxo de informações (cada vez mais excessivo e desordenado na ambiência da internet), seja como característica que pode ser percebida como um (novo) estilo jornalístico ou como um de seus princípios básicos, entendemos que contextualizar é fundamento da prática jornalística que ganha relevância para a atividade no contemporâneo. Aliás, a breve revisão teórica aponta que a contextualização no jornalismo pode ser entendida tanto no sentido das condições de produção no jornalismo, da qual emerge a discussão sobre as transformações técnicas e tecnológicas sobre o trabalho dos jornalistas, quanto em sentido mais amplo que compreende os antecedentes históricos e o cenário social do acontecimento. Para nossa pesquisa, a contextualização vista pelo caráter de interpretação e explicação, mais precisamente voltadas ao trabalho intelectual do jornalista e à produção de conhecimento social, é o que mais interessa.

Sendo assim, deste entendimento partimos para um próximo passo, no qual a reflexão sobre a contextualização está vinculada à importância do sujeito que narra no

processo de construção da realidade e à produção de conhecimento. Ademais, este percurso teórico considera as transformações do cenário de produção, na qual as instituições jornalísticas perdem a centralidade do processo de informar os cidadãos, estes que agora têm ampliadas as possibilidades de participação no cenário de produção e circulação das informações. Por isso, como já mencionamos no capítulo teórico inicial deste trabalho, as emergências das quais derivam o jornalismo participativo (ou outras nomenclaturas) e a atividade de *gatewatching*, devido à multiplicação das fontes sem tradição especializada no tratamento de notícias, espalhadas agora em escala mundial, tornam a atividade dos profissionais (ainda mais) relevante como filtros e direcionadores da atenção do público.

### **4.3 Jornalismo, contextualização e conhecimento**

O jornalismo enquanto instituição é um fenômeno da Modernidade, quando da sua consolidação como empresa capitalista, da qual derivam modos de fazer e características tais quais conhecemos no contemporâneo, embora sejam evidentes a erosão de fronteiras conceituais, objeto de nosso estudo. Todavia, é sobre esta influência histórica que os jornalistas adquiriram uma identidade própria, com um *ethos* específico. Berger e Luckmann (2013) sublinham que junto com a formação de hábitos, que se deu no processo de institucionalização, ocorreu também a demanda de atores específicos para a execução de tarefas também específicas. Desse modo, concebem que o mais importante para a solidificação de uma instituição é o reconhecimento dela por parte da sociedade enquanto tal e a sua historicidade, pois “as instituições têm sempre uma história, da qual são produtos” (BERGER; LUCKMANN, 2013, p. 77).

Traquina (2005) denomina de tribo jornalística estes atores que se unem a partir dos valores-notícia partilhados entre seus membros e uma cultura marcada por uma “forma de ver” em comum. Inclui que a partir desta institucionalização, com uma identidade profissional compartilhada e com a definição da credibilidade como capital simbólico, o jornalismo constrói um tipo de conhecimento sobre o mundo. E esses saberes apresentam especificidades na forma de sua construção, no conteúdo colocado em circulação e na maneira como a sociedade o interpreta.

Apenas para entendimento, sem a intenção de esmiuçar teorias quanto à discussão sobre o jornalismo como uma forma de conhecimento, referimos os principais teóricos listados nas pesquisas no Brasil. Desta forma, citamos Genro Filho (2012), que

na década de 1980 difunde sua teoria de estudo a partir da perspectiva pioneira na asserção de que o jornalismo é uma forma de conhecimento do sociólogo e jornalista norte-americano Robert Ezra Park<sup>42</sup> (1864-1944) e, contemporaneamente, as pesquisas de Meditsch (1992, 1997, 1998, 2008, 2010).

Ambos, em suas pesquisas, consideram os postulados de Park, que distingue o “conhecimento de” (“*acquaintance with*”), que é utilizado no cotidiano e pode ser entendido como familiaridade com as coisas - e onde está incluso o senso comum -, e um “conhecimento sobre” (“*knowledge about*”), que refere-se ao conhecimento sistemático e formal, obtido por meio de um método científico. Genro Filho desenvolveu sua teoria com apoio nas categorias hegelianas do universal, particular e singular para definir o modo de conhecimento produzido socialmente pelo jornalismo. Aliás, sua concepção percebe o jornalismo como um produto da sociedade ou, em outras palavras, pelo desenvolvimento da indústria da informação junto com a Modernidade, dos meios de produção e do modo de vida decorrente desses processos. Assim, o jornalismo surge como “(...) uma nova modalidade de apreensão do real, condicionada (...) pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e analisados subjetivamente (...) e, logo após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico” (GENRO FILHO, 2012, p. 41).

Vejamos que pela via do jornalismo como uma forma de conhecimento ou como construção social da realidade o binômio objetividade-subjetividade segue presente e reivindica a noção de contextualização ante à pura separação em categorias que isolam informação e opinião/interpretação. Como analisa Genro Filho,

Se fosse possível o relato estritamente objetivo de um fato somado apenas às impressões puramente pessoais, a tese da objetividade estaria, no fundamental, correta. (...) Seria possível um jornalismo ‘imparcial’ (...), desde que a subjetividade (individual) ficasse confinada a certos parâmetros, que não impedissem o público de distinguir o diamante bruto que seriam os fatos objetivos por baixo das sobreposições emocionais do redator. (...) os próprios fatos, por pertencerem à dimensão histórico-social, não são puramente objetivos (GENRO FILHO, 2012, p. 43; 45)

E mais, para Genro Filho (2012, p.45), “não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu

---

<sup>42</sup> PARK, Robert. A Notícia como Conhecimento: Um capítulo da Sociologia do Conhecimento. Trad. Bras. In STEINBERG, Charles: Meios de Comunicação de Massa: São Paulo, Cultrix, 1940.

significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião e o julgamento”. Dessa forma, as categorias (singular, particular e universal) expressam dimensões reais da objetividade e, segundo o autor, podem servir para representar as modalidades históricas do conhecimento, de acordo com as mediações que estabelecem entre si. As três dimensões coexistem nos fenômenos e relacionam-se dialeticamente. Observa-se, em sua visão, que o critério jornalístico de uma informação está indissoluvelmente ligado à reprodução de um evento pelo ângulo de sua singularidade, todavia, o conteúdo da informação vai estar associado à particularidade e universalidade que são delineados pela subjetividade do jornalista.

A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediaticidade compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. (...) Para o jornalismo, a singularidade, além de não ser arbitrária é um ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular. (GENRO FILHO, 2012, p. 168)

O singular é, então, a estrutura interna que dita a forma do jornalismo, na qual estão dissolvidos o particular e o universal. Por outras palavras, a particularidade “remete à contextualização do acontecimento, e à universalidade, pela qual se evocam os valores e a visão de mundo que orientaram a produção do texto jornalístico” (LÜCKMAN, 2020, p. 93). Por oportuno, sublinhamos a contextualização a que remete a particularidade, com vistas ao estudo do colunismo. É possível dizer da ressignificação da categoria pela interpretação e pela contextualização, não mais pelo caráter de ineditismo. De maneira geral, o formato não é o primeiro a dizer sobre um assunto, mas a observá-lo pelas interpretações possíveis.

Em consonância com Genro Filho (1987), observamos que, a rigor, todo jornalismo lida com sensações. Neste lastro da “imediaticidade compartilhada” e da “experiência vivida” aludimos ao teor testemunhal do qual vamos tratar na sequência, também como sintoma do fenômeno da emergência das subjetividades no contemporâneo. E, ainda, lançando mão do teor testemunhal das narrativas jornalísticas, evocamos a autoridade do jornalismo (e dos jornalistas) como instituição e seu compromisso com a verdade.

Meditsch (2008), por sua vez, amplia a discussão para a perspectiva das maneiras pelas quais o jornalismo pode, tanto produzir quanto reproduzir

conhecimentos originários de outras instituições sociais. Com o teórico, é possível afirmar que o jornalismo se diferencia como forma de conhecimento por atuar com o objetivo de comunicabilidade clara, de divulgar informação da atualidade sem utilizar linguagem especializada de outros campos. Diferente da ciência não trabalhar com hipóteses, mas com pautas obtidas por meio de um recorte da realidade; e tem sua força na revelação de fatos singulares e não no estabelecimento de leis universais. Isso através da descrição da singularidade dos acontecimentos que a constituem e a sua exposição ao público em tempo hábil para sua utilização.

Ao rever teorias de Genro Filho e Park, Meditsch faz uma análise sobre as características que afirmam o jornalismo como uma forma de conhecimento. Assim segue observando que

Ao utilizar a distinção entre “conhecimento de” e “conhecimento sobre”, o primeiro sintético e intuitivo, o segundo sistemático e analítico, dentro da tradição do pragmatismo, Robert PARK observa que o Jornalismo realiza para o público as mesmas funções que a percepção realiza para os indivíduos. Conforme Nilson Lage (1992:14-5), o Jornalismo descende da mais antiga e singela forma de conhecimento – só que, agora, projetada em escala industrial, organizada em sistema, utilizando fantástico aparato tecnológico”. Adelmo Genro Filho (1987:58), outro pesquisador brasileiro que se debruçou sobre esta questão, também ressalva que o Jornalismo como gênero de conhecimento difere da percepção individual pela sua forma de produção: nele, a imediaticidade do real é um ponto de chegada, e não de partida. Esta ressalva é importante para se discutir os problemas do Jornalismo como forma de conhecimento e de seus efeitos. No entanto, ao se fixar na imediaticidade do real, o Jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental. A partir dela, pode-se questionar até que ponto o Jornalismo como modo de conhecimento pode ser rigoroso. O conhecimento do senso comum foi até bem pouco tempo desprezado pela teoria, uma vez que toda a ciência moderna se constituiu com base na sua negação. Mas, na medida em que as ciências humanas passaram a valorizar a observação do cotidiano para o desvendamento das relações sociais, o que era visto como “irrelevante, ilusório e falso” começou a aparecer não só como um objeto digno de consideração pela teoria do conhecimento mas, em última análise, como o seu objeto principal (Santos, 1988:8). (MEDITSCH, 1997, p. 6)

Conforme Berger e Luckmann (1966), o senso comum pode ser percebido como o mundo que é comum a muitas pessoas, uma “atitude cognitiva percebida como natural”, um conhecimento partilhado nas rotinas da vida cotidiana. Entretanto, fazem a ressalva percepção da realidade como dominante por via desse entendimento do conhecimento do cotidiano. E observam que “A linguagem comum de que disponho para a objetivação de minhas experiências funda-se na vida cotidiana e conserva-se



sempre apontando para ela mesma quando a emprego para interpretar experiências em campos delimitados de significação" (BERGER; LUCKMANN, 1966, p. 44).

A este ponto, Meditsch (1997) pondera que é o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura ao jornalismo como modo de conhecimento tanto a sua força como a sua fragilidade:

É frágil, enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público, nele incluídos cientistas e filósofos quando retornam à vida cotidiana vindos de seus campos finitos de significação. Em consequência, o conhecimento do jornalismo será forçosamente menos rigoroso do que o de qualquer ciência formal mas, em compensação, será também menos artificial e esotérico. (MEDITSCH, 1997, p. 7)

Em outra aparente crítica, o pesquisador indica para o entendimento de que, como todo conhecimento, o senso comum não é tão democrático como sugere o termo, pois cada campo de conhecimento é compartilhado por um “auditório” específico, um determinado público.

A questão dos auditórios, assim como a dos campos lógicos, estabelece diferenças entre o modo de conhecimento das ciências e do Jornalismo. A linguagem formal dos cientistas justifica-se por sua universalidade, a universalidade ideal de seu auditório. Porém, esta universalidade será igualmente formal, uma universalidade de direito mas não de fato, uma vez que esta linguagem só circula por determinadas redes e cria uma incomunicação crescente entre os dialetos das diversas especialidades. (...) Já o ideal de universalidade do Jornalismo caminha em outra direção. O auditório universal que idealmente persegue refere-se a uma outra rede de circulação de conhecimento, constituída pela comunicação para devolver à realidade a sua transparência coletiva. (MEDITSCH, 1997, p. 7)

Desta forma, Meditsch (1997) defende que uma das principais justificativas do jornalismo é a comunicabilidade eficiente em vista deste auditório idealmente perseguido, deixando de lado as linguagens formais e exotéricas partilhadas no senso comum da ciência. Por outro lado, acrescenta que a prática é atravessada por contradições, especialmente por sofrer condicionamentos como o status de mercadoria.

A contradição principal do Jornalismo, tal como é praticado em situações como a brasileira, é ser, por um lado, produção social de conhecimento – portanto, atividade intrinsecamente criadora – e, por outro, uma mercadoria produzida industrialmente para gerar lucros às empresas privadas que controlam esta produção – portanto, atividade submetida. Por não poderem produzir eles próprios o produto que vendem, as empresas se veem obrigadas a contratar produtores de conhecimento – jornalistas – que precisam ter um determinado senso crítico para exercer com competência suas funções, mas

ao mesmo tempo esperam que esse senso crítico não se volte contra elas – seus interesses privados – e suas formas de dominação. (MEDITSCH, 2012, p. 96)

Ainda que se tenha ciência de que a realidade apresentada pelo jornalismo é sempre uma versão, a não transparência dos critérios de decisão envolvidos, assim como a espetacularização e a necessidade de velocidade nas rotinas de produção, são apontadas por Meditsch (2008, 2010) como um dos principais problemas do jornalismo como processo de conhecimento. Também, as particularidades da prática jornalística, abordadas anteriormente, interferem na produção deste conhecimento específico, nas versões que ele produz sobre a realidade.

Fica evidente, contudo, nos postulados de Meditsch (1997), que o jornalismo também produz uma forma de conhecimento que contribui para construir a realidade tanto quanto a ciência, mas de maneira diferente, pois opera no campo do senso comum:

Como toda a forma de conhecimento, aquela que é produzida pelo Jornalismo será sempre condicionada histórica e culturalmente por seu contexto e subjetivamente por aqueles que participam desta produção. Estará também condicionada pela maneira particular como é produzida. (MEDITSCH, 1997, p. 10)

A este ponto dos postulados teóricos, aludimos que conhecimento e contexto são noções indissociáveis. Meditsch (1997, p. 11) corrobora dessa afirmação, ao “(...) ressaltar que o conteúdo do jornalismo, ao estar preso ao senso comum, está também necessariamente vinculado a um contexto. O texto só adquire sentido dentro de um contexto”.

Pelo exposto, a potencialidade do jornalismo como forma de construção do conhecimento social se dá na reconstrução dos eventos singulares e na ampliação da sua significação pelo contexto particular em que a notícia se dá. Ainda, como menciona Lückman (2020), a contextualização da informação constrói uma leitura crítica da realidade oferecida ao público. Dessa maneira, acrescentamos que a relação entre jornalismo, contextualização e conhecimento se dá pela significação das informações, cujo princípio se deu nas escolhas dos jornalistas.

Cabe citar, uma vez mais, Meditsch (1997), segundo o qual considerar o jornalismo mais do que um meio de comunicação, e sim como uma forma de conhecimento, requer mais exigência sobre seus conteúdos e também sobre a formação profissional dos jornalistas, igualmente considerados produtores e reprodutores de

conhecimento. Tomando tal defesa, aludimos que os jornalistas, atores mencionados no início deste tópico, embora investidos de um método (em busca de uma pretensa objetividade e neutralidade), de técnica e expertise próprias da atividade – e, portanto, de autoridade narrativa, conforme já expusemos anteriormente –, devem ser tomados enquanto sujeitos com um grau de subjetividade no processo de leitura crítica da realidade que o profissional faz para a construção das notícias.

A partir de então, assumindo a perspectiva do jornalismo como uma forma de conhecimento indissociável do contexto e da contextualização, o próximo tópico de reflexão é a consideração do sujeito que narra, considerando as subjetividades que permeiam o processo de construção das notícias. Em articulação com estas conjunções, o contexto contemporâneo parece também fazer emergir novas ofertas de sentido pela evidência daquele que narra e as estratégias narrativas adotadas nas diferentes categorias jornalísticas, entre as quais colunismo. Da elevação do poder de voz (MOTTA, 2013) percebemos escolhas que rompem com as definições dos formatos classificados na Modernidade, cotejados pelo ideário positivista, técnico, racional e objetivo. Sendo assim, para seguirmos para a exploração destas estratégias ancoradas na ênfase do “eu” que narra no jornalismo, entendemos por bem fazer uma recuperação sintética quanto à escala dos níveis de voz que acabamos de citar, a qual já exploramos em nossa dissertação de Mestrado<sup>43</sup>. Mais especificamente, relacionamos a escala dos níveis de voz que tem sua hierarquia complexificada no contemporâneo pela evidência do eu que narra –, ou seja, o segundo narrador que é o jornalista – e também as características que o jornalismo digital fez despontar, à percepção de que estão imbricadas as estratégias que vemos proliferar nas narrativas jornalísticas que vamos explorar na amostra de análise do colunismo em portais de notícias online.

#### **4.4 O sujeito que narra: poder de voz e intenções narrativas**

Motta (2013) ressalta que a comunicação narrativa faz parte de um jogo de co-construção da realidade, no qual os sentidos não emergem apenas dos conteúdos, mas também de artifícios discursivos colocados em prática em um ato comunicativo em contexto. É o narrador quem dispõe do poder de voz. Ele organiza, encadeia, hierarquiza o discurso, dá pistas ao seu interlocutor por meio das quais pretende que seu

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1669>

discurso seja interpretado. “Entretanto, ele faz isso em uma situação de comunicação na qual está em constante processo de interlocução com o seu destinatário” (MOTTA, 2013, p. 211-212), o que implica influências recíprocas. Isso ocorre mesmo na comunicação de massa, em que o destinatário tem interferência mínima.

No caso do jornalismo, é o jornalista que, em tese, organiza o discurso, a partir de recursos de linguagem narrativa, sempre com algum propósito, deixando “evidente a importância do narrador, agente que enuncia a narrativa, seu ato de enunciação e as instruções de uso que repassa ao seu interlocutor” (MOTTA, 2013, p. 211).

Em acordo, Resende (2009) argumenta que é fundamental ampliar o olhar para a narrativa jornalística como discurso, para sua dimensão relacional, não se detendo ao conteúdo, com “reflexões que partem dos conceitos de objetividade e imparcialidade, exemplos de estudos que se dedicam a pensar os conceitos que têm servido para definir o fazer jornalístico” (RESENDE, 2009, p. 35). Em sua visão, é preciso romper com as dicotomias, especialmente diante das transformações próprias da contemporaneidade, como o avanço tecnológico e das tecnologias de informação e de comunicação que propiciou a entrada de outros atores na produção e disseminação de informações, a mediação das relações.

Em se tratando de narratividade – espaço que não sobrevive de dicotomias como opinião/informação/interpretação ou objetivo/subjetivo, para tratarmos somente de algumas das noções com as quais opera a epistemologia dominante no jornalismo –, um dos aspectos que prevalece diz respeito à ordem própria da vida: não ser estanque. A narratividade – e aí vale pensar a discursividade em seu sentido ampliado – busca conhecer as falas, inclusive nas suas dissonâncias, com suas respectivas personagens, naquilo que elas também apresentam de contraditório. Ela busca reconhecer, além de tudo, o contexto em que os fatos se dão, sempre no intuito de redimensionar os acontecimentos. Na perspectiva de uma análise da narrativa, por exemplo, podemos perceber o quanto as verdades também se revelam nos interditos e nos espaços aparentemente menores. (RESENDE, 2009, p.89)

Por esse ponto de vista nos parece importante a alusão às contribuições de Motta (2013, p. 120), pois considera que “As narrativas só existem em contexto e, para cumprir certas finalidades situacionais, sociais e culturais, não podem nunca ser analisadas isoladamente”. Com o autor, também destacamos a Análise Crítica da Narrativa (ACN), em especial atenção para o primeiro e o terceiro sentidos de narrativa apontados por Genette (1995): o como se conta e o quem conta. Nesse sentido, o estudo das vozes narrativas proposto pelo pesquisador permeia nossa investigação, que também

considera os postulados teóricos que indicam uma reconfiguração na negociação do poder de voz nas narrativas jornalísticas, com base numa perspectiva plurivocal<sup>44</sup>.

Com apoio nas ideias de Genette (1998), Motta (2013) busca a distinção das várias vozes nas narrativas contemporâneas. E toma por base a enunciação jornalística como produtora de narrativas polifônicas e polissêmicas, esclarecendo que “disputa de voz são jogos de um poder às vezes tangível, mas invisível e sutil na maior parte das vezes, que os atores sociais disputam palmo a palmo”; assim como diz que “os inúmeros atores sociais envolvidos na enunciação pública procuram assim expressar suas vozes e seus pontos de vista de acordo com os seus interesses”. Destarte, são “vozes e poderes de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a versão dos acontecimentos no mundo imediato” (MOTTA, 2009, p. 219).

Consideramos que as transformações no campo da produção das narrativas jornalísticas se dão em acordo com o que muda também na relação com a audiência. É por isso que trazemos à baila a questão da análise dos níveis de poder de voz de Motta, que igualmente é afetada por tais reconfigurações, de modo a reiterar a importância daquele que narra como sujeito com técnica e expertise para tal.

Ao propor a análise, Motta (2013) situa que a narrativa jornalística é uma construção discursiva na qual há vários mediadores. Em primeira instância há o jornal, emissora ou portal, que a veicula, cada suporte com seus interesses e comerciais e ideológicos. Depois, há a mediação pelo corpo de profissionais que atuam no veículo, os quais hierarquizam a apresentação dos fatos, bem como enquadram e posicionam os protagonistas de acordo com os seus valores pessoais e profissionais. Além disso, o texto é permeado pelas falas nos personagens diversos, com citações diretas e indiretas, nas quais trazem as suas percepções acerca dos acontecimentos que presenciaram ou vivenciaram. De tal forma, veículos, profissionais e personagens estão em constante negociação política e simbólica. É neste contexto de pontos de vista e de interesses contraditórios dos atores sociais envolvidos na enunciação que o autor avança na

---

<sup>44</sup> Como bem sintetizou ARAÚJO (2019, p. 56) em sua análise acerca de atos de objetivação e de subjetivação no jornalismo, “Plurivocalidade e polifonia são conceitos cuja origem, na Análise do Discurso (AD), remonta aos estudos de Mikhail Bakhtin à obra dostoiévskiana. Bakhtin atribui polifonia à obra de Dostoiévski pela “multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos, que se combinam numa unidade de acontecimento” (BAHKTIN, 2013, p.5)”.

Também seguimos em acordo com o que diz a pesquisadora: “Contudo, no caso do uso específico do termo neste estudo, a plurivocalidade é citada em referência aos estudos de Motta (2013), que, por sua vez, dada sua filiação aos estudos narrativos (e não à AD), atribui a noção de polifonia a Ricoeur (1983). O significado do termo, de modo geral, se mantém: plurivocalidade implica presença de múltiplas vozes.” (ARAÚJO, 2019, p. 56)

proposição de distinguir o poder de voz, quem narra nas narrativas jornalísticas, no embate diário pela construção da verdade.

Segundo pontua Motta (2013, p. 221-222), a narrativa jornalística

(...) é fartamente intertextual porque nela se manifestam vozes que identificam a presença de vários narradores atuando simultaneamente na configuração das histórias narradas. As histórias jornalísticas são, por isso, polissêmicas: cada notícia ou reportagem oferece uma multiplicidade de vozes e de interesses que abre uma multiplicidade de interpretações. São, portanto, também polifônicas: várias histórias se entrecruzam em uma única reportagem ou sequência de reportagens sobre determinado tema, revelando inúmeros pontos de vista e visões de mundo decorrentes dos diversos interesses que nela interferem e das sutis negociações que têm curso em sua produção.

É nesse emaranhado de vozes que Motta (2013) indica que é preciso observar as relações de conflitos e negociações entre os atores envolvidos – empresa/jornal – profissionais – personagens – para revelar os poderes que delas resultam. Na busca por delimitar essas vozes, Motta (2013) sugere uma escala dos níveis de poder na narração jornalística, a partir de um diagrama concebido por Genette.

Nesse modelo os três níveis de domínio se manifestam através de “uma escala de subordinação relativamente nítida” (MOTTA, 2013, p. 233), segundo o qual o Primeiro-narrador é o veículo (jornal, revista, portal, telejornal). Este detém o maior poder de voz, inclusive sobre o jornalista, que é o Segundo-narrador. O narrador-jornalista, por sua vez, detém mais poder em relação às personagens que são, no caso, o Terceiro-narrador.

A performance enunciativa do Segundo-narrador é “tecer os fios da história de acordo com a sua interpretação dos papéis e das posições das personagens em conflito. Seu poder decorre de sua capacidade para selecionar e posicionar os atores sociais e transformá-los em personagens” (MOTTA, 2013, p. 229). Sua negociação flui para cima e para baixo, com base em seus valores pessoais, profissionais e os interesses do jornal ao qual está subordinado e, ainda, de acordo com a sua negociação com as fontes.

Na hipótese de Motta (2013) o produto jornalístico é, então, resultado de uma permanente negociação entre os interesses do veículo, dos jornalistas e das fontes (posteriormente personagens). Essa negociação nem sempre é explícita, mas são acirradas e “implicam o poder de reter a voz e dominar a versão hegemônica em cada relato que se torna público. (...) Jornal e jornalista são também atores deste jogo de poder, onde entram com seus interesses próprios” (MOTTA, 2013, p. 224).

Embora o poder opere predominantemente de fora para dentro, essa relação nem sempre é linear, uma vez que o poder simbólico é continuamente negociado. “O Segundo e o Terceiro narradores possuem, cada um, força política própria e manobram astutamente artimanhas que põem em prática um contrapoder em cada momento” (MOTTA, 2013, p. 226).

O autor adota uma perspectiva integrada na disputa que ocorre nos espaços midiáticos, desvelando, então, quem detém o maior poder:

Vejo a narrativa jornalística como uma arena discursiva na qual os atores sociais atuam como agentes ativos de uma disputa pelo poder simbólico, cada qual detendo certo capital e poder, e exercendo-o conforme as oportunidades. Esse poder não é uniforme, porém. Ele flui hierarquicamente de fora para dentro da história relatada, conforme uma subordinação de vozes. O jornal, Primeiro-narrador, detém maior poder que os jornalistas, que por sua vez detêm um poder maior que as personagens. Mas essa hierarquia não é exercida linearmente, como já expliquei. Os atores negociam ininterruptamente um sutil poder de voz e cada qual faz prevalecer, na medida em que cada situação de comunicação permite, o seu próprio ponto de vista e o enquadramento que deseja tornar público. (MOTTA, 2013, p. 233)

Diante disto e das reflexões teóricas que antecederam esta etapa, é possível afirmar que também a relação em torno dos níveis de poder de voz sofre reconfigurações, de modo que há uma ascensão da voz do Segundo-narrador, o jornalista. É o que pretendemos ressaltar em seguida a partir de estratégias alicerçadas na evidência do “eu” que narra. Tal afirmativa não é sem precedente. Já expusemos em nossa dissertação<sup>45</sup> de Mestrado a elevação do jornalista enquanto narrador a partir da análise de um livro-reportagem. Na análise, consideramos que essa reconfiguração se dá pela emergência daquele que narra a partir da constatação de que isso ocorre pela perspectiva da periodicidade. Ou seja, a escala proposta por Motta (2013) considera uma aplicação para veículos de periodicidade diária, onde as pressões da rotina produtiva e de tempo constroem mudanças na hierarquia das vozes, o que não acontece no caso do livro-reportagem, quando o *deadline* editorial é mais extenso, pois incita maior aprofundamento do conteúdo como pressupõe o formato jornalístico. Ao

---

<sup>45</sup> A dissertação “Narrativas jornalísticas contemporâneas e as vozes que narram em “O Olho da Rua, de Eliane Brum”, defendida em junho de 2017, explora as complexificações que emergem das vozes que narram no livro-reportagem a partir da evidência da jornalista na apresentação dos bastidores de produção das reportagens que integram a publicação. A jornalista ao fazer a própria crítica permite a identificação de uma reconfiguração na hierarquia da escala do poder de vozes e desta posição emergem novas ofertas de sentido acerca do narrador e do conteúdo das publicações. <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1669>

que podemos relacionar também com o colunismo contemporâneo, segundo nossa amostra empírica, já que este formato vem dando espaço para narrativas menos factuais, no sentido de trazer assuntos da ordem do dia, para trazê-los à tona numa espécie de curadoria em torno dos acontecimentos e aprofundamento temático em torno dos desdobramentos, relações possíveis e contextualização.

Além do mais, outros pesquisadores também chamam a atenção para a reconfiguração na hierarquia de vozes. Soster (2015) pondera sobre as reconfigurações de ordem processual na emissão de vozes narrativas em função da periodicidade do diálogo dos dispositivos com seu público-alvo, como no caso do livro. Tanto jornais diários como, por exemplo, livro, “são geridos, em termos de processos, por uma hierarquia produtiva composta, de um lado, por organizações, que interferem hierarquicamente nas demais instâncias narrativas, caso dos repórteres, e assim sucessivamente” (SOSTER, 2015, p. 28).

Assim, se, na instância apresentada por Motta (2013), a interferência tende a ser mais incisiva do primeiro para o terceiro narradores, essa lógica é diferente quando muda a periodicidade. Soster (2015), então, lança mão de alguns questionamentos, entre os quais, “o que ocorre em modelos de relatos jornalísticos em que a periodicidade não interfere em sua forma de ser, caso dos livros-reportagem e das biografias de natureza jornalística?”.

O pesquisador aponta que “nestes casos, ainda que o primeiro-narrador (organização) se faça igualmente presente, a hierarquia na emissão de vozes parece se reconfigurar” (2015, p. 29). Então, com base no modelo já proposto por Genette (1988) e adotado por Motta (2013), tem-se a perspectiva de que

Como não há, no caso dos livros, exigência de processos produtivos repetitivos, caso do que ocorre com um jornal diário, em decorrência da periodicidade, que não existe usualmente no caso dos livros, podemos pensar que a voz do segundo narrador (jornalista) ganha uma relevância igual ou superior ao primeiro narrador (organização), e que ambos seguem falando “mais alto” que o terceiro narrador. (SOSTER, 2015, p. 30)

Reiteramos, então, a compreensão de uma potencialização do segundo narrador, que passa a exercer influência diferenciada sobre o primeiro e o terceiro narradores. Desta ascensão de poder de voz emergem estratégias que proliferam nas narrativas jornalísticas, as quais em breve vamos elencar de modo a perceber as subjetividades envolvidas e a busca pelo (re)estabelecimento da relação de confiança e de credibilidade



com os leitores, abalada no contexto do já citado “excesso informativo” e da Pós-verdade. Essas técnicas narrativas, semelhante às reflexões que propusemos ao longo deste trabalho, seguem embasadas numa crítica à pura objetividade narrativa em busca do relato de uma pretensa realidade única e totalitária.

#### **4.4.1 Indícios para o rompimento de dicotomias e categorizações**

O esboroamento de fronteiras conceituais no que diz respeito aos formatos e gêneros do jornalismo em nossa pesquisa passa pela identificação do que podemos chamar de manobras narrativas embasadas na evidência daquele que narra e, por consequência, nas subjetividades imbricadas nestas estratégias que proliferam no contemporâneo. Acreditamos que a investigação desta hipótese está alinhada com as reflexões que propusemos em torno das noções de jornalismo como forma de conhecimento, da importância da contextualização na atividade noticiosa e da centralidade do sujeito que narra na construção da realidade (e do conhecimento social). Tal trajetória perpassa, antes de tudo, as considerações em torno das transformações que têm provocado crise e ressignificações nas narrativas jornalísticas ao longo dos anos - e que no contexto contemporâneo, dando ênfase ao lugar do “eu”, evocam diferentes posturas de enunciação do discurso jornalístico e ofertas de sentidos ao público por meio de conteúdos mais interpretativos e contextualizados. A esta visão, sugerimos uma oportuna aproximação com a perspectiva da epistemologia complexo-compreensiva de Künsch, conforme já discorremos.

Em consonância com o arrazoado que explica nosso percurso teórico de investigação acerca da erosão de fronteiras conceituais no campo do jornalismo, cabe mencionar que também mantivemos em vista incursões exploratórias em torno do jornalismo contemporâneo. Também as publicações de artigos no decorrer da elaboração desta tese e que em diálogo com outros pesquisadores quando da participação em eventos reconhecem a importância das subjetividades e estratégias decorrentes, assim como da necessidade cada vez maior da contextualização no jornalismo. Assim, como já nos aproximamos da etapa de análise do nosso *corpus* de estudo em que vamos detalhar procedimentos metodológicos, é oportuno observar que nossas escolhas de pesquisa seguem de um lado as pistas de postulados teóricos tradicionais e, de outro, as emergências que se estabelecem pelas diferenças

identificadas no contemporâneo, mantendo em vista a postura narrativa presente em nossa amostra de colunas.

Pois bem, a reflexão sobre a dicotomia entre objetividade e subjetividade nas narrativas jornalísticas permeia os capítulos porque são fundamentais na configuração das práticas da atividade noticiosa ao longo dos tempos e é primordial na análise do extrato do colunismo a que nos propusemos. Inclusive, Motta (2013, p. 54) defende que no contemporâneo o “retorno das narrativas ao cenário intelectual é resultado de uma guinada paradigmática das ciências sociais e cognitivas rumo à linguagem e interpretações intersubjetivas tomadas como processos de instituição e constituição do mundo”<sup>46</sup>.

Com base nas reflexões e contrapontos que realizamos nos capítulos anteriores, aqui as subjetividades não são tomadas em oposição ao ritual estratégico que não prescinde da objetividade como método, mas como agregadoras de sentidos na busca por um relato mais fidedigno à realidade dos fatos e de oferta de condições de interpretação e tomada de decisão acerca dos acontecimentos pelo leitor. Agora, então, não se trata de dizer da objetividade ou da subjetividade para a configuração de um modelo de jornalismo como instituição ou negócio, bem como de formatos específicos, mas de estratégias narrativas que, paradoxalmente, dilatam as fronteiras construídas ao longo dos anos.

Seguimos, portanto, para o que entendemos como estratégias narrativas ancoradas nas subjetividades do sujeito que narra pelo viés da produção de sentidos, segundo o que diz Motta (2013, p. 120-121):

As narrativas são dispositivos argumentativos produtores de significados e sua estruturação na forma de relatos obedece a interesses do narrador (individual ou institucional) em uma relação direta com o seu interlocutor, o destinatário ou audiência. (...) É impossível desconsiderar as manobras e artimanhas discursivas decorrentes das intenções do autor/narrador na análise, sejam elas conscientes ou inconscientes.

Ao encontro deste pensamento, também declara a importância e o dinamismo da narrativa jornalística:

---

<sup>46</sup> Há cerca de um século, e mais particularmente nas últimas cinco décadas, assistimos ao que alguns filósofos chamam de giro ou ‘virada linguística’ (*the linguistic turn*): a filosofia abandonou gradualmente o seu antigo objeto, a metafísica, e deu uma guinada rumo à linguagem fazendo dela o seu objeto principal. O giro linguístico concedeu à linguagem um papel fundamental na experiência humana. A linguagem passou a ser considerada intrínseca ao próprio pensamento. É possível situar esse movimento no contexto da busca pelo significado, que se tornou o objeto maior da filosofia contemporânea. (MOTTA, 2012).

A narrativa jornalística se constrói simultaneamente às ações que narra. Sua singularidade é configurar-se sempre no tempo presente. Torna-se, por essa razão, uma narração dinâmica, sujeita a intervenções de narradores plurais, suas estratégias discursivas projetam marcas subjetivas no enunciado, na perspectiva e enquadramento. Narrador e autor se confundem, são entidades menos fictícias, sujeitos aos procedimentos técnicos e comerciais da comunicação jornalística, protagonistas ativos da narração que se entrelaçam com o histórico. Outras vezes, personagens assumem o papel de narradores dentro da história. O ato narrativo jornalístico é, na verdade, lugar de disputa pela voz, onde os antagonismos se enfrentam por versões consistentes que persuadem os destinatários. (MOTTA, 2009, p. 12)

Nosso estudo, portanto, compreende a “guinada afetiva do jornalismo”, como sugerido por Peres (2017), pois não considera tal percepção como uma fase histórica ou um novo movimento na prática midiática – como a noção autoral no jornalismo literário ou *New Journalism* -, ainda que os contextos influenciem as práticas (HALL, 2009). Perceber a guinada afetiva em diferentes categorias e gêneros jornalísticos como, pressupomos ser um fenômeno, uma revisão de procedimentos narrativos como uma consequência do rompimento de fronteiras conceituais no contemporâneo (e nesta pesquisa especialmente relacionada a uma ressignificação do columnismo – e do gênero opinativo) nos faz pensar sobre o lugar do sensível da experiência em narrativas menos marcadas pelas convenções do regime realista advindo do positivismo e sua extrema racionalidade técnica.

Como diz Sodré (2006, p. 13), significa defender que a construção das narrativas jornalísticas se dá também a partir de “poderosos dispositivos de afeto” e não apenas e unicamente desde uma medida lógica e racional. Na esteira do “diálogo dos afetos” de Medina (2008, p. 109), “o corpo por inteiro abre a sensibilidade para a intuição criadora que, por sua vez, mobiliza a razão complexa para uma intervenção transformadora”, nos voltamos para a ambiência de um jornalismo que, ao criar outros sentidos para o mundo, é capaz de criar identificação com o outro e de se (re)conectar com o público a partir de artimanhas enunciativas que potencializam um “fazer-sentir”.

Como diz Resende (2009, p. 40),

Sob essa perspectiva, tem-se como premissa o fato de que o ato jornalístico, em sua dimensão complexificada, pressupõe um exercício dialógico. E, neste caso específico, o dialógico que se manifesta no texto. Tal busca, certamente, implica reconhecer o dissenso que se constrói no texto, ou o conflito, para fazer referência ao espaço em que se inserem as narrativas nos dias atuais (RESENDE, 2008b). Nesse lugar, contrária à noção de um discurso formatado que explica o mundo, trabalha-se com a ideia da construção de uma narrativa que está em processo. Para tal efeito, fala-se de uma necessária dialogia, quando o que se pretende é considerar as possibilidades do encontro.

Repensar o ato jornalístico, portanto, implica conceber, nele, a coexistência de atores, tanto os que o provocam como os que são por ele provocados; um processo, por excelência, relacional. Esse pressuposto ressignifica a atitude dos sujeitos que participam do ato, percebendo-os no encaixe de uma expectativa de compreensão — bem sucedida ou não — sem abrir mão da heterogeneidade na qual eles se inscrevem. O jornalista escreve para alguém e, necessariamente, escreve porque quer ser compreendido. O leitor, por sua vez, lê e busca por um gesto que o faça compreender o fato. Como agentes da ação, esses sujeitos não se fazem exclusivamente de um único lugar, o de locutor ou ouvinte, pois são, ao mesmo tempo, a fala e a escuta, produtos/produtores de atos comunicativos.

A corporeidade, nesse sentido, pode ser pensada como aspecto relacionado às impressões do repórter, do jornalista. Embora direcionada ao olhar para a categoria das reportagens, Marocco (2018) dá pistas importantes sobre a configuração do corpo do profissional como um fator diferenciador na construção da pauta, principalmente durante a experiência de ida a campo. Por esse viés, alude ao “autor-repórter” como aquele que

(...) abre mão da clássica posição de distanciamento obtida com a “objetividade jornalística”, herdada do cientificismo, apresentando-se como um corpo que se coloca no lugar de emergência do acontecimento, se expõe à experiência, reconhece a alteridade e descreve suas sensações. Sob essas novas condições de possibilidade, o repórter toma para si o desenvolvimento de uma relação de comunicação que possibilitará a participação do outro como indivíduo ativo, não somente fonte da informação. (MAROCCO, 2018, p. 9)

Além disso, a revisar “apagamento do corpo e das sensações do jornalista” (MAROCCO, 2008, p. 11), a pesquisadora reflete que o “autor-repórter” “se apropria do corpo como dispositivo da experiência sensorial que move a sua prática”, de modo que “não interessa ouvir somente declarações das fontes para cumprir a pauta, mas fazer funcionar os sentidos do tato, da visão, da audição em uma relação de cognição afetiva entre seres humanos”. De outra parte, Marocco (2004) endossa que isso não quer dizer abrir mão dos fundamentos epistemológicos de apuração, de objetivação dos fatos e acontecimentos que, historicamente, marcam o jornalismo. Antes, e principalmente, trata-se de alargar os princípios e os valores que norteiam a prática, de modo que sejam menos confinados ao espaço de racionalidade e controle.

Aqui observamos que há uma compreensão, a partir das reflexões propostas tanto no aspecto teórico quanto no reconhecimento de transformações de ordem prática, de que os artifícios enunciativos que derivam dos novos modos de fazer jornalismo no contemporâneo, especialmente pela entrada de diferentes atores no campo, o que afetou

a credibilidade das notícias enquanto instituição profissional e especializada para tanto. Daí que o negócio, as empresas jornalísticas e seus profissionais têm se visto obrigados a se reinventarem e ressignificarem suas práticas, assim como a buscarem maneiras de se (re)aproximarem das audiências, reiterando a importância do fazer jornalístico especializado nestes tempos de caos informativo. Quer dizer, dada a emergência de um público mais ativo e participativo e a multiplicação de vozes que agora tem poder de produzir e disseminar informação, disputando espaço com o jornalista, os desafios para o jornalismo estão postos.

Embora presentes nos diversos formatos narrativos, a percepção pode ser mais evidente em algumas categorias, inclusive para o público leigo no que diz respeito às definições de forma e linguagens características de cada meio. Fechine (2008), ao abordar os telejornais, defende que a credibilidade é influenciada diretamente pela confiança que os espectadores depositam nos seus apresentadores. Assim, “constroem sua imagem numa constante tensão entre a propalada exigência de ‘objetividade’ e imparcialidade da prática jornalística e a autopromoção e glamourização inerentes à televisão” (FECHINE, 2008, p. 69).

Piccinin (2019), também mencionando a produção jornalística audiovisual, acrescenta que no contemporâneo o jornalista tem se apresentado como repórter e ator da enunciação ao passo que testemunha e narra a experiência, pondo-se agora “em direção à autoralidade da narrativa”, o que nos leva para o conceito de atorização, de Fausto Neto, que, junto com a autorreferência, já citamos como uma das características da midiaticização no capítulo inicial da tese e agora retomamos como principal referencial teórico para dizer das estratégias narrativas ancoradas na evidência daquele que narra no jornalismo.

O preâmbulo acima, então, contém pistas sobre como se dão as estratégias de subjetividades ancoradas naquele que narra no jornalismo. Além disso, endossa a percepção de que, contemporaneamente, nos diferentes formatos jornalísticos há estratégias de enunciação que rompem com o contrato que vinha embasando a prática, dissimulada nos princípios da “imparcialidade e objetividade dos fatos” (PICCININ; ETGES, 2014) numa lógica não necessariamente contrária, mas adicional às subjetividades.

A partir daqui nosso esforço de investigação aponta para estratégias que indicam o rompimento do embate no binômio objetividade-subjetividade no jornalismo e, por consequência, a diluição das categorizações vigentes. Assim, a análise que propomos

pode sugerir, numa hipótese ousada de pesquisa surgida com o avanço da reflexão teórica, a construção de um novo *ethos*<sup>47</sup> do jornalista-colunista. Ou, até mais, supor um novo pacto de confiança do jornalismo para com a audiência, bem como evidenciar a urgência da contextualização no cenário de disputa entre profissionais e outros atores - que não os jornalistas - que ingressaram na produção e oferta de informações com as possibilidades abertas pela internet e as facilidades das tecnologias de informação e comunicação. Essa percepção, requer, portanto, a compreensão de procedimentos narrativos em que métodos e expressões objetivas podem conviver em harmonia com as subjetividades manifestadas nos narrativas jornalísticas, inclusive no colunismo, diluindo categorizações e fronteiras conceituais próprias dos gêneros.

Ainda, frente às marcas subjetivas projetadas nos enunciados e também posturas de subjetivação cada vez mais evidentes a partir da permissão da ascensão do narrador-jornalista, cabe evocar a já referenciada autoridade narrativa dos jornalistas (ZELIZER, 1992; SOUZA, 2004), tomando o discurso jornalístico como produtor de sentido e difusor de narrativas providas de status de verdade. Ou, por outro lado, agentes de poder ou “agentes especializados” (BOURDIEU, 1998), uma vez que os jornalistas personificam a credibilidade através de suas próprias construções narrativas. Pois bem, sé é na prática jornalística que a autoridade é construída, como postula Zelizer (1992), a partir deste reconhecimento, passamos a destacar estratégias em que essas noções exacerbam sentidos de (mais) credibilidade às narrativas. Quer dizer, sendo os jornalistas em sua identidade profissional reconhecidos pela autoridade narrativa e, portanto, pela perícia e pela legitimidade para contar a verdade acerca dos fatos e acontecimentos, as manobras discursivas projetam intenções de conferir mais veracidade às versões para persuasão da audiência frente à disputa de atenção no contemporâneo, sejam estas decisões de enunciação do discurso jornalístico tanto ancoradas em técnicas objetivas de apuração, como na manifestação das subjetividades.

Por oportuno, reiteramos o jornalismo como forma de conhecimento e, sobretudo, (mais) atento à contextualização e interpretação dos conteúdos. Referimos o jornalista enquanto mediador qualificado e tomamos, portanto, a abordagem sugerida por Sandano (2015) na qual o jornalismo como forma específica de conhecimento vai além do registro dos acontecimentos do cotidiano para a articulação do caos informativo contemporâneo. “O jornalista seria assim, caracterizado como um autor necessário para

---

<sup>47</sup> O conceito de *ethos* remete “à configuração de caráter por meio do qual o orador conquista a confiança da plateia com vistas à sua persuasão” (FECHINE, 2008, p.72).

a realização da mediação qualificada que permite o diálogo e, conseqüentemente, o endossamento democrático” (SANDANO, 2015, p. 29).

Sobretudo, como nosso objetivo é o olhar para as colunas jornalísticas em portais de notícias, verificando uma possível diluição de fronteiras conceituais que esse cenário da comunicação faz desafiar, queremos estabelecer de que maneira esta categoria do gênero opinativo deixa de caber no enquadramento em sua designação original. O que pressupomos é que quando se trata de jornalismo, a opinião não é meramente opinião, uma vez que no contemporâneo, para além dos marcadores objetivos que o conferem caráter de realidade e de verdade, o colunismo é potencializado pelo embasamento, contextualização e evidência de técnica jornalística. Ademais, o olhar para as colunas jornalísticas caminha no sentido do entendimento de que, se nas redes online o público busca uma identificação consigo mesmo, então que a busca de informação (ou de afirmação de crenças pessoais como sugere a Pós-verdade) seja direcionada a conteúdos confiáveis e não a meras falas descontextualizadas. Ainda, cabe esclarecer que não direcionamos nossa apreciação empírica para o viés ideológico dos colunistas, mas em análise crítica (qualitativa) das narrativas, em acordo com o viés teórico que revisamos ao longo dos capítulos anteriores.

Dito isso, o próximo passo é o detalhamento mais prático, com suporte em descrição teórica, de estratégias narrativas que rompem com o viés estritamente racional do jornalismo. A identificação destas táticas por assim dizer, junto com o reconhecimento das transformações no campo do jornalismo e que afetam os diferentes formatos, bem como de semelhanças e diferenças que se estabelecem quanto à categoria específica do colunismo no contemporâneo, são importantes para os procedimentos de análise do corpus de pesquisa que vem a seguir.

## 5 ESTRATÉGIAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NO COLUNISMO CONTEMPORÂNEO

Para efeito de manter claro o caminho de pesquisa, o que nos trouxe até aqui foi uma revisão teórica para dar conta do entendimento das transformações na sociedade, as quais levaram à configuração do contexto da produção jornalística contemporânea e da propagada crise do modelo jornalístico como negócio e na relação com o público. Para tanto, iniciamos os capítulos com a compreensão de uma mudança de paradigmas, desde as ideias iluministas e a instituição de uma racionalidade técnica e positivista que incidiram sobre o jornalismo e seus modos de narrar, para o viés das subjetividades. Num segundo momento, tratamos mais especificamente das narrativas jornalísticas, reconhecendo como se estabeleceu a separação entre informação e opinião, bem como se fixaram os muros conceituais em torno dos formatos e gêneros jornalísticos, com destaque para o gênero opinativo e a categoria do colunismo. Isso porque, embora haja uma mudança de paradigma em curso na sociedade e, conseqüentemente, de experimentações em torno de valores-notícia e *modus operandi*, a definição das categorias oriunda da Modernidade vige na transição para o contemporâneo. Sendo assim, uma visada teórica acercando o objeto de estudo, os jornalistas e suas colunas em portais de notícias online.

Assim, é importante conhecer a gênese para poder identificar as semelhanças e as diferenças que se estabelecem no contemporâneo. Por isso, o terceiro movimento de reflexão trata de abarcar a ambiência da internet e as implicações para o jornalismo. Nesse aspecto, em conexão com a epistemologia complexo-compreensiva e as reflexões sobre a retórica da objetividade e da subjetividade no jornalismo, a adoção do jornalismo como forma de conhecimento, a reivindicação da contextualização na prática noticiosa e a ascensão do poder de voz do jornalista no contemporâneo nos conduzem ao presente momento da investigação.

A partir daqui, assumimos a perspectiva de um jornalismo de subjetividades mais pronunciadas e da evidência do sujeito que narra rumo à oferta de sentidos (na produção e no consumo de notícias) como premissas para a condução da análise empírica do colunismo. Segundo Motta (2013, p. 196), ao oferecer pistas para a análise de narrativas realistas, “a retórica dessas narrativas estimula um permanente jogo entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor”. Para tanto, acionamos uma breve discussão teórica para a reivindicação das subjetividades sem, no entanto, abrir



mão da objetividade e de procedimentos técnicos de apuração que são princípios da atividade, pois esta reflexão já foi acionada no capítulo anterior. Ademais, como vimos, em vez de uma relação opositiva, subjetividade e objetividade são complementares, indicando abertura (e quem sabe a necessidade) de um jornalismo complexo (MORIN, 2007).

Este percurso também abarca uma síntese para assimilação da questão do teor testemunhal da atividade jornalística tendo, de um lado, o testemunho como técnica de apuração objetiva e, de outro, as manifestações das quais emergem o “eu” que narra e as subjetividades decorrentes, este que é nosso fio condutor da investigação sobre a ressignificação do colunismo contemporâneo. Com embasamento teórico em torno da evidência do sujeito que narra no jornalismo, identificamos estratégias das quais emergem subjetividades e ofertas de sentido em troca com o receptor, com destaque para textos que evidenciam a primeira pessoa do singular e do plural.

A partir de então, adentramos nos procedimentos metodológicos e na análise empírica propriamente dita. O *corpus* de pesquisa é composto por um recorte de colunas assinadas pela jornalista Eliane Brum, para o *El País*, e pela jornalista, professora e pesquisadora Fabiana Moraes, para o *The Intercept Brasil*, como explicitamos detalhadamente mais adiante.

## **5.1 A subjetividade como método**

O jornalismo estabeleceu seu cânone maior nas bases da objetividade, no apenas relatar os fatos, sob influência do paradigma moderno-positivista para iluminar áreas obscuras para a sociedade, como já discutimos. Também já discorremos sobre as separações entre opinião e informação e as categorizações que as construções simbólicas operadas na racionalidade dominante dos modos de objetivação jornalística impuseram ao campo. Assim, “Ciência e Jornalismo são formas sociais de conhecimento, desenvolvidas e condicionadas historicamente pelo desenvolvimento da sociedade capitalista” (MEDITSCH, 1992, p. 54).

Em acordo com as transformações no contexto da sociedade, também as narrativas, incluindo as jornalísticas, sofrem interferência, de modo que contemporaneamente as subjetividades antes permitidas em categorias específicas agora proliferam e, inclusive, são reivindicadas como “ferramenta para uma virada epistêmica e política para a prática jornalística” (MORAES, 2019, p. 12). A negação da função

democrática do conhecimento do jornalismo, aliás, tem sido alvo de crítica no âmbito das pesquisas:

Um dos pressupostos a ser amplamente criticado na produção do conhecimento, na epistemologia dominante, é a necessidade de se impor uma separação entre fatos e valores. Tal separação nega a função política do conhecimento, ao idealizá-lo como passível de neutralidade, e estrutura uma racionalidade em que a razão teria qualidades transcendentais e universais, ou seja, fora da experiência corpórea. Além disso, parte de um pressuposto de sujeito universal, parâmetro de credibilidade (tanto social quanto científica e jornalística) que orienta os valores e as formas de classificação dos sujeitos, as práticas sociais e constitui hierarquias. (MORAES, 2019, p. 12-13)

Por outras palavras, Moraes (2019) sustenta que os processos jornalísticos, mesmo que orientados por técnicas e rotinas produtivas em busca de neutralidade, são gerados por sujeitos e estes são atravessados pela subjetividade. De tal modo, o jornalismo de subjetividade (MORAES, 2015) é um “método para produção de narrativas, que pode ser considerado para a manutenção do campo, focando suas peculiaridades e sua dimensão humana” (MORAES, 2018, p. 143).

Dessa maneira, em consonância com a reivindicação da pesquisadora, aderimos à proposição de um jornalismo de subjetividade, em que objetivo e subjetivo não se excluem, mas se complementam. Ou seja, propondo um rompimento com a noção de neutralidade e imparcialidade no qual o jornalismo se assenta epistemologicamente, o ideal seria “(...) uma objetividade que integra a subjetividade, que sinaliza os significados possíveis a partir de uma visão que se constitui a partir de sistemas de percepção ativos que constroem traduções, interpretações e modos específicos de ver” (MORAES, 2019, p. 14).

Esta perspectiva que intervém pela tradução e interpretação dos fatos e acontecimentos e que inscreve “o sujeito como central nos processos cognitivos de leitura da realidade” (MORAES, 2019, p. 14) é o que delinea nossa investigação, pressupondo que a evidência do “eu”<sup>48</sup> que narra conduz a novas ofertas de sentido para

---

<sup>48</sup> O ato de reportar em primeira pessoa vem do século passado. Um dos expoentes é João do Rio, no Brasil, que aplicou às crônicas da cidade as técnicas de apuração das reportagens e efeitos estéticos de sentido. Todavia, na Modernidade a assunção do eu era relegada a espaços específicos dos jornais, sendo as notícias tanto mais credíveis na medida em que fossem mais apartadas de impressões daquele que narra. Agora, a alta concentração de escritos não-ficcionais em primeira pessoa, na contemporaneidade, para Martinez (2008) reflete a “hiperindividualização” da sociedade, tanto no jornalismo literário quanto na “literatura de realidade”, o que trava uma discussão complexa pela problematização de conceitos como verdade, opinião, imparcialidade, objetividade e subjetividade. Ora, por já termos referido bastante a este respeito, é oportuno seguir para a explicitação de como se dará a descrição de indícios de rompimento com os binarismos que há muito acompanham o jornalismo para a sustentação de práticas embasadas nas subjetividades a partir da evidência do sujeito que narra.

aquele que lê/consome as narrativas jornalísticas. Citando Medina (2014), embora a teórica aluda às reportagens, sua percepção pode ser alargada à prática jornalística como um todo, inclusive para o que observamos no colunismo contemporâneo. A autora declara que as marcas dos sujeitos partícipes subvertem também os métodos de apuração, de modo que a experiência sensível do contato possa afetar a rotina técnica, pois “(...) o método do questionário em uma entrevista, com a pré-pauta estabelecida e os resultados previsíveis, cai por terra na interação humana criadora de um encontro sem cartas marcadas” (2014, p. 43).

No mesmo tom, Resende (2006, 2007, 2009, 2011, 2014) problematiza a narrativa jornalística como contribuição para nosso modo de ver o mundo, sendo ela lugar de relação e de produção de conhecimento. De forma que defende “um caráter menos tomado pelo senso comum que a entende de uma perspectiva conteudística apenas como sendo a história contada” como atitude necessária que se constitui também em um desafio para a sobrevivência do jornalismo como instituição e, por que não dizer, para o modelo de negócios.

Retomando a concepção de Medina (2014), um jornalista se torna um “agente da produção simbólica” da contemporaneidade quando as marcas da subjetividade no processo da atividade noticiosa não se verificam apenas no produto final, mas também nas rotinas, o que se dá pela competência técnica, na conduta profissional que passa pela sensibilidade e ética; assim como no conteúdo, através da estética apurada. Assim, Medina defende que a subjetivação dessas condições constrói as bases do repórter contemporâneo e que, em nosso ponto de vista, emergem como característica elementar independente do formato do conteúdo. Desta forma, o colunismo contemporâneo tem sido ponto de aprofundamento em nossa pesquisa, justamente por diferir do modelo tradicional opinativo para se mostrar com conteúdos cada vez mais densos, contextualizados e interpretativos numa lógica estética capaz de ressignificar a categoria dentro do gênero opinativo. Ou seja, complexifica o viés subjetivo para o que pressupõe Medina ao descrever as bases do repórter contemporâneo ao profissional capaz de associar a técnica (expertise) à demanda por uma “racionalidade complexa” e não fragmentada; à ética uma “cumplicidade afetiva no lugar de um pretenso distanciamento ou neutralidade; e à estética uma marca de autoria em vez de padronização pela objetividade pura.

Motta (2013), por sua vez, propôs o método que denominou de Análise Pragmática da Narrativa<sup>49</sup> ao reivindicar para o jornalismo o seu caráter narrativo. Para Motta, as narrativas são “uma prática humana universal, constituidora de nossas experiências mais profundas e transcendentais, assim como nossas experiências mais felizes ou amargas” (MOTTA, 2012, p. 31-32). Sendo, portanto, o ato de contar e recontar narrativas algo que dá sentido à vida, Motta (2013) sustenta que o jornalismo é lugar de excelência para produzir e estudar narrativas, especialmente reconhecendo que “o retorno das narrativas ao cenário intelectual é resultado de uma guinada paradigmática das ciências sociais e cognitivas rumo à linguagem e interpretações intersubjetivas tomadas como processos de instituição e constituição do mundo” (2012, p. 54), ou seja, a busca do significado.

Tomando essas concepções, aludimos aos postulados da análise pragmática da narrativa de Motta (2013) para efeito da exploração empírica das colunas que compõem o *corpus* da tese. Entre os movimentos de análise empírica sugeridos, o autor destaca as estratégias argumentativas para que um analista possa, a partir do texto, inferir pistas de efeitos de real e deduzir efeitos estéticos de sentido:

Toda narrativa é um permanente jogo entre os efeitos de real (veracidade) e outros efeitos de sentido (a comoção, a dor, a compaixão, a ironia, o riso, etc.), mais ou menos exacerbados pela linguagem dramática. As narrativas realistas utilizam uma linguagem referencial para vincular sempre os fatos ao mundo físico, mas criam incessantemente efeitos catárticos, como na ficção. A retórica dessas narrativas estimula um permanente jogo entre as intenções do narrador e as interpretações do receptor. É quase sempre polissêmica, polifônica, híbrida, transitando contraditoriamente nas fronteiras entre o objetivo e o subjetivo (...). (MOTTA, 2013, p. 196-197)

Motta (2013, p. 200) adverte que, “ainda que não sejam a realidade, as narrativas jornalísticas, históricas e biográficas têm veracidade, recorrem a recursos de linguagem para parecerem factuais, objetivas e verdadeiras. Produzem o efeito de real, a veracidade”. Para tanto, algumas estratégias de objetivação são consideradas, tais quais: a referenciação de lugar, de tempo, de transparência, de autoridade; identificação de

---

<sup>49</sup> A metodologia de Motta sugere a análise da construção de significados através de seis movimentos: a reconfiguração do acontecimento jornalístico, a identificação dos conflitos e episódios funcionais, a construção de personagens, as estratégias comunicativas - de objetivação (efeitos de real) e subjetivação (efeitos poéticos) -, o contrato cognitivo implícito entre jornalistas e audiência e os significados de fundo moral. Para efeito de nosso estudo interessa, especialmente, a compreensão do contrato cognitivo implícito entre jornalistas e audiência, tendo em vista o reconhecimento da autoridade narrativa dos jornalistas e, de outra parte, as estratégias de objetivação e de subjetivação que, em nossa perspectiva, não são antagonistas e assim ampliam a oferta de sentidos das narrativas, podendo contemporaneamente ressignificar os formatos jornalísticos frente às categorizações ainda vigentes e oriundas da Modernidade.

lugares e de personagens; citações de fontes/uso de aspas; dados numéricos e infográficos, entre outros. São estratégias que fazem parte de um ritual, de uma rotina técnica (TUCHMAN, 1999) que, ao mesmo tempo em que buscam conferir objetividade e imparcialidade na apuração também são referenciados pela autoridade para dizer: “(dimensão de poder técnico, perito ou político) que autentica e legitima a relação” (MOTTA, p. 201).

No que diz respeito à identificação dos efeitos estéticos (de subjetivação), Motta (2013) descreve a necessidade do leitor ou do analista estar atento aos jogos de sentido, às intenções do narrador e às interpretações que podem emergir do texto. Como pistas de análise, às quais incluímos a evidência do “eu” que narra cada vez mais presente no texto, indica a observação de verbos de sentimento, catárticos, de conselho; presença de adjetivos e locuções adjetivas afetivas; uso de exclamações, reticências e repetições, assim como de ênfases e ironias, conteúdos implícitos e silêncios. E alerta para o contexto, pois “o texto é o ponto de partida para a análise, mas representa apenas o elo entre um narrador e um destinatário em contexto, para produzir significado” (MOTTA, 2013, p. 120).

Quando trata da análise pragmática da narrativa jornalística, Motta (2008) sublinha, no quarto movimento que trata das estratégias comunicativas, que o narrador-jornalista, em busca do discurso objetivo, é, por natureza, discreto. De tal forma, o jornalista estaria sempre em processo de de-subjetivação do real e, assim, a retórica jornalística trata sempre de dissimular as estratégias narrativas. E adverte:

Estudar as narrativas jornalísticas é descobrir os dispositivos retóricos utilizados pelos repórteres e editores capazes de revelar o uso intencional de recursos lingüísticos e extralingüísticos na comunicação jornalística para produzir efeitos (o efeito de real ou os efeitos poéticos). Neste sentido, afirmamos que o jornalismo é uma linguagem argumentativa e não há um estilo jornalístico, mas sim uma retórica jornalística. Quem narra tem sempre algum propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística. (MOTTA, 2008, s/p )

Sendo assim, é preciso considerar as manobras e artimanhas discursivas decorrentes do narrador, sejam elas conscientes ou inconscientes, pois, como reforça Motta (2013, p. 121), “as narrativas criam significações sociais, são produtos culturais inseridos em certos contextos históricos, cristalizam as crenças, os valores, as ideologias, a política, a cultura, a sociedade inteira”. Portanto, (...) tomar o texto como ponto de partida e buscar as conexões inerentes que o geraram não pode prescindir da

análise do contexto. O texto e suas significações são o nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar (...) (p. 211)”. O caminho, como aponta Motta (2013), é a busca do sentido. Quer dizer, os autores, no caso os jornalistas-colunistas, fazem uso de dispositivos discursivos de acordo com suas intenções na construção de narrativas. O que se conta, assim, é uma versão da história ou do fato, pautada em ideologias e intenções. Quando se trata de jornalismo, por sua vez, essa construção decorre de rituais e técnicas de apuração e redação às quais também são impregnadas de intenções.

Dito isso, reiteramos nossa adesão ao olhar para as subjetividades decorrentes da evidência do “eu” que narra e, para além disso, a perspectiva de um jornalismo complexo (MORIN, 2007) a ressignificar o colunismo contemporâneo por meio de narrativas ainda mais embasadas nas subjetividades, mas agora com ofertas de conteúdo mais interpretativos e contextualizados, como demonstramos na análise que segue adiante. Como próximo passo, contudo, esclarecemos alguns aspectos da investigação acerca da emergência do “eu” que narra, questão condutora da análise empírica da presente pesquisa.

## **5.2 O “eu” que narra: testemunho, retórica e ícone de verdade no jornalismo**

Então, assumindo a perspectiva da subjetividade com vistas a um jornalismo complexo, precisamos ainda esclarecer quanto ao aspecto do testemunho na prática jornalística, o qual nos leva para o exame das narrativas com ênfase na evidência do “eu” que narra. Assim, se tomamos o entendimento de Seligmann-Silva (2005), o testemunho é uma necessidade, uma atividade elementar, especialmente pela necessidade de dizer sobre um trauma, o que aciona também os dizeres de Sarlo (2007) ao propor uma “guinada subjetiva” no campo do jornalismo. Podemos relacionar também com o reconhecimento do narrador, de Benjamin (1987), quanto ao ato de narrar a experiência de vida ou relatos de viagens. Por outro lado, colocam o testemunho como o depoimento de alguém que se coloca como um terceiro, entre duas partes.

Na prática jornalística, a ambiguidade também se faz presente. A máxima da “testemunha ocular da história” embasa a ideia de objetividade na prática, como sinônimo de boa apuração como parte de um ritual estratégico (TUCHMAN, 1999) de checagem a partir também de critérios de noticiabilidade e de valores notícia. Todavia,

entendemos que há muito mais por trás da aparente neutralidade escondida nos dados e na técnica, visto que assumimos a perspectiva de que a verdade é sempre uma construção, um recorte entre muitos possíveis da realidade (SODRÉ, 2009), de modo que vislumbramos no extrato do jornalismo contemporâneo que analisamos uma construção narrativa contextualizada e interpretativa que, acreditamos, conduz a um recorte mais fidedigno aos fatos e seus desdobramentos. E, ao mesmo tempo, possibilita ao leitor as condições para o entendimento do cotidiano e acontecimentos, com insumos para que construa a sua própria perspectiva e posicionamento acerca do noticiado.

Como um “ritual estratégico”, a objetividade é uma espécie de defesa contra determinados riscos da atividade diante das escolhas ditas objetivas – os procedimentos técnicos - no processo de construção das notícias. Tuchman (1999, p. 112) declara que o apelo à objetividade é “quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos”. Assim, a objetividade - e o testemunho neste contexto herdado, por princípio, da era moderna – não são garantias de uma assepsia total entre os fatos e as subjetividades do profissional.

Nesse sentido, o conceito de testemunho costuma estar relacionado a uma “matriz de verdade presumida”, ocupando lugar de autoridade no campo do jornalismo. Nada mais é do que um viés positivista, pois o jornalista então é aquele “que traz a verdade em sua fala porque esteve presente no lugar de ocorrência do fato como um terceiro” (CASADEI, VENÂNCIO, 2012, p. 220). Todavia, Seligmann-Silva (2005) alerta para o fato de que a noção de “testemunho objetivo” sucumbe diante da noção de o testemunho corresponde a uma “experiência” e que esta última só vem à tona pela linguagem. Sendo assim, o testemunho mesmo no jornalismo ocupa mais do que um lugar meramente técnico em busca da objetividade, pois “o testemunho alimenta-se da necessidade de narrar e dos limites dessa narração (subjetivos e objetivos, em uma palavra: éticos)” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 40).

Zelizer (2007) avança para o testemunho acionado para legitimar a autoridade do jornalista, por sua presença no local do acontecimento e, portanto, com competência para narrá-lo. De outra parte, Serelle (2012) indica a experiência subjetiva e relatos singulares cada vez mais recorrentes pelo uso da primeira pessoa no contemporâneo “em relatos de circunstância, sejam eles, por exemplo, reportagens jornalísticas ou textos das mídias sociais, em que a vivência já vem à tona narrada” (SERELLE, 2012, p. 84).

Atenta a essa reflexão, em sua pesquisa Peres (2020, p. 52) pontuou quatro modos de olhar para a questão do testemunho no jornalismo observando, a partir de Seligmann-Silva (2003), o fato de que “não existe um gênero nas obras que apresentam um ‘teor testemunhal’” e que “o testemunho reúne elementos que se referem tanto ao universo factual quanto ao ficcional”. De modo que considera que “localizar jornalismo nessa esfera também passa por um embaralhar de fronteiras, um jogo de aproximação e distanciamento com o real”. Por esse reconhecimento, as quatro observações quanto ao modo de pensar o testemunho dizem respeito a estratégias narrativas, assim como observamos em nossa pesquisa acerca do colunismo. Segundo Peres (2020), então, o testemunho pode ser observado “pela primeira pessoa do relato de experiência” em que narra a partir da sua própria experiência; “pela primeira pessoa da co-presença”, mostrando discretamente sua presença no acontecimento, mas de forma que o foco se mantenha no sujeito outro da narrativa; “pela primeira pessoa da autoria”, em que a autorreferencialidade o exacerba a condição de dizer de si mesmo, caracterizando um lugar de autor; “pela primeira pessoa da aproximação”, ou seja, primeira pessoa do plural, em que o “nós” coloca o narrado junto do leitor, com a finalidade de aproximação.

Assim como pontuou a pesquisadora, observamos que essas categorizações não são rígidas e podem coexistir em uma mesma narrativa, nem pretendem abarcar todas as manifestações. De toda forma, são uma maneira de identificar a emergência de sentidos a partir da evidência daquele que narra e, em nossa pesquisa, reiteram a emergência das subjetividades em relatos cada vez mais contextualizados e (mais) oferta de sentidos de verdade em relatos cujo sujeito que narra atesta sua presença, sua experiência ou sua expertise acerca do narrado.

Assumimos que testemunhar, no jornalismo, pode ser tanto a possibilidade de o jornalista viver uma experiência ou assisti-la para depois contar quanto a reconstituição de um fato a partir da experiência de terceiros ou daqueles que assistiram para depois contar. De um jeito ou de outro, tendo acesso privilegiado ou não ao acontecimento, participando ou não do evento, é na narrativa – como já vimos – que o efeito de presença se configura. Isso é o que nos permite dizer que no processo jornalístico são testemunhas o jornalista, as fontes e o próprio espectador, que se torna testemunha pelo testemunho de outros, mas também o texto que possibilita que os sujeitos se façam presentes imaginariamente no acontecimento.



Tomando essas aproximações com nossa pesquisa, o que mais nos interessa é discutir acerca das estratégias em que o “eu” que narra se apresenta de maneira mais evidente, como parte do relato jornalístico e ingressando com novas ofertas de sentido para aquele que lê, ou seja, a emergência de subjetividades que rompem com as fronteiras conceituais próprias dos gêneros jornalísticos, como o caso do colunismo contemporâneo. Vejamos o que indica Serelle (2009), no lastro da “guinada subjetiva” de Sarlo (2007), sobre as reportagens em primeira pessoa, nas quais a subjetividade se faz como “lastro testemunhal”. A autora diz que nestas “a perspectiva do sujeito não apenas molda a matéria narrada, mas a própria experiência do narrador torna-se parte do fato a ser comunicado” (SERELLE, 2009, p. 39). Desse modo, não se trata de ouvir “os lados” envolvidos, tais quais os procedimentos tidos como padrão de apuração, como o caso de uma reportagem. Esse tipo de narrativa

(...) concebe um modo de relação com a circunstância em que o sujeito, implicado naquilo que conta, confere ao relato o efeito de verdade principalmente pelo testemunho, desvelando, pela assunção da subjetividade e da afetividade, filigranas do outro, que normalmente escapam à percepção objetiva, e, por vezes, reivindicando, de modo engajado, a intervenção na realidade imediata. (SERELLE, 2009, p. 34)

O testemunho também está envolto na retórica da objetividade e da subjetividade. Então aderimos ao entendimento de que testemunhos são “mais lacunas que moldura” (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 20), de modo que a perspectiva abre caminhos para cada vez mais pensar a diluição das fronteiras conceituais próprias do contemporâneo e que, no que diz respeito às narrativas jornalísticas, assumem formatos que não cabem mais exclusivamente em categorias ou sistematizações pré-definidas. Ou seja, se mudaram as tecnologias e as formas de produzir e consumir informação, mudam também as concepções em torno dos conteúdos em circulação.

De todo modo, cabe reforçar que na busca por agregar um valor de verdade ao jornalismo, a partir do final do século passado e início deste é que percebemos narrativas jornalísticas pautadas pelo signo do subjetivo. Estamos em acordo com o que diz Peres (2017) sobre o fato de que a entrada em cena do “eu” como principal sujeito do discurso em narrativas seja um sintoma de uma época em que, na ambiência em rede, os sujeitos cada vez mais expõem suas singularidades, que influenciam as narrativas em geral, entre elas a jornalística. Todavia, é preciso saber separar os relatos (relatos íntimos, narrativas de blogs e de redes sociais) do que é jornalismo. Serelle (2009)

pontua que nestes termos, no entanto, é pela via do testemunho que o narrador jornalista reivindica o efeito de verdade daquilo que está sendo apresentado ao público.

Por isso, não se trata de uma idolatria ao “eu” que narra. Antes, é uma proposta de reflexão para a complexidade envolvida na atividade e que, contemporaneamente, evoca estratégias em busca da “credibilidade perdida” (SANTOS, 2018), por meio de manifestações das quais irrompem narrativas com que se pretendem oferecer com tentativas de sentidos de (mais) verdade, de interpretação dos fatos e acontecimentos e de proximidade com o público. Em síntese, narrativas pretensamente mais qualificadas, como o caso do colunismo, frente à abundante oferta de conteúdos oriundos, inclusive, de cidadãos comuns.

### **5.3 Um caminho para a interpretação: o colunismo como objeto de estudo**

A partir do percurso teórico até aqui estabelecido, ainda é necessário esclarecer como se deu o interesse de pesquisa pelo colunismo contemporâneo. O achado não foi aleatório. Já durante o período do Mestrado, nosso olhar para narrativas que destoam da categorização convencional encontrou no trabalho jornalístico de Eliane Brum muitas possibilidades de investigação e que, como já mencionamos, a partir das subjetividades expressas tanto nas reportagens como na revelação dos bastidores da apuração, redundou na dissertação “Narrativas jornalísticas contemporâneas e as vozes que narram em *O Olho da rua*, de Eliane Brum”. A expressão das subjetividades e a elevação do poder de voz do narrador-jornalista seguiram como foco de interesse de estudo, de modo que o olhar para a produção de Eliane Brum como colunista do gênero opinativo voltou a chamar atenção, igualmente, por de imediato identificarmos a recorrência no fato de não ser possível enquadrar a produção em uma categoria específica se seguidas as classificações de gênero vigentes.

Desde então, o direcionamento para o colunismo contemporâneo, de modo mais específico as colunas de opinião nos portais de notícia passaram a integrar um levantamento exploratório para a realização do projeto de pesquisa e, num segundo momento, para a qualificação da tese já com um foco mais direcionado para a evidência do “eu” que narra. É notório o espaço que o gênero opinativo, mais especialmente o colunismo com vistas à interpretação das notícias, tem adquirido no jornalismo contemporâneo. Televisão, rádio, meios impressos e online têm ofertado conteúdo pelo olhar de colunistas e, inclusive, embora geralmente propaguem que a opinião destes não

significa a expressão do veículo, apostado no modelo como alternativa financeira para as empresas jornalísticas. Tomando os portais de notícias na internet, nosso caso de investigação, é fácil apontar empresas com variedade de colunistas, entre os quais há aqueles em que o acesso só é permitido para leitores assinantes.

Apenas como exemplo, o Grupo Globo divulga uma “Breve definição de jornalismo” em seus Princípios Editoriais<sup>50</sup>, na qual considera a importância dos colunistas, articulistas, analistas e cronistas. Ao referir que em sua prática editorial “ (...) o jornalismo produz conhecimento, um primeiro conhecimento, é o mesmo que dizer que busca a verdade dos fatos, mas traduz com mais humildade o caráter da atividade”, valoriza o olhar diverso para as narrativas jornalísticas quando aposta na variedade de gêneros e seções:

É claro que um jornal impresso, uma revista, um telejornal, um noticiário de rádio e um site noticioso na internet podem ter diversas seções e abrigam muitos gêneros: o noticiário propriamente dito, os editoriais com a opinião do veículo, análises de especialistas, artigos opinativos de colaboradores, cronistas, críticos. E é igualmente evidente que a opinião do veículo vê a realidade sob o prisma das crenças e valores do próprio veículo. Da mesma forma, um cronista comentará a realidade impregnado de seu subjetivismo, assim como os articulistas convidados a fazer as análises. Livre de prismas e de vieses, pelo menos em intenção, restará apenas o noticiário. Mas, se de fato o objetivo do veículo for conhecer, informar, haverá um esforço consciente para que a sua opinião seja contradita por outras e para que haja cronistas, articulistas e analistas de várias tendências.

No portal de O Globo<sup>51</sup>, na aba “Colunistas”, uma lista de mais de 60 blogs e colunas assinados por profissionais é oferecida aos leitores, sejam jornalistas ou profissionais de outras áreas do conhecimento para tratar de temas específicos e relacionados à formação, alguns com acesso gratuito e outros somente para assinantes ou com quantidade de acessos restrita. Também como ilustração, a Folha de São Paulo<sup>52</sup>, tem mais de 100 blogs e colunas que levam como identificação o nome dos profissionais que as assinam, desde conteúdos gerais de informação, a análises de política, moda, esporte, internacional, crônicas, economia, entre outros. De modo específico, a Folha de São Paulo tem os colunistas e articulistas como demanda exclusiva para os assinantes do veículo. É possível circular pelo ambiente das colunas e blogs, contudo, ao clicar em um título específico o leitor não pagante consegue visualizar a lista das publicações, mas não tem acesso ao conteúdo, sendo direcionado

---

<sup>50</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/>

<sup>51</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs-e-colunas/>

<sup>52</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunaseblogs/>

para uma mensagem de oferta de assinatura digital: “Nossas colunas são exclusivas para assinantes. Aproveite esta oferta especial”. Do mesmo modo, o Estadão<sup>53</sup> disponibiliza os conteúdos de opinião e análise das colunas e blogs somente para assinantes do portal.

Desta forma, mapeando as ofertas do colunismo nos portais de notícias de grande expressão, de cobertura internacional, nacional e estadual (Rio Grande do Sul), fomos percebendo a relevância do colunismo como modelo de negócios para as empresas jornalísticas, tanto pelo viés financeiro como também em uma aposta de formato de conteúdo qualificado e especializado junto dos demais gêneros noticiosos, como o caso do informativo e do interpretativo com as grandes reportagens. Contudo, para operacionalizar a pesquisa, algumas escolhas foram necessárias ao longo do percurso.

Por enquanto, consideramos que as publicações de caráter analítico e interpretativo de fatos que compõem a agenda pública são atestadas pelos profissionais que têm nome reconhecido na área jornalística e desfrutam de grande prestígio porque são oriundos, com frequência, das grandes redações de mídia, identificados para além e de modo emancipado em relação à empresa jornalística. Uma vez que têm o reconhecimento público, ao publicar suas análises dos fatos cotidianos em colunas que levam o seu nome, emprestam ao texto credibilidade, no intuito de capturar a atenção de leitores hoje que, diante de uma grande oferta de narrativas jornalísticas, possam buscar a que lhe parece mais qualificada e fiel aos fatos.

Além do mais, trata-se do reconhecimento de um fenômeno mercadológico, haja vista que muitos destes espaços de colunistas são ofertas de conteúdo exclusivo para assinantes dos portais de conteúdo. Observa-se que a venda de assinaturas digitais ocorre em muitas empresas de comunicação, sendo que o acesso às colunas é somente para pagantes. Entendemos, portanto, que as instituições “separam” as colunas, entre outros conteúdos, dos demais de acesso livre como o que tem de mais qualificado a oferecer. São de acesso pago porque demandam os custos de profissionais peritos no fazer e despesas de apuração e checagem das informações, dando vez a narrativas mais credíveis, interpretativas e contextualizadas.

Neste sentido, tem-se que a instauração de uma nova lógica e num novo papel para o jornalista, em vista da mudança no consumo, ou seja, mais uma vez as transformações em curso na sociedade, especialmente decorrentes da popularização das

---

<sup>53</sup> Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/>

tecnologias de comunicação e informação, reconfiguram o mundo da produção. Assim, por meio das colunas jornalísticas publicadas por periódicos, portais de notícias na internet, há a evidência de jornalistas e a emergência de espaços desvinculados do modelo tradicional (moderno) de redação, que passam selecionar as narrativas que merecem ser interpretadas e publicadas ao seu público leitor.

Em razão disso, a escolha pelos sujeitos/jornalistas levou em consideração o alcance das suas narrativas em termos de acesso, curtidas e seguidores, em vista da ideia de que a interação possível na ambiência em rede oportuniza aos colunistas explorar a autoridade narrativa criando um vínculo com grupos específicos em acordo com determinados assuntos abordados, observando as reações destes nas redes. Além de ser um extrato que permite traçar uma anatomia das narrativas no formato de coluna das quais emergem sentidos a partir da evidência da subjetividade do texto e da autoridade daquele que narra. Por enquanto, também consideramos a análise destas que permanecem de acesso livre<sup>54</sup> (ou em quantidade limitada) aos internautas.

Assim, levando em consideração a abundância informativa, conduzimos esta pesquisa no sentido da compreensão de uma ressignificação do perfil do jornalista colunista, não apenas como aquele que investiga e apura, mas como aquele que filtra informações, sendo uma espécie de farol, de curador diante da abundância informativa e da legitimidade e autoridade que desfruta enquanto profissional e sua prática pgressa. Consideramos, portanto, um tempo em que essa habilidade de indicar ou constituir-se como filtro interpretativo diante de tanats narrativas, cresce e ganha corpo pela demanda dos indivíduos carentes de referências em um mundo fluído e fugaz de verdades cambiantes.

Dito isso, temos como referências para o recorte do *corpus* de análise das colunas em portais de notícias na internet: emergência das subjetividades em contraponto à classificação tradicional do formato das colunas; evidência do “eu” que narra; acesso permitido aos internautas sem a necessidade de assinatura digital; amplo alcance dos conteúdos (portais reconhecidos) nacionalmente e internacionalmente, assim como pela relação e pela identificação dos jornalistas com o público através dos compartilhamentos nas redes sociais. Porém, antes de tudo, a referência inicial foi a necessidade de seleção de colunas assinadas por jornalistas profissionais por formação e

---

<sup>54</sup> Embora o modelo de acesso exclusivo para assinantes também dê espaço para observar as múltiplas habilidades dos jornalistas colunistas, em razão dos seus dizeres se apresentarem sob diversas formas no contexto multimídia dos veículos nos quais estão vinculados as colunas.

experiência na atividade (desconsiderando outros atores, como colunistas formados em outras áreas do conhecimento, embora atuantes em redações de empresas jornalísticas). E, ainda, optamos pelas narrativas textuais dos colunistas no recorte adotado para a pesquisa, embora eventualmente estes jornalistas explorem os recursos multimídia que a internet oferece. Sendo assim, trazemos para a investigação um recorte das colunas assinadas pelas jornalistas Eliane Brum, no portal *El País*<sup>55</sup> (Brasil), e Fabiana Moraes, no *The Intercept Brasil*<sup>56</sup>. O recorte da amostra considera a observação de um período de seis meses de publicação das colunas, de dezembro de 2020 a maio de 2021. Considerando a frequência quinzenal das colunas, todas foram incluídas na amostra, somando um total de 22 colunas (10 colunas de Eliane Brum e 12 de Fabiana Moraes).

A definição, no entanto, como já referimos, foi precedida por um levantamento exploratório ainda no âmbito da elaboração do projeto de pesquisa para a tese e mais tarde submetido à banca de qualificação. Por ocasião, outros nomes também constavam na lista de possibilidades de investigação, entre os quais Juremir Machado (Correio do Povo), Leonardo Sakamoto (Uol) e Xico Sá (*El País*). Preliminarmente, ainda, a lista de observação empírica incluía ainda colunas de Cora Rónai, Ruth de Aquino, Martha Medeiros (O Globo); Xico Sá, Jamil Chade (*El País*); Adriana Carranca, Daniela Arbex, entre outros, que atuam em redações no Brasil ou no exterior, ou que estão dedicados a projetos fora de empresas jornalísticas.

Dito isso, a partir de sugestão da banca de qualificação e das inferências fundamentais ao longo da primeira etapa da pesquisa qualitativa, que foi a construção do aporte teórico bibliográfico, optamos pelas colunistas Eliane Brum e Fabiana Moraes para a construção do *corpus* de pesquisa, considerando a possibilidade de aprofundamento analítico a partir das semelhanças no formato das colunas e das recorrências narrativas estratégicas nos extratos das colunas, além das referências há pouco citadas. Sendo assim, consideramos o reconhecimento das colunas dessas profissionais pelo hibridismo. Pelo olhar exploratório foi possível verificar que os textos não se enquadram como coluna ou como reportagem, como informativo ou crônica, por exemplo. Também costumam utilizar entrevistas, seja com fontes oficiais ou com personagens/fontes envolvidas nos fatos relatados. Outro critério de escolha dá conta da seleção das colunistas pela semelhança nas pautas e forma de abordagem, ou seja, têm

---

<sup>55</sup> Disponível em: <https://brasil.elpais.com/autor/eliane-brum/>

<sup>56</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/equipe/fabiana-moraes/>

\*O perfil das colunistas, que corrobora as justificativas para o recorte empírico, está em uma próxima seção neste capítulo.

temas recorrentes e causas perenes, de modo que as suas colunas geralmente não são imediatamente factuais, mas abordam temas perenes se valendo da perspectiva da interpretação dos fatos que originaram as publicações. Além do mais, nas redações em que atuaram as jornalistas sempre primaram na construção de conteúdos marcados por esse hibridismo de gêneros e pelo aprofundamento nas abordagens, motivo pelo qual ambas investiram no mercado editorial com livros de reportagem a partir do trabalho realizado nas redações de grandes veículos de comunicação.

Não se trata, por isso, de um recorte com o intuito de traçar um padrão para uma categorização do colunismo, uma vez que isso não é possível, pois o *corpus* de análise é apenas um admissível entre as possibilidades de investigação deste formato de narrativa no contemporâneo. Por outro lado, a proposição, talvez mais do que categorizar nestes tempos de diluição de fronteiras conceituais, possa traçar pistas, um mapa indicativo da construção de narrativas cada vez mais comprometidas com a interpretação e contextualização dos fatos e acontecimentos o que, acreditamos, encaminha para a sugestão de uma ressignificação da categoria e do gênero opinativo. Ademais, a complexificação do formato se dá porque não há a pretensa isenção. Antes o contrário, o pacto<sup>57</sup> de leitura - que compreende a oferta de um conteúdo do gênero opinativo - segue firmado e exposto ao leitor que procura por este tipo de jornalismo e, por sua vez, encontra narrativas cada vez mais comprometidas com a transparência, justamente pela evidência do “eu” que narra, como descrevemos adiante. É uma proposta, assim como ocorre em outros formatos, de evidenciar o colunismo pela credibilidade, interpretação e contextualização, assim como uma ressignificação da atividade profissional dos colunistas como filtros no caos informativo da contemporaneidade. Pois, se todos têm voz na internet, então que os cidadãos leitores possam reconhecer e cada vez mais acessar as vozes autorizadas e confiáveis, identificadas ou não com suas crenças e valores, para consumir informações.

---

<sup>57</sup> Para além disso, destacamos, segundo Motta (2008), que a “A análise da narrativa jornalística deve observar particularmente o “contrato cognitivo” implícito entre jornalistas (narradores) e audiência (narratário) em seu contexto operacional. Esse “contrato” segue as máximas da objetividade, da co-construção da “verdade dos fatos”: o objetivo é co-construir a verdade, a “realidade objetiva”. O desejo de objetividade do jornalista e sua estratégia textual de “relatar a verdade” são compactuados e validados pela comunidade de leitores, ouvintes e telespectadores da mídia jornalística que acreditam estar lendo, vendo ou ouvindo a verdade dos fatos. A comunidade jornalistas-audiência reproduz uma convenção (informal, obviamente) em que emissores e destinatários dão por convencionalizado que o jornalismo é o lugar natural da verdade, o lugar do texto claro, isento, preciso, sem implicaturas nem pressuposições”.

### 5.3.1 Questões metodológicas

Feito o aporte teórico e destacados os primeiros aspectos norteadores do estudo, partimos agora para o esclarecimento quanto a escolhas metodológicas da pesquisa, necessárias devido a limitações de tempo e de recortes necessários para cercar o objeto de investigação. Para Minayo (2003, p. 16-18), a metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria pelo conjunto de técnicas a ser adotado para construir uma realidade. Como uma atividade da ciência, se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros constructos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A proposta, portanto, junto com os pressupostos da análise da narrativa<sup>58</sup> de Motta (2013), encontra subsídio nos métodos indicados pela pesquisa qualitativa.

A pesquisa qualitativa não centraliza atenção na representatividade numérica, mas na compreensão interpretativa de experiências dentro de um contexto, ou seja, um estudo imersivo:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, mas envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p.58)

Sendo assim, seguimos nossa exposição pelo viés de Demo (2004), pois entendemos que a pesquisa qualitativa é adequada para o estudo nas ciências sociais, pois lida com objetos que não são passíveis de serem conhecidos de forma objetiva, como emoções, valores e subjetividades (GOLDENBERG, 1997, p. 14-19). Na pesquisa qualitativa, a quantidade é substituída pela intensidade para atingir níveis de compreensão que não podem ser alcançados através da pesquisa quantitativa.

Demo (2004) afirma que um dos problemas a ser enfrentado pelo pesquisador da metodologia de pesquisa qualitativa é a imprecisão conceitual, a começar pelo próprio conceito de qualidade. O autor sugere pensar qualidade com “intensidade” e não como extensão, visando a profundidade da análise, o envolvimento. Essa metodologia, de

---

<sup>58</sup> Para a tese utilizamos o movimento das estratégias comunicativas, com o reconhecimento dos efeitos de real (objetividade) e os estéticos (subjetividade), assim como os postulados que dizem respeito às vozes narrativas e poder de voz.



acordo com Demo, difere do método clássico que tende a captar apenas o que é matemático, linear e de pouca significância para a compreensão do todo que nem sempre é linear e quantificável (2004, p. 15).

Por conta disso tudo, não convém dicotomizar ente qualidade e quantidade porque são apenas modos diferenciados de manifestação, funcionamento e dinâmica. A intensidade é própria de fenômenos complexos que mesclam seus componentes de modos ordenados e desordenados. São complexos não só porque estão dotados de componentes múltiplos, mas sobretudo porque são ambíguos. Complexidade é um todo múltiplo e ambíguo, marcado por dinâmicas contrárias (...). (2004, p.16)

Por este caminho, Demo (2004, p. 15) também indica a denominação de pesquisa qualitativa como pesquisa intensa, uma vez que pretende captar “a não linearidade, a dinâmica contrária de cariz dialético, a surpresa das subjetividades e das individualidades, o caótico criativo”. Dessa forma, para o autor é preciso buscar, via pesquisa qualitativa, aquilo que não se enxerga com tanta facilidade por se dissimular nos discursos. Por esse olhar, é preciso desconstruir a expressão simbólica, para buscar na fala aquilo que está camuflado. Depois, reconstruir o fenômeno sob a ótica do intérprete.

Em razão disso, os procedimentos metodológicos se estruturam em três etapas: o levantamento bibliográfico, seguido da escolha de uma amostra de análise antecedida por um estudo exploratório ao longo da etapa de redação do aporte teórico bibliográfico e, por fim, a interpretação do *corpus* empírico a partir do cruzamento entre os pressupostos teóricos e os achados na análise do colonismo. Assim, entendemos que a abordagem qualitativa se adequa ao objeto de estudo, constituído por uma amostra de duas colonistas, permitindo uma interpretação aprofundada.

Como parte integrante da metodologia, Gil (2008), por sua vez, exalta que a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador uma vasta cobertura de conhecimento, de forma que a análise documental ganha amplitude no olhar do pesquisador. Dessa forma, a pesquisa documental é muito próxima da bibliográfica. A principal diferença entre ambas é a natureza das fontes: enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa. (GIL, 2008, p. 51). Moreira (2011) explica que a análise documental na maioria das vezes é qualitativa, pois “verifica o teor, o conteúdo do material selecionado” (MOREIRA, 2011, p. 272).

A pesquisa bibliográfica, então, tem o intuito de conhecer o estado da arte das pesquisas em torno do tema e a montagem de um quadro referencial e teórico para subsidiar a análise do objeto empírico e atende também ao cumprimento de objetivos específicos da investigação que derivam do objetivo geral, ou seja, **verificar como se (re)legitima e configura a anatomia narrativa jornalística (textual) em colunas assinadas por jornalistas por meio da opinião em consonância com estratégias de evidência da autoridade daquele que narra e de aproximação junto ao público.**

Assim, no primeiro capítulo, a reflexão teórica acerca da mudança de paradigmas no contemporâneo, dá conta do objetivo específico de **identificar e refletir sobre as condições em que a emergência das subjetividades fragilizou o império da racionalidade técnica e positivista que firmou as bases das narrativas jornalísticas durante a Modernidade**, assim como **compreender o conceito de atorização** como característica das colunas assinadas por jornalistas. O segundo capítulo tratou especificamente das narrativas jornalísticas e da **consolidação de formatos e gêneros**, numa construção que leva em conta a retórica entre objetividade e subjetividade no jornalismo. Por meio da discussão acionada, em conjunto com o terceiro capítulo, no qual a abordagem dá conta da **identificação das implicações da ambiência da internet para as narrativas jornalísticas** no contemporâneo, por meio das quais emerge a **reivindicação da contextualização no jornalismo na prática noticiosa e a ascensão do poder de voz do jornalista**, é possível adiante, partir para a etapa de interpretação de uma amostra do colunismo contemporâneo, com vistas aos objetivos específicos de:

- 1) Discutir a **anatomia das narrativas de colunas** assinadas por jornalistas e sediadas em plataformas digitais de grandes veículos de comunicação, possibilitando, assim, a problematização do **gênero opinativo** por meio do colunismo contemporâneo;
- 2) Relacionar quais as características/estratégias narrativas diferem o colunismo praticado no contemporâneo como **autenticadoras de credibilidade e autoridade jornalística** em tempos de fragilização da razão conforme a lógica moderna ou em tempos de Pós-verdade;
- 3) Problematizar a questão da **identidade/autoria do jornalista** que assina uma coluna como fator de credibilidade do conteúdo ofertado;
- 4) Verificar se e de que maneira os jornalistas colunistas podem ser considerados **intérpretes ou curadores** das informações diante do “mar” de narrativas disponíveis ao público, complexificando o perfil profissional.

Partindo da revisão bibliográfica e do olhar exploratório que antecedeu a etapa de interpretação do colunismo propriamente dita, já nos permitimos dizer de uma distinção do colunismo contemporâneo na relação com a lógica moderna, segundo a qual os gêneros e o colunismo foram concebidos. É possível dizer de uma complexificação das categorias e do formato da coluna que já não cabe em definições pré-estabelecidas. Dessa maneira, tais narrativas de referência se ressignificam e se estabelecem com vigor no contemporâneo em face às incontáveis narrativas disponíveis aos cidadãos na ambiência da internet, bem como da flutuação de autoridade também derivada do contexto online.

O que passamos a buscar, a partir de então, é observar se as questões problematizadas na teoria são ou não encontradas no ambiente empírico. Desta forma, acreditamos que é possível tecer considerações as considerações finais com o propósito de responder **qual é a anatomia das colunas assinadas por jornalistas – e sediadas em plataformas digitais de grandes empresas de comunicação - que no contemporâneo permite a ressignificação do gênero opinativo, sendo espaços de referência para o público diante da oferta abundante de narrativas, principalmente na ambiência da internet?** Desse modo, podemos contemplar a discussão trazida no âmbito do projeto, com vistas a compreender o que acontece neste cenário complexificado do jornalismo, especialmente com as narrativas das colunas, na medida em que as fronteiras entre o texto informativo e o interpretativo/opinativo vão se desfazendo face à personalização generalizada daquele que narra.

### **5.3.2 Corpus de análise: as jornalistas e as colunas**

Com o tema de pesquisa delimitado pelo **estudo da narrativa da coluna: o jornalista como intérprete de notícias em colunas assinadas em portais de conteúdo em ambiente digital e a reconfiguração do gênero opinativo, a partir da autoridade daquele que narra e de estratégias de personalização do relato e da aproximação com as audiências**, a definição do *corpus* de análise, que corresponde a segunda etapa do escopo metodológico qualitativo, também exigiu recortes específicos para possibilitar uma coleta de dados sensível e atenta às questões norteadoras da investigação. Então, para a coleta de dados, derivada de um olhar exploratório inicial, elencamos a observação das colunas de opinião assinadas pelas jornalistas Eliane Brum, no portal *El País* (Brasil), e Fabiana Moraes, no portal *The Intercept Brasil*, ambas com

larga experiência em redações, premiações que destacam a importância de suas narrativas jornalísticas e abrangência do acesso destas (curtidas, seguidores, acessos também nas redes sociais). Para melhor justificar a escolha destas profissionais, passamos a detalhar um perfil das jornalistas.

### **Eliane Brum:**

Gaúcha de Ijuí, Eliane Brum é jornalista, escritora e documentarista. É colunista do jornal espanhol *El País* e colaboradora de vários jornais e revistas da Europa e dos Estados Unidos, como *The Guardian* e *The New York Times*. Jornalista há quase 35 anos e cobrindo a Amazônia há quase 25, Eliane Brum trabalhou em Porto Alegre nos primeiros 11 anos da carreira e em São Paulo nos 17 anos seguintes. Desde 2017, vive e trabalha a partir de Altamira, no Médio Xingu, um dos epicentros da destruição da floresta amazônica.

Recentemente, em setembro de 2022, a jornalista lançou seu mais novo projeto: o Sumaúma. Como explica no seu site <http://desacontecimentos.com/>, Sumaúma é uma plataforma de jornalismo trilingue (português, inglês e espanhol) sediada em Altamira, no Pará, com foco na cobertura sobre a Amazônia. A criação é uma parceria com Jonathan Watts (editor global de meio ambiente do *The Guardian*), Carla Jimenez (que comandou o *El País Brasil* em seus oito anos de existência), Verônica Goyzueta (correspondente internacional) e Talita Bedinelli (ex-editora do *El País Brasil*). O projeto deu seus primeiros passos com o lançamento de uma *newsletter* semanal em *podcast*<sup>59</sup> a partir de 13 de setembro e vislumbra ser um jornal online a partir do angariamento de recursos para tal. Contudo, o site já está disponível para acesso com as primeiras reportagens e trabalhos jornalísticos: <https://sumauma.com/>.

A iniciativa pretende firmar parcerias com veículos estrangeiros e terá um laboratório para contribuir com a formação de jornalistas que moram na Amazônia, e um conselho composto em sua maioria por lideranças da floresta, que definirá os rumos da cobertura sobre a região. Em vídeo lançado em suas redes sociais, Eliane Brum explicou: “O Sumaúma é uma plataforma global de jornalismo direto do Centro do Mundo. E por que a gente diz que a Amazônia é o Centro do Mundo e não Washington? Porque se a floresta morrer, nosso futuro pode morrer com ela, e esse futuro está perigosamente perto do presente. (...) O Sumaúma busca ‘amazonizar’ o jornalismo

---

<sup>59</sup> A Rádio Sumaúma pode ser ouvida em: [https://linktr.ee/radiosumauma?fbclid=IwAR2kWmP0ok0PmW\\_xITLxol80zfBtHpl3UyofRZMivn5-u83-iGZ0SCQ5XQ](https://linktr.ee/radiosumauma?fbclid=IwAR2kWmP0ok0PmW_xITLxol80zfBtHpl3UyofRZMivn5-u83-iGZ0SCQ5XQ).

global. É nossa resposta ao tempo de urgência no campo do jornalismo. Uma resposta à emergência do momento limite que vivemos.”. A Amazônia, inclusive, é tema recorrente dos conteúdos da jornalista como colunista de *El País* e outros trabalhos.

Em sua trajetória profissional, Eliane Brum trabalhou 11 anos como repórter do jornal Zero Hora, de Porto Alegre, e 10 como repórter especial da Revista Época, em São Paulo. Desde 2010, atua como *freelance* e faz projetos de longo prazo com populações tradicionais da Amazônia e das periferias da Grande São Paulo. De 2009 a 2013 foi colunista do site da revista Época. Desde 2013 tem uma coluna quinzenal no *El País Brasil*<sup>60</sup> e *El País América*. Desde 2018, mantém também uma coluna quinzenal na editoria de Internacional do jornal *El País*, na Espanha. Os conteúdos produzidos pela jornalista também podem ser acessados através dos compartilhamentos nas redes sociais, especialmente no *Facebook*<sup>61</sup>, onde tem mais de 117 mil seguidores, e na página do *Instagram*<sup>62</sup>, mais de 83 mil seguidores.

Publicou oito livros no Brasil – sete de não ficção e um romance -, além de participar de coletâneas de crônicas, contos e ensaios. Em 2019, publicou seu primeiro livro de reportagens em inglês, pelas editoras *Graywolf*, nos Estados Unidos, e *Granta*, no Reino Unido. *The Collector of Leftover Souls* foi também traduzido para o italiano e para o polonês. Assina a direção e codireção de quatro documentários. O primeiro deles, *Uma História Severina*, foi reconhecido por 17 prêmios nacionais e internacionais.

Eliane Brum é a jornalista mais premiada do Brasil, segundo levantamento anual feito pelo site especializado *Jornalistas & Cia*. Em 2021, recebeu o Prêmio Maria Moors Cabot, oferecido pela *Columbia University School of Journalism*, de Nova York (EUA), o mais relevante prêmio de jornalismo das Américas e o mais antigo do mundo, por sua carreira. Entre as premiações recentes, em 2021, “Brasil, construtor de ruínas” recebeu o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos na categoria Livro-Reportagem. Também em 2021, publicou “Banheiro Òkòtó: uma viagem à Amazônia Centro do Mundo“, pela Companhia das Letras, foi reconhecido com o 38º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo, ficando em segundo lugar na categoria Grande Reportagem.

---

<sup>60</sup> Em 2022, no decorrer da conclusão da tese, a versão *El País Brasil* foi descontinuada, mas Eliane Brum segue como colunista do portal e republica as colunas em português no seu site <http://desacontecimentos.com/>, além do compartilhamento das versões em suas redes sociais.

<sup>61</sup> Eliane Brum: <https://www.facebook.com/brumelianebelum>

<sup>62</sup> @brumelianebelum: <https://www.instagram.com/brumelianebelum/>

Entre outras premiações e distinções no Brasil e no Exterior, estão o Prêmio Eso, Vladimir Herzog, Ayrton Senna, Líbero Badaró, Sociedade Interamericana de Imprensa e Rei de Espanha. Em 2008, recebeu o Troféu Especial de Imprensa ONU, “por tudo o que já fez e vem realizando em defesa da Justiça e da Democracia”. Foi quatro vezes reconhecida, em votação da categoria, com o Prêmio Comunique-se. Por cinco vezes ganhou o Troféu Mulher Imprensa. Recebeu três vezes o Prêmio Cooperifa, “por ajudar, com suas ações, a construir uma periferia melhor para viver”, e o Prêmio Orilaxé, do grupo AfroReggae, concedido a pessoas e entidades que, com seu trabalho, têm conseguido “mudar a realidade, melhorando a qualidade de vida das pessoas e do planeta”.

Eliane Brum também faz conferências e participa de debates no Brasil e no Exterior. Em 2017, foi cofundadora do *Rainforest Journalism Fund*, uma ideia do jornalista britânico Jonathan Watts e de um grupo de jornalistas conectados com a Amazônia convidados por ele, que seria realizada em parceria com o *Pulitzer Center*. Pensada inicialmente para financiar projetos de reportagem na Amazônia, o RJF seria estendido também a outras regiões de florestas tropicais. O RJF foi lançado publicamente em 2018. Eliane é conselheira do RJF e também da Agência Pública de Jornalismo Investigativo.

Eliane Brum afirma que escreve “porque a vida me dói” e que

A carne de minha reportagem são os “desacontecimentos”, palavra que dá conta de uma escolha: escrevo sobre a extraordinária vida comum (...) Sobre aquilo que se repete e, por equívoco ou por miopia, é interpretado como banal. (...) busco dar ao leitor o máximo dessa riqueza do real, para que ele possa estar onde eu estive e fazer suas próprias escolhas. (BRUM, 2013, p. 13-14)

E mais, quando a jornalista afirma:

Eu acredito na reportagem como documento da história contemporânea, da vida contada, como testemunho (...) É uma confissão de minhas escolhas, meus sustos, meus dilemas e também de meus erros. (...) Para cada reportagem há uma reflexão sincera, vísceras à mostra, sobre o que eu fiz e o que vivi – como repórter, como gente. (BRUM, 2008, p. 14)

Como ela mesma define, Eliane Brum é uma escutadeira: “Desde pequena sou uma olhadeira e uma escutadeira, raramente uma faladeira, e vou engolindo as novidades com os olhos e com os ouvidos, sempre ávida por mais” (BRUM, 2013,

p.13). É técnica de apuração. A jornalista busca esquecer seus juízos pré-definidos para deixar-se preencher pelos pensamentos e significados do outro.

Como repórter e como gente eu sempre achei que mais importante do que saber perguntar era saber ouvir a resposta... Eu não arranco nada. Só me comprometo a ouvir, a escutar de verdade, sem preconceitos. (BRUM, 2008, p.38)

O reconhecimento dessa postura está em acordo com o que buscamos identificar no colunismo praticado pela jornalista. A partir da transparência, da evidência do “eu” que narra e de suas escolhas narrativas, identificar uma estrutura do colunismo capaz de se credenciar não apenas como integrante do gênero opinativo, mas como jornalismo informativo, interpretativo e contextualizado sem, por isso, abrir mão da exposição das subjetividades. Aliás, é por essas emergências que acreditamos que a categoria se ressignifica e complexifica o gênero contemporaneamente.

#### **Fabiana Moraes:**

Fabiana Moraes da Silva é jornalista, professora adjunta Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Núcleo de Design e Comunicação, Campus do Agreste (CAA). Possui doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2011) e mestrado em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (2005). Colunista do portal *The Intercept Brasil* desde dezembro de 2020. É conselheira da Agência Pública de Jornalismo Investigativo e de O Joio e o Trigo. Atuou como repórter especial no Jornal do Comércio do Recife entre 1996 e 2016, quando entre outros trabalhos, produziu grandes reportagens. Também colaborou como colunista de Uol e Piauí.

A jornalista é autora dos livros Jomard Muniz de Britto - Professor em Transe, em 2017); O Nascimento de Joicy, 2015; No País do Racismo Institucional (Ministério Público de Pernambuco), 2013; Nabuco em Pretos e Brancos, 2011; Os Sertões, 2009. Sua última publicação, lançada em 2022, A Pauta é uma arma de combate, é um esforço para aproximar teoria e prática. O livro apresenta três reportagens de Fabiana publicadas no Jornal do Comercio do Recife: A vida é Nelson (2012); Ave Maria (2013); e Casa grande e senzala (2013). A autora se propõe a analisar os trabalhos uma década após sua publicação original, fazendo uma autocrítica e narrando com proximidade afetiva os bastidores dessas reportagens. Segundo descrição da editora Arquipélago<sup>63</sup>, “Aliando sensibilidade, análise e engajamento, a premiada jornalista Fabiana Moraes articula

---

<sup>63</sup> Fonte: <https://www.livrariaarquipelago.com.br/a-pauta-e-uma-arma-de-combate-fabiana-moraes>

críticas, propostas e reflexões sobre as relações discursivas do jornalismo com grupos sociais historicamente oprimidos. A autora dá lugar central à pauta, a coluna vertebral da notícia, que reflete e produz olhares sobre as coisas do mundo, situada em um contexto atravessado por hierarquias de gênero, raça, classe social e origem geográfica. Reconhecendo o campo jornalístico como partícipe de narrativas que transformam diferenças em desigualdades, Fabiana investiga caminhos de ruptura com os modos colonizados pelos quais o jornalismo atua desde o século 19; e defende o jornalismo de subjetividade, propondo uma prática reflexiva que possibilite melhores encontros com as alteridades e que jogue luz sobre violências naturalizadas como o racismo, a misoginia e as muitas formas de outrofobia”.

Como profissional, professora e pesquisadora acadêmica<sup>64</sup>, tem como temas de interesse mídia, infoentretenimento, visibilidade, pobreza, sociologia do consumo. A pesquisadora tem variadas publicações em revistas acadêmicas e científicas nas quais investiga e reflete sobre os temas de interesse. A questão das subjetividades na narrativa jornalística está entre os destaques da produção científica de Fabiana Moraes, e serviu de embasamento teórico para esta pesquisa, conforme apresentamos na abertura deste capítulo. Suas publicações como colunista e pesquisadora são compartilhadas nas redes sociais, especialmente no *Facebook*<sup>65</sup> e no *Instagram*<sup>66</sup>, onde acumula mais de 20 mil seguidores.

Como projeto de pesquisa em andamento, a jornalista e pesquisadora pontua que os critérios de objetividade “pura” do jornalismo, há muito questionados em âmbito acadêmico mas ainda com forte presença na cultura profissional e no senso comum, já não dão conta das dinâmicas sociais. A pesquisa, neste sentido, empreende análises sobre as bases fundantes do jornalismo e as limitações dos critérios excludentes de noticiabilidade. “É desta maneira, pensando em um jornalismo conectado com a inovação, com novas e urgentes formas de visibilidade e dizibilidade da sociedade, que estabelecemos um jornalismo de subjetividade. Neste jornalismo, buscamos maior conexão com quem relata, quem é relatado e quem consome essas narrativas; buscamos superar hierarquias sociais baseadas em raça, classe, geografia, gênero; buscamos evidenciar uma prática conectada aos fenômenos sociais obscurecidos pela dinâmica do capital. O jornalismo de subjetividade, que não nega a objetividade, mas, por sua vez,

---

<sup>64</sup> Link de acesso ao currículo Lattes disponível em: <http://lattes.cnpq.br/1365261774627829>

<sup>65</sup> Fabiana Moraes disponível em: <https://www.facebook.com/fabiana.moraes2>

<sup>66</sup> Acesso ao *Instagram* @fabi2moraes disponível em: <https://www.instagram.com/fabi2moraes/>



entende as duas dinâmicas como inseparáveis, é também uma maneira de reestabelecer credibilidade a um campo que nos últimos anos vem sendo refutado por parte da sociedade”<sup>67</sup>.

Por sua trajetória profissional, Fabiana Moraes é reconhecida com importantes distinções. É ganhadora do Prêmio Esso de Jornalismo, com *Os Sertões*; Prêmio Esso de Reportagem, por *O Nascimento de Joicy*; Prêmio Esso Regional, com *A Vida Mambembe*; Prêmio Petrobras de Jornalismo, em 2014; prêmio Embratel de Cultura, por *Quase Brancos, Quase Negros*. Ainda ganhou dois prêmios Cristina Tavares por *Os Sertões* e *Quase Brancos, Quase Negros*. Foi três vezes finalista do prêmio Jabuti (categoria livro reportagem, com *Os Sertões*, *Nabuco em Pretos e Brancos* e *O Nascimento de Joicy*). Dirigiu o documentário *Dia de Pagamento*, que foi selecionado para os festivais de Pirenópolis, Cachoeira e Janela Internacional de Cinema do Recife, em 2016. Foi premiada com a medalha Heroínas do Tejucupapo pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PE). Também recebeu menção honrosa - Série Profissões que Ninguém Quer, Esso, em 2007 e agraciada como repórter revelação pela Comissão europeia de turismo, em 2001.

Diante da destacada atuação das profissionais, e conhecidos os elementos norteadores e as justificativas da pesquisa, passamos agora a explicitar o terceiro momento da pesquisa qualitativa, iniciada com o estudo exploratório em torno do colonismo. Então, com a definição das colonistas a serem observadas, partimos para o recorte empírico das publicações.

### **5.3.3 As colunas: procedimentos para a interpretação**

A coleta de dados para a pesquisa qualitativa foi realizada em uma amostra de colunas da jornalista Eliane Brum, no *El País*<sup>68</sup>, e de Fabiana Moraes, no *The Intercept*

---

<sup>67</sup> Fonte: <http://lattes.cnpq.br/1365261774627829>

<sup>68</sup> *El País* é um jornal espanhol. Seu surgimento coincide com o início da transição da Espanha ao regime democrático após quarenta anos de repressão. Foi idealizado pela Promotora de *Informaciones Sociedad Anónima* (PRISA), companhia fundada no início de 1972, por José Ortega Sspotorno, filho do filósofo José Ortega y Gasset, reconhecido pela defesa da liberdade e da democracia. O primeiro número impresso foi publicado em 4 de maio de 1976. Vinte anos após a publicação da primeira edição impressa, chegou à internet sua primeira edição digital registrada sob o domínio *elpais.es*. No início da década de 2000, o primeiro domínio adotado foi substituído por *elpais.com*, com o intuito de assinalar a vocação mundial do jornal reivindicada também em seu slogan: *El periódico global* (O jornal global). Atualmente, *El País* oferece edições: Espanha, América e México em espanhol; Catalunha em catalão; e uma edição com as principais notícias em inglês. A edição impressa está restrita ao território espanhol.

*Brasil*<sup>69</sup>, partir de dezembro de 2020 até maio de 2021, perfazendo um semestre de colunas publicadas, em média, quinzenalmente. Este recorte de tempo seguiu a etapa de estudos pós-banca de qualificação da pesquisa e o início das publicações da jornalista Fabiana Moraes como colunista do *Intercept*, haja visto que o olhar exploratório já considerava a atuação anterior da profissional nos demais veículos em que colaborou.

Reunimos, então, as 10 colunas assinadas por Eliane Brum, em *El País* no período considerado para o recorte:

- 1) [Como pode uma empresa controlar a vida e a morte?](#) 10/12/2020
- 2) [Quando o vírus nos trancou em casa, as telas nos deixaram sem casa.](#) 23/12/2020
- 3) [A vagina que salvou o Réveillon do Brasil.](#) 06/01/2021
- 4) [Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”.](#) 21/01/2021
- 5) [O que significa cuidar de um filho na pandemia?](#) 04/02/2021
- 6) [Governo Bolsonaro decreta a morte de um pedaço da Amazônia.](#) 18/02/2021
- 7) [A covid-19 está sob o controle de Bolsonaro.](#) 04/03/2021
- 8) [Atenção: Bolsonaro vai ficar ainda mais perigoso.](#) 07/04/2021
- 9) [Biden ameaça sujar as mãos com Bolsonaro.](#) 14/04/2021
- 10) [Maria, preciso te contar sobre Bolsonaro, o fazedor de órfãos.](#) 05/05/2021

No mesmo recorte temporal, foram publicadas 12 colunas assinadas por Fabiana Moraes, no portal *The Intercept Brasil*:

- 1) [Por outra democracia: esta não protege a maioria da população brasileira.](#) 15/12/2020
- 2) [‘Meu filho precisa de alimento’: as placas que gritam a fome no trânsito.](#) 29/12/2020
- 3) [Carlinhos Maia e o Instagram: como meio perverso de superar a pobreza.](#) 12/01/2021
- 4) [A buceta e os pretos: trabalhadores de obra de arte não são escravos, são fruto da abolição precária.](#) 26/01/2021

---

<sup>69</sup> *The Intercept Brasil* se apresenta como “uma premiada agência de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo. Suas investigações aprofundadas e suas análises implacáveis se concentram em política, corrupção, meio ambiente, segurança pública, tecnologia, mídia e muito mais. O Intercept dá aos seus jornalistas a liberdade editorial e o suporte legal de que precisam para expor a corrupção e a injustiça onde quer que as encontrem. *The Intercept* é uma publicação da *First Look Institute*. Lançada em 2013 pelo filantropo e fundador do *eBay*, Pierre Omidyar, a *First Look Institute* é uma empresa multimídia dedicada a apoiar vozes independentes em jornalismo investigativo, cinema, arte, cultura, mídia e entretenimento. A *First Look Institute* produz e distribui conteúdo em diversos formatos, incluindo longas, curtas, podcasts, mídia interativa e jornalismo narrativo, seja com sua propriedade intelectual digital ou através de parceiros”.

- 5) [\*O Brasil não combate a pobreza; nosso país combate o pobre.\*](#) 09/02/2021
- 6) [\*Ter medo de que, Fabiana?': uma reflexão sobre minha avó, 'Torto arado' e uma língua apunhalada.\*](#) 23/02/2021
- 7) [\*Cara grande imprensa, você quer trocar 35 anos de democracia pelas promessas de um fã de Ustra?\*](#) 09/03/2021
- 8) [\*Nos escandalizamos com a fome, mas sabotamos as possíveis soluções.\*](#) 23/03/2021
- 9) [\*O Brasil do macho desgovernado: ele urra e usa um celular no lugar do tacape.\*](#) 06/04/2021
- 10) [\*As mortes por erro de profissionais de saúde nas UTIs: reflexo da falta de controle da pandemia.\*](#) 20/04/2021
- 11) [\*Entre a cloroquina e o namastê: conheça a direita gratiluz.\*](#) 04/05/2021
- 12) [\*Há uma revolução na academia brasileira – e Felipe Neto precisa conhecê-la.\*](#) 18/05/2021

Para otimizar a interpretação das narrativas, o primeiro passo foi a leitura das colunas para o mapeamento das recorrências do formato e das estratégias narrativas empregadas pelas colunistas. Ainda sem ter concluído o aporte teórico, realizamos este procedimento com a construção de uma tabela, apenas para ilustração, em que foi apontada a presença de elementos significativos e recorrentes nestas narrativas enquadradas no gênero opinativo dos portais. Por exemplo, destacamos a recorrência temática, o uso da primeira pessoa no singular ou no plural, evidência ou não de bastidores, assim como da atorização, da autorreferência e hipertextualidade, uso de entrevistas e citações literais, referência a fontes oficiais, entre outros recursos. Identificamos principalmente semelhanças entre as publicações, desde a estrutura das colunas com textos longos e narrativas densas, geralmente com a utilização de fotografias como conteúdo multimídia, às estratégias com a emergência das subjetividades, da autoridade narrativa e da exploração dos recursos da internet para a potencialização dos conteúdos.

Num segundo momento, a análise dessas recorrências encontradas nos textos serviu para a elaboração de marcadores para as considerações interpretativas, segundo o embasamento teórico que antecedeu este momento e ao encontro da verificação dos objetivos, problema de pesquisa e hipóteses levantadas na investigação. Alinhado com a pesquisa qualitativa, visando o aprofundamento da análise, a construção desse método próprio de investigação, ou seja, a descrição de marcas pelas recorrências encontradas

nas narrativas, permitiu duas perspectivas de interpretação: marcadores de subjetividade e marcadores de objetividade.

Os marcadores elencados para a interpretação das colunas têm o intuito de reunir características em comum, agrupando evidências que levam ao desdobramento de sentidos dos textos, e não tornar repetitiva a explicitação dos conteúdos das narrativas. Embora, no computo final, as características se encontrem mescladas nas estratégias empregadas pelas colunistas, destacamos pelo viés da subjetividade a presença de atorização e da autorreferência. E do ponto de vista da objetividade, o emprego de técnicas de apuração jornalísticas oriundas do modelo informativo, bem como a exploração dos recursos técnicos da ambiência online, resultando nas características de contextualização e interpretação no colunismo. A partir do agrupamento nestas categorias, outras características e conceitos emergem para discussão nas considerações finais, entre as quais a autoridade narrativa, a personalização e a confiança e proximidade. Por assim dizer, o mapeamento das narrativas está em acordo com a investigação teórica e os pontos aqui analisados e agrupados em marcadores de interpretação reforçam as tendências verificadas em torno da resignificação do colunismo a partir do conjunto destas narrativas.

Sendo assim, para explicitar a interpretação dessas marcas e estratégias narrativas trazemos excertos das colunas. Os excertos são exemplos das recorrências, visto que não temos intenção de um levantamento quantitativo, intercalados com nossas observações de pesquisa. Dessa maneira, as considerações interpretativas estão separadas em duas seções, uma pelo prisma dos marcadores de subjetividade e outra pelos de objetividade.

Feitas estas explicações acerca da análise exploratória inicial das colunas, adentramos agora nas considerações interpretativas do extrato de colunas assinadas pelas jornalistas Eliane Brum e Fabiana Moraes.

#### **5.4 Considerações interpretativas**

A análise das 22 colunas<sup>70</sup> reunidas no recorte temporal da amostra segue em duas seções: marcadores de subjetividade – atorização e autorreferência, seguido dos

---

<sup>70</sup> Dado o volume de páginas das colunas, optamos por não inseri-las como anexos da tese. Por isso, as colunas, na íntegra, em .pdf, podem ser acessadas aqui: [https://drive.google.com/drive/folders/1QQgfOcZhvtffiDq6vY4eikdZ-HkuXOPH?usp=share\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1QQgfOcZhvtffiDq6vY4eikdZ-HkuXOPH?usp=share_link)

marcadores de objetividade – contextualização e interpretação. Em cada seção, primeiro fazemos uma leitura interpretativa das colunas de Eliane Brum e depois de Fabiana Moraes, numa sequência que agrupa características em comum dentro dos marcadores específicos.

Por título das colunas, vamos apresentando uma a uma com excertos e as devidas considerações que justificam a escolha dos trechos em acordo com as estratégias que redundaram na definição dos marcadores de análise. Os excertos apresentam trechos grifados (negritos), para destacar estratégias dentro dos marcadores, bem como sublinhados, para indicar a presença de hiperlinks, evidenciando como identificamos as recorrências, bem como ilustram a interpretação de como isso se dá nas narrativas.

#### **5.4.1 Marcadores de subjetividade: atorização e autorreferência**

A evidência do “eu” que narra, o jornalista-colunista, é o aspecto norteador da pesquisa. Neste sentido, encontramos na teoria da atorização (FAUSTO NETO, 2006, 2007, 2008, 2011, 2012, 2015, 2018) - assim como nos postulados de Medina (2006, 2007, 2008, 2014), Resende (2002, 2006, 2007, 2009, 2011, 2012, 2016), Moraes (2015, 2018, 2019), entre outros, lastro teórico para tratar de emergências subjetivas nas narrativas jornalísticas, estas por sua vez não em oposição à objetividade no jornalismo. Antes, sugerem a oferta de sentidos, de desdobramentos na relação entre a narrativa e o leitor, para uma ressignificação com vistas à qualidade dos conteúdos, transparência e (re)construção de uma relação de confiança e credibilidade da atividade noticiosa a partir da exposição das afetações e escolhas (estratégias) daquele que narra no jornalismo.

Nas palavras de Fausto Neto (2006), o jornalismo redesenha os vínculos de confiança entre sua oferta e o seu leitor-interlocutor por meio da atorização do processo de construção de noticiabilidade. Mais do que “provar que ele está lá” – o que nos leva também para a recém abordada relação do testemunho no jornalismo (BENJAMIN, 1987; SELIGMANN-SILVA, 2005), ressaltamos, segundo Fausto Neto, o “índice de crença” oferecido ao leitor, explicitando pistas com as quais pode crer no que lhe oferece o discurso jornalístico. A partir destas referências procuramos mostrar agora

como isso se dá em cada uma das colunas das jornalistas Eliane Brum e Fabiana Moraes.

### **Colunas de Eliane Brum:**

“Essa distopia é nossa vida atual.”. “Em entrevista pública que fiz (...)”. “As cenas de indígenas e ribeirinhos tentando salvar peixes é de uma tragicidade imensa.”. Os trechos do título “Como pode uma empresa controlar a vida e a morte?”, de Eliane Brum, demonstram não só uma colunista que se mostra no texto, mas evidenciam uma jornalista que esteve presente no local dos acontecimentos descritos e se integra ao narrado. Ao mesmo tempo em que oferece pistas, embora discretas, de presença e de posicionamento, procura estabelecer uma relação de proximidade com o seu interlocutor ao fazer interrogações e mencionar “você” diversas vezes ao longo do texto, para abordar as consequências da exploração da água e outros recursos naturais pela Usina de Belo Monte no rio Xingu e a relação do governo Bolsonaro para manter o controle do sistema elétrico. Do mesmo modo em que interpela o leitor, oferece informação para que este dê a sua resposta através da exposição de informações, uso de recurso hipertextual da narrativa sediada na internet com a oferta de conteúdos extras, em autorreferência a si mesma e a *El País*, assim como emprego de citações de fontes oficiais e entrevistas com personagens, os moradores da região.

Os trechos a seguir explicitam as observações:

**Imagine.** E mantenha o fôlego. Imagine que **sua vida** não é controlada por **você**, mas pelas grandes corporações. A serviço delas estão grande parte dos Governos e grande parte dos parlamentares. Pelo seu poder financeiro, essas corporações fazem pressão para **aprovar leis favoráveis** a seus interesses, financiam campanhas políticas, publicitárias e de marketing, financiam cientistas em universidades prestigiadas e financiam também outra indústria que entra em suas telas 24 horas por sete dias da semana, ade entretenimento. **Você é** estimulado a comer **produtos ultraprocessados** (bolachas de pacote, congelados, refrigerantes...), que, apesar de serem chamados de alimentos, são na verdade produtores de epidemias de obesidade em várias partes do globo, provocando doenças relacionadas que vão demandar os produtos de outra indústria, a farmacêutica. **Agrotóxicos produzidos por corporações transnacionais** são liberados pelas agências de Governos e contaminam os rios, que contaminamos peixes e também o lençol freático e assim a água que **você** bebe. Esses agrotóxicos envenenam ainda a comida que **você bota na mesa para os seus filhos** e estão relacionados a várias doenças de trabalhadores e também a suicídios. (Grifos nossos)

Os trechos indicam a intenção de conversa com o leitor e a aposta no conteúdo hipertextual para que o leitor tenha uma leitura contextualizada e personalizada, pois o acesso aos *links* pode ser feito de acordo com o fluxo e o interesse daquele que está

acessando a narrativa. Nestes, para além da autorreferência<sup>71</sup>, estão os insumos para o que o interlocutor construa sua visão acerca do narrado e encaminhe as próprias respostas acerca das indagações da colunista, como também ocorre nos trechos abaixo:

Parece um pesadelo? Essa distopia é a vida hoje no **sistema capitalista neoliberal**. Nesse sistema, o mercado é a base da organização da sociedade, com desregulamentação da economia, privatização das empresas estatais e enxugamento dos gastos sociais. (...) A sensação que **você partilha** com os bilhões que habitam esse planeta e não fazem parte dessa minoria dominante é a de que não controla a **sua vida**. Não é uma sensação. (grifos nossos)

(...)

O capitalismo neoliberal é o ápice do processo pelo qual a espécie humana provocou o colapso climático que hoje ameaça **nosso futuro** no planeta e provocou também a sexta extinção em massa de espécies, em curso nesse momento. **Essa distopia é nossa vida atual** e sua última realização foi **nos trazer** ao tempo das pandemias, que já matou quase 180.000 pessoas no Brasil e mais de 1,5 milhão no planeta. O que isso tem a ver com **Belo Monte**, a usina hidrelétrica construída no Médio Xingu, uma das mais ricas e biodiversas regiões da Amazônia? Tudo. (...) (grifos nossos)

(...)

Quando a **Norte Energia controla a água**, a empresa transfigura um pequeno grande mundo na floresta amazônica, hoje cada vez mais perto do ponto de não retorno. **O que é o ponto de não retorno?** É o momento em que a floresta deixa de ser floresta, e assim deixa de fazer o seu papel essencial de floresta, que é o de regular o clima, para se tornar uma savana. (grifos nossos)

Além dos hiperlinks, os parágrafos que se seguem às indagações e também afirmativas da colunista contêm informações obtidas por apuração jornalística e consulta com citações a fontes oficiais, como ilustramos a seguir:

(...) a grande pergunta no **Médio Xingu**, é: **como uma empresa é capaz de controlar a água de um rio e de um ecossistema inteiro e, portanto, a vida de humanos e não humanos? Como uma empresa pode ser dona da água?** Essa é uma pergunta que só pode ser formulada por quem ainda é capaz de se espantar com a forma como o capitalismo converte tudo em mercadoria. (...)” (grifos nossos)

(...)

Essa é uma das principais razões pelas quais cientistas e técnicos apontavam —e apontam— a inviabilidade da hidrelétrica. Desde antes do início da construção, especialistas no setor elétrico já comprovavam que Belo Monte era inviável também para a produção de energia, devido à característica sazonal (estação de chuvas e estação de seca) do Xingu. Em dezembro de 2019, o **repórter André Borges, do jornal O Estado de S. Paulo**, denunciou que a Norte Energia havia solicitado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorização para construir usinas térmicas para

---

<sup>71</sup> Para deixar mais clara as ilustrações, destacamos a respeito da autorreferencialidade: é uma das características do jornalismo midiático juntamente com a correferência, descentralização e dialogia (SOSTER, 2009); (SOSTER, PICCININ, 2012). Trata do movimento em que a mídia referencia continuamente suas próprias operações, como estratégia de autenticidade e de desvelamento, de oferta de um real sem “mediações”.

compensar os meses de seca do Xingu. Além de caras, as térmicas são altamente poluentes. Semanas antes, **o EL PAÍS e o The Guardian revelaram que, em carta** à diretora-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Christianne Dias Ferreira, o diretor-presidente da Norte Energia, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, afirmava que precisava alterar a vazão do reservatório intermediário da hidrelétrica de Belo Monte devido à seca severa do Xingu, para evitar danos estruturais na barragem principal. (grifos nossos)

(...)

**Jansen Zuanon, pesquisador sênior do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)** e um dos mais **respeitados especialistas** em peixes do país, **explica** que essa transfiguração da Volta Grande pode causar a extinção de espécies que só existem naquele ecossistema, como o famoso acari-zebra, personagem de adoração de visitantes que vêm de várias partes do mundo apenas para observá-lo em seu habitat. (grifos nossos)

De viés qualitativo, a pesquisa apresentada com a exposição de excertos das narrativas das colunas não pretende esgotar os exemplos acerca do que pressupomos ser uma ressignificação do colunismo e do gênero opinativo a partir do *corpus* de estudo sugerido. Os trechos trazidos são alguns, entre os inúmeros possíveis, para ilustrar a análise e não tornar a condução da interpretação por demais repetitiva. Sendo assim, passamos para a coluna seguinte.

Em “Quando o vírus nos trancou em casa, as telas nos deixaram sem casa”, o fenômeno da atorialidade jornalística se apresenta já no título da publicação, quando a colunista Eliane Brum se coloca junto do público pela narrativa na primeira pessoa do plural, também num ato de aproximação, e passa a abordar a temática do isolamento social e questões derivadas através da sua própria experiência. Nos primeiros parágrafos o dizer de si apresenta a questão a qual vai debater:

**Encerro 2020**, o ano que anuncia que o tempo das pandemias chegou, com estranhos sintomas. A ideia de fazer mais uma *live*, mais um *meeting* pelo *Jitsi*, *Zoom* ou *Google*, ou mesmo pelo *WhatsApp*, **me deixa fisicamente enjoada**. Escrever, **como faço agora**, enquanto as notícias e as mensagens pipocam num canto da tela, **me deixa** tonta e exausta. **Amigos me pedem** encontros de Natal, *happy hours* de Ano-Novo. **Quero. Mas não consigo**. Que o excesso de telas cansa e pode causar transtornos e até doenças, **sabemos**. A experiência atual, porém, vai muito além disso. *O home office*, as *lives* e os *meetings* mudaram o conceito de casa. Ou talvez tenham provocado algo ainda mais radical, ao **nos despejar** não apenas da casa, mas também da possibilidade de fazer da casa uma casa.

A maioria dos que tiveram a chance de ficar entre paredes durante a maior parte do ano para se proteger do vírus vive, **como eu**, uma experiência inédita na trajetória humana: a de estar 24 horas dentro de casa e, ao mesmo tempo, não ter nenhuma casa. A pandemia **nos levou** ao paradoxo de **nos descobrirmos** sem teto debaixo de um teto. Mais do que sem teto, **nos descobrirmos** sem porta. Sem porta, não há chave para nenhum entendimento. (grifos nossos)



Conduzindo a narrativa em primeira pessoa, a colunista-narradora não apenas apresenta um convite à reflexão com informações sobre outras mazelas que a pandemia de coronavírus trouxe à população, como torna-se personagem da própria narrativa, desvelando também os bastidores do seu processo de escrita como jornalista e colunista durante o referido período. Ao falar sobre o conceito de casa, traz à tona mais reflexões, como o debate sobre os povos afetados pela usina de Belo Monte no rio Xingu; sobre as dificuldades de acesso à moradia nas grandes cidades; sobre os povos indígenas, sobre a violência doméstica que teve aumento de índices, as crianças sem escola, entre outras abordagens:

O que é uma casa? Essa pergunta entrou na **minha vida de jornalista** junto com a **imposição de Belo Monte ao rio Xingu** e aos seus povos. (grifos nossos)

(...)

Testemunhar essa violência implantou a questão do que é casa definitivamente **na minha cabeça, e eu a expandi** para outros territórios objetivos e, principalmente, subjetivos. **Em minha experiência como jornalista, já escrevi reportagens** sobre um homem que fez uma casa dentro de uma grande árvore, em plena zona urbana de Porto Alegre. **Já contei** de uma família que fez casa embaixo de um viaduto, convertendo o cotidiano numa experiência onde cabia preparar o café da manhã, arrumar e levar os filhos para a escola todos os dias para garantir que tivessem educação formal. **Já testemunhei o que se tornou uma das reportagens mais impactantes da minha vida**, na qual um grupo de crianças de rua fez casa nos esgotos da cidade. Chamavam a si mesmos de Tartarugas Ninja, como no filme que então estreava nos cinemas.

**Conheci** também experiências diversas de casa com diferentes povos indígenas. Algumas coletivas, **como a dos Yanomami**, outras unidades familiares, sendo que também aí há diferentes entendimentos sobre qual é a teia de relações que constitui o que cada etnia chama de família. (grifos nossos)

(...)

**Andando pelos tantos Brasis em busca de histórias para contar**, vi as pessoas inventarem todo o tipo de casa, até as invisíveis, quando é necessário fantasiar paredes nas esquinas movimentadas de cidades gigantes como São Paulo, para fazer limite simbólico entre a família e o mundo sempre ameaçador para os que pouco têm além do próprio corpo. E, claro, **já entrei** em mansões e também em palácios. Parte do **encanto de ser jornalista é a possibilidade de ter acesso a lugares aos quais jamais teríamos em outras profissões**. (grifos nossos)

Ao fazer tais alusões, percebemos que a colunista aciona sua expertise como profissional com técnica de apuração e o reconhecimento de sua longa trajetória como jornalista para legitimar seu lugar de fala, de autoridade narrativa. A torialidade e autorreferencialidade, quando se coloca em cena como personagem e quando fala de suas próprias experiências ao referenciar outras apurações, apontam como chaves para a emergência de novos sentidos pelo leitor. Explorando os recursos possíveis do

colunismo praticado em portal de notícias, tais referências em *hiperlinks*, tanto de suas colunas, como de outras de El País e de outros sites, também contribuem para ampliar e desdobrar os sentidos do texto. Quer dizer, as percepções e afirmações da colunista são embasadas nos dados oferecidos nos hiperlinks. Assim como pela característica da memória, oferece a contextualização da narrativa que pode ocorrer de acordo com o fluxo de leitura escolhido pelo internauta.

Entendemos que há uma projeção da voz narrativa da colunista (MOTTA, 2013) sobre os demais – o *El País* e as fontes, com o intuito de legitimar (ainda mais) o seu dizer. A partir da ideia de que o jornalista-ator e suas circunstâncias viram o próprio acontecimento, um dos sentidos que se firmam é o de proximidade, que se estabelece na relação entre a emissão (a colunista) e a recepção de informações (os leitores). Estes movimentos do jornalismo, e aqui expressos no colunismo, refletem esforços por legitimar socialmente seu lugar num contexto em que as narrativas proliferam, oriundas inclusive de não profissionais na atividade noticiosa.

A recorrência temática logo é perceptível nas colunas de Eliane Brum. A pandemia de coronavírus e as abordagens sobre o governo Bolsonaro perpassam a sua primeira coluna do ano de 2021, sob o título “A vagina que salvou o Réveillon do Brasil”, que também aborda preconceitos e racismo. Nesta publicação a narrativa ganha ênfase a partir da observação de acontecimentos e da descrição de fatos pela colunista, que expõe sua opinião a partir dos dados que oferece na narrativa, seja por suas colocações ao longo do texto ou pela disposição de mais informações por meio dos hiperlinks que levam tanto a textos de sua autoria como a outras fontes jornalísticas e instituições especializadas nas questões abordadas. Nesta coluna, então, inicia descrevendo as duas cenas que impactaram o país no início do ano, de um lado a aparição do presidente Jair Bolsonaro e, de outro, uma obra de arte esculpida pela artista Juliana Notari na terra dos canaviais de Pernambuco:

**Jair Bolsonaro** planejou e executou uma coreografia de “macho” para abrir 2021. A bordo de uma lancha, aproximou-se da Praia Grande, no litoral paulista, onde centenas de banhistas se amontoavam apesar de o país já estar chegando aos **200.000 mortos por covid-19**. Depois de acenar para adultos e crianças, atirou-se no mar e nadou até a multidão. Atravessou amassa de gente como se fosse ungido por ela, ovacionado por gritos de “mito! mito!”. Funcionou tanto que ele até repetiu o batismo dias mais tarde, na segunda vez caminhando pela areia como o Messias do seu no medo meio. A cena calculada tem grande potencial simbólico. Horrorizou o mundo em transe pandêmico, mas não envergonhou uma parte significativa do Brasil. Se a eleição fosse hoje, Bolsonaro teria **chances consideráveis de se reeleger**.

E então, outro gesto aconteceu. Outra imagem ganhou o mundo. A vagina de 33 metros de altura por 16 metros de largura e 6 metros de profundidade da artista **Juliana Notari**, abrindo em vermelho a terra arrasada pelos canaviais de Pernambuco, se impôs. No noticiário internacional, havia a imagem do presidente com sinais de sociopatia desafiando o vírus e a racionalidade com seu “histórico de atleta”. E, ofuscando esse espetáculo falocêntrico, a vagina vermelha se expandiu, multiplicou-se como imagem e ocupou muito além da terra em que foi esculpida e recoberta por concreto armado e resina. Se não fosse por ela, Bolsonaro mais uma vez abriria o ano controlando a narrativa do Brasil. (grifos nossos)

Com posicionamento embasado em dados, se mostra ao leitor e se coloca junto do público, mais uma vez assumindo uma narrativa em primeira pessoa. Quando diz, por exemplo, “escolho me encontrar”, “tem nos conduzido”, “tenho me surpreendido”, “sempre tentei compreender”, se posiciona e ao mesmo tempo faz uso da apuração própria do jornalismo e do domínio do assunto a partir da variedade de informações oferecidas para se legitimar e conquistar a aderência dos leitores. Portanto, são técnicas objetivas de apuração jornalística, aliadas à emergência das subjetividades.

Além dos hiperlinks de *El País* e de outros veículos, sugeridos ao leitor e indicados através do texto sublinhado, que dão contextualização às colocações da colunista, Eliane Brum também utiliza a estratégia da autorreferência, como no trecho a seguir, que reforça a competência da apuração, da técnica e do domínio do assunto.

A vagina, também como imagem e como palavra, tem sido violada através dos séculos. Atacada, escondida, censurada, deletada. Essa que é **nossa origem** de tantas maneiras conta o mundo de ruínas, em ruínas, construído por homens. Em 2013, **escrevi nesse espaço uma coluna chamada “Vagina”**, sobre os mais recentes escândalos provocados pelos que nela não suportam se ver. **“Não é tremendamente instigante que, neste ponto da aventura humana, a vagina das mulheres ainda assombre tanto que a violência contra ela parece ter recrudescido?”**, eu perguntava. (grifos nossos)

Por outras palavras, ao dizer de si, numa estratégia autorreferente, também parece buscar a redução da mediação (da instituição jornalística) para se valer do seu reconhecimento profissional, da sua autoridade narrativa e de uma maior transparência para se aproximar do público. Tem evidência, assim, um contexto de emergência dos valores de transparência e de explicitude do fazer jornalístico como sinônimo de credibilidade narrativa. Ademais, a publicização das manifestações particulares do profissional jornalista-colunista reitera a estratégia de reafirmação da proximidade e cumplicidade entre mídia e público.

“O que significa cuidar de um filho numa pandemia?” é a pergunta lançada por Eliane Brum já no título de outra coluna. A publicação aborda as consequências da Covid-19, tanto no que diz respeito ao isolamento social e o gerenciamento da crise sanitária no Brasil pelo governo Bolsonaro, como na questão social e educacional das escolas fechadas, bem como análises de implicações futuras para crianças e adolescentes. A colunista busca proximidade com o leitor ao conduzir a narrativa na primeira pessoa do plural, como é possível verificar quando diz, por exemplo: “A pandemia forjou uma **realidade de crianças sem crianças**. **Ainda não conhecemos** totalmente os **efeitos que essa experiência radical pode ter** sobre quem estreia na vida. Também **não sabemos** quando esse cotidiano será superado (...)”. E outras manifestações semelhantes são encontradas ao longo da coluna: “O primeiro passo é entender **onde estamos metidos**. A ampla disseminação da ideia de que **estamos vivendo** algo surpreendente e inesperado (...)”, “nosso dinheiro”, “Essa é a situação. E é com ela que **nós**, os adultos, precisamos lidar, para cuidar das futuras gerações.”, “não podemos”, “podemos e devemos”. Com a estratégia, oferece sentido de pertencimento à realidade sobre a qual fala, e não apenas observa. Além do mais, convoca o leitor a conversar, a partir de suas argumentações, uma vez mais apostando na proximidade e na evidência do “eu” que narra:

Se um pai ou mãe não é capaz de mostrar ao seu filho ou filha, por palavras, mas principalmente pelo exemplo, que sua escolha individual deve ser tomada não em função de seus próprios interesses, comodidade ou privilégios, mas no interesse do coletivo e especialmente dos mais frágeis, **que tipo de pai ou mãe ou que tipo de pessoa é você?** (grifos nossos)

Embora discorra sobre o tema a partir de citações de entrevistados, de dados de fontes oficiais, também é autorreferencial por meio da indicação de outras publicações já feitas por *El País* nos hiperlinks oferecidos ao longo da narrativa. Além do mais, denota expertise profissional e domínio do tema ao correlacionar os assuntos que dão corpo à coluna. Marca seu posicionamento acerca da temática com indagações e adjetivações: “experiência radical”, “pior escolha possível”, “juristas mais respeitáveis”, ou como no trecho a seguir, em que se coloca junto do leitor, indaga e qualifica a questão como dramática:

**O que significa cuidar de uma filha ou filho numa pandemia?** Ou o que significa cuidar da próxima geração numa emergência global de saúde pública, já **que somos todos pais** daquelas e daqueles que assumirão a

responsabilidade por esse mundo nas próximas décadas? Essa questão vale para todos os adultos em qualquer país do mundo, mas no Brasil ela ganha **contornos muito mais dramáticos**. (grifos nossos)

Percebemos, neste sentido, nas colunas de Eliane Brum o que o jornalismo, no contemporâneo, tem mostrado para sua sobrevivência. A partir do “eu” que narra e estratégias de discurso decorrentes, a prática da colunista Eliane Brum indica pistas que visam reforçar suas formas de reconhecimento e reajustar as bases que sustentam os vínculos com o público.

Em “Governo Bolsonaro decreta a morte de um pedaço da Amazônia”, a coluna assinada por Eliane Brum tem o indexador “Brasil” no cabeçalho do portal de notícias, diferente das demais em que há o termo “opinião”. Apesar disso, é acessada junto da lista dos conteúdos opinativos assinados pela colunista. Esta primeira sugere um texto mais voltado ao gênero opinativo, o que de fato se dá com variedade de informações dispostas ao longo do texto e também por meio da contextualização oferecida nos hiperlinks que conduzem a outras notícias de *El País* e sites institucionais, bem como a partir da consulta e trechos de entrevistas a fontes especializadas. Contudo, as marcas do “eu” que narra continuam presentes na narrativa.

Ao criticar a exploração dos recursos naturais da floresta amazônica e a postura do governo Bolsonaro, a narradora-colunista embasa seu posicionamento com a variedade de informações, interpretando e contextualizado os fatos abordados, e interpela o leitor, numa tentativa de estabelecer um diálogo, como podemos observar quando pergunta: “Nesse contexto, e num momento de progressiva recessão, o que o Governo Bolsonaro fez, pressionado por setores da política e do mercado interessados em manter o controle do sistema elétrico e faturar com ele?” ou “(...) não seria sensato seguir o princípio básico da precaução? Algo dessa magnitude e impacto na maior floresta tropical do mundo não deveria ser ao menos amplamente discutido e com toda a sociedade? É assim, numa canetada, que o Governo de Bolsonaro condena um pedaço da Amazônia?”.

Também encontramos expressões em que a colunista se revela junto do narrado e se aproxima do leitor:

**Percebam que não são minhas as palavras**, mas do próprio Ibama. Desde 2020, a Norte Energia luta na Justiça **contra as decisões do órgão ambiental** pela quantidade de água na Volta Grande. O parecer técnico citado tem a data de 1º de fevereiro de 2021 (**leia na íntegra**). (grifos nossos)

Ao dizer neste trecho que as palavras não são as suas, se expõe e convoca a quem lê a refletir que não se trata somente de opinião, mas de fatos. Fatos que a colunista expõe e oferece em documentos e fontes oficiais, como o citado parecer técnico. Além disso, o trecho indica a autorreferencialidade no processo de construção da narrativa, quando no *link* destacado remete a outra coluna de autoria da colunista (“Como pode uma empresa controlar a vida e a morte?”). Encontramos também outras marcas da evidência da narradora-colunista no texto em expressões como “percebam”, “se seguirmos calados, é melhor sepultar logo isso que chamamos de Brasil”, “o grifo aqui é por minha conta”, entre outras.

Ao apostar na permissão das subjetividades, a partir da evidência daquele que narra numa tentativa de aproximação com o público, a estratégia se dá aliada a oferta de uma densa interpretação da temática abordada. Ou seja, a colunista se expõe, marca posicionamento, mas oferece o embasamento que é alicerçado na apuração, na técnica e nos rituais objetivos das quais a atividade jornalística não prescinde. Estratégia que dá pistas de como o colunismo busca se reinventar e se ajustar para manter ou reestabelecer os vínculos com o público.

A emergência destes mesmos sentidos na narrativa da colunista – de narradora-colunista que não diz de si, mas se revela e oferece embasamento acerca do seu posicionamento, de autorreferencialidade e de busca de proximidade com o leitor - pode ser observado nos títulos “A covid-19 está sob o controle de Bolsonaro”, “Atenção: Bolsonaro vai ficar ainda mais perigoso” e “Biden ameaça sujar as mãos com Bolsonaro”.

É necessário compreender a diferença para ter alguma chance de enfrentar a política de morte de Bolsonaro. Se existe alguma experiência semelhante na história, **eu a desconheço**. (grifos nossos)

(...)

O resultado, em perdas de vidas humanas, **conhecemos: o Brasil ultrapassará os 260.000 mortos** até o final dessa semana (...). (grifos nossos)

(...)

Outro efeito é menos óbvio: o que **descobrimos sobre nós**, como sociedade, quando submetidos a essa violência, e o que cada um descobre sobre si quando as escolhas sanitárias, em vez de determinadas pela autoridade de saúde pública, dependem da sua própria decisão. (grifos nossos)

(...)

Ele já executa um pacto nacional, mas pela morte, e **não estou** usando uma metáfora. (grifos nossos)

(...)

Em 2021, a conjuntura do Brasil para enfrentar a política de morte de Bolsonaro é muito pior do que em 2020. E isso já se reflete no número de vítimas. Diante disso, **nos deixaremos matar?** Porque é basicamente essa a

questão. Nesta quarta-feira, **atingimos** o maior número de mortos em **um dia desde o início da pandemia: 1.910 pessoas**, 1.910 pais, mãe, filhas, filhos, irmãos, irmãs, avôs, avós perdidos, 1.910 famílias despedaçadas. (grifos nossos)

Os trechos destacados acima são da coluna “A covid-19 está sob o controle de Bolsonaro”. Nos grifos registramos a evidência da colunista Eliane Brum e as tentativas de estabelecer diálogo e proximidade com o leitor ao se colocar junto do público, como quando diz “sobre nós”, “nos deixaremos”. Os hiperlinks levam a outras colunas assinadas pela colunista (um destes três *links* indica uma reportagem de *El País*) e, para além da narrativa autorreferencial, oferta sentidos de apuração, domínio e conhecimento aprofundado sobre o tema. Nestas colunas oferecidas por meio dos hiperlinks, a estratégia narrativa é de uma jornalista que diz das suas experiências, nas quais a atorização do processo de construção do narrado oferta novos sentidos ao leitor que encontra na colunista o viés do testemunho que perpassa a pretensa objetividade jornalística.

Nesta coluna e em “Atenção: Bolsonaro vai ficar ainda mais perigoso” e “Biden ameaça sujar as mãos com Bolsonaro”, as adjetivações também são recorrentes, tal qual a temática em tom crítico aos atos do Governo Bolsonaro. Todavia, Eliane Brum sempre traz a tona o tema cercado de dados e, geralmente, com o endosso de fontes consultadas e entrevistas com citações ao longo dos textos.

No Brasil, porém, com uma democracia muito mais frágil, qualquer uma das **aventuras perversas de Bolsonaro** poderá ter **consequências muito mais sangrentas. Posso estar errada, mas acredito** que Trump não pretendia que houvesse mortes. **Ele é um político inescrupuloso, um negociante desonesto, um mentiroso compulsivo e um showman** que adora holofotes, mas não acho que seja um matador. Já Bolsonaro é notoriamente um defensor da violência como modo de agir, que defende o armamento da população e claramente goza com a dor do outro. Bolsonaro acredita no sangue e acredita em infligir dor. Perto de Bolsonaro, Trump é um **garoto levado** com topete esquisito. E Bolsonaro está se movendo. **Quantos brasileiras e brasileiros ainda precisam morrer?**

O trecho da coluna que fala sobre o controle da pandemia por Bolsonaro revela em um parágrafo muitas adjetivações que marcam o tom crítico da colunista. Ao mesmo tempo, tem expressões que revelam o “eu” que narra em um convite à proximidade com o público. Vale destacar que esta coluna também não tem o indexador de “opinião” no cabeçalho. Em lugar de indicar conteúdo opinativo, traz o termo “Brasil” e “pandemia de coronavírus”, conteúdo que, aliás, é de acesso aberto.

“Maior e mais traumático ataque”, “autoritário Bolsonaro”, “anunciou com orgulho”, “comportamento de gângster”, “inaceitável e abjeto”, “Bolsonaro e sua quadrilha”, “atrocidades”, “governo predatório” são alguns dos termos que a colunista usa para se referir a Bolsonaro e a relação com Joe Biden, na coluna que aborda também as ameaças à proteção da floresta Amazônica. Eliane Brum defende seu ponto de vista amparada em argumentos factuais e documentos os quais disponibiliza para acesso na íntegra, mantendo tom de diálogo com o interlocutor, como quando indaga: “Alguém já viu esse modus operandi em algum lugar? Pois é. Não para por aí o comportamento de gângster (...)”.

O uso de adjetivos, reiteraões e repetições são marcas discursivas do texto com a intenção de produção de efeitos de sentidos. Em se tratando das colunas, reforçam a presença da colunista junto do narrado, mesmo quando o “eu” que narra não está tão evidente como nas construções em que, explorando o conceito de atorização, a própria colunista e suas experiências ingressam como parte da história. Aqui numa rápida alusão à Análise de Discurso, entendemos que justamente está envolvida a negação da ideia de transparência do discurso, pois este está sempre marcado por um tempo e um espaço próprios tanto de quem o produz como de quem o interpreta. Assim, neste extrato de colunas, percebemos que as marcas são reiteradas, mas se diluem junto de uma narrativa informativa e contextualizada.

“Maria, preciso te contar sobre Bolsonaro, o fazedor de órfãos” é uma coluna escrita por Eliane Brum em forma de uma carta. A publicação da colunista é um relato pessoal e ao mesmo tempo informativo sobre a pandemia, no qual conta sobre a morte de Lilo Clareto, fotógrafo. Maria é filha, órfã, do profissional, que era amigo de Eliane Brum e a acompanhava em suas incursões pela floresta. Em apelos por ajuda da colunista, Lilo Clareto chegou a ser internado em hospital particular, mas não resistiu às complicações em decorrência da Covid-19.

Maria, você tem apenas 2 anos. Um, dois. E apenas esses dois anos separam seu nascimento da morte do seu pai. **Lilo Clareto morreu em 21 de abril.** A causa oficial da certidão de óbito é: “sepsis grave, pneumonia associada à ventilação e **covid** (tardia)”. Mas essa é apenas a verdade parcial sobre a morte do seu pai. **Eu olho para você, Maria, e me preparo para a conversa que um dia teremos, aquela em que precisarei contar a você a verdade inteira.**

Maria, seu pai foi vítima de extermínio. Seu pai **é um dos mais de 410.000 brasileiros** que tomaram por um crime contra a humanidade entre os anos de 2020 e 2021. **Enquanto eu escrevo essa carta para você,** os assassinatos seguem acontecendo a uma média de quase 2.400 cadáveres por dia. **Eu olho para você, Maria,** e você ainda diz, os olhos escancarados de expectativa,



quando alguém faz barulho na porta da frente: “pa!”. E, então, decepcionada: “pa?”. (grifos nossos)

Os dois parágrafos acima são de abertura da coluna na qual a colunista se dirige a Maria. Colocando-se em cena, a narradora-colunista faz um relato pessoal, dirigido a uma criança, mas que ecoa para milhares de brasileiros que viveram e vivem a mesma situação. São muitas Marias refletidas na carta à órfão de Lilo Clareto. Em tom crítico declarado ao gerenciamento da pandemia pelo governo Bolsonaro, a jornalista mescla, em uma narrativa emotiva quase como uma crônica da vida real, o drama pessoal vivido com o contexto de saúde pública e aumento das mortes no Brasil. Mais do que relatar o que enxerga e testemunha, a atorização do processo de construção jornalística fica ainda mais evidente quando a colunista declara o que tem “testemunhado com o próprio corpo”:

**O que é o mal, Maria? Nos debatemos** com esse dilema desde sempre. Até viver horrores como esse apenas pelos livros, **eu tinha muitas dúvidas** sobre nomear o mal. **Me parecia simples** demais, fácil demais. Mas, hoje, Maria, **depois do que tenho testemunhado com meu próprio corpo, preciso dizer que o mal existe.** (grifos nossos)

A produção de sentidos outros, para além do texto, que se dá na troca com o interlocutor ganha reforço pela perspectiva autorreferencial que alude também à técnica e à trajetória profissional para atestar os dizeres da colunista ou, nas palavras de Fausto Neto (2011), a partir do contexto de midiaticização, o jornalista-perito associa elementos de sua vida e de suas experiências à cena da narrativa da realidade no intuito de fortalecer os vínculos com as audiências. O movimento autorreferencial também remete ao prestígio e credibilidade da colunista. Um exemplo disso é quando Eliane Brum afirma:

**Minha experiência de mais de 30 anos entrevistando** gentes de todas as formas, inclusive assassinos, estupradores e abusadores, e cobrindo todo o tipo de eventos, **me mostra que grandes acontecimentos são produzidos por subjetividades tanto ou mais do que por objetividades.** (...) (grifos nossos)

Logo adiante, busca o repertório profissional para acionar memórias pessoais, deixando transparecer o quanto o ofício de jornalista se confunde com a vida da pessoa Eliane Brum. A percepção se reflete na recorrência temática das colunas e no aprofundamento das questões que aborda em suas colunas. Vejamos:

**Meu caminho se cruzou com o do seu pai, Maria, em 2001, quando nós dois trabalhávamos na revista Época.** Viajamos juntos pela primeira vez para o território Yanomami. Nunca tínhamos trocado palavra antes dessa pauta e olhávamos desconfiados um para o outro. Depois de avião, helicóptero e voadeira, finalmente alcançamos a aldeia indígena à noite, ensopados de chuva amazônica. Nos ofereceram vermes assados na brasa das fogueiras e um espaço no lado de fora da bela casa coletiva. Só cabia uma rede, e seu pai e eu dormimos com o pé de um na cara do outro.

Choveu sobre nós a noite inteira e atravessamos a madrugada tremendo de frio. Ao amanhecer, despertamos com os gritos da equipe de saúde que acompanhávamos: “No chão, não! Segura por favor! Cospe aqui!”. Os profissionais da ONG Urihi precisavam coletar o primeiro catarro da manhã para teste de tuberculose, a doença levada pelos garimpeiros que dizimava — e ainda dizima— os indígenas. Nunca vimos tanto catarro na nossa vida. Com uma estreia dessa magnitude, ou nos amávamos para sempre ou nos odiávamos para sempre. **Seu pai e eu nunca mais nos separamos. Tornamo-nos irmãos de alma na vida e uma dupla de reportagem no jornalismo — e nunca separamos uma dimensão da outra. É por isso que, quando você nasceu, Maria, tive a honra de ser sua madrinha.** (grifos nossos)

(...)

**Dois décadas já haviam se passado desde a primeira reportagem e dezenas de outras aconteceram. Em 2017, seu pai e eu decidimos documentar o Brasil e o mundo desde a Amazônia e nos mudamos para Altamira.** Desembarcamos na cidade na noite de 16 de agosto e, numa típica lilagem, na mesma noite seu pai beijava sua mãe (ou sua mãe beijava seu pai) no trapiche do cais, na beira do rio Xingu. (grifos nossos)

Os trechos não apenas esboçam o “eu” que narra em cena, mas revelam o olhar treinado para apuração jornalística, a descrição de pormenores, o contexto dos acontecimentos, possíveis de retratar por quem, de fato, acompanha de perto e testemunha nos sentidos possíveis do conceito.

Depois de revelar que o pai de Maria “possivelmente se contaminou com covid-19 ao documentar em vídeo o que chama de ecocídio produzido pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Volta Grande do Xingu”, a colunista segue o relato que se confunde com a vida (e morte) de muitos brasileiros durante a pandemia de coronavírus:

Doente desde os primeiros dias de março, seu pai enfrentou todo o colapso do sistema público de saúde numa cidade amazônica. Sobre esse capítulo, Maria, vou precisar pedir licença a você para me aprofundar em uma segunda carta, porque há muito que ainda precisa ser esclarecido. Por enquanto, vou apenas mencionar que seu pai morreu na fila por uma vaga numa UTI pública de São Paulo.

Seu pai só não morreu na rua, Maria, como aconteceu — e ainda acontece — com milhares de brasileiras e brasileiros porque uma rede de amigas e amigos dedicou seus dias a conseguir doações que permitiram interná-lo na UTI de um hospital privado. Ainda assim, seu pai morreu com uma dívida impagável que nem todas as vaquinhas e vendas de fotos e de camisetas conseguiram alcançar. Seu pai sonhou tanto com a casa própria que nunca conseguiu construir com seu salário de jornalista enquanto viveu e sua morte custou um valor capaz de construir várias casas. Assim é o Brasil, Maria. (grifos nossos)

A carta que transparece dor e indignação ganha tom informativo com os hiperlinks que dão contexto ao relato pessoal. No trecho abaixo, os grifos mostram primeiro a disposição de uma notícia do portal O Estadão sobre verbas extras para “caciques do Congresso”, e depois uma apuração do portal *El País* sobre o aval para a CPI da pandemia:

Para você não sentir-se tão ferida pela sociedade brasileira, **é justo que eu diga a você que já são muito mais de 100 os pedidos de impeachment de Bolsonaro hibernando na gaveta do presidente do Congresso.** Primeiro foi Rodrigo Maia, que os manteve lá, hoje é Arthur Lira, representante de uma facção do parlamento formada por deputados de aluguel cujo apelido é Centrão. Quem paga mais, leva. E Bolsonaro **desembolsou 3 bilhões de dinheiro público em verbas extras** para alugar a lealdade de excelentíssimas excrescências. Para que começassem a investigar a atuação do Governo Bolsonaro na pandemia por uma comissão parlamentar de **inquérito foi preciso uma ordem do Supremo Tribunal Federal.** (grifos nossos)

A coluna em forma de carta ainda deixa abertura para os leitores perceberem que a construção jornalística tem planejamento, mas que as subjetividades neste caso perpassam as técnicas objetivas da atividade. No trecho abaixo, reafirmando a combinação de objetividade e subjetividade como não dissonantes, mais uma vez o repertório profissional e as memórias da colunista são acionadas, assim como denota uma parte do processo de criação da coluna, ou seja, dos bastidores da pauta, quando a colunista conta como havia planejado encerrar a coluna.

Para não perder o fio, **é necessário que eu siga te contando** sobre tudo o que não presta. Você deve ter percebido, Maria, que **eu cada vez prolongo mais os parágrafos sobre seu pai porque meu coração se rebela diante da pergunta inescapável.** Desta vez, prometo, vou enfrentar seus olhos e deixar que eles me furem. (grifos nossos)

(...)

**Eu tinha planejado terminar essa carta falando sobre borboletas. Mas não será como planejei.** Para não dizer que não falei de borboletas, vou então te contar o seguinte, Maria. **A viagem mais importante que eu e seu pai fizemos aconteceu em 2004. Fomos os primeiros jornalistas a alcançar a Terra do Meio, no Pará, na Amazônia profunda. As fotos do seu pai e o meu texto foram decisivos para impulsionar a criação da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.** É por isso que seu pai colocou na capa do perfil dele no Facebook uma foto aérea do Riozinho e escreveu: “Enterrem meu coração numa curva do Riozinho do Anfrísio”.

**Quando alcançamos o Riozinho pela primeira vez, Maria, fomos engolfados por uma revoada de borboletas. Não dezenas nem centenas, mas milhares. Eram amarelas, de vários tons de amarelo, e para sempre eu e seu pai sentiríamos que havíamos atravessado um portal. Um portal da floresta, sim, mas também um portal dentro de nós. Daquele momento em diante, nós dois começamos a nos amazonizar. Maria, o**

**Riozinho se tornou para nós a terra das borboletas amarelas.** (grifos nossos)

As memórias afetivas destacadas no último trecho mostram também a hibridização que se volta a outras formas de manifestação das subjetividades no texto do colunismo de Eliane Brum, assim como o tom descritivo ao longo da narrativa. Por exemplo, o *New Journalism* ou Jornalismo Literário. Assim, observamos que é da emergência das subjetividades e da quebra de padrões estabelecidos pelos gêneros que novas ofertas de sentido são produzidas.

No extrato de colunas de *El País* assinadas por Eliane Brum apenas um dos textos não evidencia a jornalista-colunista-narradora. A publicação “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”, embora esteja na seção dos textos de opinião assinados pela colunista, tem como indexador o termo “Brasil” e é aberta com destaque para a divulgação de pesquisas realizadas por instituições especializadas. Embora a evidência daquele que narra não seja explícita para além da assinatura da coluna – e do pacto de leitura existente –, as adjetivações e ênfases empregadas ao longo da narrativa denotam a presença de um narrador posicionado. Usa termos como “uma das mais respeitadas”, “a publicação causa choque e mal-estar”, para enfatizar o posicionamento e as informações oficiais. Por outro lado, a variedade de informações e dados expostos ao longo de quase 20 páginas (*download* da coluna em .pdf) demonstram a autoridade e a perícia da jornalista para tratar do assunto.

No primeiro parágrafo, a colunista declara “A linha de tempo mais macabra da história da saúde pública do Brasil emerge da pesquisa das normas produzidas pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro relacionadas à pandemia de covid-19”. Embasada nas pesquisas, nas declarações de fontes especialistas consultas e no conhecimento de caso que tem do assunto, transparece sua opinião para o leitor: “Há intenção, há plano e há ação sistemática nas normas do Governo e nas manifestações de Bolsonaro, segundo aponta o estudo”, escreve Eliane Brum.

Ao mesmo tempo em que revela os dados, ao dizer “Obtida com exclusividade pelo EL PAÍS, a pesquisa (...)”, a colunista enaltece a credibilidade do portal e dá pistas sobre os bastidores da apuração, numa tentativa de dar ainda mais transparência e confiabilidade aos fatos e à própria narrativa. Do mesmo modo, a autorreferência à qual a atarização do processo de construção noticiosa remete está presente, tanto referências ao próprio portal ao dizer da exclusividade do conteúdo, como nos hiperlinks que

contextualizam as informações ao longo da coluna. Nestes *links*, outras colunas de *El País* e da própria Eliane Brum estão disponíveis. Ao remeter ao portal e a outras narrativas de sua autoria, a jornalista-colunista dá evidências ao leitor sobre sua expertise, técnica jornalística e domínio do assunto, se credenciando como narrador apto a falar ao leitor.

### **Colunas de Fabiana Moraes:**

A recorrência destas estratégias, principalmente embasadas na evidência da colunista que narra, é notável no colunismo praticado pela jornalista Fabiana Moraes. Desde a sua primeira publicação junto ao *The Intercept Brasil* as tentativas de se colocar próxima do público e de estabelecer vínculos de confiança perante a transparência do fazer jornalístico e de seu posicionamento, igualmente embasado em fatos e acontecimentos que expõe ao longo das narrativas, é perceptível. Assumidamente uma profissional que, em sua trajetória como repórter especial, procura relatar temas como as desigualdades sociais, pobreza, racismo e preconceito em suas diversas formas, os temas figuram também nas colunas de Fabiana Moraes.

Em sua primeira publicação como colunista do *The Intercept Brasil*, com o título “Por uma outra democracia: esta não protege a maioria da população brasileira”, Fabiana Moraes recorre as suas próprias memórias já nos primeiros parágrafos da coluna:

Foi em um beco no Alto José Bonifácio, a barriga suja de picolé, que **eu ouvi** a palavra mágica pela primeira vez: DE-MO-CRA-CIA.

**Mil novecentos e oitenta e quatro, morava na zona norte do Recife e via no jornal das oito os cartazes Diretas Já** levantados por uma multidão. Na tela, a voz grave do apresentador sugeria que algo muito sério estava acontecendo. **Tentava entender aquilo enquanto ouvia** Madonna cantando Like a Virgin e Cindy Lauper, Girls Just Wanna Have Fun. **Eu tinha dez anos** e em algum lugar **sabia** que aqueles dois movimentos – a mudança política e a música pop – nunca mais passariam batidos **por mim**.

Os dois significavam possibilidades de revolução.

Assim foi: Tancredo eleito, Tancredo morto, o bigode latino de Sarney, Plano Cruzado, Chernobyl, He-Man, She-Ra, inflação, um sapato que tinha que durar o ano todo, **meu pai contando os tostões**. Aí, apenas oito anos depois daqueles milhões exigindo eleições diretas, **era minha vez de estar nas ruas** em meio a centenas de pessoas pedindo o impeachment de Fernando Collor. **A barriga suja de picolé tinha dado lugar ao rosto pintado de verde e amarelo.**

**DEMO-CRACIA: quase 18 anos e agora eu tateava melhor aquela palavra.** (grifos nossos)

Ao se assumir como parte do narrado, o discurso também convoca o leitor a acessar suas próprias memórias acerca daquele período que a colunista deixa marcados

com grifos em negrito e termos escritos em letras maiúsculas, uma relação de troca de sentidos entre emissão e recepção. São as memórias da colunista que destacam seu posicionamento (opinião) e denotam alguém que aborda um assunto do qual tem conhecimento. Logo adiante, a experiência e o domínio do tema são reforçados pela apuração que explicita informações estatísticas com *links* para fontes oficiais, e mais dados, tanto ao longo do texto como na oferta de hiperlinks com conteúdos extras de apurações do *Intercept* e, inclusive, de outros veículos de comunicação e até mesmo de livros.

Ainda recorrendo às próprias memórias, Fabiana Moraes destaca que, quando finalmente deixou de tatear a palavra democracia “descobri que ela não era para mim”. Lembrando da infância pobre, chega ao momento presente, em que a pandemia de coronavírus exacerbou as desigualdades sociais. E ao dizer de si e também fazer uso da primeira pessoa do plural em diversos momentos busca reiteradamente se aproximar do público a quem se dirige:

**Quase trinta anos depois, estou aqui, usando uma máscara manchada de água sanitária e ouvindo, perplexa,** muita gente repetir que “a pandemia revelou o abismo social do Brasil”.

Em que diabos de país estas pessoas moravam, **eu não sei.**

Assim é: ministro da saúde entra, ministro da saúde sai, o presidente corre atrás de uma erna segurando uma caixa de cloroquina, 7 milhões de testes para Covid-19 perdem a validade, quase 180 mil mortos pelo vírus, intelectuais repetem muito sérios que “precisamos recuperar nossa democracia”.

O fato de um ínfimo bicho descontrolado ter feito com que tanta gente percebesse só agora **o quanto somos profundamente, historicamente e reiteradamente desiguais diz muito sobre nossa enorme desconexão entre classes.** (...) (grifos nossos)

No trecho a seguir, explora a autorreferencialidade com o uso de hiperlinks do *The Intercept* e uma narrativa de convocação e proximidade com o leitor. :

**Não esqueçam:** foi o consenso que produziu uma de **nossas** aberrações históricas, a Lei da Anistia (1979) que concedeu o perdão “a todos quantos [...] cometeram crimes políticos ou conexos com estes”, incluindo aí o time mais repressor do estado brasileiro. Hoje, **somos uma das poucas “democracias”** na América Latina que **celebram uma ditadura.** Foi também a ideia de consenso que **nos brindou** com o conceito absurdo de “democracia racial”. (grifos nossos)

Para além do uso das memórias, Em “‘Meu filho precisa de alimento’: as placas que gritam a fome no trânsito”, a colunista Fabiana Moraes junta suas experiências à estratégia de explicitar ao leitor sobre fatos comuns sobre o fazer jornalístico. Conta

sobre sua prática profissional e de como se deu a escolha dos personagens que figuram nesta coluna:

É bem comum, entre jornalistas, publicizar o esforço empreendido na realização das suas matérias e reportagens. Informar, por exemplo, que percorreram milhares de quilômetros para encontrar pessoas e cidades ou que passaram meses, até anos, para concluir uma investigação. Muitas vezes, a ideia é passar a sensação de que o diferente, o não visto, o “exótico”, está muito longe, que é preciso atravessar muitas léguas para fazer esse oculto emergir.

**Na apuração deste texto, eu não cheguei a deixar a rua de minha casa. Saí apenas duas vezes e, em ambas, andei alguns minutos, no máximo uns 700 metros. Na primeira vez, encontrei Fábio e Ricardo. Na segunda, Mateus, Adriano e Ronald.**

Todos eles, que passam o dia por perto, **mas não são meus vizinhos, seguram espécies de placas (na verdade, tampas de caixas de isopor ou pedaços de papelão) e circulam com elas sobre o peito ou acima da cabeça entre os sinais de trânsito. Ali, podemos ler:**

“Meu filho precisa de alimento” (Fábio)

“Tenho dois filhos preciso de ajuda alimento” (Ricardo e Adriano)

“Estou com fome” (Mateus e Ronald)

(grifos nossos)

A jornalista se mostra como parte do narrado, não como personagem, mas a partir da sua observação, da expertise profissional capaz de enxergar conteúdo jornalístico no cotidiano que muitas vezes escapa da dita grande imprensa. E logo contextualiza a percepção, trazendo através da história dos personagens a situação que se multiplica no Brasil durante a pandemia de Covid-19:

Eles fazem parte de um enorme contingente da população brasileira que, desde o início da pandemia, vem sobrevivendo graças à utilização desse recurso quase publicitário para se fazer ver. É uma forma de falar mais alto, de colocar o corpo em letra maiúscula. Em várias cidades do país, desde março, eles se multiplicaram pelas ruas: **aqui, vejo constantemente** seus corpos, geralmente muito magros e geralmente muito pretos, ziguezagueando trajetórias entre carros, motos, bicicletas, vendedores de frutas, de água, de doces, limpadores de para-brisas, de flanelas. (grifo nosso)

Emprega citações com falas diretas dos personagens para atestar sua percepção acerca do assunto. E, por vezes, disponibiliza hiperlinks com conteúdos extras, nos quais aparecem notícias de outros portais. Quando diz “Outros, para baratear os custos, compram botijões clandestinos, que não seguem padrões de segurança e são mais baratos. Muitos já **explodiram**. É uma questão gravíssima, antiga e que se aprofundou após a covid-19.”, apresenta (no nosso grifo) uma notícia do portal G1 sobre acidentes com explosões no manuseio de alternativas de combustão para cozinhar os alimentos. Busca reforçar a credibilidade ao denotar sobre os seus procedimentos que originaram a

coluna e a técnica profissional de seguir a observação dos fatos até a publicação (e depois também):

É a segunda placa que Fábio usa. Começou a lançar mão do recurso há cinco meses, quando o isolamento tornou o negócio da reciclagem impossível de ser mantido. Na primeira, escreveu “preciso de trabalho”. Dias depois, percebeu, olhando outras pessoas que também circulavam pedindo ajuda nos sinais de trânsito, que falar sobre os filhos e filhas garantia uma ajuda maior. **“Te dão mais roupas, mais comida, mais trocados. Sabendo que a gente tem filho, mais gente nos olha.”**  
**(Fábio continua precisando de trabalho).**  
(grifos nossos)

O excerto acima indica que a colunista seguiu acompanhando os personagens, mesmo já tendo realizado a entrevista, para entregar uma narrativa contextualizada e atualizada. Em outros trechos da coluna, Fabiana Moraes expõe também as suas perguntas, uma conversa direta para que o leitor tenha ainda mais percepção de como tudo se deu:

**Enquanto perguntava mais sobre sua família, percebi** que Fábio estava ansioso para voltar ao sinal e garantir seus trocados. **Encerrei a conversa.** Assim, como ia interferir na renda de cada pessoa aqui entrevistada, uma vez que precisariam sair dos pontos para conceder entrevista, **decidi contribuir com R\$ 10 ou R\$ 20 no fim de cada conversa. Nenhum deles, a não ser Ronald, me pediu qualquer valor. Não é uma questão confortável, como quase nada é nesse país.**

**Assim que me despedi do carroceiro, encontrei Ricardo Lira, 49, que tossia e respirava com dificuldade.** Usava uma máscara azul e uma camiseta amarela e verde na qual líamos “Brasil”.

(...)

**Ricardo parece muito cansado, tem algumas escoriações. Pergunto se ele está doente. Diz que não,** que havia tomado uma chuva forte três dias atrás e, depois disso, começou a tossir. Os machucados do corpo foram resultado de uma queda. A placa imprecisa que usa, assegura, é uma forma melhor de sobreviver do que catar o papelão. **“Na reciclagem você trabalha muito e ganha dez centavos, cinquenta centavos, passa o dia todo revirando lixo. A placa é melhor. Uma vez me deram R\$ 100. Eu guardei logo para o aluguel.”**

– **O senhor já escutou coisas ruins, aqui na rua?**

– **Já, já.**

– **O que, por exemplo?**

– **Eu prefiro não falar.**

– **O senhor reagiu?**

– **Não, eu não posso. É o lugar onde eu sempre trabalho, né?**

(grifos nossos)

Já encerrando a coluna, a jornalista promete desdobramentos do conteúdo e declara como será a abordagem, apostando uma vez mais na transparência da sua prática e na autoridade narrativa de quem testemunha a realidade:



**Me despeço** de Adriano, que ficará até depois das 22h catando papelão, e **vou voltando para minha casa, a menos de cinco minutos dali.** **Ronald, encostado na loja chique de crianças, estava nos observando.** Ele é amigo de Mateus e levava consigo uma placa falando da sua fome. **“Tia, me arruma um trocado?”.** **Eu digo que sim e pergunto se podemos caminhar e irmos conversando. Ele aceita e seguimos.** Há muito a falar sobre Ronald e sua família. **Em breve, eles estarão aqui.** (grifos nossos)

Ao longo da narrativa, entrevista cidadãos que estão nos sinais de trânsito pedindo ajuda para falar de um drama coletivo. E explicita como os encontros se deram para atestar o dito, uma vez que tradicionalmente o ritual jornalístico recorre a fontes oficiais e não apenas a cidadãos comuns. Por outro lado, o conteúdo expõe tanto a dificuldade de quem está nas ruas que se aproxima às narrativas literárias, quando as exacerbações dão mais sentidos de realidade. Ao manter as falas dos entrevistados, transformados em personagens, em citações diretas, causa tal efeito, numa sugestiva tentativa de chocar o leitor e emergir novos sentidos na leitura, tal qual sugere Resende (2009) ao propor deslocar, desdobrar os sentidos das narrativas jornalísticas.

Na coluna “Carlinhos Maia e o Instagram como meio perverso de superar a pobreza” Fabiana Moraes recorre novamente ao repertório de memórias pessoais para se colocar junto do narrado e, ao mesmo tempo, reforçar sua autoridade narrativa e expertise profissional.

**Jamais vou esquecer: estava fotografando, caminhando pela praia de Japaratinga, litoral norte de Alagoas, quando vi** um grupo animado em torno de um pequeno fogareiro. Um barco de madeira fazia as vezes de apoio, a música estava alta e o cheiro de churrasco tomava conta. **Fiquei olhando de longe e, aos poucos, fui me aproximando.** Vi duas mulheres muito bonitas, uma com cerca de 70 anos, outra mais jovem, e acenei. **Me apresentei, falei que era jornalista e pesquisadora e perguntei se poderia fotografá-las.** Elas, mãe e filha, responderam que sim e deixaram que eu as registrasse ali, vestidas com seus maiôs coloridos, comendo, bebendo e celebrando com amigos e famílias. **Quando terminei, agradei a ambas.** A mais velha, mulher miúda, magrinha, respondeu: “obrigada a você por nos fotografar”. **Aquilo me marcou para sempre.** A frase daquela senhora sugeria o peso que a atenção midiática tem sobre populações localizadas em setores menos prestigiados da sociedade: **as perguntas sobre em que TV eu trabalhava me mostraram que elas posavam para a jornalista, não para a pesquisadora.** (grifos nossos)

No excerto estão os primeiros parágrafos da publicação que, adiante, aborda em tom crítico a exposição de Carlinhos Maia na internet e, de modo geral, da exposição da superação da pobreza por figuras públicas. A colunista destaca a sua trajetória profissional e aciona também seu conhecimento de causa como pesquisadora, ofertando

em hiperlink conteúdos de artigos científicos de sua autoria: “Há alguns anos, **me interesse** pela relação celebridade e pobreza.” Assim, a atorização também desvela um esforço para destacar a autoridade narrativa da profissional a se legitimar junto do público. A colunista segue falando com o leitor, reiterando sua autoridade de jornalista e, especialmente, de pesquisadora: Antes, um aviso: **o fato de você não saber** quem é ou quem era Maia não diminui o poder que ele tem sobre uma audiência muito significativa. **Celebridades, gostemos ou não, são essenciais para entender a cultura contemporânea e o que se passa na sociedade.**”.

Para endossar seu posicionamento, Fabiana Moraes apresenta recortes das publicações de Carlinhos Maia e *links* das redes sociais e, contrapondo a celebridade, argumenta com dados para que o leitor faça a sua interpretação a partir de uma narrativa contextualizada. Nos *hiperlinks*, oferece informações de outros portais de notícias, como de O Globo, Uol e sites como portal do Ministério da Saúde, como no exemplo abaixo:

Ao oferecer diariamente dezenas de registros dessa abastada vida para milhões de pessoas – principalmente através desse recurso Stories, na qual foi, em 2018, vice-campeão de visualizações no mundo, perdendo apenas para celebridade norte-americana Kim Kar-dashian –, Maia reforça um poderoso discurso contemporâneo: o da meritocracia.

(...)

É aí que mora a perversidade da coisa: no país no qual **60% das trabalhadoras e trabalhadores ganha menos de um salário mínimo mensal**, país com **recorde de quase 15%** da população desempregada, a busca pelo sucesso através das redes parece ser (e é) um viável meio de mobilidade social, uma chance de sair de uma condição que **nosso** concentração de renda e salários baixos, **nosso** desinvestimento em saúde e educação, produzem e reproduzem historicamente. (grifos nossos)

A expertise de Fabiana Moraes, não só como jornalista, também de pesquisadora, parece ser acionada em outra coluna, cuja repercussão também foi tema da colunista Eliane Brum: a vagina esculpida no chão de Pernambuco pela artista Juliana Notari. A partir da observação dos desdobramentos acerca da repercussão o trabalho, a colunista faz o balanço sobre a relação de trabalho entre Juliana Notari e os trabalhadores que auxiliaram na obra. Enquanto muitos compararam os trabalhadores, a maioria negros, como escravos, isso a partir apenas de fotografias, a jornalista e pesquisadora fez uso da técnica e trouxe a apuração jornalística para fazer o contraponto na coluna intitulada “A buceta e os pretos: trabalhadores da obra de arte não são escravos, são frutos da abolição precária”.

Apresenta entrevistas, assim como dados já divulgados por fontes oficiais para atestar sua exposição. Se, de um lado, o “eu” que narra está menos evidente nesta coluna, ele aparece nas tentativas de estabelecer proximidade com o público quando usa expressões em que se coloca junto da comunidade, como quando diz “podemos”, por exemplo. De outro lado, enaltece o viés da autoridade narrativa ao conduzir o texto pelo viés de quem observa as várias perspectivas do tema abordado com conhecimento de causa para falar.

A repercussão do caso, que foi parar em vários veículos no exterior do país, não espantou Filipe. **“Uma obra daquela proporção é uma ousadia. De longe, a gente olha e pensa que é uma pintura, um quadro, uma escultura, um banner gigante. Fiquei orgulhoso, foi um trabalho novo pra gente.”**

Filipe sabe que também fez arte. André **me diz** que a “executa”.

(...)

Homem preto que já trabalhou em banca de feira, montando exposição, escritor, professor e poeta, Allan da Rosa observa a manutenção, também no campo da arte, da desqualificação do trabalho braçal, da separação entre quem pensa e quem executa. **Mas a mão preta também é mão pensante, ele diz.**

(...)

**Mas quando mira as fotografias de Notari e Uchoa, muita gente – e muita gente branca – faz simplesmente a rápida conexão entre elas e os quadros do pintor francês Jean-Baptiste Debret, que esteve no Brasil no começo do século 19 e registrou situações cotidianas da então colônia.** (grifos nossos)

Os trechos acima, intercalados com fotografias e legendas dos trabalhadores da obra de arte, trazem à tona os aspectos que Fabiana Moraes conta que mais chamaram a sua atenção, atestados com as falas dos entrevistados. Além disso, também busca no repertório de pesquisadora (ainda mais) autoridade para falar através da relação que faz com outras expressões artísticas e contexto histórico. Cita pesquisas acadêmicas e fontes para consulta nos hiperlinks, como no trecho abaixo, em que expõe seu olhar de quem pesquisa sobre pobreza, racismo e desigualdades sociais, temas que são igualmente recorrentes em seus trabalhos como repórter:

Mas nem André, nem Filipe ou outras pessoas negras trabalhando nesse Brasil de 15 milhões de desempregados são escravas: são antes de tudo fruto de uma abolição precária, de um estado que instalou uma política de branqueamento social e que lançou a pele escura para as periferias e o subemprego. São fruto de um país que durante décadas impediu seus acessos às universidades, que concentra renda como poucos no mundo e que continua dizimando principalmente homens pretos jovens. Segundo o **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, entre 10 pessoas mortas pela polícia em 2019, oito eram homens negros. (grifos nossos)

Mais uma vez a expertise de pesquisadora e o repertório de anos como repórter especial são acionados por Fabiana Moraes na coluna “O Brasil não combate a pobreza, nosso país combate o pobre”. A coluna em que a colunista faz parte da narrativa é uma crítica à imprensa a partir de um especial da Revista Veja que conta histórias de nordestinos de sucesso.

Depois de dez dias trabalhando na montagem de uma exposição na região da Luz, em São Paulo, **me preparava para voltar para casa quando**, em uma espiada ou outra no celular, **vi aparecer na tela um especial da revista Veja SP**. Nela, estavam sete nordestinos que, morando naquela cidade, “venceram na vida”.

(...)

**Aquilo me fez lembrar de uma piada clássica entre jornalistas**: ela diz que um cachorro mordendo um homem não é notícia, mas, se o homem morder o cachorro, **temos** uma boa manchete. Pois bem: em pleno século 21, nordestinos “de sucesso” são, para parte da imprensa nacional e não só a Vejinha, o homem mordendo o cachorro.

(...)

A edição causou um considerável debate, nas redes sociais, sobre geografias, estereótipos, preconceitos. **Mas em lugar de falar especificamente dessas questões, quero focar naquilo que as sustenta e mantém, a força-motriz que continua gerando discursos anacrônicos como o da Veja SP e seu pau-de-arara renovado com filtros de Instagram: o horror ao pobre.** (grifos nossos)

Além de ser personagem da narrativa pelos relatos em que conta a sua percepção acerca da publicação, a colunista inclui foto de seu arquivo pessoal. A partir da legenda e do relato abaixo, percebemos que a colunista tem em sua rotina a prática de reunir material, insumos para as pautas e pesquisas, buscando na realidade próxima os insumos para o trabalho:

**Tenho outro exemplo mais prosaico** (mas é justamente no cotidiano que a cisão entre classes se dá): à beira-mar de Japaratinga, em Alagoas, **reparei** uns trabalhadores realizando uma obra em uma espécie de mureta que limita uma casa e uma pousada da areia da praia. O local serve como uma espécie de banco no qual principalmente mulheres e crianças do povoado do Boqueirão costumam sen-tar-se, no fim da tarde, para conversar e ver o dia ir embora.

**Ao me aproximar, percebi** que eles aplicavam, a mando dos proprietários – que não vivem no local –, pedrinhas pontudas. Elas servirão justamente para afastar aquele povo de um lazer simples naquela praia quase deserta. **Fiquei impressionada com a mesquinhez: sempre me pareceu um exemplo de urbanidade e civilidade ver aquelas mulheres**, várias delas trabalhando como lavadeiras, cozinheiras e arrumadeiras nas casas e pousadas da região, conversando entre si enquanto viam seus filhos brincando na areia. Um descanso gratuito, uma forma de estar de pé no outro dia.

**Compartilhei minha perplexidade com o senhor que carregava sacos de cimento sob o sol**. Era, vejam só, um “nordeste” que ali construía outra forma de exclusão de seus amigos, familiares, colegas. De si mesmo, enfim. Sabia disso e sentia raiva. **Apontou para dentro de uma das casas:**

**“Eles fazem isso porque se acham melhores, acham aí que vão viver três mil anos. Sabe o que acontece? Esse povo esquece que também se acaba”.**

No outro dia, pintadas de verde, as pedras já estavam no lugar do povo que a elite brasileira não quer ver e se acostumou a odiar.

O texto explora entrevistas com personagens nas quais há citações diretas, consulta a fontes especializadas (entrevistas) e variada oferta de hiperlinks para acesso a informações que atestam a narrativa da colunista, tanto de instituições de pesquisa, de livros e de outros portais de notícias, como Folha de São Paulo e Uol. Os excertos da coluna mostram que a narrativa é conduzida a partir do olhar e do relato de experiência de Fabiana Moraes, que também se transforma em personagem da coluna. A performance ainda desvela sobre seu processo de criação da coluna e a autorreferencialidade junto do processo de atorização da construção jornalística. Este transparecer dos bastidores também indica uma estratégia de autenticação da credibilidade por meio da transparência oferecida aos leitores.

Ingressar como personagem da narrativa num processo de atorização ou falar de si, acionar a experiência profissional e desvelar procedimentos de construção narrativa das colunas reivindica uma recepção metarreflexiva por parte do público. Ou seja, ao voltar-se para si, numa narrativa complexa, a estratégia se completa no compartilhamento de sentidos com o leitor. E Fabiana Moraes faz isso recorrentemente. Na coluna “Ter medo de que, Fabiana?: uma reflexão sobre minha avó, “Torto Arado” e uma língua apunhalada” a colunista já declara uma narrativa autorreferencial no subtítulo da coluna: “Respondo a uma mensagem enviada por Itamar Vieira Júnior, autor do livro, para mim. Este é um texto sobre o diálogo necessário quando a briga entre pretos na TV é hoje a grande atração nacional.”. Por meio de suas memórias, diálogos com sua avó lembrados, Fabiana Moraes estabelece um vínculo de transparência e proximidade com o público. Deixa claro que fala de sua experiência, inclusive quando usa uma foto sua segurando um retrato de sua avó, para tratar de questões históricas que abarcam uma sociedade inteira, qual sejam, a pobreza, o preconceito, o racismo. Abaixo, os parágrafos extraídos das primeiras páginas da coluna revelam como se dá essa construção:

**Minha avó Rosa** lavava roupa em um rio lá em Sapé, na Paraíba. Não eram peças que ela, minha tia e meu pai usavam: as roupas pertenciam às famílias que viviam nas casas espaçosas da cidade. Passava horas, a semana toda, dentro d’água. **Quando ela contou sobre esse período, me ofertou uma**

**cena que de certa maneira me reinaugurou:** toda vez que vovó saía do rio as suas pernas estavam repletas de sanguessugas.

**Aquilo me apavorou.**

**“E a senhora voltava no outro dia pra água? Não tinha medo?”**

**“Ter medo de que, Fabiana? Eu tinha que criar o seu pai”.**

**Desde então, a imagem da minha avó entrando novamente no rio para lavar roupa, apesar do cansaço, apesar do sangue, apesar dos parasitas, é meu amuleto e minha fé.**

**“Ter medo de que, Fabiana?”**

(...)

No mundo-Brasil repleto de estereótipos, esse texto pode rapidamente aprisionar vovó Rosa no que chamam de “mulher-macho”. Ou em uma espécie de heroína. Mas não: ela tinha, **como você e eu**, seus limites, seus erros e espaços borrados. **Lembro que, às vezes, me mandava arrumar os cabelos e usar roupas mais delicadas, ficar mais “civilizada”. Parecer menos preta, me parece.**

(...)

**“Gente como eu”:** buceta, pele escura, vinda do morro. Uma vez, **para me elogiar em um grupo de amigos após a notícia de que eu ganhara um prêmio nacional, uma pessoa disse: “ninguém dava nada por ela”. Outra vez, estava perto de gente com muito dinheiro, investidores de arte e do mercado financeiro. Meio divertida, dei uma opinião que se contrapunha ao que um dos endinheirados dizia.** Ele parou por um momento. **Olhou não para mim, mas para meu companheiro**, um homem branco. “Ela é danada, né?”. Quase todos riram. “Danada”, “atrevida”, “neguinha enxerida”. **Me mandaram calar a boca diversas vezes.**

(...)

Aí, finalmente, **conheci uma irmã da minha avó:** o nome dela é Gloria Jean Watkins e ela nasceu em 1952 muito longe de Sapé, em Hopkinsville, Kentucky, sul dos Estados Unidos. Enquanto vovó lavava roupa, vendia sarapatel e defendia meu pai com uma faca, Gloria crescia e mudava o nome para bell hooks, uma homenagem à sua bisavó.

**Hooks me ajudou a entender que aquilo o que se poderia pensar como experiência pessoal era, na verdade, uma questão coletiva.**

(...)

**Eu pensei muito em ambas, Rosa e bell, enquanto lia “Torto arado”, o livro fenômeno escrito por Itamar Vieira Júnior sobre a história de duas irmãs, Bibiana e Belonísia.**

(grifos nossos)

Estes e outros excertos destacam não só as memórias, mas a experiência, como pessoa e como profissional, em relação à temática abordada. Todo o preâmbulo de reminiscências reitera a recorrência com que o preconceito se revela, até que a colunista passa a, de fato, falar sobre a resposta a Itamar Vieira Júnior. Fabiana Moraes reproduz um comentário público que fez em sua conta na rede social *Twitter*, numa avaliação sobre Torto Arado, de Itamar. Ao que o escritor a respondeu por meio de uma mensagem privada, na qual ela diz que ele “sugere que sou racista – afirma que eu preferiria que um homem branco estivesse no lugar de sucesso dele (...)”. É preciso observar que as narrativas da colunista não ficam restritas à publicação no portal. Elas ganham ainda mais repercussão porque são compartilhadas em suas contas pessoais em

redes sociais, assim como também faz a colunista Eliane Brum, inclusive em um site próprio.

A mensagem de Itamar foi enviada há um mês. **Demorei a escrever a respeito** por dois motivos: o primeiro é que **estou mais atenta sobre ser reativa, sobre me apressar na fala e na escrita. Se elas me salvaram tantas vezes, decidi que serei mais cuidadosa.** Se elas, em poucos caracteres, provocaram uma mensagem tão virulenta e descuidada, então que agora haja tempo, espaço e reflexão.

**O segundo motivo da minha demora na resposta – e aqui escrevo também olhando para você, Itamar – é a centralidade da discussão que tua mensagem provoca.**

(...)

**Decidi te responder publicamente, Itamar, porque minha mensagem para você ficou, diferentemente da sua mensagem para mim, no vácuo. Pensei muito se deveria falar a respeito. Não é fácil erguer a voz dentro de uma estrutura de relações de poder na qual estou em um lado mais frágil.** Mas não houve retorno, e sim o aborto prematuro de um diálogo iniciado por você com o que **pareceu uma cotovelada na minha cara. Respondi e não fui ouvida. Então quero refletir, aqui, sobre algo que me foi ofertado por você.** Entendo que esses textos não são apenas sobre duas pessoas, mas sobre o estado atual das coisas. Sobre falar ou calar. Sobre interditar e não escutar. Sobre que estrutura se mantém firme enquanto pessoas negras estão se atacando.

Primeiro, **te peço novamente desculpas, agora aqui, por ter, sem querer, te ofendido.** Quando opinamos sobre algo, sobre o que é caro às pessoas, precisamos embasar melhor nossa fala. A pressa não pode mais servir de anteparo. Falei sobre algo importante e não tive o cuidado de apresentar melhor a discussão. **Erro meu. Levarei esse aprendizado e te agradeço por isso.**

**Mas repare: eu te peço desculpas. Não te peço licença.**  
(grifos nossos)

A colunista apresenta, numa narrativa em tom de conversa direta com Itamar, os motivos que originaram a coluna, assume ter errado e se posiciona, fortalecendo o pacto de transparência. Para além da atorização, oferece uma narrativa contextualizada e complexa ao leitor quando expõe conteúdos extras, nos hiperlinks, que igualmente dão embasamento para suas falas, como por exemplo, textos de Veja, Abril, Folha/Uol, *The Intercept*, A Pública, além de conteúdos do *YouTube*. Após estes trechos, a colunista sustenta seu posicionamento contrapondo suas falas com trechos de Torto Arado que originaram sua reflexão no *Twitter* e, por consequência, a mensagem do escritor. Também, traz em seu discurso referências à trajetória de pesquisadora e intelectual negra, numa estratégia de endosso à autoridade narrativa, como no excerto a seguir:

O uso indiscriminado da chamada “representatividade” é exemplo disso. **Há anos sou chamada por pessoas brancas para participar de debates porque “precisam de uma mulher negra à mesa”. Me dizem isso, e a cara nem treme. Abandonei uma entidade nacional de jornalismo quase**

**100% branca depois de compreender que, lá, minha opinião, na verdade, não valia muito.** Mas era legal ter “diversidade” na diretoria. (grifo nosso)

Em outra coluna, “Cara grande imprensa, você quer trocar 35 anos de democracia pelas promessas de um fã de Ustra?”, também ingressa com destaque para o “eu” que narra, acionando suas próprias memórias, para fazer uma crítica à imprensa. Comparando suas lembranças sobre um programa de televisão comanda por Sílvio Santos com crianças com as atitudes de parte da imprensa brasileira a respeito do presidente Jair Bolsonaro, a colunista questiona e expõe seu posicionamento com base em dados:

O apresentador ia perguntando se a criança lá dentro queria ou não determinado objeto e, sem ver o que ele escolhia, ela podia dizer apenas “sim” ou “não”. Várias vezes, é claro, deu ruim: teve gente trocando a então sonhada TV a cores por uma figurinha rasgada, uma bicicleta por uma meia suja.

Às vezes **tenho a impressão** de que uma parte significativa da imprensa brasileira é a criancinha dentro do foguete, berrando às cegas para o público sem ver o que se passa ao seu redor. É o que justificaria, por exemplo, o seu comportamento quando o presidente Jair Bolsonaro apareceu em cena antes de assumir o máximo posto do Executivo. Naquele momento, a pergunta era muito clara: “Caros veículos de comunicação, vocês querem trocar uma promissora senhora de 35 anos chamada Democracia por um fã incondicional de tortura e com uma passagem pífia de quase três décadas no Congresso Nacional?”.

A luz vermelha acendeu e parte da imprensa soltou um sonoro “siii-iim” lá da cabine.

Com uma a cada cinco famílias brasileiras **cozinhando** com lenha e carvão por falta de dinheiro para comprar gás; com **cortes** nas combatidas Saúde e Educação e investimento na Defesa; com a **imensa militarização** do governo; com mais de 260 mil de mortos por covid-19 **ao nosso redor**, está claro que **escolhemos** a figurinha rasgada.

**E o que faz, lá dentro do seu foguete, a menina Imprensa?**

(grifos nossos)

(...)

**Sermos, nós jornalistas**, inclinados a esta ou aquela orientação político-ideológica, o que é normal, **não pode nos impedir** de admitir o óbvio: **estamos** na maior das enrascadas políticas dos últimos 35 anos e qualquer escolha que evitasse a eleição do atual chefe do executivo não era, minimamente, difícil.

(grifos nossos)

Além de se colocar como alguém próxima do público ao mesclar os tempos verbais na primeira pessoa do singular e do plural, expõe sua opinião e oferta informações para atestar o que propõe em reflexão. Nos trechos acima são pelo menos três hiperlinks (sublinhados) com conteúdos de *El País*, portal Terra e pesquisa do Inep. Também é autorreferencial, quando cita apurações que realizou como colaboradora de outros veículos de imprensa, como neste caso: “Bolsonaro não é louco, não é folclórico,



não é um “Sergio Mallandro”, como **já escrevi**”, em que cita a revista Piauí, também sobre crítica à imprensa.

Já no trecho abaixo, ainda da mesma coluna, Fabiana Moraes além de citar máximas da prática do jornalismo, apela à autoridade narrativa quando oferece ao leitor não um artigo de opinião, mas um artigo científico, submetido ao 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, para endossar o tom crítico:

Foi justamente atenuando sua toxicidade que **nós da imprensa ajudamos** a criar o vírus-presidente. A pílula foi dourada por meio de **velhos bastiões jornalísticos, como as ilibadas “neutralidade” e “imparcialidade”**. Nesse sentido, **é comum ver análises, inclusive acadêmicas, apontando programas populares como Superpop ou CQC como responsáveis pela popularização de Bolsonaro para além das fronteiras do Rio de Janeiro e Brasília**. De fato, a contribuição foi grande: ali forjava-se o cara “sem papas na língua” e “autêntico”. Bom para garantir audiência. Mas quem “higienizou” JB para o mercado e para boa parte da população não foi Luciana Gimenez e cia. **(Escrevi sobre isso em um artigo científico sobre a celebrificação de Bolsonaro)**. (grifos nossos)

A estratégia de uso da autoridade narrativa como ato de legitimação junto ao público também se repete na coluna “Nos escandalizamos com a fome, mas sabotamos as possíveis soluções”, em que mais uma vez a crítica à postura de parte da imprensa brasileira está presente na postura de Fabiana Moraes. Ao final da coluna, aliás, indica que o texto tem colaboração de Gêssica Amorim, da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE). Além disso, indica, para leitura em destaque no fechamento da coluna dois artigos científicos sobre a abordagem da fome pela imprensa, numa notória valorização do conhecimento e da apuração a partir de procedimentos técnicos que a pesquisa científica faz uso, tal qual a técnica jornalística.

A partir da observação da realidade, apresenta na publicação dados acerca da fome e da pobreza, principalmente no Nordeste, que embasam sua opinião, oriundos de fontes como IBGE, junto das reportagens de outros portais ao longo do texto por meio dos hiperlinks, que dão corpo à narrativa da coluna. Mas já no título, ao dizer “nos escandalizamos” e “sabotamos”, por exemplo, se coloca como parte do narrado como profissional da imprensa e também como parte do público. Isso se repete ao longo do texto em diversas expressões como “nos entreter”, “voltamos”, “nós tenhamos”. Em outros trechos, a evidência da colunista, do “eu” que narra, fica ainda mais explícita:

**Quero** tratar desse último caso, já que ele está diretamente relacionado aos anteriores: falar nos governos petistas é evocar o Bolsa Família, **o maior programa de transferência condicionada de renda do mundo** (em número absoluto de pessoas assistidas). E falar no Bolsa Família é, também, uma boa oportunidade **para nós, os não famintos, analisarmos a nossa relação** tantas vezes cínica com a pobreza e a fome, tratadas como se fossem entidades sobre as quais falamos, **lemos e nos entretemos**, mas sobre as quais **não nos responsabilizamos** efetivamente. (grifos nossos)

(...)

Até então, “nostalgia”, **para mim**, remetia à saudade de um domingo na praia com a família, à lembrança do primeiro ano na universidade, à memória do filho recém-nascido dormindo no berço. **Nunca associei** “nostalgia” à extrema pobreza ou à miséria, tampouco às palavras “fome”, “urgência”, “desespero”, “necessidade” ou “morte”. **Fiquei pensando** se isso é por conta de algum ponto muito pouco sofisticado da **minha** cognição ou se é apenas mais uma prova do distanciamento absurdo que as classes médias e altas – e a maioria da imprensa – mantêm com uma pobreza sobre a qual se sentem tão à vontade para falar. (grifos nossos)

A autorreferencialidade e a exposição dos bastidores da construção da coluna são estratégias evidentes logo na abertura da publicação com título “Entre a cloroquina e o namastê: conheça a direita gratiluz”, de Fabiana Moraes no *The Intercept Brasil*. A colunista abre a narrativa dizendo “Escrevi há algumas semanas sobre um tipo típico do Brasil bolsonarista: o macho desgovernado, boy que acha bonito ser troglodita, urrar platitudes e postar tudo nas redes.”, para contar que vai abordar as observações obtidas a partir de uma apuração que fez “Navegando nessa **deep web** que por pouco não queimou meu computador (...)”.

Fabiana Moraes se coloca em cena, numa narrativa em que oferece ao leitor uma análise especializada a partir da sua expertise como jornalista atuando há anos como repórter especial e como pesquisadora acadêmica. Reafirma no texto a ideia do prestígio e credibilidade e mostra que isso não tem a ver com assepsia ao narrado. Contando ao leitor como fez a investigação, passa a expor os perfis dos personagens observados, com reproduções das redes sociais e materiais dispostos nos hiperlinks:

Durante algumas semanas, **naveguei por perfis da direita gratiluz no Instagram, Facebook e YouTube. Acompanhei palestras, vi algumas entrevistas, li trechos de livros. Em diversos momentos, senti real inveja das colegas do Intercept que estão investigando, por exemplo, o Cara da Casa de Vidro e os milicianos do Escritório do Crime.** Isso porque encontrar sentido nas sinapses de boa parte da DG é quase um espancamento cerebral: elas reúnem em um mesmo balaio o arcanjo Miguel, o poder do gengibre, os espíritos obsessivos em Brasília, a gratidão, o amor, Deus, o xamanismo de boutique, a filosofia quântica, a holística, a bioenergética, o Mal (geralmente, o “Comunismo”), o Bem (geralmente, a Família e a Ética), a barra de access, a trilha na mata, o retiro, a respiração profunda, a “medicina transfeminista”, o poder dos cristais, os Espíritos, o Exu Veludo. (grifos nossos)

(...)

Navegando nessa *deep web* que por pouco não queimou **meu computador**, **cheguei** a um dos representantes desse nicho, o escritor, terapeuta e médium **Robson Pinheiro**, autor, entre outras obras, da trilogia “A política das sombras”, composta pelos livros “O Golpe”, “A quadrilha: o Foro de São Paulo” e “O partido”. Lançada em 2016, no mesmo ano do impeachment de Dilma Rousseff (informação que consta no material sobre os livros na internet), a trilogia é bastante famosa entre os seguidores de Pinheiro. (grifos nossos)

Após destacar os perfis que são exemplos da direita gratiluz, a colunista revela mais um procedimento jornalístico: “Todos os perfis citados nesta coluna foram contatados para entrevistas, mas apenas a médica Marcela Moreira enviou suas respostas até o fechamento da coluna.”, numa oferta de sentido de transparência e credibilidade ao tentar trazer as versões de todos os lados citados na coluna.

A coluna publicada na sequência por Fabiana Moraes, “Há uma revolução na academia brasileira – e Felipe Neto precisa conhecê-la” começa com a jornalista-narradora contando sobre as repercussões da direita “gratiluz” em resposta em resposta à sua publicação. Como personagem da narrativa, evidencia seus sentimentos e procedimentos que originaram o conteúdo agora oferecido ao público:

**Protegida por uma peixeira, um copo de catuaba e com o amor revoltado de 500 romances “Sabrina” no peito, lia alguns dos afagos endereçados por parte da direita gratiluz para mim na semana passada (“burra”, “inexperiente”, “nojeira”, etc.).** Continuava a enfatizar a importância da universidade frequentemente desmerecida pelo mesmo grupo quando **recebi outra voadora antiacadêmica na caixa dos peitos:** com 13,3 milhões de seguidores no Twitter, era a vez de Felipe Neto abordar o tema. (grifos nossos)

Fugindo ao padrão de linguagem neutra no jornalismo, a colunista assumiu um tom irônico citando elementos da direita gratiluz para dizer da sua proteção ao receber as críticas. Em seguida, reproduz a mensagem de Felipe Neto, a qual diz: “Enquanto vcs não saírem dessa merda desses tronos academicistas, falando em termos difíceis apenas pra quem estudou sociologia, a maioria do povo vai continuar batendo palma pra execução de criminoso. Quem sobe no pedestal do intelecto não se comunica com quem tá na rua.”. A partir de então, endossando seu lugar autoridade narrativa pela trajetória acadêmica, passa a embasar sua posição em torno da revolução da academia no Brasil.

**Tomei um gole da catuaba, coloquei a peixeira entre os dentes, rememorei um trecho de “Minha paixão é você” (peguei muito esses romances na adolescência) e me fortaleci para voltar ao assunto: afinal, a acadêmica que sou hoje não foi forjada apenas por Pierre Bourdieu, Maria Eduarda da Mota Rocha, Luiz Beltrão ou Sueli Carneiro.** Nela

sobrevivem também paixões melosas da literatura popular, os quadrinhos de Elektra e da Turma da Mônica, as canções dos Titãs e de Agnaldo Timóteo. **É um aporte teórico que prezo e está perfeitamente mesclado às minhas leituras acadêmicas, e é a partir dele que apresento aqui o meu “problema de pesquisa”:** o tuíte de Felipe Neto e o termo “academicista” usado de forma generalizada – e injusta – para se referir à universidade. Não é somente Felipe que tem essa perspectiva redutora da academia: esse é um sentimento espalhado fortemente na sociedade, e as instituições de ensino superior, hoje fragilizadas com cortes enormes em seus orçamentos, contribuíram bastante para esse cenário. (grifos nossos)

Com a atorização, narrativa em primeira pessoa, referência a memórias pessoais, seguidamente invoca a legitimidade do seu lugar de fala para se credenciar junto ao leitor, não para justificar uma questão pessoal, mas uma questão coletiva que é a abertura do conhecimento acadêmico:

**Conheço diversos assim, tropecei e ainda tropeço em alguns deles. Sobre isso, uma breve reminiscência:**

**Quando entrei em uma pós-graduação, um mestrado em Comunicação na Universidade Federal de Pernambuco, a UFPE, raramente me sentia convidada à fala. Eu não estava em um ambiente desconhecido: havia terminado ali, cinco anos antes, minha graduação em jornalismo.** Mas algo que me dizia que eu não era “apropriada” ao lugar: não dominava os franceses e ingleses (nem os autores, nem as línguas) frequentemente trazidos e não tinha tanto tempo para me aprofundar nas leituras **por conta do trabalho diário como repórter.**

**Nunca tive bolsa de estudos nem me candidatei a uma, pois já era mãe e meu salário como jornalista cobria melhor os custos.** Esse sentimento também passava por outras questões que eu percebia ainda opacamente: **eu era uma das pouquíssimas pessoas pretas naquela pós-graduação.** Não era um cenário novo: **quando entrei no curso de jornalismo da UFPE, em 1993, era uma das três pessoas negras em uma turma com 40 pessoas.** A política de cotas sociais ou raciais era assunto ainda incipiente no âmbito institucional, muito embora fosse uma questão há muito latente nos movimentos negros. (grifos nossos)

(...)

O fato é que, depois de almoçar muita coxinha e andar pendurada em ônibus lotados saídos da periferia, eu havia adentrado uma universidade e agora fazia uma pós-graduação. **Terminei o mestrado e, anos depois, me candidatei a um doutorado em Sociologia na mesma universidade. Passei.** Em todos esses anos, encontrei muita gente boa caminhando por aqueles corredores – e muitos “academicistas” também. Não demorei a entender que parte do que acontecia ali era também performance, vaidade e até insegurança, **algo que não está reservado apenas às universidades, mas que é comum em quase todos os espaços de nossas vidas, seja no âmbito educacional ou profissional (grifo da autora).** **Nesses 10 anos de formação acadêmica,** uma inflexão fundamental também acontecia no país: triplicamos a presença de estudantes negros, pobres e indígenas e aumentamos o número de pessoas pobres no ensino superior público. E é isso o que não podemos perder de vista, caro Felipe. (grifos nossos)

No processo de atorização, também observamos a autorreferencialidade quando oferece outros conteúdos de sua autoria, tanto de natureza acadêmica, como de colunas

publicadas em outros portais de notícias, como no canal Uol, em que também referiu sobre as universidades públicas, em referência à manifestação das universidades públicas como espaço de balbúrdia pelo ex-ministro da educação Abraham Weintraub. E embasa a reflexão com informações sobre investimentos na academia e com entrevistas com fontes oficiais.

Estas estratégias com vistas a engendrar relações de confiança e de proximidade com o receptor encaminham para novos sentidos, ou seja, ao desvelar mais sobre si e sobre o processo jornalístico, acionam junto do leitor uma outra possibilidade de interpretação acerca da construção da realidade. Nas poucas publicações em que dá lugar a textos em que não figura com suas experiências como parte da narrativa, como o caso das colunas “O Brasil do macho desgovernado: ele urra e usa um celular no lugar do tacape” e “As mortes por erro de profissionais de saúde nas UTIs: reflexo da falta de controle da pandemia”, Fabiana Moraes explora densamente a análise especializada, com dados técnicos e oficiais de conhecimento público, bem como a consulta de especialistas com citações literais que corroboram seu olhar acerca do assunto trazido à reflexão. Por outro lado, busca proximidade ao dirigir-se “a você” leitor, numa sugestiva busca de diálogo. Do mesmo modo, a partir do embasamento e da contextualização com a densa oferta de informações, denota técnica jornalística e o repertório profissional que a legitimam em seu lugar de fala. Estas últimas são questões que voltam a ser exploradas em outras categorias de interpretação nas próximas seções. Ainda, as considerações finais no último capítulo aportam uma discussão entre os principais aspectos levantados na análise interpretativa das colunas em relação aos aspectos teóricos discutidos ao longo do trabalho e a verificação do problema de pesquisa e dos objetivos levantados na tese.

Todavia, antes de seguir para a próxima etapa de interpretação, podemos dizer que há uma ressignificação das subjetividades nesta amostra do jornalismo contemporâneo. Ao descortinar as subjetividades dos processos jornalísticos, assim como se colocar em cena como personagens das narrativas, explicitando que esses processos são protagonizados por “seres humanos”, há sentidos de aproximação e de (re)legitimação perante o público. Quando, no lugar de autoridade de fala, as colunistas mais do que mostrar como fazem, também mostram que são passíveis de cometerem equívocos, adicionam suas impressões e emoções ao que fazem, explicitam em contextualização as fontes de informação que dão embasamento ao seu posicionamento, observamos uma conversão destes expedientes em agentes comprobatórios do que

dizem. Ao descortinar e evidenciar as subjetividades, pessoais e dos processos que envolvem a construção jornalística - em um momento em que há uma profusão de narrativas, inclusive oriundas de não profissionais, em que também figuram os apelos às emoções -, a técnica jornalística evidente nas práticas aqui mencionadas parece operar um movimento de mudança não só do status de mediador para o lugar de ator-jornalista, mas também de uma complexificação do *ethos* profissional, este voltado para a noção de filtro de informações e contextualização dos fatos e acontecimentos em circulação.

#### **5.4.2 Marcadores de objetividade: contextualização e interpretação**

O ritual estratégico do jornalismo (TUCHMAN, 1999) indica procedimentos de apuração e estruturação das informações, obedecendo a critérios de noticiabilidade e valores-notícia, como já discutimos. Aliás, faz parte do ideário moderno a racionalização das técnicas em vista da objetividade e da pretensa imparcialidade jornalística. Pelo que já vimos ao observar como se dá a emergência das subjetividades no nosso extrato do colunismo contemporâneo, especialmente pelo viés da atorização, a interpretação das narrativas com vistas a indicar estratégias de contextualização, reforça a ideia de diluição de fronteiras conceituais. A partir de exemplos ilustrados com excertos das colunas, indicamos a seguir como a objetividade aparece associada à emergência das subjetividades narrativas no processo de construção do colunismo de Eliane Brum e Fabiana Moraes. Mais do que isso, a objetividade também ganha novos contornos, apontando para um jornalismo complexo (MORIN, 2002, 2007; KÜNSCH, 2010, 2014, 2016) e a contextualização (LÜCKMAN, 2020; PAVLIK, 2001; ZAMITH, 2011), não como mero procedimento de apuração, mas como potencialização da categoria com vistas ao filtro informativo diante da abundante oferta de conteúdos na ambiência da internet. Além do mais, ao usar recursos que destacam a autoridade narrativa de colunista e jornalista, endossados pela técnica de apuração e a trajetória profissional, podemos verificar se ocorre a elevação do poder de voz do segundo narrador (MOTTA, 2013), ou seja, das colunistas, sobre as demais instâncias: o primeiro narrador (instituição jornalística – portal de notícias) e o terceiro narrador (os personagens), ressignificando o colunismo contemporâneo também por este viés.

Sem a pretensão de uma análise quantitativa de recursos empregados em cada uma das publicações, o que segue é uma amostra de exemplos com o intuito de visualizar a recorrência de estratégias e como se dão o embasamento das colunistas, a

interpretação e contextualização das narrativas para que o público tenha condições de melhor se orientar diante dos fatos e acontecimentos, independente de concordar ou não com a opinião expressa nas colunas. Seguindo o mesmo método de exposição da seção anterior, passamos a destacar, uma a uma, as colunas de Eliane Brum junto ao *El País*, pelo viés da contextualização.

### **Colunas de Eliane Brum:**

A linguagem simples na coluna “Como pode uma empresa controlar a vida e a morte?”, assim como a oferta de densa contextualização dos fatos é verificada através dos hiperlinks disponíveis ao longo do texto, tanto de conteúdos já abordados por *El País*, inclusive colunas de autoria da própria colunista Eliane Brum, como em informações extras oriundas de outros veículos de comunicação e de sites de órgãos oficiais, estatísticas e bancos de dados. Os *links* em camadas de navegação dão contexto às afirmativas da colunista e embasamento à opinião expressa pela jornalista. Cabe referir que os hiperlinks são próprios das possibilidades do ciberespaço. Ao explorar o potencial desse recurso, a narrativa se diferencia das demais, constituindo uma estratégia de conquista dos leitores ao tempo em que se ofertam como lugar de referência e explicação sobre o mundo complexo.

Embora a colunista se apresente, como dito, como parte do narrado, o relato é marcado pela posição de quem observa e acompanha os acontecimentos, com longa descrição de fatos e exposição de dados objetivos em torno da temática. Em nove páginas de texto, considerando o arquivo da coluna no formato .pdf, as informações mostram a interpretação e contextualização da narrativa acerca da exploração dos recursos naturais pela usina de Belo Monte no rio Xingu, as implicações com as formas de vida na natureza e a sobrevivência dos ribeirinhos e indígenas, como pode ser observado, por exemplo, no seguinte trecho:

No final de novembro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) conseguiu obter uma decisão favorável na Justiça federal, que **obriga a Norte Energia a manter um hidrograma “provisório”**, até que os estudos possam ser concluídos, para garantir a sobrevivência da Volta Grande. Isso significa que a empresa precisa liberar mais água para o ecossistema do que ela demanda no maliciosamente chamado Hidrograma de Consenso. A decisão foi tomada pelo juiz federal Roberto Carlos de Oliveira com base no “princípio da precaução, da prevenção e da inversão do ônus da prova”, “impondo ao empreendedor o dever de provar que a sua atividade questionada não causa ou não está causando danos ao meio ambiente.

Quando a usina recebeu a licença de operação, em 24 de novembro de 2015, apesar de todas as denúncias de violações e todo o passivo ecológico, a Volta Grande já tinha começado a se transfigurar. No ano seguinte, os Yudjá, povo

indígena que considera ter canoas em vez de pés, porque são parte do rio, chamaram o ano de 2016 de “o ano do fim do mundo” ([leia aqui](#)). Em 2020, porém, a seca foi ainda maior. Por consequência, a situação da Volta Grande ficou ainda pior. Em toda a região atingida por Belo Monte, houve uma morte massiva de peixes. Ribeirinhos avisaram pelo WhatsApp que o Xingu estava se transformando num cemitério. “Os filhos do Xingu já não reconhecem mais o vai e vem da água”, disse [Raimunda Gomes da Silva, liderança ribeirinha](#) que teve sua casa e sua ilha incendiadas pela Norte Energia. (grifos nossos para indicar hiperlinks)

Os grifos indicam a oferta de hiperlinks com recorrência ao longo da coluna. Como no trecho, o primeiro grifo é de um conteúdo externo, da seção de economia do *Estadão*. Quando cita “leia aqui”, Eliane Brum refere uma coluna de sua própria autoria e, em seguida, outra publicação do *El País*. A oferta de informações para além do texto base da coluna com apurações e citação a fontes externas, assim como a autorreferência indicam o domínio acerca do narrado, conhecimento de caso, apuração e expertise profissional, que são competências jornalísticas advindas do ideário moderno, pressupostos estes que não sucumbem no contemporâneo, mas extrapolam as definições do gênero opinativo e, por consequência, da categoria de coluna.

A contextualização e a interpretação da temática proposta para além da opinião manifesta, assim como o conhecimento de caso e domínio das informações, também podem ser observadas na apresentação de dados de forma explícita e ancorados nos hiperlinks, bem como na correlação entre fatos. Como verificamos no excerto abaixo, a exploração da Amazônia aparece ligada à corrupção, consequências para os povos locais como a violência e o aumento de casos de suicídios. Vejamos:

A corrupção do território também foi decisiva para converter Altamira na cidade mais violenta da Amazônia e uma das mais violentas do Brasil, com as periferias tomadas por facções criminosas. Em 29 de julho de 2019, essa violência foi decisiva para a irrupção do segundo maior massacre carcerário da história de país, ocorrido no presídio de Altamira, com 62 mortos no total. Nas periferias da cidade, há hoje uma geração de crianças sendo criadas pelas avós porque os pais foram assassinados nos últimos anos. Desde o início de 2020, Altamira testemunha [uma série de suicídios de adolescentes](#), a maioria deles enforcados, fenômeno relacionado pelos especialistas à repentina e violenta transformação do território e do modo de vida da população produzidos por Belo Monte. (grifo nosso)

Outro aspecto que destoa da categorização original do jornalismo são as entrevistas e nelas a evidência das fontes especializadas, assim como a de fontes/personagens locais e/ou envolvidos nos fatos e acontecimentos narrados, ou seja, tem característica de reportagem o texto que se apresenta como coluna. Do mesmo



modo, faz referência e disponibiliza citações e *links* para acesso a documentos oficiais. A coluna em questão apresenta tais recursos que ampliam as informações e emergência de sentidos para o leitor:

Fatos, pesquisas científicas e experiência cotidiana mostram que a administração da água para a operação de Belo Monte está provocando a destruição da Volta Grande do Xingu e, portanto, a destruição da vida dos humanos e não humanos que vivem lá. André Oliveira Sawakuchi, **professor do Instituto de Geociências da Universidade de São Paulo**, afirma que o efeito do controle da água pela Norte Energia equivale a antecipar o colapso climático na Volta Grande do Xingu. “Possivelmente, o desmatamento no Alto Xingu e as barragens de Belo Monte têm um efeito muito mais severo (e em curso) na vazão da Volta Grande que a crise climática global”, afirma o geólogo, que estuda o Xingu e Belo Monte há anos.

(...)

A natureza é muito mais delicada e complexa do que qualquer invenção humana. “Espero que a Justiça e o Ibama consigam garantir uma quantidade de água que nos permita viver na Volta Grande”, **diz Bel Yudjá**. Já estamos nos transformando num cemitério de peixes, acredito que seremos um cemitério de árvores mortas. Estamos aqui, lutando, e esperamos que as pessoas se somem a nós nessa luta para que a Volta Grande possa continuar viva e a nossa vida deixe de estar ameaçada.’

(...)

De 9 a 12 de novembro, o núcleo de “Guardiões”, formado por indígenas dos povos Xipaya, Kuruaya e Yudjá, ribeirinhos, pescadores e agricultores familiares, interditou a Transamazônica no quilômetro 27 para denunciar que os peixes não conseguiam fazer a piracema. Ou seja, a reprodução tinha sido interrompida. “Estamos unidos para defender as águas do Xingu e as nossas vidas. Belo Monte quer nos matar aos poucos, assim como faz com os peixes do Xingu, mas nós lutaremos”, **escreveram em uma carta manuscrita**. “Estamos aqui para mostrar a situação que temos vivido desde a chegada de Belo Monte e o roubo da água do Xingu. Faz cinco anos que estamos sofrendo os impactos da barragem [...] A nossa vida não pode ser ignorada. Nossas vidas importam!”, afirmaram **em documento** às autoridades. (grifos nossos para indicar quem são os entrevistados e/ou fontes consultadas)

A variedade de hiperlinks – são pelo menos 45 -, entrevistas e dados expostos mostram que não só a colunista acompanha de forma densa os acontecimentos, mas também que os fatos são noticiados em seus desdobramentos pelo veículo e pela coluna de Eliane Brum. A coluna, dessa forma, compila e recupera informações, apresenta dados atualizados, reúne o máximo de conteúdo acerca do narrado, inclusive de outros portais de notícias, em um mesmo espaço em uma narrativa que se propõe acessível e próxima do contexto da vida do leitor.

Na narrativa intitulada “Quando o vírus nos trancou em casa, as telas nos deixaram sem casa” a colunista é parte da narrado, oferecendo ao leitor um relato a partir da sua própria experiência. Pela atorização, entrega uma coluna repleta de espaços para a própria significação do leitor que é convidado a fazer parte de uma conversa acerca da temática, a pandemia de coronavírus e os desafios do isolamento social, da

educação e do *home-office*. Mas o relato ultrapassa a exposição das emoções pessoais e entrega um conteúdo aprofundado acerca das impressões da colunista, respaldado pelas técnicas objetivas de apuração.

Apenas no primeiro parágrafo, no qual Eliane Brum apresenta suas sensações sobre o cansaço do isolamento social, são oferecidos cinco conteúdos de *El País* por meio dos *hiperlinks* destacados no texto. E ao longo da publicação segue utilizando o recurso para adensar as informações, de acordo com o interesse de busca pelo leitor. Ao mesmo tempo, a estratégia endossa o potencial da autoridade narrativa e da expertise profissional, já que boa parte dos hiperlinks remetem a publicações da própria colunista. Quando fala do conceito de casa, introduz outras narrativas de sua autoria e, através da experiência profissional, aprofunda o tema que atinge a população brasileira em seus diversos territórios e formas de habitação. Traz à tona problemáticas como a precarização das relações de trabalho, dos casos de abusos e violência sexual que aumentaram durante a pandemia, a preocupação com a situação climática, entre outras questões.

Os excertos a seguir ilustram a contextualização da narrativa da colunista pelos hiperlinks, o que aponta para a elevação do poder de voz da colunista diante dos demais níveis narrativos, quer seja, a instituição jornalística e os personagens. Este aspecto também pode ser considerado nos exemplos anteriores, em que a condução da narrativa se dá pelo olhar da colunista e é reforçado pelos conteúdos que apresenta em paralelo as suas afirmações.

Quando a casa deixa de representar esse conjunto de significados, não importa a forma que ela tenha, há um distúrbio. Pode ser porque **o abusador mora nela** — seja ele o pai, um padrasto ou um tio que molesta, seja um marido ou companheiro violento. E então a casa já não garante mais segurança, proteção e abrigo. (...)

(...)

Tudo se complica infinitamente mais quando o mundo do trabalho invade a casa. Com a comunicação facilitada e imediata permitida pela tecnologia, os limites que antes eram determinados pela carga horária da jornada passaram a ser ultrapassados ou mesmo ignorados. A **precarização das condições de trabalho**, o apagamento das fronteiras entre vida privada e profissional, o devoramento do tempo, e com ele, a corrosão da vida, já tinham se tornado uma **questão crucial da nossa época**.

(...)

Nosso corpo não processa uma mudança tão monumental em tão pouco tempo. Desde que o novo coronavírus apareceu, a principal preocupação dos vários setores da sociedade é com **os custos financeiros da pandemia**. É urgente falar muito mais dos custos psicológicos, das **crianças que só conhecem paredes** e têm medo de outras crianças porque aprenderam que são ameaças, dos velhos confinados em solidão, dos adultos submetidos a

uma pressão inédita e a um nível de convivência também inédito. Esse custo é alto e suas sequelas poderão durar uma vida.

(...)

Do lado de fora, nas ruas, há três tipos de experiências. A daqueles a quem foi arrancado o direito fundamental de se proteger, porque seu trabalho não pode ser feito em casa e os empregadores e o Estado não os bancam. A daqueles que fazem serviços essenciais, **como os profissionais de saúde**. E a da maioria de pessoas, que poderia fazer quarentena **mas não faz, porque não se importa com a vida de todos os outros**, e assim contribui de forma decisiva para a ampliação da contaminação e pelo maior número de vítimas. Esse grupo numeroso de boçais é cínico a ponto de empunhar a bandeira da liberdade, conceito que corrompem ao convertê-lo em liberdade de matar.

É uma narrativa conduzida pelo olhar e pela experiência da colunista relatada ao leitor, mas contextualizada na variedade de hiperlinks que levam a reportagens e colunas do portal *El País*. Denota a valorização da apuração por parte do portal e o olhar técnico da colunista que costuma acompanhar a temática ao longo dos seus desdobramentos, o que se revela na recorrência temática da coluna e na contextualização que se dá no conjunto das publicações.

Em uma narrativa autoral, em que figura como personagem, Eliane Brum também faz uso recorrente dos hiperlinks para ampliar os sentidos das informações que apresenta ao longo do texto. É o que ocorre na coluna sob o título “Maria, preciso te contar sobre Bolsonaro, o fazedor de órfãos”. Conduzida através do relato de sua própria experiência, a jornalista se dirige a sua afilhada, Maria, filha do seu colega e amigo, o fotógrafo Lilo Clareto, falecido em decorrência de complicações da Covid-19. Enquanto se dirige a Maria, traz informações ao longo do texto, e indica mais contextualização no conteúdo hipertextual e, por vezes, autorreferente:

Não importa a idade que você tenha e os diplomas que acumular, Maria. Ainda assim não haverá como compreender **um homem que estimulou as aglomerações** quando os médicos pediam que a população ficasse em casa. Um homem que vetou a obrigatoriedade de uso de máscaras quando as populações da maioria dos países do mundo usava máscaras para se proteger da contaminação. Um homem que esbanjou dinheiro público com **medicamentos comprovadamente sem eficácia** contra uma doença fatal e mentiu para a população que eram eficazes. (grifos nossos)

Embora seja um relato pessoal, a colunista evidencia que acompanha os fatos com olhar jornalístico, fazendo descrição objetiva dos acontecimentos. Inclusive, cita fontes externas, como apurações feitas por outros portais de notícias, como o caso que segue abaixo, com uma notícia da editoria de política do Estadão, sobre verbas extras para “caciques do Congresso”:

Para você não sentir-se tão ferida pela sociedade brasileira, é justo que eu diga a você que já são muito **mais de 100 os pedidos de impeachment de Bolsonaro hibernando na gaveta do presidente do Congresso. Primeiro foi Rodrigo Maia, que os manteve lá, hoje é Arthur Lira, representante de uma facção do parlamento formada por deputados de aluguel cujo apelido é Centrão.** Quem paga mais, leva. E Bolsonaro **desembolsou 3 bilhões de dinheiro público em verbas extras** para alugar a lealdade de excelentíssimas excrescências. **Para que começassem a investigar a atuação do Governo Bolsonaro na pandemia por uma comissão parlamentar de inquérito foi preciso uma ordem do Supremo Tribunal Federal.** (grifos nossos)

Na publicação “A vagina que salvou o Réveillon do Brasil” a estratégia de contextualização por meio dos hiperlinks com variedade de conteúdos do portal *El País* se repete. Contudo, nesta, a colunista Eliane Brum não se coloca como personagem da narrativa, mas revela um olhar apurado a partir da observação dos fatos, ou seja, da técnica e expertise jornalística.

**Jair Bolsonaro** planejou e executou uma coreografia de “macho” para abrir 2021. A bordo de uma lancha, aproximou-se da Praia Grande, no litoral paulista, onde centenas de banhistas se amontoavam apesar de o país já estar chegando aos **200.000 mortos por covid-19.** Depois de acenar para adultos e crianças, atirou-se no mar e nadou até a multidão. Atravessou amassa de gente como se fosse ungido por ela, ovacionado por gritos de “mito! mito!”. Funcionou tanto que ele até repetiu o batismo dias mais tarde, na segunda vez caminhando pela areia como o Messias do seu nome do meio. A cena calculada tem grande potencial simbólico. Horrorizou o mundo em transe pandêmico, mas não envergonhou uma parte significativa do Brasil. Se a eleição fosse hoje, Bolsonaro teria **chances consideráveis de se reeleger.** (grifos nossos)

No primeiro grifo, o hiperlink conduz a uma notícia sobre a aparição do presidente Jair Bolsonaro no litoral paulista. Na seção, aliás, também podem ser acessados outros conteúdos publicados sobre o presidente. A partir desta, e das outras notícias nos *links*, a colunista conduz uma interpretação dos fatos já reportados, ampliando a narrativa para outras temáticas. Não se trata apenas de dizer da aparição já reportada por *El País* e por outros portais, mas de uma análise e contextualização em torno dos desdobramentos da pandemia. Ao reportar no primeiro parágrafo, e nos demais, as apurações e colunas já publicadas, enaltece o lugar de fala legitimado pelo domínio de conhecimento, bem como o direcionamento da abordagem para uma interpretação possível dos acontecimentos. Figura a intenção de filtro, de direcionamento para as questões que merecem atenção do leitor a partir do amplo embasamento da narrativa.

Quando retoma a abordagem à pandemia de coronavírus, em “A Covid-19 está sob o controle de Bolsonaro”, encontramos as mesmas estratégias. O embasamento e a contextualização se dão na oferta dos hiperlinks, oriundos de *El País*, e nas referências a documentos e manifestações públicas de autoridades. Vejamos alguns exemplos:

(...) **A pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e da Conectas Direitos Humanos provou que o governo federal executou um plano de disseminação do vírus.** A análise de 3.049 normas federais mostrou que Bolsonaro e seus ministros tinham —e ainda têm— o objetivo de infectar o maior número de pessoas, o mais rapidamente possível, para a retomada total das atividades econômicas. (grifos nossos)

(...)

Em **carta pública**, o **Conselho Nacional de Secretários de Saúde** reivindicou nessa semana a determinação de um toque de recolher para todo o território brasileiro e o fechamento de bares e praias, entre outras medidas. Os secretários afirmaram que o país vive o pior momento da pandemia e exigiram “condução nacional unificada e coerente”. (grifos nossos)

Encontramos o mesmo tipo de construção em “Atenção: Bolsonaro vai ficar ainda mais perigoso”, na qual a colunista expõe a necessidade de impeachment do presidente Jair Bolsonaro diante dos acontecimentos, principalmente, do governo frente à pandemia de coronavírus. A narrativa se dá num compilado de informações segundo a observação de Eliane Brum. Em quase todos os parágrafos pelo menos um ou dois hiperlinks, autorreferenciais à coluna e ao portal *El País*, embasam a argumentação da colunista:

Primeiro. Não há a menor condição moral de debater a eleição de 2022. É conversa de gente ruim, que ignora o horror diário do Brasil, que em 6 de abril registrou o **recorde de 4.195 mortes por covid-19**. Jair Bolsonaro precisa ser submetido a impeachment já. Cada dia a mais com Bolsonaro no poder é um dia com menos brasileiros vivos. Mortos não por fatalidade, porque o mundo vive uma pandemia, mas porque Bolsonaro e seu Governo disseminaram o vírus e converteram o Brasil no contraexemplo global. (grifo nosso)

(...)

O Brasil já exhibe **números de mortos por covid-19 comparáveis** a grandes projetos de extermínio da história. E as covas continuam sendo abertas a uma média diária de quase 3.000 por dia. Grande parte dessas mortes poderiam ter sido evitadas se Bolsonaro e seu Governo tivessem combatido a covid-19. Isso não é uma opinião, é um fato comprovado por pesquisas sérias. O sistema público de saúde está colapsado. **O sistema privado de saúde também está colapsado**. Hoje não adianta nem mesmo ter dinheiro no Brasil. As pessoas estão morrendo na fila, o que também está comprovado. (grifos nossos)

Além disso, reforça a argumentação com a exposição de documentos e declarações oficiais, o que denota procedimentos de apuração jornalística e, igualmente, a elevação do poder de voz da narradora-colunista, como no exemplo a seguir:

Na terça-feira, **199 organizações ambientais brasileiras fizeram uma carta pública a Joe Biden** alertando sobre o risco que um acordo de cooperação iminente entre os Estados Unidos e o Governo Bolsonaro traria para a emergência climática, os direitos humanos e a democracia. **A descoberta de que o Governo Biden mantém há mais de um mês conversas a portas fechadas com o Governo Bolsonaro sobre meio ambiente surpreendeu o mundo democrático. Segundo a carta**, as negociações com Bolsonaro — negacionista da pandemia que desmontou a política ambiental brasileira e que foi acusado por indígenas no Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade— contaminam a narrativa de Biden, que prometeu em sua gestão lidar com a pandemia, o racismo, a crise climática e o papel dos Estados Unidos na promoção da democracia no mundo. **“O presidente americano precisa escolher entre cumprir seu discurso de posse e dar recursos e prestígio político a Bolsonaro. Impossível ter ambos”, afirma o texto.** (grifos nossos)

A recorrência temática também demonstra aprofundamento por parte da jornalista, que explora seguidamente os assuntos com novas perspectivas de interpretação. No caso da coluna “Biden ameaça sujar as mãos com Bolsonaro” conta que “(...) não se esperava é que, justamente neste momento da história, em que os Estados Unidos acabaram de enfrentar o maior e mais traumático ataque à sua própria democracia, **Joe Biden** possa decidir fortalecer o autoritário **Jair Bolsonaro**. Os governos de Bolsonaro e de Biden conversam a portas fechadas sobre um bilionário investimento na **Amazônia** que poderá ser anunciado na **Cúpula de Líderes sobre o Clima promovida na próxima semana**, em 22 e 23 de abril, pelos Estados Unidos.”. Já no primeiro parágrafo em que explicita o tema da coluna Eliane Brum coloca quatro narrativas extras, do portal *El País*, para contextualizar a narrativa. Numa das colunas mais curtas do extrato analisado, com cinco páginas, são pelo menos 15 hiperlinks vinculados ao portal, além das referências que faz a outras apurações acerca do tema, mostrando que está atenta às reverberações:

Chamado no Brasil e em parte do mundo de antiministro do meio ambiente ou ministro contra o meio ambiente, Salles estava tão afoito para divulgar as negociações com os americanos que deu uma entrevista à jornalista Giovana Girardi, **repórter do jornal O Estado de S. Paulo**, na casa da sua mãe. Fez questão de alardear que estava pedindo aos americanos 1 bilhão de dólares a cada 12 meses para reduzir o desmatamento da Amazônia em 40%. A trucagem de Salles não agradou aos negociadores americanos, que foram propositalmente expostos, e moveu uma forte reação contrária de amplos setores da sociedade brasileira. (grifo nosso)

(...)

Diante da reação crítica, o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, o texano Todd Chapman, se apressou a tentar virar a maré de constrangimento, afirmando, durante uma reunião virtual privada no domingo, da qual participaram políticos, diplomatas e empresários brasileiros convidados, que o Governo Bolsonaro vai precisar “mostrar preocupação ambiental para recuperar a confiança dos americanos e ampliar as relações com a Casa Branca”. **Segundo a Folha de S. Paulo**, o embaixador estadunidense classificou a cúpula do clima como “uma oportunidade” para o Brasil virar o jogo e resgatar a preocupação ambiental diante dos olhos do mundo. (...)(grifo nosso)

Ainda, destaca uma manifestação de entidade contrária ao acordo climático negociado entre Brasil e Estados Unidos, atrelando contexto ao viés expositivo da publicação:

Na segunda-feira, a **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)** lançou um vídeo em inglês direcionado ao presidente estadunidense: “Caro Joe, nós sabemos que a Casa Branca está fazendo um acordo climático secreto com Bolsonaro. Nós, brasileiros, precisamos te alertar: não confie em Bolsonaro. Não deixe esse homem negociar o futuro da Amazônia. Ele declarou guerra contra nós. Contra os povos indígenas. Contra a democracia. Ele está espalhando covid-19, mentiras e ódio”. E finaliza: “É a Amazônia ou Bolsonaro. Não dá para conciliar os dois. De que lado você está?”.

Também na coluna “Governo Bolsonaro decreta a morte de um pedaço da Amazônia”, a exposição ocorre com ênfase pelo olhar jornalístico profissional de Eliane Brum. Se aproximando do público com indagações e expressões que a inserem no mesmo contexto do leitor, a coluna revela maior caráter informativo, ao passo que apresenta, além dos hiperlinks autorreferenciais, também documentos oficiais e transcrições literais:

**Percebam que não são minhas as palavras, mas do próprio Ibama.** Desde 2020, a Norte Energia luta na Justiça contra as **decisões do órgão ambiental** pela quantidade de água na Volta Grande. O parecer técnico citado tem a data de 1º de fevereiro de 2021 (**leia na íntegra**). Apenas uma semana mais tarde, em 8 de fevereiro, o diretor-presidente do Ibama, o advogado Eduardo Fortunato Bim, ignorou a avaliação técnica e autorizou a Norte Energia a liberar quase SETE VEZES MENOS a quantidade média de água que o Ibama havia determinado anteriormente como o mínimo essencial —e quase NOVE VEZES MENOS a quantidade média de água da vazão natural do rio em fevereiro, época da cheia. A Norte Energia agora está oficialmente autorizada a liberar insuficientes 1.600 metros cúbicos de água por segundo, em vez dos 10.900 metros cúbicos por segundo determinados anteriormente pela área técnica do Ibama e dos 14.000 metros cúbicos por segundo da vazão natural média do Xingu nessa época do ano. (grifos nossos)

No trecho acima, junto da oferta de conteúdos extras para contextualização, incluindo um documento oficial, a colunista ampara seu posicionamento na variedade de dados que contrapõe a partir da apuração jornalística. Expondo mais apuração, logo adiante revela que 20 ações tramitam contra a Norte Energia: “A compensação, além de impossível na prática, é apenas uma promessa, já que o passivo da empresa é enorme, como provam mais de 20 ações do Ministério Público Federal (**confira aqui**)”. Neste sentido, dá indicativos ao leitor de como embasa seu posicionamento, uma vez que já argumentava que o governo Bolsonaro autorizou a Norte Energia S/A, “empresa concessionária da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a liberar um volume de água para a Volta Grande do Xingu que comprovadamente, **tanto pelos estudos científicos quanto pela experiência prática**, é insuficiente para manter a vida.”.

A colunista reitera sua narrativa, inclusive, citando apurações de outros veículos de imprensa e fazendo crítica a outros. São indicações (filtros) de leitura, apontando narrativas que julga confiáveis para o leitor a partir do domínio que revela ter sobre o assunto.

**O que aconteceu para que a área técnica do Ibama diga não e a área política diga sim?** Pressão do que se chama setor elétrico e de seus agentes. E pressão com o apoio das editoriais de economia de alguns dos grandes jornais do país —**sendo a principal exceção o repórter André Borges, de O Estado de S. Paulo, que tem feito uma cobertura irretocável.** Desde janeiro há um cerco intenso sobre o Ibama e também sobre a opinião pública. As notas vazadas para a imprensa e, na maioria das vezes, reproduzidas sem crítica, anunciavam a ameaça de colapso do sistema elétrico do país caso o Ibama recusasse o volume de água demandado pela Norte Energia que, **vale repetir**, é comprovadamente incompatível com a manutenção do ecossistema da Volta Grande do Xingu. (grifos nossos)

(...)

Grande parte dos alertas feitos pelo painel de especialistas que analisou o impacto do projeto de Belo Monte sobre o ecossistema antes mesmo do leilão da usina se confirmaram. Em dezembro de 2019, **o repórter André Borges, do Estadão**, denunciou que a Norte Energia havia solicitado à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorização para construir usinas térmicas para compensar os meses de seca do Xingu. Além de caras, as térmicas são altamente poluentes. Semanas antes, **EL PAÍS e The Guardian já tinham revelado** que, em carta à diretora-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Christianne Dias Ferreira, o diretor-presidente da Norte Energia, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, afirmava que precisava alterar a vazão do reservatório intermediário da hidrelétrica de Belo Monte devido à seca severa do Xingu, para evitar danos estruturais na barragem principal. (grifos nossos)

Além disso, nos trechos seguintes, mostra mais apuração com destaque para outros documentos e notas oficiais das instituições envolvidas, que amparam a apuração jornalística. Não apenas expõe os dados, mas mostra que obteve e analisou os materiais



para a publicação e os oferece na íntegra para consulta, para que o leitor possa também fazer a checagem e atestar o que diz a colunista:

Em 27 de janeiro, a **Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)** enviou **um ofício ao Ibama, assinado pelo diretor-geral, André Pepitonne da Nóbrega**, afirmando: “*Sem adentrar aos aspectos ambientais do assunto*, o impacto estimado da medida aplicada nos dois primeiros meses de 2021, janeiro e fevereiro, seria próximo a 1,3 bilhão de reais para o consumidor final de energia elétrica”. O ofício (**leia aqui**) foi reproduzido como matéria por parte da imprensa sem mencionar o impacto socioambiental de uma vazão de água enormemente reduzida para a Volta Grande nem explicar como o diretor-geral da Aneel chegou a esse cálculo, para além da mera afirmação de que isso se deveria ao custo do “aumento da produção em usinas termelétricas”, mais caras e poluentes.

Em 28 de janeiro, o **Ministério da Economia, comandado por Paulo Guedes**, enviou **uma nota técnica ao Ibama**, afirmando: “Em resumo, *sem entrar em qualquer discussão jurídica ou de mérito ambiental que foge das atribuições desta Secretaria*, e assumindo as consequências energéticas apresentadas pelo ministério setorial responsável (Ministério de Minas e Energia), a manutenção pelo IBAMA do referido hidrograma pode atrapalhar a necessária retomada do crescimento econômico do país após crise sanitária sempre cedente, importando riscos à ordem e à economia pública”. (***O grifo é por minha conta, leia aqui***). (grifos nossos)

O aprofundamento e olhar analítico se revelam a todo momento na publicação da jornalista, que reside há algum tempo na Amazônia e, portanto, mostra que conhece a realidade.

Além da inviabilidade técnica da usina, da corrupção e da destruição ambiental com efeitos em toda a região amazônica, a construção de Belo Monte foi determinante para converter Altamira, a principal cidade do Médio Xingu, **na mais violenta da Amazônia**. Em julho de 2019, a cidade foi também palco do segundo **maior massacre carcerário da história do Brasil**, com 62 mortos, a maioria decapitados ou queimados. Hoje, a cidade enfrenta, em plena pandemia, **uma série de suicídios de crianças e adolescentes**. A usina também foi determinante para tornar a região epicentro de desmatamento e de queimadas. Causou ainda grande impacto na saúde da população. O próprio Ministério da Saúde enorme aumento da desnutrição infantil de crianças indígenas durante a construção. Profissionais da saúde mental ligados à Universidade de São Paulo documentaram o impacto da expulsão do território produzida pela usina sobre a população ribeirinha no **projeto Refugiados de Belo Monte**. Obra totalmente paradoxal no cenário político do Brasil, a primeira turbina foi orgulhosamente **inaugurada pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT)**, em 2016, e a última orgulhosamente **inaugurada pelo atual presidente, Jair Bolsonaro (sem partido)**, em 2019.

Apenas no parágrafo acima são sete hiperlinks que remetem tanto a colunas de Eliane Brum, como a notícias de *El País*, dando contextualização e embasamento à explanação. Mostram, portanto, o repertório profissional que a legitima no lugar de colunista que expõe sua opinião e ao mesmo tempo proporciona uma apuração

jornalística amparada em rituais objetivos oriundos do modelo informativo. Portanto, da autoridade narrativa emerge a elevação do poder de voz da colunista sobre as demais instâncias.

Em mais uma publicação em que aborda os reflexos da pandemia de Covid-19 no Brasil, “O que significa cuidar de um filho numa pandemia”, Eliane Brum traz contribuições de especialistas. E abre o texto com uma história que, ao final da coluna, revela de onde a obteve e inspirou a narrativa em questão. Vejamos o trecho:

O menino é filho único e tem oito anos. Logo nas primeiras semanas da pandemia, ele elegeu dois bichos de pelúcia para serem seus parceiros. Quando jogava videogame, colocava um dos bonecos ao lado, com um controle no colo, como se estivessem brincando juntos. Os amigos seguiam com ele dividindo as atividades do dia. O menino fantasiava outros meninos para enfrentar a falta atroz de outras crianças. Uma mãe me conta, por tela, que seu bebê nasceu na pandemia e logo completará um ano sem nunca ter visto uma outra criança. Já começa a andar e a balbuciar algumas tentativas de palavras sem jamais ter encontrado ou tocado em outro bebê. Que tipo de efeito isso terá sobre a sua vida? E se a pandemia durar mais um ano?, ela pergunta, mas sem a esperança de uma resposta. Outra menina pede: “Mãe, me dá uma criança?”.

(...)

**Essa história tão bonita e tão simbólica foi contada pela psicanalista Luciana Pires. Especialista em psicanálise com crianças e adolescentes pela Tavistock Clinic, de Londres, e doutora pelo Instituto de Psicologia da USP, ela tem refletido sobre as brincadeiras da quarentena. Instigada pelas construções que seus pacientes vêm produzindo durante o isolamento (e pelo quanto ela tem aprendido com eles), **Luciana Pires e o Departamento de Psicanálise com Crianças do Instituto Sedes Sapientia** e fizeram um chamado para que famílias, escolas e profissionais de saúde relatassem o que ela tem chamado de “brincário”.**

Quando diz, por exemplo, que “Ainda **não conhecemos** totalmente os efeitos que essa experiência radical pode ter sobre quem estreia na vida”, a colunista se mostra pertencente à realidade narrada, buscando proximidade com o público. Contudo, oferta as informações a partir do lugar de autoridade narrativa, contextualizada pelos hiperlinks, incluindo fontes como Folha de São Paulo e Uol, e pelas falas técnicas de especialistas.

Nos trechos a seguir, expõe dados de pesquisa oficial que dão embasamento ao que diz, e logo adiante, traz também o olhar técnico de fontes consultadas, inserindo mais vozes ao contexto narrativo:

É importante compreender também que a gestão pública da pandemia tem sido muito desigual. O **Lowy Institute**, um centro de estudos e debates da Austrália, publicou no final de janeiro **uma pesquisa em que analisou os dados e a atuação de 98 países**. O estudo mostrou o Brasil com a nota mais

baixa na condução da pandemia (4,3) e a Nova Zelândia com a nota mais alta (94,4). É razoável supor que uma criança brasileira sofrerá muito mais impacto com a pandemia do que uma criança neozelandesa ou de países em que o Governo usou o conhecimento científico e especializado disponível para enfrentar a emergência sanitária. (grifos nossos)

(...)

(...) São o que o **microbiologista francês Philippe Sansonetti, do Collège de France**, chama de “doenças do antropoceno”: “as doenças que estão principalmente, senão exclusivamente, ligadas ao fato de os humanos terem dominado o planeta e ao impacto que estão causando sobre a Terra”. (grifos nossos)

(...)

Segundo o **economista Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV)**, **o fim do pagamento do auxílio emergencial pode condenar uma parcela entre 10% e 15% da população brasileira a viver em pobreza extrema**, dobrando o número de miseráveis no país. Isso significa que entre 21 milhões e 31 milhões de pessoas podem já estar passando fome. (grifos nossos)

Também traz citações literais de especialistas, onde aproveita para inserir ofertas extras de conteúdo, em hiperlinks autorreferenciais, em correspondência às questões apresentadas nas falas. No excerto abaixo, entre outros encontrados no texto, junto da fala de uma psicanalista, insere outro conteúdo de *El País* no *link*, que trata sobre “A educação online para crianças é uma opção, mas a interação social é o mais importante”:

Como tem sido dito por pesquisadores do tema da infância, como a **psicanalista Ilana Katz, doutora pela Faculdade de Educação da USP**, foram as crianças que apontaram o quanto a escola é essencial. “O debate precisou atravessar a simplificação do ‘abre e fecha a escola’, desimplicado das suas consequências territoriais, para considerar, com seriedade, a função da escola”, **diz Katz**. “Foi preciso dimensionar o seu lugar social e a importância de sua tarefa como agenciadora da cultura e da vida com todos os outros. Isso se colocou na forma de ausência e saudade no cotidiano das crianças e das suas famílias e tornou evidente onde, como e para o quê uma escola faz falta. Como consequência, apresentou a possibilidade de ampliação da compreensão da função da escola, **sua centralidade no laço social** e sua condição de serviço essencial”. (grifos nossos)

A hipertextualidade está presente em todas as narrativas de Eliane Brum, proporcionando ao leitor camadas de navegação, ampliando a contextualização dos fatos e acontecimentos e o embasamento da narrativa. O fluxo de leitura, por sua vez, ocorre de acordo com o interesse de acesso pelo leitor.

No caso da coluna “Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”, o recurso também está presente, tanto em oferta de conteúdos de *El País*, como de outros sites usados na apuração e checagem. Contudo, o que destacamos nesta que é a única em que não há a emergência do “eu” que

narra por parte da colunista, como já apontamos na seção anterior, é como se dá a contextualização das informações. Como também já mencionamos, esta coluna não é identificada com a categoria de opinião no cabeçalho, mas sim o indexador Brasil. A partir daí e da indicação de uma pesquisa já no título e subtítulo, que diz “Ao analisar 3.049 normas federais produzidas em 2020, a Faculdade de Saúde Pública da USP e a Conectas Direitos Humanos mostram por que o Brasil já superou mais de 212.000 mortes por covid-19”, a observação recai para a construção de uma narrativa de caráter mais informativo, embora o tom opinativo esteja presente nas afirmativas – embasadas nos dados da pesquisa – e nas frequentes adjetivações.

Vejamos os dois primeiros parágrafos da coluna:

**A linha de tempo** mais macabra da história da saúde pública do Brasil **emerge da pesquisa das normas produzidas pelo Governo de Jair Messias Bolsonaro relacionadas à pandemia de covid-19**. Num esforço conjunto, desde março de 2020, o **Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário (CEPEDISA) da Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) e a Conectas Direitos Humanos**, uma das mais respeitadas organizações de justiça da América Latina, se dedicam a coletar e esmiuçar as normas federais e estaduais relativas ao **novο coronavírus**, produzindo um **boletim chamado Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil**. Nesta quinta-feira (21/1), **lançam uma edição especial na qual fazem uma afirmação contundente: “Nossa pesquisa revelou a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus, promovida pelo Governo brasileiro sob a liderança da Presidência da República”**. **Obtida com exclusividade pelo EL PAÍS, a análise da produção de portarias, medidas provisórias, resoluções, instruções normativas, leis, decisões e decretos do Governo federal, assim como o levantamento das falas públicas do presidente**, desenham o mapa **que fez do Brasil um dos países mais afetados pela covid-19** e, ao contrário de outras nações do mundo, ainda sem uma campanha de vacinação com cronograma confiável. Não é possível mensurar quantas das mais de 212.000 mortes de brasileiros poderiam ter sido evitadas se, sob a liderança de Bolsonaro, o Governo não tivesse executado um projeto de propagação do vírus. Mas é razoável afirmar que muitas pessoas teriam hoje suas mães, pais, irmãos e filhos vivos caso não houvesse um projeto institucional do Governo brasileiro para a disseminação da **covid-19**. (grifos nossos)

Nos trechos, além da hipertextualidade, a colunista aponta que a coluna vai traçar um mapa dos acontecimentos, segundo os dados da pesquisa que foi obtida com exclusividade por *El País*. Usa transcrição literal do documento para dizer da “estratégia institucional de propagação do vírus”, indicando ao leitor que uma afirmativa oficial e embasada e não uma opinião sua. Para conferir ainda mais veracidade ao texto, depois de explicar as informações mais relevantes da pesquisa, faz a reprodução dos principais pontos da linha do tempo dos atos do governo Bolsonaro frente à pandemia. Estes pontos são reproduzidos com referência às datas, fontes, falas do presidente Jair

Bolsonaro e informações de contexto para cada trecho reproduzido do documento, conforme explica:

A pesquisa é coordenada por **Deisy Ventura, uma das juristas mais respeitadas do Brasil**, pesquisadora da relação entre pandemias e direito internacional e coordenadora do doutorado em saúde global e sustentabilidade da USP; Fernando Aith, professor-titular do Departamento de Política, Gestão e Saúde da FSP e diretor do CEPEDISA/USP, centro pioneiro de pesquisa sobre o direito da saúde no Brasil; Camila Lissa Asano, coordenadora de Programas da Conectas Direitos Humanos; e Rossana Rocha Reis, professora do departamento de Ciência Política e do Instituto de Relações Internacionais da USP.

A linha do tempo é composta por três eixos apresentados em ordem cronológica, de março de 2020 aos primeiros 16 dias de janeiro de 2021: 1) **atos normativos da União**, incluindo a edição de normas por autoridades e órgãos federais e vetos presidenciais; 2) atos de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais à pandemia; e 3)

**propaganda contra a saúde pública**, definida como “o discurso político que mobiliza argumentos econômicos, ideológicos e morais, além de **notícias falsas e informações técnicas sem comprovação científica**, com o propósito de desacreditar as autoridades sanitárias, enfraquecer a adesão popular a recomendações de saúde baseadas em evidências científicas, e promover o ativismo político contra as medidas de saúde pública necessárias para conter o avanço da covid-19”.

Os autores assinalam que a publicação não apresenta todas as normas e falas coletadas e armazenadas no banco de dados da pesquisa, mas sim uma seleção que busca evitar a repetição e apresentar o mais relevante para a análise. Os dados foram selecionados junto à base de dados do projeto Direitos na Pandemia, à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal de Contas da União, além de documentos e discursos oficiais. No eixo que definem como propaganda, foi também realizada uma busca na plataforma Google para a coleta de vídeos, postagens e notícias.

Depois de reproduzir trechos da pesquisa, sem qualquer outra manifestação de Eliane Brum, a coluna é encerrada com um hiperlink para acesso ao documento completo. Assim como nas outras publicações, o espaço para fontes oficiais denota a técnica profissional, reforçada neste caso pela revelação de que o material foi obtido com exclusividade para o portal *El País*. Além disso, o recurso sugere mais veracidade e legitimação junto ao público, uma vez que proporciona ao leitor um conteúdo especial e uma narrativa interpretativa, com acesso direto à fonte consultada. Ainda, o fato de um material exclusivo ser veiculado na coluna de Eliane Brum indica uma ascendência da sua autoridade narrativa, credibilidade e do poder de voz da colunista em relação ao próprio portal *El País*.

#### **Colunas de Fabiana Moraes:**

O emprego da hipertextualidade para ampliar a contextualização da narrativa também é verificado nas colunas de Fabiana Moraes, no portal *The Intercept Brasil*. Embora o recurso apareça sempre nas publicações, é menos numeroso em comparação

às colunas de Eliane Brum. Fabiana Moraes, por sua vez, explicita os procedimentos de apuração e as fontes de embasamento, bem como explora múltiplas vozes em suas narrativas, conforme ilustramos a seguir.

Como a observação pela perspectiva da evidência do “eu” que narra já mostrou, são poucos os momentos em que Fabiana Moraes não se coloca em cena como personagem ou trazendo suas experiências como fio condutor das colunas. Entretanto, a presença de outras vozes, especialmente de fontes que se tornam personagens das histórias, é o aspecto pelo qual fazemos alusão às estratégias de contextualização. Estas, por sua vez, revelam também a expertise técnica da jornalista e pesquisadora que, frequentemente, aciona a sua autoridade narrativa para conferir mais veracidade ao narrado. É o caso da coluna “‘Meu filho precisa de alimento’: as placas que gritam a fome no trânsito”, que já no título traz o apelo dos personagens sobre os quais vai falar ao longo do texto. A colunista também faz parte da história, posto que se coloca no texto como personagem, jornalista e pesquisadora, que encontrou as fontes na rua perto da sua casa. E passa a transcrever as informações apuradas e citações com a preservação da fala literal dos entrevistados, como no excerto abaixo:

**Três deles – Fábio, Ricardo e Adriano – têm filhos. Mateus e Ronald são os mais jovens e filhos de alguém.** Os primeiros precisam pagar aluguel de precárias casas de alvenaria ou tábuas, todas em lugares insalubres, mas que representam a rentabilidade de quem as construiu: custam R\$ 200 (Fábio), R\$ 150 (Ricardo), R\$ 180 (Adriano) por mês. É o dinheiro mais guardado para evitar que eles, como tantos que conhecem, terminem dormindo pelas ruas.

(...)

**Fábio catava papelão para vender, seguindo os passos do pai, carroceiro. “Mataram ele”, me conta, mostrando os braços com o nome “Rivaldo” tatuado, uma homenagem póstuma. No seu corpo, ainda lemos “Walison”, “Laura” e “Vitória” (seu filho e suas filhas); Andréa (seu amor); “Fábio” (sua necessária autoestima); e, nas mãos, Jesus Cristo (seu refúgio).**

É a segunda placa que Fábio usa. Começou a lançar mão do recurso há cinco meses, quando o isolamento tornou o negócio da reciclagem impossível de ser mantido. Na primeira, escreveu “preciso de trabalho”. Dias depois, percebeu, olhando outras pessoas que também circulavam pedindo ajuda nos sinais de trânsito, que falar sobre os filhos e filhas garantia uma ajuda maior. **“Te dão mais roupas, mais comida, mais trocados. Sabendo que a gente tem filho, mais gente nos olha.”**

(Fábio continua precisando de trabalho).

Nesses dias, o carroceiro deu sorte: ganhou um fogão e um botijão e assim deixou de usar, ao menos temporariamente, o perigoso álcool para fazer almoço, café. **“A gente não podia comprar. O dinheiro que conseguimos é para comida e para aluguel”.** Na casa, só ele conseguiu o auxílio emergencial – inicialmente R\$ 600, depois R\$ 300. Andrea, por falta de documentação, conta ele, ficou de fora.

E assim faz para apresentar os demais personagens. O recurso descritivo, assim como a explicitação de seus procedimentos nas entrevistas, oferta sentidos de proximidade do leitor com a cena. Ademais, é possibilidade de dar mais veracidade ao dito e de construir uma relação de confiança com o leitor quando a colunista demonstra que conhece, está próxima ou vivenciou o narrado (testemunho). Ainda, mostrando os bastidores do processo jornalístico, detalhes das conversas com as fontes que se tornam personagens da vida real, proporciona sensação de redução de uma instância mediadora, trazendo o público para mais perto da realidade narrada.

Quando aborda a obra de arte da artista Juliana Notari, em “A buceta e os pretos: trabalhadores de obra de arte não são escravos, são frutos da abolição precarária”, Fabiana Moraes aciona sua autoridade narrativa como jornalista e pesquisadora que tem anos de trabalho acerca do tema da pobreza, dos preconceitos, racismo e históricas desigualdades sociais refletidas nas narrativas.

Uma artista cria, em um país misógino no qual um estupro é cometido a cada 8 minutos, uma obra gigante representando uma vulva/ferida.

Uma artista branca cria, com a ajuda de mais de uma dezena de homens negros, uma obra gigante representando uma vulva/ferida.

Uma artista branca cria (com a ajuda de mais de uma dezena de homens negros), em um país racista e misógino onde homens pretos são 75% dos mortos pela polícia e no qual um estupro é cometido a cada 8 minutos, uma obra gigante representando uma vulva/ferida.

Cabem outras várias combinações acima: **podemos** inserir as variantes Nordeste, usina, canavial, patriarcado, branquitude, desmatamento, monocultura, machismo, classe, exclusão, exploração, arte, mercado, cisgeneridade, emprego, desemprego, feminismo, etc.

A fotografia publicada pela artista Juliana Notari, na qual ela aparece em primeiro plano e uma série de homens negros ao fundo, é um registro sobre a história do Brasil.

Após expor o fato gerador da coluna e sua visão a respeito, traz múltiplas vozes para a análise da repercussão, especialmente nas redes sociais, em torno da foto que mostra os rapazes que trabalharam na obra. A colunista traz os trabalhadores para a abordagem, entrevistando-os, utilizando falas literais e denominando cada um dos trabalhadores contratados para o serviço junto com a artista em Pernambuco, como expõem os excertos a seguir:

Mas o que pensam esses homens pretos e o que estes trabalhos significam material e simbolicamente para eles?

**André dos Santos, 39 anos**, trabalha há 15 com Delson Uchoa e surge em diversas das imagens que o artista, vindo de uma família abastada alagoana, posta. **Antes, André trabalhava como pintor de paredes, por empreitada, e não tinha carteira assinada. Com um salário mínimo e meio por mês**

**mais a renda de sua companheira Marineide, cabeleireira, está terminando de construir uma casa maior e mais confortável.** Seus primos Jedival e José também trabalham, por diárias, com o artista, que chegou a contratar cinco pessoas da família de André com carteira assinada até a chegada da covid-19.

**André tem consciência do que sua cor representa: “a gente sente que te olham diferente em muito lugar onde você passa quando você é preto, quando é pardo. Mas só trabalho onde sei que há respeito e confiança pelo outro. Por onde passei, foi assim.”**

(...)

A repercussão do caso, que foi parar em vários veículos no exterior do país, não espantou Filipe. **“Uma obra daquela proporção é uma ousadia. De longe, a gente olha e pensa que é uma pintura, um quadro, uma escultura, um banner gigante. Fiquei orgulhoso, foi um trabalho novo pra gente.”**

**Filipe sabe que também fez arte. André me diz que a “executa”.** (grifos nossos)

A construção da coluna é intercalada com as fotografias dos trabalhadores entrevistados em ação, ampliando os sentidos para o leitor que fica ainda mais próximo do contexto abordado. Além disso, Fabiana Moraes explora a temática trazendo a visão de especialistas, dados em hiperlinks como o caso do Anuário Brasileiro de Segurança Pública para referir a morte de negros pela própria polícia, além de citar fontes de pesquisa acerca de expressões culturais desprestigiadas:

É isso o que observa **Roseana Medeiros em sua pesquisa “Maracatu rural: luta de classes ou espetáculo?”**. “Não se pode deixar de considerar que o maracatu rural, como manifestação cultural, emerge no seio de uma sociedade de classes bem nítida e se trata também e sobretudo de uma expressão política, ideológica, uma maneira de contestar a realidade opressora.” (grifo nosso)

Ao fim da publicação, a colunista nomeia os 12 trabalhadores da obra Diva, de Juliana Notari, e também os três que “criam e trabalham” com o artista Delson Uchoa. Ainda, oferece ao leitor uma nota de atualização da coluna, revelando um gesto de transparência, para dizer que “Os títulos do texto foram atualizados. A expressão entre aspas “escravos” foi suprimida para não gerar uma confusão na interpretação do texto da colunista que condena seu uso.”.

Em outra coluna, “As mortes por erro de profissionais da saúde nas UTIs: reflexo da falta de controle da pandemia”, Fabiana Moraes recorre novamente à presença destes personagens ao longo da narrativa junto de conteúdos hipertextuais para que ampliam a contextualização dos fatos. Logo nos primeiros parágrafos, a colunista-narradora apresenta a fala de profissionais de saúde na apuração que oferece ao leitor:



“Nas UTIs onde trabalho, a maioria das pessoas não está morrendo por covid, mas por erro nos cuidados. Não é só médico recém-formado, mas enfermeiros, técnicos inexperientes, pessoas sem a mínima noção do que é um paciente grave, que não sabe ver quando a ventilação mecânica está desconectada, por exemplo. A culpa não é delas, mas da gestão que os coloca lá”, **diz o intensivista Felipe**, que trabalha atualmente em dois hospitais públicos e dois hospitais privados em Recife e no Agreste de Pernambuco. (grifo nosso)

(...)

**Enfermeira com 21 anos de experiência em hospitais públicos e privados pernambucanos, Adriana** confirma a realidade descrita pelo médico. “Tem muita gente que não tem a noção de nada, não sabe preencher um cadastro, não sabe ler uma prescrição ou a dosagem dos medicamentos. Profissionais sem a noção básica dos sinais vitais, de quando a pessoa está normal ou está morrendo, em choque. Uma amiga enfermeira viu um paciente com covid-19 se agravando, piorando, e percebeu que ele precisava intubar. O médico não tinha notado e também não sabia fazer o procedimento, e ela é que foi orientando. Tudo deu certo, e ele agradeceu muito”, **conta**. (grifos nossos)

Logo mais versões de trabalhadores são apresentadas, colocando o leitor mais próximo da realidade dentro das instituições de saúde, destoando das declarações de fontes oficiais tradicionalmente utilizadas pela imprensa. E revela que teve o cuidado de não citar nomes reais para preservar os entrevistados de possíveis retaliações. Além das entrevistas, usa dados oficiais de pesquisas para endossar o levantamento, como o “(...) estudo do Instituto de Estudos de Saúde Suplementar da Universidade Federal de Minas Gerais, o Iess da UFMG”, que “já indicava a gravidade da questão do erro médico no Brasil, um assunto pouco visibilizado: cerca de 55 mil pessoas morrem por ano – seis pessoas por hora – por conta de procedimentos malsucedidos.”. Segundo aponta, “O estudo foi feito com base em registros de prontuários de 182 hospitais do país, de abril de 2017 a março de 2018.”.

Com técnica jornalista, Fabiana Moraes revela e reproduz trechos de conversas em grupo de *WhatsApp* formado por intensivistas em que os diálogos “dão uma pequena ideia da tensão gerada pela ausência dos produtos nas UTIs” e, ainda, descreve em glossário a explicação de termos médicos usados pelos profissionais, auxiliando o leitor na compreensão dos fatos. Em mais um procedimento de apuração, indica uma nota para a coluna com a versão da Associação Nacional dos Hospitais Privados e dados da Associação Brasileira de Medicina Intensivista.

As múltiplas interpretações possíveis sobre o problema também são oferecidas pela colunista através da menção a reportagens de outros veículos de comunicação, inclusive de uma matéria barrada em um jornal de Pernambuco porque a direção da empresa alegou que o conteúdo causaria constrangimentos no âmbito do governo do Estado. Por outro lado, aprofunda as questões com a referência a uma publicação do

Portal G1. Ouvindo o “outro lado”, referencia notas enviadas à coluna pela Secretaria Estadual da Saúde de Pernambuco.

Já na coluna que foi a sua primeira publicação como colunista do *The Intercept Brasil*, contudo, não traz outros personagens para a construção. É a partir da sua experiência, com memórias de vida apresentadas logo no início da coluna, que Fabiana Moraes conduz a explanação de “Por uma outra democracia: esta não protege a maioria da população brasileira”. Mostrando conhecimento histórico, introduz questões atuais sobre as trocas de ministros no governo Bolsonaro e o gerenciamento da pandemia de coronavírus no país. No excerto a seguir é possível verificar uma narrativa interpretativa com a exposição de dados, junto da oferta de hiperlinks - os três *links* levam a conteúdos de outros portais de notícias: Uol, G1 e Observatório - que ampliam a contextualização jornalística:

Na real, de que regime falamos quando a renda média de mais de 60% das trabalhadoras e dos trabalhadores do país, mais de 54 milhões de pessoas, era menor que um salário mínimo lá em 2018 – e agora, **com a pandemia, essa mesma renda caiu em média 20,1%, indo para R\$ 893?**

De que democracia falamos quando, só este ano e no Rio de Janeiro, 12 crianças – todas negras – **foram assassinadas** por “balas perdidas”? Aliás: onde está a democracia em balas perdidas que acham preferencialmente um corpo preto? Ou em um país de maioria negra que **sustenta um dos sistemas judiciários mais caros do mundo**, formado por 85% de magistrados brancos? (grifos nossos)

Em outros trechos, há a possibilidade de acessar *links* de conteúdos do próprio portal e dados estatísticos que amparam o posicionamento da colunista, como quando diz que “Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o **PNUD**, nossa parcela 1% mais rica concentra 28,3% da renda total do país. Já os 10% mais ricos do Brasil concentram 41,9%.”, incluindo a possibilidade de acessar os dados diretamente no site do referido PNUD.

Na coluna com título “Carlinhos Maia e o Instagram como meio perverso de superar a pobreza” novamente as memórias de vida da colunista fazem a abertura da publicação, em que aposta na interpretação de acontecimentos públicos a partir da sua expertise técnica de jornalista e de pesquisadora acadêmica. Colocando-se em cena, embasa a narrativa sobre como as pessoas públicas tem explorado as redes sociais para mostrar a superação pessoal e a pobreza de outros evidenciando que além de jornalista, tem trajetória de pesquisa sobre esta e outras temáticas. Em um trecho, com link para

acesso as suas publicações em revistas científicas como pesquisadora, diz que “Há alguns anos, **me interesse** pela relação celebridade e pobreza.”.

A coluna, assim, deriva da observação de Fabiana Moraes como jornalista, trazendo informações no texto e nos hiperlinks, incluindo outros portais, e como pesquisadora com domínio de conhecimento para apresentar as questões e suas percepções ao público sem recorrer a declarações de fontes oficiais:

Maia, desde que se tornou famoso, volta e meia aparece como *trendtopic* no *Twitter* ou em destaque em sites de celebridades. Nas últimas semanas, como você deve ter lido, ele realizou uma festa enorme na cidade onde nasceu, Penedo, a cerca de 160 quilômetros de Maceió. Após o encontro que reuniu centenas de pessoas, **47 delas teriam contraído a covid-19 e duas estavam na UTI.** (grifos nossos)

(...)

**Penedo tem** 63 mil habitantes, **apenas 30% deles em residências com esgotamento sanitário adequado e 50,5% da população com rendimento mensal de até meio salário mínimo.** É gente com pouquíssima possibilidade de um dia realizar uma festança com presença de famosos ou de presentear alguém com uma BMW conversível no valor de R\$ 700 mil, mimo de Carlinhos para o marido, Lucas Guimarães. (grifos nossos)

(...)

**É aí que mora a perversidade da coisa:** no país no qual **60% das trabalhadoras e trabalhadores ganha menos de um salário mínimo** mensal, país com **recorde de quase 15%** da população desempregada, a busca pelo sucesso através das redes parece ser (e é) um viável meio de mobilidade social, uma chance de sair de uma condição que nossa concentração de renda e salários baixos, nosso desinvestimento em saúde e educação, produzem e reproduzem historicamente. (grifos nossos)

Toda a narrativa é contextualizada com a reprodução das publicações de Carlinhos Maia no *Instagram*, das quais emergem as interpretações da pesquisadora que, como já dito, amplia a abordagem com os conteúdos hipertextuais para livre consulta pelo leitor. No trecho a seguir, também é possível inferir a apuração e tempo de investigação, quando revela o aumento de seguidores de Carlinhos Maia após a festa e as publicações:

A percepção do sucesso apenas por mérito, comum entre celebridades, faz com que movimentos coletivos em busca da melhoria de uma vida também coletiva sejam esvaziados, desestabilizados – é cada um por si e o selfie contra todos. O desinvestimento no SUS, por exemplo, é realidade desde 2016, com a **aprovação do teto de gastos.** Mas mobilizar uma questão como essa não rende muito likes e, conseqüentemente, não atrai seguidores, empresas e patrocinadores. (grifo nosso)

(...)

No entanto, está claro que exibir as provas do sucesso intercaladas com a “vida simples”, o apartamento de luxo e a vila de casas humildes, rende muito mais. Se a fórmula vier acompanhada por uma polêmica, melhor ainda:

**Maia conseguiu incríveis novos 500 mil seguidores após a festa.** (grifo nosso)

Os excertos indicam que o olhar da colunista Fabiana Moraes, neste caso e nos demais analisados – como também faz Eliane Brum, partem de um contexto que é ampliado com as interpretações trazidas à tona. Quando traz experiências pessoais ou exemplos particulares, em seguida aborda um conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático e que pode ser diversamente tratado.

Em “Entre a cloroquina e o namastê: conheça a direita gratiluz”, Fabiana Moraes conduz a narrativa a partir da investigação que faz nas redes sociais e das referências à própria experiência, inserindo-se como personagem da narrativa, como já demonstrado pela perspectiva da atorização na seção anterior. Revela os bastidores da investigação, mostrando seus procedimentos, e também reproduz imagens das redes sociais pelas quais navegou para a produção da coluna. Também informa que todos os perfis citados foram contatados pela coluna, mas apenas um retornou ao pedido.

A contextualização para o leitor se dá tanto pela densa descrição conduzida pela colunista, pelos recursos hipertextuais e pela consulta a estudiosos do fenômeno. Abaixo seguem alguns excertos de entrevista com visão de especialista para a coluna:

**Antropóloga que estuda grupos bolsonaristas nas redes desde 2018, a pesquisadora Leticia Cesarino, da Universidade Federal de Santa Catarina,** já observou essas identidades formadas por características (aparentemente) tão distintas entre si.

(...)

O fato é que essas combinações de personalidades foram turbinadas mais do que nunca pela própria infraestrutura da internet: nelas, percebe **Cesarino, autora do artigo “Identidade e representação no bolsonarismo”,** o algoritmo desmembra as pessoas em pequenas partes e recombina em identidades não necessariamente coerentes, mas sempre híbridas. (grifos nossos)

Inserida como personagem da narrativa em “O Brasil não combate a pobreza, nosso país combate o pobre”, Fabiana Moraes faz uma crítica à imprensa e às políticas públicas a partir de uma publicação especial da revista *Veja SP* que retrata a história de sete nordestinos que “venceram na vida”. Fabiana Moraes explica sua abordagem:

A edição causou um considerável debate, nas redes sociais, sobre geografias, estereótipos, preconceitos. Mas em lugar de falar especificamente dessas questões, quero focar naquilo que as sustenta e mantém, a força-motriz que continua gerando discursos anacrônicos como o da *Veja SP* e seu pau-de-arara renovado com filtros de Instagram: o horror ao pobre.

A partir daí, sustenta sua análise com embasamento e apoio na contextualização a partir da narrativa hipertextual, trazendo conteúdos de outros portais de notícias, dando condições para o leitor fazer a própria interpretação segundo a densa exposição disponível na coluna. Vejamos um exemplo de como se dá essa apresentação de narrativas em contextualização:

Esse ódio ao pobre tem um nome: **aporofobia**, termo cunhado pela filósofa espanhola Adela Cortina. Aporos, palavra grega, significa pobre, e foi sobre esse termo que ela percebeu algo comum em um mundo com quase **80 milhões de deslocados/refugiados**: a aversão não necessariamente ao “outro”, ao “estrangeiro”, mas àqueles que não possuem uma conta bancária mais polpuda.

O presidente Jair Bolsonaro e seu ministro Paulo Guedes já demonstraram sofrer do mal. No **artigo** “A direita radical ‘bolsonarista’: da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção”, **Edson Dal-monte e Priscilla Dibai analisam discursos de Bolsonaro nos meios de comunicação de 1986 a 2017**. As falas xenofóbicas e aporofóbicas são constantes: enquanto europeus e/ou estadunidenses, vindos de regiões mais abastadas, são bem-vindos porque viriam suprir mão de obra especializada, pessoas de países pobres e/ou refugiados são preteridas:

“(…) senegaleses, haitianos, iranianos, bolivianos e tudo que é escória do mundo, né?! E agora estão chegando também os sírios aqui. A escória do mundo está chegando aqui no nosso Brasil, como se a gente já não tivesse problemas demais para resolver. Esse é um grande problema que nós podemos ter”, **disse o presidente em matéria publicada pelo Jornal Opção, em 2015**. (grifos nossos)

Além de também trazer narrar fatos de experiência própria, em que presenciou situações que ilustram o “horror ao pobre”, a colunista reforça a percepção na recorrência à consulta de especialistas. Sai do campo da opinião para a interpretação oferecida ao leitor. Vejamos:

É o que **observa a socióloga e professora da Universidade Federal de Pernambuco, Maria Eduarda da Mota Rocha**: a industrialização e a ideia de modernidade emplacadas aqui a partir do século 19, com o dinheiro da produção do café fazendo com que bens de luxo passassem a circular no país, provocaram uma cisão mais clara entre um modo de viver popular e um modo de viver da selites. “É aí que começa a se fomentar uma certa vergonha do povo, um povo que vai sendo, de certa maneira, a lembrança do país de primeiro mundo que nós não somos. É uma elite que sempre está olhando para fora e com muita vergonha do que tem do lado”. **Darcy Ribeiro e Celso Furtado, lembra a autora do livro “A Nova Retórica do Capital”, já afirmaram lá atrás: a elite brasileira tem ódio do povo**. (grifos nossos)

O mesmo procedimento de inserção junto ao narrado, trazendo memórias à tona e acionando de forma evidente no texto com *links* de pesquisas a sua expertise de jornalista e pesquisadora, se dá na coluna “Ter medo de que Fabiana? Uma reflexão

sobre minha avó, ‘Torto Arado’ e uma língua apunhalada”. Neste caso, sua experiência pessoal ao responder uma crítica recebida do autor de Torto Arado, Itamar Vieira Júnior, é o ponto de partida para abordar a questão coletiva da “briga entre pretos na TV”.

Esse interesse enorme do mercado e da mídia pela gente preta já foi **mapeado e comentado por várias pessoas**: **Silvio Almeida** chamou de “micareta racial” o interesse midiático sobre o Black Lives Matters; **Levi Kaique Ferreira**, do Mundo Negro, também escreveu sobre o **tema**. Abordando a propaganda, **Carolina Campos** criticou o que **chama** de “hype da diversidade”.

Recorre à reprodução de trechos das redes sociais e a fotografias, inclusive de acervo pessoal, e de variedade de hiperlinks de conteúdos externos ao *The Intercept Brasil* para embasar suas falas. A recorrência temática, por sua vez, também indica sentido de apuração e contextualização, uma vez que é explorada sob diversas possibilidades de interpretação. Ao final, Fabiana Moraes reproduz trechos do livro Torto Arado que sustentam seu olhar para a obra e para a resposta pública dirigida ao escritor, de modo que o eleitor tem à disposição uma abordagem contextualizada da narrativa que parte de uma vivência pessoal da colunista.

A estrutura discursiva é semelhante em “Cara grande imprensa, você quer trocar 35 anos de democracia pelas promessas de um fã de Ustra?”. Fabiana Moraes conduz a narrativa a partir do seu ponto de vista, mas oferece, especialmente pela hipertextualidade, tanto de conteúdos externos como autorreferenciais, referências que dão embasamento e contextualização à crítica que faz a parte da imprensa quanto às abordagens sobre o presidente brasileiro Jair Bolsonaro. O trecho abaixo ilustra a crítica amparada em informações que podem ser ampliadas pelos hiperlinks:

Com uma a cada cinco famílias brasileiras **cozinhando** com lenha e carvão por falta de dinheiro para comprar gás; com **cortes** nas combatidas Saúde e Educação e investimento na Defesa; com a **imensa militarização** do governo; com mais de 260 mil de mortos por covid-19 ao nosso redor, está claro que escolhemos a figurinha rasgada. (grifos nossos)

O primeiro *hiperlink* traz dados do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, seguido de informações dos portais Terra e *El País*. A estratégia é recorrente para sustentar sua argumentação e oferecer mais contexto para que o leitor consulte de acordo com o seu interesse:

**Nas últimas semanas, nós vimos:** 1) nossos veículos de comunicação publicando um anúncio de médicos apoiadores do presidente falando em tratamento precoce (e sobre isso João Filho já falou aqui); 2) **novas equalizações** entre governos Lula e Dilma ao de Bolsonaro por contada Petrobras; 3) também a equalização **da prisão de um jovem mineiro à prisão do deputado federal Daniel Silveira**. O primeiro, desconhecido, sem cargo eletivo e máquina pública na mão. O segundo, um contumaz agressor verbal do STF eleito deputado federal.

Tem mais: como **apontou** criticamente a **ombudsman da Folha de S.Paulo, Flávia Lima**, lá e cá gotejam notícias que colocam em dúvida a ação das vacinas contra o novo coronavírus. **“Médico do Corinthians recém-vacinado está no grupo de contaminados em surto de Covid-19 no clube”**, publicada na própria Folha, era uma delas.

**É estarrecedor que, a esta altura do campeonato, o jornalismo que se denomina democrático ainda forneça munição – para usarmos termos caros à filosofia da destruição e do escárnio – ao negacionismo. (...)** (grifos nossos)

Destacamos também a oferta explícita de pesquisas científicas de autoria da pesquisadora. E, ainda, encerrando a coluna, Fabiana Moraes deixa sugestões de leitura para “quem se interessa em saber mais sobre discussões a respeito do jornalismo”, com dois hiperlinks disponíveis.

A mesma retórica se dá em “Nos escandalizamos com a fome, mas sabotamos as possíveis soluções”, em que a colunista, em mais uma crítica à imprensa, apresenta seu olhar de pesquisadora a respeito das abordagens sobre a fome e a pobreza. A variedade de conteúdos hipertextuais se destaca na coluna. São ofertadas informações de outros portais de notícias, assim como de instituições de pesquisa e estatística.

O fato é que depois de passar algum tempo meio fora de moda, a falta de comida no prato voltou bombando ao noticiário e à vida nacional. Os motivos são diversos, mas aqui podemos sintetizá-los: chegamos amais de 39,9 milhões de pessoas vivendo na miséria (renda de até R\$89 por mês) e mais de 11 milhões em situação de insegurança alimentar, **segundo o IBGE e Ministério da Cidadania**. É um aumento de três milhões de pessoas com fome nos últimos cinco anos. Esses números estão desatualizados: neles não está incluída a população de rua nem os últimos impactos da covid-19 no país. Conseqüentemente, **voltamos ao Mapa da Fome** do qual saímos somente em 2014, durante o governo Dilma. A região Nordeste **concentra** quase metade (47%) da pobreza brasileira. (grifos nossos)

Além de criticar narrativas do Estadão e Folha, por exemplo, também aborda como famosos e programas televisivos exploram a fome em busca de audiência. A colunista inclusive, revela que o texto da coluna tem a colaboração de Jéssica Amorim, da Universidade Federal do Pernambuco, o que sugere o olhar ainda mais analítico e múltiplas abordagens.

Na coluna “Há uma revolução na academia – e Felipe Neto precisa conhecê-la”, a narrativa é endossada pela experiência da colunista. Em resposta a uma publicação do influenciador digital nas redes sociais, Fabiana Moares se apresenta como personagem ao contar sua história pessoal junto à universidade. É a sua própria experiência, assim, que legitima a autoridade narrativa de jornalista, professora e pesquisadora acadêmica.

O recurso hipertextual e a autorreferencialidade ampliam a contextualização acerca dos investimentos e da ampliação do acesso às universidades. Há ainda entrevistas com o reitor da Universidade Federal de Pernambuco e outras fontes, inclusive uma youtuber:

**Conversei com Dimitra sobre o assunto e ela, assim como Alfredo Gomes, também entende que tanto universidades quanto seus críticos precisam engatar uma nova marcha epistemológica e conceitual para ajustarem-se ao que somos agora. Formada em administração, com mestrado e doutorado em ciências da saúde e docente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas, a IFNMG, a youtuber vê com preocupação essa generalização negativa do espaço universitário. (grifos nossos)**

O olhar de pesquisadora acadêmica com formação no campo da sociologia de Fabiana Moraes aparece também de forma expressiva na coluna “O Brasil do macho desgovernado: ele urra e usa um celular no lugar do tacape”. A partir da exposição de exemplo de exposição nas redes sociais, em que destaca a “necessidade de sublinhar marcadores de uma masculinidade prezada socialmente e entendida como superior”, a colunista propõe uma reflexão acerca do fenômeno embasada em falas de especialistas, o que ultrapassa as definições do gênero opinativo para adentrar procedimentos do ritual estratégica do jornalismo objetivo e, portanto, informativo:

“Ela é sempre uma construção sociocultural, não é natural e justamente por isso só se estabelece quando é performada. Essa performance é constantemente atualizada e, hoje, está ainda mais atrelada à exposição midiática”, **diz o professor Ricardo Sabóia, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, UPFE, que nos últimos anos vem desenvolvendo estudos sobre masculinidades, inclusive no ambiente das redes sociais.** Sintetizando: em vez de urrar e segurar um tacape, o macho desgovernado urra e segura um celular. (grifos nossos)

(...)

**Essa percepção é compartilhada pela antropóloga Isabela Kalil, coordenadora do Núcleo de Etnografia Urbana e Audiovisual, Neu, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo,** que faz um importante apontamento sobre a questão: no Brasil, não é possível discutir patriarcado sem discutir escravidão. Assim, o escancaramento do que ela chama de masculinismo tem relação com a criminalização da homofobia e o fortalecimento de maiorias minorizadas no debate público, mas não só. Ele também está associado à consolidação de ações democratizantes como, por



exemplo, a política de cotas para negros e negras, indígenas, pobres. No contexto em que tais ações são institucionalizadas, “passou a ser condenável expressar abertamente, em público, o machismo, o racismo, a homofobia. Mas quando você tem um líder que abertamente faz isso, dá licença para que outras pessoas façam o mesmo”, **diz**. (grifos nossos)

(...)

**Coordenador do Virtus, Programa Institucional em Defesa Social, Segurança Pública e Direitos Humanos criado na UFPE, o professor Sandro Sayão diz** que não podemos enxergar ou conceber o policial com um ente em separado da sociedade. **“E nossa sociedade, embora as narrativas românticas existentes que nos dizem pacíficos e amorosos, é uma sociedade perversa, preconceituosa e extremamente violenta.”** (grifos nossos)

Além de três pesquisadores consultados para a coluna, Fabiana Moraes oferece um “Para saber mais”, indicando a leitura da dissertação “Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta em narrativas de homens autores de violência”, de Ana Luíza Garcia, e um vídeo do psicanalista Christian Dunker, no qual ele fala sobre histeria, transtorno geralmente associado às mulheres, entre a população masculina, além dos hiperlinks disponibilizados ao longo da coluna. Além de dar embasamento ao olhar analítico da colunista, os procedimentos sugerem sentidos de técnica de apuração e de comprovação do narrado junto do leitor.

Assim, com este levantamento descritivo dos recursos narrativos identificados nas colunas de Eliane Brum e de Fabiana Moraes ressaltamos, especialmente, a perspectiva da autoridade narrativa no colunismo contemporâneo. Seguindo o rastro de estratégias que consideramos pelo viés da subjetividade, quais sejam a atorização e a autorreferência (FAUSTO NETO, 2006), e da objetividade jornalística, pelo aproveitamento do potencial técnico na ambiência da internet e o amparo em rituais objetivos de apuração jornalística, acreditamos que se desdobram outras características da prática aqui relatada.

Disto, desponta o repertório profissional que legitima o lugar narrativo das colunistas potencializado pela valorização da identidade destas, assim como os procedimentos que dão sentidos de mais transparência e credibilidade ao narrado. Além disso, está posta a emergência de uma aparente diminuição das instâncias mediadoras em comparação o dito jornalismo tradicional, apostando em estratégias que indicam proximidade do leitor com a realidade retratada.

Nas palavras de Fausto Neto (2006), notamos um avanço na operação midiática de construção de sentidos. A partir destas, de acordo com as emergências de nosso objeto de estudo, defendemos uma ressignificação do formato, com ênfase na

legitimidade do colunismo contemporâneo como lugar de autoridade narrativa no jornalismo, para além do espaço opinativo nos moldes em que foi concebido.

Sem nos alongarmos aqui na descrição, mas considerando tais questões norteadoras, partimos para as considerações finais, de forma a revisar nossos apontamentos da análise descritiva agora de forma mais conceitual, em acordo com o arcabouço teórico que precedeu a investigação empírica. Do mesmo modo, na discussão final damos atenção para a verificação da pergunta, hipóteses e objetivos que nortearam a pesquisa em face às transformações de ordem sócio-técnico-discursivas em contexto na sociedade.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese visa contribuir com o campo do jornalismo que tem seu discurso fragilizado no contemporâneo e a incidência do contexto da Pós-verdade (DUNKER, 2017). A partir do olhar para a autoridade daquele que narra no jornalismo, indicamos o (re)estabelecimento da relação de confiança na prática jornalística profissional ao tempo em que encaminhamos uma investigação acerca do colunismo contemporâneo como narrativa de referência porque dá indícios de que esta se ressignifica para fazer valer a sua credibilidade, atributo fundamental da atividade. Sendo assim, intentamos delinear como a coluna, pertencente ao gênero jornalístico opinativo, no conjunto das narrativas jornalísticas, adota e institui práticas capazes de reforçar a autoridade e a legitimidade do discurso frente às verdades contextuais, especialmente porque está assentada na sua natureza e vocação que é a de dar voz a um especialista, jornalista, portanto, com formação e experiência profissional. Vale lembrar que de cada época decorrem determinadas formas narrativas, de modo que a sociedade narra e é narrada em razão de seu contexto sócio-técnico-discursivo (SCHOLES; KELLOG, 1977; PICCININ, 2012; MOTTA, 2013).

Partimos do pressuposto de que as narrativas jornalísticas são uma forma de conhecimento da realidade (GENRO FILHO, 2012; MEDITSCH, 1997, 2008). De modo que estendemos ao narrar jornalístico os dizeres de Motta (2013), de que a narrativa produz vínculo entre a experiência de existir e garantir a condição de verdade do fato. Por esse viés, justifica-se a relevância em avançar na discussão sobre reconfiguração dos gêneros e das narrativas jornalísticas e na complexificação do perfil profissional desses jornalistas colunistas como intérpretes das informações e, curadores, filtros, diante da profusão de narrativas jornalísticas especialmente no ambiente digital.

Estas ações firmam-se em processos de filtragem e checagem de informações, contextualização e interpretação da notícia e, ainda, no embasamento daquele que narra com autoridade de fonte, potencializada pela valorização da identidade do profissional que assina colunas nos portais de notícias online. Tais recorrências destoam do que conhecemos do formato, segundo a categorização (MARQUES DE MELO, 2003, 2010) concebida ainda na Modernidade. Por isso, com o embasamento teórico realizado ao longo da pesquisa, bem como pela análise das colunas das jornalistas Eliane Brum e Fabiana Moraes, acreditamos que podemos compreender como estas narrativas se reestruturam e se complexificam, tanto no aspecto estrutural, como pela anatomia das

estratégias discursivas, com vistas a se afirmarem como espaços de referência para os leitores no contemporâneo.

Esta é uma aposta de pesquisa tanto pelas contribuições para o campo do jornalismo que, notadamente, é afetado pelas novas possibilidades de produção, circulação e consumo de notícias, bem como para o público que se vê bombardeado por informações a todo instante e carece de filtros que o orientam no consumo das narrativas – posto que o jornalismo é legitimado como aquele que dá a conhecer a verdade - que podem o ajudar a compreender a realidade que o cerca. É uma investigação que consideramos importante num contexto de crescente perda do referente e virtualização e em que percebemos a busca pela narrativa confiável e legítima.

Mencionamos, ainda, que a emergência de (novos) sentidos a partir da ressignificação do formato do colunismo e, com isso, do gênero opinativo, encaminha pistas importantes para o campo no que diz respeito também à sustentação da atividade jornalística como negócio, ao se reafirmar como aquela que oferece a versão mais qualificada dos fatos para orientar a sociedade. Ademais, referimos o fato de que as pesquisas por esse viés são recentes e ainda reduzidas, considerando um cenário de constantes e rápidas transformações, dado o avanço tecnológico que incide em novas potencialidades e desafios ao jornalismo.

Para dar conta desse esforço de tese iniciamos o estudo com o exame bibliográfico que nos permitiu verificar o estado da arte das pesquisas em torno do tema e a montagem de um quadro referencial e teórico para subsidiar a análise das colunas. É importante dizer que embora firmada uma metodologia, conforme disposto no capítulo anterior, o percurso não foi linear. Já com um levantamento exploratório quando da proposição do projeto de tese, algumas inferências foram possíveis e determinaram o início das incursões teóricas. Entretanto, sempre mantendo em vista o objeto empírico de estudo, foi recorrente a identificação de novas pistas para a jornada teórica, que nos fizeram seguidas vezes rever os capítulos de revisão bibliográfica a fim de complementar o embasamento para a análise qualitativa das narrativas do colunismo a que nos propusemos realizar. Isso não quer dizer que o embasamento aqui apresentado encerre a teoria disponível, pois sempre estão a surgir novas obras teóricas e pesquisas em andamento, de modo que o que trazemos é um recorte admissível em acordo com nossos objetivos de estudo.

A revisão teórica, então, cumpre três objetivos específicos da tese, os quais reiteramos aqui: **identificar e refletir sobre as condições em que a emergência das**

**subjetividades fragilizou o império da racionalidade técnica e positivista que firmou as bases das narrativas jornalísticas durante a Modernidade**, assim como **compreender os conceitos de atorização e autorreferência** como característica das colunas assinadas por jornalistas; **descrever e compreender como se deu a categorização de formatos e gêneros jornalísticos**, segundo os preceitos da Modernidade e ainda utilizados no contemporâneo; **relacionar e estudar as implicações da ambiência da internet para as narrativas jornalísticas**. Por meio destas etapas, identificamos a reivindicação da contextualização e da interpretação no jornalismo e a ascensão do poder de voz do jornalista com ênfase em estratégias narrativas ancoradas nas subjetividades, especialmente a evidência do “eu” que narra, aspectos sobre os quais passamos a refletir já com atenção para as considerações interpretativas acerca do nosso *corpus* de análise, que foi a segunda etapa da elaboração do trabalho.

Como detalhamos na seção da metodologia de pesquisa, o extrato empírico foi construído após um período de observação exploratória, de modo que nos ocupamos em selecionar um recorte de narrativas nas quais notamos a emergência de sentidos por parte daquele que narra cada vez mais à mostra para o leitor, seguindo o lastro do conceito de atorização. Além do mais, as jornalistas Eliane Brum e Fabiana Moraes adotam em seu fazer um compromisso que, conforme outros estudos já exploraram, as distinguem, se ocupando em trazer à tona temas que escapam aos valores-notícia do jornalismo dito tradicional ao assumirem a impossibilidade de uma prática noticiosa que abdique das subjetividades envolvidas no ato de narrar e, portanto, de construir a realidade, indo ao encontro da reflexão proposta neste trabalho.

Recuperamos, então, algumas reflexões teóricas para trazer com mais clareza aspectos centrais da análise empírica, com foco na autoridade jornalística no colunismo contemporâneo. Lyotard (2004) aborda a deslegitimação contemporaneamente expressada na fragilização dos discursos dos especialistas, tal qual observamos no que diz respeito à autoridade e perícia dos jornalistas e, portanto, do campo como um todo. No lastro dessa compreensão, embora crivada de críticas, a objetividade permaneça como horizonte na prática jornalística, observamos que principalmente desde a guinada subjetiva a partir da década de 1970, despontam relatos jornalísticos em primeira pessoa, por meio do testemunho. O conceito comumente relacionado a uma “matriz de verdade presumida”, ocupando lugar de autoridade no campo do jornalismo (CASADEI; VENÂNCIO, 2012), agora parece sucumbir diante da noção que

corresponde a uma “experiência” (SELIGMANN-SILVA, 2005). Do mesmo modo, Zelizer (2007) e Serelle (2012) atentam para o testemunho acionado para legitimar a autoridade do jornalista e sua competência para narrar, quer seja por sua presença no local do acontecimento ou averiguação dos fatos, pela experiência subjetivas e relatos mais recorrentes pelo uso da primeira pessoa.

Consoante, aludimos a Lyotard (2004), que sugere que o modelo de legitimação já não é mais o da melhor performance, mas o da diferença. Quer dizer, a ambiência em rede oportuniza novos textos, o que interfere no circuito de produção e circulação das colunas que agora podem se valer das diferenças para se estabelecerem como lugar de referência. Destas diferenças quanto à classificação no gênero opinativo emergem novos sentidos na relação entre a produção e a recepção das narrativas, partindo da premissa primeira de que o colunismo já não é mais o lugar específico das subjetividades e, portanto, sua anatomia se hibridiza e complexifica em busca de se estabelecer como distintivo entre as tantas narrativas disponíveis, advindas também de cidadãos comuns que têm ampliadas possibilidade de não só dar devolutivas, mas de participar da circulação com a emissão de informação e opinião na ambiência da internet.

A ambiguidade deste contexto promove tanto uma autonomia em um mundo cada vez mais constituído de informação, como uma sensação de desordem e incerteza frente ao rompimento, ainda que parcial, com uma ordem tradicional. Giddens (1991) observa que na ausência de uma autoridade definitiva, é o indivíduo que precisa escolher e decidir em que acreditar, fazer escolhas e buscar referências que ofereçam insumos para a construção de seu quadro interpretativo sobre os temas do mundo.

Nestes termos, ao tratar da autoridade de quem narra no jornalismo (ZELIZER, 2007), buscamos na ressignificação do colunismo a descrição de uma anatomia narrativa distinta por estratégias diversas na oferta de sentidos de realidade mais fidedigna e de mais credibilidade. Portanto, consideramos, segundo Benetti (2008), que a credibilidade deriva da compreensão de que o jornalismo é uma prática autorizada a narrar, dada a competência técnica e perícia do fazer. Do mesmo modo, também incidimos na reflexão sobre a (re)elaboração do *ethos* profissional do jornalista-colunista ao lançar mão da técnica em paralelo a novas artimanhas discursivas para o (re)estabelecimento da credibilidade e dos laços de confiança com os leitores.

Medina (2008, 2014), por sua vez, aponta para a subjetivação das técnicas no contemporâneo, de modo que entende que as marcas dos sujeitos, a experiência do sensível, subvertem os métodos jornalísticos:

Há uma competência técnica (racionalidade complexa), uma sensibilidade ética (cumplicidade afetiva) e originalidade estética (marca de autor) ao orquestrar múltiplas e dissonantes vozes, bem como ao editar a pluralidade conflitiva de significados. Já escrevi sobre a personalidade do jornalista como leitor cultural dos acontecimentos contemporâneos. O exercício dessa virtualidade faz dele um produtor de sentidos, um agente da produção simbólica de seu tempo. (MEDINA, 2014, p. 19)

Embora as alusões não tratem especificamente da prática narrativa no colunismo, a concepção de Medina (2014) pode ser entendida como propícia ao nosso estudo, uma vez que nosso olhar afeito ao gênero não é uma tentativa de uma nova categorização, mas de uma atenção ao fenômeno da emergência das subjetividades que proliferam em diferentes formatos e suportes midiáticos. Nossa escolha pelo colunismo, assim, é um recorte definido em vista de que o formato, dentro do gênero opinativo, é por princípio o espaço afeito às subjetividades e, agora, se vê impelido a uma ressignificação justamente pela proliferação destas. Dessa forma, seguimos com o que diz a autora ao afirmar que para construir as bases do “repórter contemporâneo” as marcas de subjetividade ultrapassam o produto final e se encontram em diversas instâncias: nas rotinas produtivas (competência técnica), na conduta profissional (sensibilidade ética) e no conteúdo (originalidade estética). À construção desse profissional, Medina (2014) associa à técnica a demanda por uma “racionalidade complexa” e não fragmentada; à ética uma “cumplicidade afetiva”, em vez de neutralidade; e à estética uma marca de autoria, em vez de padronização objetivada.

Isto posto, reconhecemos a nova ambiência comunicacional em rede – a Sociedade em Rede (CASTELLS, 2002, 2013) - oportunizou não apenas a entrada de novos atores na esfera da produção e circulação de informações (PRIMO, 2011), quais sejam, os cidadãos comuns, mas um “novo ecossistema”, para citar os termos de Anderson, Bell e Shirky (2013). Tais avanços de ordem tecnológica e estrutural, determinantes para a definição da anatomia na indústria jornalística, ao mesmo tempo em que trouxeram possibilidades de interação, também desestabilizaram o controle do fluxo de notícias relativamente estável que vinha caracterizando a produção jornalística. Neste contexto, o contemporâneo abarca a concepção do jornalismo midiaticizado, que oportuniza aos produtos do jornalismo uma fuga do lugar específico de mediador dos fatos para um “dizer de si” (FAUSTO NETO, 2006, 2011, 2015, 2018), como estratégia de autenticação de credibilidade diante da abundância de narrativas disponíveis em rede oriundas, inclusive, de não profissionais. Trata-se, portanto, de mais uma perspectiva que leva à reflexão acerca da diluição de fronteiras conceituais próprias destes tempos e

da qual despontam os conceitos de atorização e de autorreferencialidade, que estão entre as características da midiática, as quais delineamos como marcadores de análise pela evidência do “eu” que narra e do “dizer de si” no jornalismo jornalístico. A midiática, portanto, está implícita em nossa pesquisa.

Sobre o conceito de atorização, Fausto Neto (2015) refere a inserção do jornalista também como produtor de significação, para além do fato narrado. Por outras palavras, o jornalista desempenha a atorização ao assumir o protagonismo testemunhal. Segundo o autor, a autorreferencialidade, é compreendida como a condição da mídia contemporânea de referenciar continuamente suas próprias operações, com o objetivo de se mostrar mais credível, transparente, mais próxima da audiência.

Nestes termos, embasamos a etapa de análise empírica, situando o extrato de 10 colunas da jornalista Eliane Brum no portal *El País* e as 12 colunas de Fabiana Moraes, no *The Intercept Brasil*, publicadas em um período de seis meses, entre dezembro de 2020 e maio de 2021, em dois momentos de apreciação: primeiro por marcadores que consideramos pelo viés da subjetividade, especialmente pela atorização e autorreferência, e depois por critérios de objetividade jornalística, tanto pelo viés da técnica profissional como pelo potencial técnico da ambiência online. A pesquisa qualitativa, de viés interpretativo, também amparada nos dizeres de Motta (2013) acerca da análise pragmática da narrativa jornalística, por meio de excertos dos textos das colunas, permitiu a identificação de estratégias narrativas e também um olhar quanto à estrutura do jornalismo mediante os trechos destacados. Importa dizer que os exemplos trazidos à baila não totalizam todos os encontrados nos textos, mas são ilustrativos das recorrências pontuadas. Do olhar descritivo trazido no capítulo anterior, referimos agora desdobramentos possíveis que levam à verificação da pergunta de pesquisa, dos nossos objetivos e hipóteses de investigação, segundo as recorrências verificadas na amostra, às quais dão base para observar as diferenças que se estabelecem no jornalismo contemporâneo.

A análise interpretativa da amostra do jornalismo traz achados de pesquisa que nos permitem ir ao encontro dos dizeres de Fausto Neto (2011, p. 239), segundo o qual a partir do contexto da midiática o jornalista-perito de hoje associa à narrativa da realidade elementos de sua vida e de suas vivências, pessoais e profissionais, a fim de fortalecer os vínculos com as audiências. Há uma mudança de paradigma, portanto, do viés da sociedade dos meios, em que “(...) os jornalistas funcionavam como uma espécie de ‘elo de contato’ entre instituições e leitores, mas segundo enunciações que os



mantinham a distância dos acontecimentos”, para novas gramáticas de referência no contemporâneo.

Do ponto de vista das marcas de subjetividade na análise empírica, atorialidade e autorreferência são presença quase unânime no extrato de colunas, ao passo que se dão quando as jornalistas Eliane Brum e Fabiana Moraes se colocam em cena nas colunas, como personagens e quando falam de suas próprias experiências ao referenciar outras apurações. Assim, a adoção de impressões do repórter como provas auxiliares acerca dos fatos e acontecimentos narrados encaminha a compreensão de que a afetação do narrador-jornalista à pauta importa, nos moldes do que propõe Medina (2014) quando se refere à relação sujeito-sujeito em que ambos os partícipes do diálogo (repórter e fontes) se abrem às incertezas e se põem em igual condição.

As chaves de leitura são acionadas tanto quando se mostram com o “eu” que narra evidente, na primeira pessoa do singular, como quando estabelecem um sentido de proximidade com os leitores ao se colocarem junto do público em expressões na conjugação do plural. Quando dizem, por exemplo, “nós”, emergem sentidos de redução da mediação veículo-colunista-público, o que sugere o estabelecimento de vínculo para além do pertencimento da realidade, no qual a proximidade entre emissão e recepção agora não passiva contribuem para a afirmação de uma relação de confiança. Seguindo essa linha de reflexão, os sentidos de redução da mediação e de proximidade também se dão pelo fato de que as colunas ganham espaço também em outros suportes, dado que as colunistas divulgam os conteúdos em sites pessoais e nas redes sociais, como *Instagram* e *Facebook*. Nestas, embora não tenhamos analisado a interação entre jornalistas e seguidores no espaço dos comentários, há potencial de troca e resignificação das narrativas na possibilidade de diálogo aberta.

Quando se colocam como jornalista-ator, a atorização do processo de construção do narrado oferta novos sentidos pelo viés do testemunho que perpassa a pretensa objetividade jornalística. Neste sentido, é recorrente o acionamento de memórias pessoais e coletivas, junto da explicitude da rotina e das escolhas empregadas no ritual jornalístico. Daí, reiteramos a construção do vínculo de transparência e proximidade com o público por meio do contrato de leitura evidente.

Ou seja, nesse processo de atorização as escolhas discursivas empregadas deixam claro quando as colunistas falam de si para tratar de questões coletivas e históricas, endossando também que as marcas do sujeito que narra importam à construção de sentidos que emergem da pauta. Estratégia que emerge alinhada ao

caráter interpretativo destas colunas e que dá pistas de como o colunismo pode se reinventar e se ajustar para manter ou reestabelecer os vínculos com o público frente à oferta abundante de narrativas oriundas, inclusive, de não profissionais. Isto fica claro com o que diz Medina (2008, p. 85) sobre “a importância da experiência sensível do contato com o mundo vivo, que sacode a rotina técnica”. Temos, assim, no que Medina (2014) fala sobre a personalidade do jornalista como leitor cultural dos acontecimentos contemporâneos o que, diante dos indicativos aqui apresentados, apontamos para a complexificação do colunismo por meio de fazeres reconfigurados que fazem podem fazer do jornalista-colunista um “produtor de sentidos”, “agente da produção simbólica do seu tempo” (2014, p. 19).

Outro achado da pesquisa diz respeito a potencialização da voz narrativa do jornalista-colunista mediante a realização de tais virtualidades, para seguir acompanhando a percepção de Medina (2014), quanto à personalidade deste profissional contemporâneo. Especificamente, tratamos de uma subversão da escala de níveis de poder de voz segundo as elaborações de Motta (2013), em que o jornalista seria o segundo patamar hierárquico, cabendo à instituição jornalística o primeiro nível e às fontes e/ou personagens o terceiro. À performance do processo de atorização da construção das colunas, portanto, acrescentamos a valorização da identidade das jornalistas, com formação e experiência profissional ao longo de anos na atividade jornalística. Do mesmo modo, a partir do momento em que mais do que assinarem as colunas, dão nome aos espaços sediados nos portais de notícias, entendemos que há uma elevação desta identidade reconhecida mediante o público pela qualidade técnica e pela performance que se oferece ainda de forma mais personalizada aos leitores.

Por esse prisma, referimos as contribuições de Meditsch (1997), sobre a questão dos auditórios, pois o jornalismo como uma forma de conhecimento tem tanto sua força como sua fragilidade. Ou seja, como todo conhecimento, o senso comum não é tão democrático, mas sim compartilhado por auditórios específicos. Pensar o colunismo, na relação de projeção de identidade dos jornalistas e nos laços de confiança opera neste sentido. Em primeira vista pode ser apreciado por um público específico dada a identificação com aquele que dá nome à coluna, mas ao se ressignificar e manter um contrato de leitura evidente, explicitando seus fazeres e por isso seu embasamento opinativo, ofertam sentidos de transparência e (mais) veracidade, de modo que a audiência encontra nestes um espaço de referência para informação, independente de concordar ou não com o posicionamento expressado nestas colunas.

Sendo assim, defendemos que, embora sejam apresentadas como uma seção dos portais, identificada como pertencente ao gênero opinativo e que em seu conteúdo não correspondam necessariamente ao posicionamento destes veículos, há uma projeção do poder de voz das colunistas sobre os veículos noticiosos e, sobretudo, a potencialização da relação de confiança destas para com os leitores. Disso resulta, também, uma estratégia de sobrevivência do modelo de negócio do jornalismo que, cada vez mais oferece o colunismo como um espaço distintivo entre as narrativas disponíveis apostando, justamente, neste pacto estabelecido pela transparência da prática e pelo vigor narrativo que se dá também pela corporeidade e pelas marcas de autoria (MAROCCO, 2004, 2008).

O conceito de autorreferência igualmente reincidente nas narrativas das colunistas também remete à credibilidade e ao prestígio das profissionais Fabiana Moraes e Eliane Brum. Lyotard (2004) situa que dado estado de crise das grandes narrativas, o contemporâneo é propício para o florescimento da autorreferencialidade. Isto porque o período é marcado pela perda da realidade como referente absoluto da representação. Desse modo, como já referimos na análise, ao chamar atenção para a própria prática, as escolhas dentro de rotinas técnicas, nos leva a pensar na mudança substancial que se verifica no campo da produção jornalística, uma vez que tradicionalmente essa prática não era permitida. Destarte, na medida em que as jornalistas-colunistas explicitam os bastidores da atividade, entaves e limitações superadas na produção das colunas, acionam sentidos de transparência e de credibilidade, ao mesmo tempo em que reforçam o viés da qualidade do seu dizer pela perícia e autoridade narrativa (ZELIZER, 2007; SERELLE, 2012) ao frequentemente citarem outras colunas e produções de sua autoria.

Como estratégia discursiva, a autorreferencialidade encaminha para a noção de legitimação, em um discurso que reconhece o lugar narrativo e a autoridade para dizer. Para o colunismo, ou para o conjunto das narrativas jornalísticas, equivale a dizer que por meio desse discurso os jornalistas ou empresas constroem uma imagem de si. Além disso, direciona para a complexificação do *ethos* jornalístico, com o intuito de legitimar a atividade. Aplicado à análise interpretativa das colunas, o conceito de autorreferência indica uma ação pedagógica sobre a prática jornalística, engendrando relações de confiança e de proximidade com os leitores. Desta, emergem sentidos, seja da construção da realidade, seja pela interpretação acerca das operações em torno dessa construção. Trata-se de dizer de uma estratégia para que a confiança do leitor se

estabeleça mais na performance jornalística, do que necessariamente naquilo que o discurso aponta (FAUSTO NETO, 2006).

No mesmo sentido, como marcadores aqui elencados como de subjetividade na análise das colunas, atorização e autorreferência incidem sobre ascendência do poder de voz e da identidade dos jornalistas. Em acordo com as elaborações de Fausto Neto (2006), pelo próprio perfil das jornalistas, Eliane Brum e Fabiana Moraes são transformadas em “atores”, “celebridades”, moeda atribuída à credibilidade do trabalho realizado, cuja dimensão de interpretação antes abstrata agora ganha corpo através de seus agentes de construção de sentidos, “peritos”.

Notadamente, os indicadores de análise das narrativas revelam processos de subjetivação na prática jornalística do colunismo, não em contraposição à sempre idealizada objetividade, mas indicativa de uma reorientação com vistas à emergência de sentidos na relação com os leitores. Todavia, havemos de considerar que o paradigma da objetividade, tomando o ritual estratégico de Tuchman (1999), é orientado por um contexto impactado por transformações tecnológicas que incidem sobre a sociedade e sobre a produção de narrativas jornalísticas. De todo modo, embora essas incidências afetem as rotinas produtivas, defendemos que a perspectiva da subjetivação não abdica dos princípios deontológicos do jornalismo sobre os quais tradicionalmente se assentam as noções de verdade e de credibilidade no jornalismo (ZELIZER, 2007; BENETTI, 2008). Tratamos, por isso, de seguir com a concepção do jornalismo de subjetividade (MORAES, 2015, 2019), em que a objetividade integra a subjetividade na construção de traduções e interpretações possíveis. No mesmo sentido, Motta (2013) sublinha que a subjetivação tem por objetivo humanizar os fatos brutos, além de produzir identificação e efeitos catárticos no leitor, uma vez que embora a objetividade seja a primeira instância perseguida, o discurso jornalístico tem intensa ligação com o viés literário.

Parte das ideias aqui apresentadas já ganharam discussão ao longo da produção da tese (GOMES, 2018; GOMES, PICCININ, 2019, 2020, 2021; GOMES, BARTZ, PICCININ 2021) e avançaram por outras perspectivas, destacando que a pesquisa tem sempre possibilidades de desdobramentos e aprofundamentos. De modo que seguimos com as considerações a partir do momento em que aludimos à autoridade e ao reconhecimento de peritos (portanto, técnicos). Consoante ao viés subjetivo, a autorreferencialidade na prática do colunismo, assim como a correfência, ao passo que, como vimos, as colunas citam também conteúdos de outras instituições jornalísticas, também se dão pela dimensão objetiva. Ou seja, estes artifícios ganham evidência pela

da capacidade técnica da nova ambiência das colunas, potencializando operações suscitadas por rituais objetivos de apuração e checagem feitos por peritos.

Sendo assim, a análise das colunas se deu em duas etapas, de modo que passamos a explicitar os procedimentos que, assentados em princípios deontológicos – e objetivos - do jornalismo, indicam transformações na anatomia estrutural e, igualmente, das estratégias narrativas do colunismo contemporâneo.

Como aspecto fundamental, destacamos que toda a prática subjetiva antes elencada está assentada em competência técnica, perícia e embasamento que oportunizam a emissão das subjetividades decorrentes e, como pressupõe a categoria das colunas, da ênfase opinativa. Pelos excertos destacados na análise da amostra das colunas verificamos que as características do jornalismo digital (CANAVILHAS, 2001, 2014; MACHADO, PALÁCIOS, 2002; MIELNICZUK, 2003; PALACIOS, LEMOS, 2001; PALACIOS 2003; PAVLIK, 2001, 2014), são primordiais para o desenvolvimento das escolhas discursivas das colunistas. Para relembrar, são sete as potencialidades do jornalismo na ambiência em rede: multimídia/convergência, interatividade, hipertextualidade, customização do conteúdo/personalização, memória, instantaneidade/atualização contínua e ubiquidade.

A autorreferência e a correferência podem ser potencializadas pela hipertextualidade no colunismo nos portais de notícias. Eliane Brum e Fabiana Moraes sustentam suas abordagens com embasamento e apoio na contextualização a partir da narrativa hipertextual, trazendo conteúdos de outros portais de notícias, consulta a fontes oficiais, e referenciado a si mesmas e aos portais em que atuam pela oferta dos *links* para consulta, de acordo com o interesse de conhecimento pelo leitor. Além da capacidade de memória construída, da hipertextualidade emerge também personalização, justamente pela oferta de conteúdos que podem ser verificados num fluxo de escolha que o leitor quiser. Aliás, a personalização também pode ser entendida pelos sentidos de proximidade e de identificação decorrentes das estratégias narrativas em vista do estabelecimento de vínculos com os receptores. Vejamos que a explicitação, por exemplo, dos procedimentos nas entrevistas oferta sentidos de proximidade do leitor com a cena, contribuindo com mais veracidade ao dito e de reforçar a relação de confiança quando as colunistas demonstram que conhecem, estão próximas ou vivenciaram o narrado (testemunho).

De outra parte, junto com o potencial da narrativa hipertextual, se dá a contextualização e o olhar para o caráter mais interpretativo desta forma de colunismo.

Quer seja, além da oferta de recursos nos *links* ao longo dos textos (inclusive aporte multimídia), as colunistas exploram a competência técnica como jornalistas, peritos com autoridade reconhecida para tal, ao produzirem conteúdos que perpassam o lugar subjetivo da opinião para narrativas embasadas pela apuração jornalística, checagem, pluralidade de vozes, interpretação e contextualização acerca do narrado.

Percebemos que a estrutura de tópicos sobre temas variados e com caráter de novidade dá lugar a textos extensos, em recorrência temática e pela perspectiva de múltiplos olhares com vistas a produzir as interpretações possíveis sobre fatos e acontecimentos que já são de conhecimento público. Por vezes, as colunas seguem junto de conteúdos do gênero opinativo em uma mesma data de publicação ou em sequência, acompanhando desdobramentos.

Pelos excertos trazidos para discussão no capítulo anterior identificamos que a exposição da opinião das colunistas se dá pelo embasamento no uso de fontes consultadas, citações literais, entrevistas com fontes testemunhas e especialistas, dados oficiais, além do acompanhamento dos assuntos evidentes pela recorrência temática e atualização das mesmas. Os recursos empregados, assim, dão condições para o leitor fazer a própria interpretação segundo a densa exposição disponível na coluna e não apenas na opinião das colunistas expressa sutil ou explicitamente. Dessa maneira, destacamos um colunismo (de opinião) sustentado por técnicas objetivas de apuração jornalística.

Ao tempo em que essas colunas exploram densamente a análise especializada, com dados técnicos e de pesquisas e instituições oficiais, assim como informações de domínio público para apreciação, bem como a consulta de especialistas com citações literais que corroboram seu olhar acerca do assunto trazido à reflexão, há uma busca proximidade e uma sugestiva tentativa de diálogo quando as colunistas se colocam em cena ou dirigem-se “a você” leitor. Do mesmo modo, a partir do embasamento e da contextualização (LÜCKMAN, 2020; PAVLIK, 2001; ZAMITH, 2011) reforçam a técnica jornalística e o repertório profissional que as legitimam em seu lugar de fala.

Ainda observando o emprego de técnicas objetivas na construção das colunas, notamos uma tendência de dar espaço a múltiplas vozes, seja pela consulta a fontes especializadas ou pela versão das fontes/personagens implicados. O que também se dá quando as colunistas se colocam em cena, provocando os desdobramentos de sentidos sobre os quais Resende (2009) situa. Ou, por outro lado, aponta para um jornalismo complexo-compreensivo (MORIN, 2002, 2007; KÜNSCH, 2010, 2014),

potencializando o colunismo contemporâneo com vistas a ser um lugar de filtro informativo diante da abundante oferta de conteúdos na ambiência da internet.

A ideia de compreensão, junto com a emergência da contextualização e da interpretação no colunismo, vislumbra é a vinculação, pois “o requisito essencial da compreensão é, assim, o vínculo com a coisa que se aborda, com o outro, com a pluralidade dos outros, com o mundo (SODRÉ, 2006, p. 68)”. Sendo assim, a concepção está alinhada Morin (2002), posto com a dimensão considera os aspectos humanos e os seus contextos. Pelo exposto, é uma prática que reconhecemos nas narrativas de Fabiana Moraes e Eliane Brum.

Dito isso, fica posta uma anatomia narrativa que responde a pergunta que norteou nossa investigação, ou seja, **qual é a anatomia das colunas assinadas por jornalistas em portais de notícias que no contemporâneo permite a ressignificação do formato e do gênero opinativo, sendo espaços de referência para os leitores?** Das recorrências indicadas na análise do extrato de colunas emergem diferenças, segundo as quais apontamos para a diluição conceitual quanto à classificação do formato segundo as concepções da Modernidade. Consoante, referimos que a característica da hibridização segue presente, o que se dá tanto pelas estratégias narrativas que configuram uma nova anatomia discursiva, quanto pela ambiência online que responde pela potencialização da narrativa a partir do aporte técnico da rede e pela reconfiguração da estrutura formal das colunas. Assim, reiteramos que a nova anatomia do colunismo ressignifica a categoria e o gênero opinativo ao se mostrar ainda mais afeita às subjetividades, entretanto, agora amparadas em práticas objetivas oriundas do jornalismo informativo. Todavia, não é possível, nem pretendemos, enquadrar este colunismo dentro de um gênero, seja opinativo, informativo ou interpretativo, pois a mescla que encontramos na análise destoia da classificação tradicional. Fica evidente, assim, que o formato se adapta ao contexto em que está inserido e se **(re)legitima por meio da opinião em consonância com estratégias que evidenciam a autoridade daquele que narra e pela relação de confiança e aproximação com os leitores**, o que atende pelo objetivo específico de investigação.

De igual modo, verificamos que nossas hipóteses de pesquisa foram corroboradas, quais sejam: 1) há uma reconfiguração de fronteiras conceituais tradicionais, próprias da liquidez dos tempos, o que atende também pela nova ambiência das colunas agora em rede, no que diz respeito à conformação de narrativas jornalísticas a estruturas pré-estabelecidas; 2) a emergência de narrativas em colunas que se

distinguem da categorização do gênero opinativo em sua estrutura tradicional, advinda da Modernidade, para valorizar a evidência da subjetividade por meio de estratégias como a interpretação das notícias, a contextualização, a personalização e a atorização; 3) a complexificação do perfil do jornalista colunista como intérprete de informações com vistas a um lugar de filtro como referência para os leitores; 4) a valorização do jornalista como colunista de grandes portais de notícias e seu reconhecimento a partir da evidência da autoria e identidade destes como autenticadores de credibilidade e perícia no fazer, tanto pela formação como pelos anos de prática nas redações; 5) a construção de notícias pautadas pela aproximação com a audiência a partir da interpretação de informações e a exposição do sujeito que narra e é afetado pelos fatos como estratégia de credibilidade, o que é possível observar a partir das novas trocas comunicacionais oportunizadas por novos níveis interacionais; 6) a complexificação do gênero opinativo por meio do espaço das colunas assinadas por jornalistas em portais na internet.

Com isso, atendemos aos demais objetivos específicos do estudo, ao tempo em que **discutimos a anatomia das narrativas de colunas** assinadas por jornalistas e sediadas em plataformas digitais de grandes veículos de comunicação, possibilitando, assim, a problematização do gênero opinativo por meio do colunismo contemporâneo; **relacionamos quais as características/estratégias narrativas diferem o colunismo praticado no contemporâneo como autenticadoras de credibilidade e autoridade jornalística** em tempos de fragilização da razão conforme a lógica moderna ou em tempos de Pós-verdade; **refletimos sobre a identidade dos jornalistas que assinam e dão nome às colunas** pela elevação do poder voz destes e como fator de credibilidade do conteúdo ofertado; e, por fim, **verificamos a complexificação do *ethos* profissional do jornalista-colunista agora como intérpretes das informações** diante do “mar” de narrativas disponíveis ao público na ambiência da internet.

Resultam desse olhar novas incidências de sentidos que se ofertam aos leitores das colunas, diante do que acreditamos se tratar de um novo regime de confiança estabelecido mais pela performance que Fausto Neto (2006) sugere advir de um suposto “novo sujeito interpretativo”. Por esta anatomia, então, chegamos à tese de que estamos diante de um espaço menos afeito à vigilância jornalística para se constituir mais em lugar de perito, de filtro informativo e de contextualização, porque emerge de estratégias que o revestem de sentidos legitimados pela autoridade narrativa.

Como possibilidade de continuidade de pesquisa, no futuro podemos avançar para a alfabetização midiática, justamente pela demanda de reconhecimento de



narrativas (mais) qualificadas diante da profusão de conteúdos em circulação, inclusive as informações falsas que incidem na legitimidade do fazer jornalístico profissional que se faz cada vez mais necessário para combater o caos informativo do contemporâneo. Assim como fizemos no colunismo, é pertinente observar construções de referência e encaminhar o reconhecimento destas junto ao público. Outra perspectiva possível é a do ativismo no jornalismo, seja ele localizado no literário, público ou investigativo, que igualmente preza pela dimensão subjetiva na atividade.

Por outro lado, o esforço até aqui empreendido não esgota as possibilidades de investigação em torno do colunismo contemporâneo (e do gênero opinativo), pois temos consciência de que realizamos um recorte metodológico e uma linha de interpretação possível das evidências encontradas ao longo do percurso. Embora os achados da pesquisa estejam atrelados a um formato específico, a contribuição se estende para o conjunto das narrativas jornalísticas em face à compreensão da extensão da diluição de fronteiras conceituais no contemporâneo, de modo que a prática jornalística como um todo precisa constantemente se readaptar e reafirmar perante o público. Oferecemos, portanto, uma reflexão que indica uma anatomia narrativa que ressignifica o colunismo e que pode sustentá-lo no contemporâneo como lugar distintivo para os leitores diante do excesso informativo e da carência de reconhecimento de espaços de referência. Assim, destacamos a necessidade de identificação narrativas de referência, da informação e credibilidade para a formação e tomada de decisões da sociedade frente à realidade que a cerca.

## REFERÊNCIAS

ABIB, Tayane Aidar. O jornalismo de desacontencimentos e o novo percurso narrativo de Eliane Brum: diálogos e transformações. 2017. Dissertação (Mestrado)– Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2017.

ACCIOLY, Maria Inês. Isto é simulação: a estratégia do efeito de real. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Entretenimento: valor-notícia fundamental. In: **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Revista Acadêmica Semestral – Programa de Mestrado em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina. Ano V, n 1, 1º semestre de 2008.

ARAÚJO, Mayara Carolinne Bessera de. Reportar e afetar (-se): atos de objetivação e subjetivação na grande narrativa impressa “viúvas do veneno”. 2019. 200f. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, Fortaleza (CE), 2019.

ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre : Sagra – DC, 1996.

ANDERSON, C. W.; BELL, E.; SHIRKY, C. Jornalismo Pós-industrial: Adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo da ESPM**, n. 5, a. 2, p. 30-89, 2013. Trad. Ada Félix.

ANDERSON, Perry. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ARNT, Hérís. **A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica**. Rio de Janeiro: E-Pappers, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Fontes. 1997.

BALDESSAR, José Maria. Reflexões sobre Jornalismo, Internet e formação profissional. In.: **Revista PJBR Jornalismo Brasileiro**, 2004. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos3\\_d.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos3_d.htm).

BARBOSA, Wilmar do Valle. Tempos pós-modernos. In. : LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2004.

BARBOSA, Suzana. O que é jornalismo digital em bases de dados. **XV Encontro da Compós**, Unesp, Bauru, SP, Junho 2006.

BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. ‘Network Journalism’: Converging competencies of

old and new media professionals. **Australian Journalism Review**, v. 23, n. 3, p. 91-103, dez. 2001.

BARROS FILHO, Clóvis de. **O habitus na comunicação**. São Paulo: Paulus, 2002.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulações**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUDRILLARD, Jean. **A Arte da Desaparição**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. 1966. *The Social Construction of Reality*. Ut. Trad. Bras. **A Construção Social da Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1973, 2013.

BERTOCCHI, Daniela. **Dos Dados aos Formatos** – Um modelo teórico para o design do sistema narrativo no jornalismo digital. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. 2013.

BORGES, Juliano. **Webjornalismo: política e jornalismo em tempo real**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRADSHAW, Paul. Instantaneidade: Efeito da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto no consumo, produção e distribuição. In: CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

BRUNS, Alex. **Gatewatching: Collaborative online news production**. New York: Peter Lang, 2005.

BRUNS, Alex. The active audience: transforming journalism from gatekeeping to gatewatching. In PATERSON, Chris; DOMINGO, David (Eds.) **Making Online News: The Ethnography of New Media Production**. New York: Peter Lang, 2008.

BRUNS, Alex. Gatekeeping, Gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. In: **Brazilian Journalism Research**, vol. 7, n. 2, p. 119-140. SBPJor, 2011.

BRUNS, Alex. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, vol. 11, n. 2, p. 224-247. 2014. (Copyright © 2014 - SBPJor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo).

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web**. Bocc (Online), 2001. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=canavilhas-joao-webjornal.html> .

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. 2006. Disponível em

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf> .

CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Livros LabCom, 2014.

CASADEI, Elisa; VENÂNCIO, Rafael Duarte. O testemunho do fato: estratégias retóricas em programas jornalísticos. In: SOARES, Rosana Lima; GOMES, Mayra Rodrigues (Org.). **Profissão repórter em diálogo**. São Paulo: Alameda, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade Em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz & Terra, 1999, 2002.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTILHO, Carlos. Prefácio. In: BRIGGS, Mark. **Jornalismo 2.0: como sobreviver e prosperar**. E-book, 2008. Disponível em: <http://issuu.com/midia8/docs/jornalismo2#download> .

CASTILHO, Carlos. Apertem os cintos: estamos entrando na era da pós-verdade. **Observatório da Imprensa**. São Paulo, ed. 921, 28 set. 2016. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/apertem-os-cintos-estamos-entrando-na-era-da-pos-verdade/> .

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria dos gêneros jornalísticos**. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. Gênero de discurso. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique (Org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad.: Angela M. S. Corrêa. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

- CORNU, Daniel. *Jornalismo e verdade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- CORREA, Elizabeth Saad. *Convergência de mídias: metodologias de pesquisa e delineamento do campo brasileiro*. In: **Metodologia para o Estudos dos Cibermeios**. Salvador, 2008.
- COSTA, Caio Túlio. **Ética, jornalismo e nova mídia** – uma moral provisória. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2009.
- D’ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: A Nova Guerra Contra os Fatos em Tempos de Fake News**. Barueri, Faro Editorial, 2018.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2004.
- DUNKER, Christian. *Subjetividade em tempos de pós-verdade*. In: DUNKER, Christian; TEZZA, Cristovão; FÚKS, Julian; TIBURI, Marcia; SAFLATE, Wladimir. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- EAGLETON, Terry. **As Ilusões do Pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- EGGS, Ekkehard. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. Ruth Amossy (org.), 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mutações nos discursos jornalísticos: Da “construção da realidade” à “realidade da construção”*. In: FELIPPI, Ângela; SOSTER, Demétrio de Azeredo; PICCININ, Fabiana (Org.). **Edição em jornalismo: ensino, teoria e prática**. v. 1. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p. 46-63.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Mutações nos Discursos Jornalísticos: Da construção da realidade a realidade da construção*. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**. Brasília, 2006.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Contratos de Leitura: entre regulações e deslocamentos*. **Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**. Santos, 2007.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Fragmentos de uma analítica da midiatização*. **MATRIZES**. São Paulo: n. 2, abril/2008. p. 89-105.
- FAUSTO NETO, Antônio. *Notas sobre as estratégias de celebração e consagração do jornalismo*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Ano V –n. 1, pp. 109-121, jan./jun. 2008.

FAUSTO NETO, A. Transformações nos discursos jornalísticos: A atorização do acontecimento. In: 9º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, nov. 2011, Rio de Janeiro. **Anais...**

FAUSTO NETO, Antônio. Narratividades jornalísticas no ambiente de circulação. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo (Orgs). **Narrativas comunicacionais complexificadas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012, p. 45 – 67.

FAUSTO NETO, Antonio. Jornalismo: do chão da fábrica aos novos processos de redesenho da profissão na sociedade em vias de midiaticização. **Revista Latino-americana de Jornalismo**. João Pessoa – Brasil. Ano 2. Vol. 2 N.1. Jan/Jun 2015. p. 170 – 187.

FAUSTO NETO, Antônio. Circulação: trajetos conceituais. **Rizoma**. Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, Dez. 2018.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e Pós-modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

FECHINE, Yvana. Performance dos apresentadores dos telejornais: a construção do *ethos*. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 1, nº 36, p.69-76, jul. 2008.

FEITOSA, Charles. Pós-verdade e política. **Revista Cult**. 19 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/gW4eWz>

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo Digital**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FIDALGO, António. **Do poliedro à esfera: os campos de classificação. A resolução semântica no jornalismo online**. In: Anais do II SBPJor. Salvador-BA/Brasil, 2004.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia. **Encenação da realidade: fim ou apogeu da ficção?** Revista Matrizes. Ano 3. n. 1 ago./dez. 2009.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia. **Narrativas migrantes: literatura, roteiro e cinema**. Rio de Janeiro: PUC – RJ, 2010.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia. **Narrativa e poder**. Revista FronteiraZ, São Paulo, n. 9, dezembro de 2012.

GENETTE, Gérard. **Nuevo discurso del relato**. Madrid: cátedra, 1998.

GENRO FILHO, Adelmo. O Segredo da Pirâmide: para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Porto Alegre, Editora Tchê, 1987, 2012.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GOMES, Jaqueline Franz de Lara Gomes. **Narrativas jornalísticas contemporâneas e as vozes que narram em *O olho da rua***, de Eliane Brum. (Dissertação de Mestrado). Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara. As vozes que narram em *O olho da rua*, de Eliane Brum IN.: MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica. **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. 1 ed. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara; PICCININ, Fabiana. Um Olhar para Aquele que Escreve e Seleciona Notícias: Narrar na Contemporaneidade e o Jornalismo. IN.: HENRIQUES, Fernanda; CALVO, Pablo; ITO, Liliane de Lucena; LONGHI, Raquel; OGANDO, Luis Antonio; MARTINEZ, Marcelo. (Orgs.). **Gênero, notícia e transformação social**. 1.Ed. Aveiro: Ria Editorial, 2019.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara; PICCININ, Fabiana. Transformações no ecossistema midiático e uma possível ressignificação do colunismo a partir de uma análise da narrativa da jornalista Eliane Brum em *El País*. IN.: SENS, André; ASSIS, Cláudia; XAVIER, Juarez; MIGUEL, Katarini; ESPERIDIÃO, Maria; RUIZ, Sandra; GADINI, Sergio. (Orgs.). **Cidadania**. 1.Ed. Aveiro: Ria Editorial, 2020.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara; PICCININ, Fabiana. Jornalismo e contextualização: um olhar para a coluna da jornalista Eliane Brum. In: GABRIEL, Rosângela; GUIMARÃES, Rafael Eisinger; TOWSEND, Sabrine Amaral Martins. (Org.). **Alfabetização, Interculturalidade, Cognição e Diversidade Linguística**. 1ed.Campinas - SP: Pontes Editores, 2021.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara; BARTZ, Rodrigo; PICCININ, Fabiana. Pós-Modernidade e credibilidade: um olhar para as estratégias narrativas ancoradas nas subjetividades. In.: **Ecossistema jornalístico**. (Orgs.). ITO, Liliane; PAULINO, Rita. 1.a edição, Aveiro, dezembro, 2021.

GOMES, Jaqueline Frantz de Lara; PICCININ, Fabiana. Pós-modernidade e reconfigurações da prática jornalística: autoridade e protagonismo no colunismo de Eliane Brum. In.: SOSTER, Demétrio de Azeredo; ROVIDA, Mara. (Orgs.). **Narrativas Midiáticas Contemporâneas: perspectivas protagonistas**. - Santa Cruz do Sul: Catarse, 2021.

GRADIM, Anabela. **Os gêneros e a convergência**: o jornalista multimídia do século XXI. Agora Net. ed. 2, 2011. Disponível em <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/02/gradim-anabelageneros-convergencia.pdf> .

GREENBERG, S. Slow journalism: Why doesn't Britain have a culture of serious non-fiction journalism like the US? **Prospect**, [s. l.], 2007. Disponível em: <http://www.prospectmagazine.co.uk/opinions/slowjournalism> .

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HALL, Jim. **Online journalism**. A critical primer. London: Pluto Press, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. São Paulo: DP&A, 2006.

HEINRICH, Ansgard. **Network Journalism: Journalistic Practice in Interactive Spheres** (Routledge Research in Journalism). Routledge, 2011.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**: história, teoria, ficção. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1997, 2002.

JENKINS, Henry. **Cultura de Convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

KAKUTANI, Michiko. **A morte da verdade**. Notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Blur**: what to know what is true in the age of information overload. New York; Berlin; London: Bloomsbury, 2010. (e-book)

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism**: what newspeople should know and the public should expect. 3. ed. rev. e ampl. New York: Three Rivers Press, 2014. (e-book)

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo**: norte e sul. São Paulo: EDUSP, 2001.

KÜNSCH, Dimas. Comunicação e pensamento compreensivo: um breve balanço. In: KÜNSCH, Dimas A.; MARTINO, L. M. S. (Org.). **Comunicação, jornalismo e compreensão**. São Paulo: Editora Plêiade, 2010.

KÜNSCH, Dimas. A comunicação, a explicação e a compreensão: ensaio de uma epistemologia compreensiva da comunicação. **Libero** (FACASPER), v. 17, n. 34, p. 111-122, jul./dez. de 2014.

KÜNSCH, Dimas (et al.). **Comunicação e estudo e práticas de compreensão**. São Paulo: UNI, 2016.

LAGE, Nilson. **Linguagem Jornalística**. São Paulo: Ática, 1985.

LAGE, Nilson. **Convergência Tecnológica**. Palestra proferida no 27º Congresso Nacional dos Jornalistas, Porto Alegre, maio de 1996.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio



de Janeiro, Record, 2001.

LAGE, Nilson. *Estrutura da notícia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2007.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4ª ed. rev. e ampl. Florianópolis: Insular, 2012. Série Jornalismo a Rigor, Vol. 5.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Sulina: Porto Alegre, 1999, 2002, 2008, 2013.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Rio de Janeiro – RJ: Editora 34, 1999.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1969.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sébastien. **Os tempos hipermodernos**. 1. ed. São Paulo: Barcarolla, 2004.

LISBOA, Silvia. **Jornalismo e a credibilidade percebida pelo leitor: independência, imparcialidade, objetividade, honestidade e coerência** (dissertação de mestrado). Porto Alegre: UFRGS, 2012.

LISBOA, Silvia, BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**. Brasília: SBPJor, v. 11, nº 2, 2015. p. 10-29.

LÜCKMAN, Ana Paula. A noção de contexto no Jornalismo: uma proposição a partir da Teoria da Complexidade. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Brasil. 2020.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LYOTARD, Jean François. **A condição pós-moderna**. 8. ed. Rio de Janeiro: Olympio, 2004, 2018.

MAIA, Kênia; AGNEZ, Luciane Fassarella. A convergência na produção da notícia: dois modelos de integração entre meio impresso e digital. In: MOURA, Dione; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (Orgs). **Mudanças e permanência do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

MAINGUENEAU, Dominique (Org.). **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

MACHADO, Elias, **Trabalho apresentado no GT de Jornalismo da Associação latino-americana de pesquisadores em Comunicação**, Santa Cruz de la Sierra, Universidade Privada de Santa Cruz de la Sierra, 05-08 de Junho de 2002. Disponível em: <http://bocc.ubi.pt/pag/machado-elias-ciberespaco-jornalistas.pdf>.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). Modelos de jornalismo digital. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2002.

MAFFESOLI, Michel. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000, 2002.

MAROCCO, Beatriz. **Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

MAROCCO, Beatriz. Crítica das práticas jornalísticas forja o “novo intelectual”. In: **ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS**. XXVII, Minas Gerais, jun. 2018. Anais... 2018.

MAROCCO, Beatriz. Jornalismo de sensações. In.: MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela Zamin; SILVA, Marcia Veiga da. **Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro**. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003a.

MARQUES DE MELO, José. **O desafio do estudo dos gêneros**. Pauta Geral, Salvador, n.5, pp.11-20, 2003b. Entrevista concedida a Tatiana Teixeira.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo: compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (Orgs.). **Gêneros Jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2013.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco. **Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório**. Intercom. Vol.39, n.1, pp.39-56, jan./abr 2016, São Paulo. 2016.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Cultura y Nuevas Mediaciones Tecnológicas. In.: **América Latina: otras visiones de la Cultura**, CAB, Bogotá, 2005. Disponível em: <https://studylib.es/doc/475272/cultura-y-nuevas-mediaciones-tecnol%C3%B3gicas-jes%C3%BA-s-martin-ba...>

MARTINEZ, Mônica. **Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo**. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINEZ, Monica. O jornalista-autor em ambientes digitais: a produção da jornalista Eliane Brum para o portal da Revista Época. **Comunicação Midiática**, v. 9, n. 1, p. 56–77, 2014.

- MEDINA, Cremilda. **Notícia**: Um produto à venda. São Paulo: Summus, 1988.
- MEDINA, Cremilda. **Povo e personagem**. Canoas: Ed. da ULBRA, 1996.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDINA, Cremilda. Jornalismo e signo da relação: a magia do cinema na roda do tempo. In: **Revista Líbero**, Ano X-nº19 – Jun 2007.
- MEDINA, Cremilda. **Ciência e jornalismo**: da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.
- MEDINA, Cremilda. **Atravessagem**: reflexos e reflexões na memória de repórter. São Paulo: Summus, 2014.
- MEDITSCH, Eduardo. O conhecimento do jornalismo. Florianópolis: UFSC, 1992.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: **Conferência feita nos Cursos da Arrábida**, Universidade de Verão, set. 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismoconhecimento.pdf>.
- MEDITSCH, Eduardo. Journalism as a Form of Knowledge: a qualitative approach. **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: [http://www.bocc.ubi.pt/\\_esp/autor.php?codautor=71](http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=71).
- MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.
- MIELNICZUK, Luciana. Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Salvador 246p. **Tese de Doutorado** – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, 2003.
- MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. In: MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos (Org.). **Modelos de jornalismo digital**. Salvador: Edições GJOL; Calandra, 2003.
- MIELNICZUK, Luciana. Webjornalismo de terceira geração: continuidades e rupturas no jornalismo desenvolvido para a Web. XXVII Encontro dos Núcleos de Pesquisa da **INTERCOM** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/33239839420892013900619660266793099419.pdf>.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- MOREIRA, Sonia Virginia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2011.

MORAES, Fabiana. **O nascimento de Joicy**: jornalismo, transexualidade e os limites entre repórter e personagem. Porto Alegre: Arquipelago Editorial, 2015.

MORAES, Fabiana; GOUVEIA, Diego. Para além do robô, a reportagem: pavimentando uma metodologia do jornalismo de subjetividade. In.: **Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas metodológicas**. MAIA, Marta; MARTINEZ, Monica. (Orgs.). Santa Cruz do Sul: Catarse, 2018.

MORAES, Fabiana. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, pp. junho de 2019.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2ª edição. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2002.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Compós**, n. 1, p. 1-26, dez. 2004. Disponível em: <http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/8/9> .

MOTTA, Luís Gonzaga. Narrativas: representação, instituição ou experimentação da realidade? In.: **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, 7, 2009, São Paulo. Anais. São Paulo: SBPjor, 2009.

MOTTA, Luís Gonzaga. Retorno da narrativa: a busca do significado. **Signo**. Santa Cruz do Sul, v. 37 n.62, p. 53-64, jan.-jun., 2012. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo/index>

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MURRAY, Janet H. **Hamlet no Holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo, Itaú Cultural, UNESP, 2003.

NICKEL, Barbara; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. **O que é lento no slow journalism?**: uma análise da sua relação com o tempo. Âncora: Revista Latino-americana de Jornalismo. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Vol. 7, n. 1 (jan./jun. 2020), p. 14-33, 2020.

NICOLA, Ricardo. **Cibersociedade**: quem é você no mundo on-line? São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror?. **Brazilian Journalism Research**, 6(1), 2010. p. 29–57. Copyright © 2010sBPJor / Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo Dossiê.

PALACIOS, Marcos. Um Prefácio com Muitas Maiúsculas. In: MACHADO, Elias. O ciberespaço como fonte para os jornalistas. Salvador: Calandra, 2003.

PALACIOS, Marcos; LEMOS, André. **Janelas do ciberespaço**: comunicação e cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PALACIOS, Marcos. **Jornalismo Online, informações e memória**. Comunicação apresentada nas jornadas de Jornalismo Online. Porto: Universidade de Beira Interior, 2002.

PALACIOS, Marcos. Ruptura, continuidade e potencialização no jornalismo on-line: o lugar da memória. In: MACHADO, Elias. PALACIOS, Marcos (Orgs.). Modelos de Jornalismo Digital. Salvador: GJOL/ Calandra, 2003, p. 17-37.

PALACIOS, Marcos. Jornalismo online, informação e memória: apontamentos para debate. **Revista PJ: BR Jornalismo Brasileiro**, São Paulo, São Paulo, n. 4, 2004. Disponível em: [http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4\\_f.htm](http://www2.eca.usp.br/pjbr/arquivos/artigos4_f.htm) .

PAVLIK, John. **Journalism and new media**. New York: Columbia University Press, 2001.

PAVLIK, John. Ubiquidade: o 7º princípio do jornalismo na era digital. In: PAVLIK, John. **El periodismo y los nuevos medios de comunicación**. Barcelona: Paidós Comunicacaión, 2005.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2006, 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Luís Costa. **A apuração da notícia**: métodos de investigação na imprensa. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

PERES, Ana Cláudia Mendes de Andrade e. O que resta dos fatos: testemunho e guinada afetiva no jornalismo. 2017. 180 f. **Tese** (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. Da anatomia do telejornal midiaticizado: metamorfoses e gestores. **Brazilian Journalism Research** , 8 (2), 118–134, 2012.

PICCININ, Fabiana; ETGES, Ananda. O eu que narra, que sente e que diz como são feitas as notícias: Análise da atorização em Profissão Repórter. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo. **Narrativas Comunicacionais Complexificadas 2**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2014. p. 321 – 346.

PICCININ, Fabiana. Telejornalismo, narrativa e midiaticização. In: **Telejornalismo em questão**. Alfredo Vizeu, Edna Mello, Flávio Porcello e Iluska Coutinho (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2014.

PICINNIN, Fabiana. Estratégias narrativas no contemporâneo: o caso das séries Televisivas. In.: SOSTER, Demétrio de Azeredo. PICCININ, Fabiana. (Org.). **Narrativas do ver, do ouvir e do sentir**. Santa Cruz do Sul: Catarse, 2016.

PICCININ, Fabiana. Cumplicidades entre mídia e audiência nas narrativas de “real” na ficção e no jornalismo. In.: **Lumina Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora**, v. 13, n. 1, p. 15-28, 2019.

PRIMO, Alex. Interatividade. In: SPYER, Juliano. **Para Entender a Internet –** Noções, práticas e desafios da comunicação em rede. 2009.

PRIMO, Alex. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 130-146, 2011.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. **Revista Famecos**. Jan. 2000, n.12, p. 81-92; SILVA, Marco. Que é interatividade. Boletim técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, maio/ago. 1998. p. 27-35. Disponível em: <http://revistapontocom.org.br/edicoes-antiores-artigos/afinal-o-que-e-interatividade> .

RESENDE, Fernando. O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico. 2002. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RESENDE, Fernando. Jornalismo e enunciação: perspectivas para um narrador jornalista. In: LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva (Org.). **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

RESENDE, Fernando. Discursividade e narratividade: vértices e redimensionamento no jornalismo. **Fronteiras**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 81-90, 2007. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/fronteiras/article/view/5746/5204>.

RESENDE, Fernando. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. In: **Encontro Nacional De Pesquisadores Em Jornalismo**, 7., 2009, São Paulo. Anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Disponível em: [http://www.sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/fernando\\_resende.pdf](http://www.sbpjor.kamotini.kinghost.net/sbpjor/admjor/arquivos/fernando_resende.pdf)

RESENDE, Fernando. O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009.

RESENDE, Fernando. Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa. In: GISLENE, Silva et al (Org.). **Jornalismo contemporâneo**: figurações, impasses e perspectivas. Salvador: Edufba; Brasília: Livro Compós, 2011.

RESENDE, Fernando. Falar para as massas, falar com o outro: valores e desafios do jornalismo. In: FRANÇA, Vera; VAZ, Paulo (Org.). **Comunicação midiática: instituições, valores, cultura**, Belo Horizonte, Autêntica, 2012.

RESENDE, Fernando; PERES, Ana Cláudia. Nós, as testemunhas: notas sobre um jornalismo de teor testemunhal. **Revista Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 121-137, 2016.

SALAVERRÍA, Ramón. **El estilo del weblog periodístico: uso redaccionales em diez bitácoras españolas de información general**. 2008. Disponível em: [http://www.unav.es/fcom/guia/docs/el\\_estilo\\_del\\_blog\\_periodistico.pdf](http://www.unav.es/fcom/guia/docs/el_estilo_del_blog_periodistico.pdf).

SALAVERRÍA, Ramón. Redación periodística en internet. Barcelona: EUNSA, 2005.  
SCHMITT, Valdenise; OLIVEIRA, Leonardo G. Personalização de notícias: uma edição de jornal para cada leitor. **Revista de economía política de las tecnologías de lá información y comunicación**, v XI, n. I, jan./abr. 2009.

SANDANO, Carlos. **Para além do código digital: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SANTIAGO, Silviano. **Nas malhas da letra: ensaios**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984, 2002.

SANTOS, Kassia Nobre dos. **Em busca da credibilidade perdida: a rede de investigação jornalística na era das fake news**. 2018. 134 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SCHOLES, Robert; KELLOGG, Robert L. **A natureza da narrativa**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1977.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

SEIXAS, Lia. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação**. Covilhã: LabCom Books, 2009a.

SEIXAS, Lia. **Por uma outra classificação: gêneros discursivos jornalísticos e gêneros discursivos jornalísticos**. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 18, p. 70-84, dez. 2009b.

SERELLE, Marcio. Jornalismo e guinada subjetiva. **Estudos em jornalismo e mídia**, Santa Catarina, v. 6, n. 2, p. 33-44, 2009.

SERELLE, Marcio. Jogos cubanos: a ilha, hoje, em reportagens na primeira pessoa. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 83-98, 2012.

SILVA, Fernando Firmino da. Moblogs e microblogs: jornalismo e mobilidade. In: AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra (orgs.). **Blogs.com: Estudos sobre blogs e comunicação**. São Paulo: Momento Editorial, 2009.

SILVA JR., José Afonso. **Jornalismo 1.2: características e usos da hipermídia no jornalismo, com estudo de caso do Grupo Estado de São Paulo**. Dissertação de mestrado (Comunicação) – UFBA/FACOM, Salvador, 2000.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1986.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed Rio de Janeiro: Mauad, c1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. reconfiguração das vozes narrativas no jornalismo midiático. In.: **Rizoma**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, julho, 2015.

SOUZA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I Nº 2 - 2º Semestre de 2004. p. 31-46. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2071/1813>

SPIVACK, Nova. **The Evolution of the Web: Past, Present, Future**. 2009. Disponível em: <http://www.novaspihack.com/uncategorized/the-evolution-of-the-web-past-present-future> .

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa. De tudo um pouco: o telejornalismo e a mistura dos gêneros. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 13 n.13, p. 97-111, jan/dez. 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. A formação da classe operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade**. Tard. E. F. Edel. Petrópolis: Vozes, 1994.



- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.
- TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. 'A notícia como realidade construída', **Cadernos de Jornalismo**, Nº 1 (Junho 1986): 3-11, Porto: Centro de Formação de Jornalistas. 1986.
- TUCHMANN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e "estórias"**. Lisboa: Vega, 1993, 1999.
- TURKLE, S. **Alone Together: Why We Expect More from Technology and Less from Each Other**. Basic Books, 2011.
- VÉRON, Eliseo. **Construir el acontecimiento**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1995.
- VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- WEBER, Max. Ensaio de sociologia. (Org.). H.H. Gerth e C. Wright Mills. Trad. Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 1982.
- WHITE, David Manning. The "Gate Keeper": A Case Study in the Selection of News. In **Journalism Quarterly**, n. 27, p. 383-390, Setembro 1950. Disponível em: <http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf>.
- VIVAR, Jesús Flores; ABIB, Tayane Aidar. O expediente da argumentação no jornalismo de Eliane Brum: análise de suas colunas ao *El País* Brasil. **Comunicação & Inovação** (online), v. 19, p. 24, 2018.
- WOLF, Mauro. **Teoria das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- ZAMITH, Fernando. **A Contextualização do Ciberjornalismo**. Tese de Doutorado. 2011. Repositório Aberto da Universidade do Porto: <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57280>
- ZELIZER, Barbie. **Covering the Body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.
- ZELIZER, Barbie. O que fazer com o Jornalismo? 2007. In.: **Brazilian Journalism Research**. v.11, n.2, 2014. SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/737/559> .
- ZIZEK, Slavoj. Um mundo desregrado. **Folha de S. Paulo. Mais!** São Paulo, 24 de agosto de 2008, p. 8.